

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS
E SEGURANÇA INTERNA**



A GOVERNAÇÃO INTEGRADA NOS CONTRATOS LOCAIS DE SEGURANÇA

FILIPE PALHAU

Sob orientação do Professor Doutor EDUARDO PEREIRA CORREIA

Trabalho Individual Final

IV Curso de Direção e Estratégia Policial

Lisboa e ISCPSI, novembro de 2017



À memória dos meus Avós e Pai.

AGRADECIMENTOS

Esta investigação constitui a fase final do Curso de Direção e Estratégia Policial da Polícia de Segurança Pública e, inevitavelmente, não é em exclusivo o resultado de um esforço individual. Qualquer realização humana, mesmo que pessoal, é sempre uma consequência de um conjunto importante e diversificado de apoios e incentivos. A todos os que deram a sua contribuição para que esta investigação fosse realizada, estarei eternamente grato.

Ao Professor Doutor Eduardo Pereira Correia, agradeço a orientação deste trabalho. A incansável disponibilidade que sempre demonstrou, o seu apoio científico, o espírito crítico e o estímulo permanente, foram decisivos para a realização desta investigação. O apoio e a amizade fizeram a diferença; são as relações interpessoais que possibilitam e fortalecem o crescimento dos projetos.

A todos os entrevistados, obrigado pela disponibilidade demonstrada e pelos excelentes testemunhos e contributos fornecidos.

À Polícia de Segurança Pública, em particular ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, pela formação, valores, conhecimentos e experiências.

À Dra. Ana Martins, pela ajuda na revisão do trabalho.

Por último, um agradecimento especial à minha família, porque, como refere SIMONE BEAUVOIR, as vitórias ocultam sempre uma abdicação. À Paula, a minha mulher, pelo incentivo, apoio e compreensão permanentes. À Filipa e ao Lourenço, pela inspiração e alegria.

RESUMO

A GOVERNAÇÃO INTEGRADA NOS CONTRATOS LOCAIS DE SEGURANÇA

FILIPPE PALHAU

A complexidade da sociedade globalizada torna a segurança um problema complexo, logo as abordagens lineares baseadas em modelos normativos e repressivos revelam-se infrutíferas. Assim, face à crise destes modelos, temos assistido à emergência de novas políticas públicas de segurança. Em Portugal, tem sido também uma realidade através dos contratos locais de segurança. Estas novas políticas públicas, incluindo as implementadas através dos contratos locais de segurança, têm como referencial a prevenção, a proximidade, as parcerias, as redes e a interação com o cidadão. Este novo referencial exige também uma nova estratégia política que procura coordenar de uma forma integrada o desenvolvimento e a implementação das políticas públicas de segurança e, por consequência, dos contratos locais de segurança como instrumentos privilegiados dessas políticas públicas, ou seja, uma governação integrada ao longo do seu ciclo político.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Segurança; Contratos Locais de Segurança; Governação Integrada.

ABSTRACT

THE INTEGRATED GOVERNANCE IN THE LOCAL SECURITY CONTRACTS

FILIPE PALHAU

The complexity of globalized society makes its security a complex problem, so linear approaches based on normative and repressive models prove fruitless. That way, given the crisis of these models, we have witnessed the emergence of new public security policies. In Portugal, it has also been a reality through local security contracts. These new public policies, including those implemented through local security contracts, are based on prevention, proximity, partnerships, networks and interaction with citizens. This new framework also requires a new political strategy that seeks to coordinate in an integrated manner the development and implementation of public security policies and, consequently, local security contracts as privileged instruments of these public policies, that is, throughout its political cycle.

Keywords: Public Security Policies; Local Security Contracts; Integrated Governance.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANAFRE	Associação Nacional de Freguesias
ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
AP	Administração Pública
CLS	Contrato Local de Segurança
CMS	Conselho Municipal de Segurança
COMETLIS	Comando Metropolitano de Lisboa da PSP
DLS	Diagnóstico Local de Segurança
GC	Governador Civil
GOVINT	Governação Integrada
GRESI	Grupo de Reflexão Estratégica sobre Segurança
ISCPSI	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança
MAI	Ministério da Administração Interna
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
ME	Ministério da Educação
MJ	Ministério da Justiça
MS	Ministério da Saúde
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança
NGP	Nova Gestão Pública
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
ONU	Organização das Nações Unidas
PI	Plano de Intervenção
PIPP	Programa Integrado de Policiamento de Proximidade
PPS	Políticas Públicas de Segurança

PSP	Polícia de Segurança Pública
SSI	Sistema de Segurança Interna
UE	União Europeia

ÍNDICE DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I	Protocolo de Adesão aos CLS, celebrado entre o MAI e a ANMP
Anexo II	Protocolo de celebração do CLS no Município de Loures
Anexo III	Protocolo de celebração do CLS no Município do Porto (Bairro do Cerco)
Anexo IV	Protocolo de celebração do CLS no Município de Albufeira
Anexo V	Protocolo de celebração do CLS no Município de Alcoutim
Anexo VI	Protocolo de celebração do CLS no Município de Aljezur
Anexo VII	Protocolo de celebração do CLS no Município de Castro Marim
Anexo VIII	Protocolo de celebração do CLS no Município de Olhão
Anexo IX	Acordo de Cooperação entre vários ministérios do governo (MAI, MJ, Ministro-adjunto, MCTES, ME, MTSSS e MS) ANMP e ANAFRE para a criação da Comissão Interministerial dos CLS
Anexo X	Matriz de Indicadores do DLS da tipologia MAI Bairro
Anexo XI	Matriz de Indicadores do DLS da tipologia MAI Município
Anexo XII	CLS no Município da Amadora
Anexo XIII	CLS no Município de Lisboa

Anexo XIV	CLS no Município de Loures
Anexo XV	CLS no Município da Maia
Anexo XVI	CLS no Município de Oeiras
Anexo XVII	CLS no Município do Porto
Anexo XVIII	CLS no Município de Sintra
Anexo XIX	CLS no Município de Vila Franca de Xira
Anexo XX	CLS no Município de Vila Nova de Gaia
Apêndice I	Guião de Entrevista
Apêndice II	Entrevista Mestre Rui Pereira
Apêndice III	Entrevista Subcomissário Luísa Monteiro
Apêndice IV	Entrevista Subintendente Hugo Guinote
Apêndice V	Entrevista Subintendente Resende da Silva
Apêndice VI	Entrevista Dra. Dalila Araújo
Apêndice VII	Entrevista Dr. Pedro Barreto
Apêndice VIII	Entrevista Dra. Sónia Paixão

ÍNDICE

Agradecimentos	II
Resumo.....	III
Abstract	IV
Lista de siglas e abreviaturas.....	V
Índice de anexos e apêndices.....	VII
 INTRODUÇÃO	 1
 CAPÍTULO I - O ESTADO E A SEGURANÇA	 5
1.1 O Estado e a organização administrativa	5
1.2 As políticas públicas de segurança	11
1.3 Os contratos locais de segurança	16
1.4 O modelo das etapas e a análise das políticas públicas	21
 CAPÍTULO II – A GOVERNAÇÃO INTEGRADA	 25
2.1 Abordagem geral	25
2.2 Uma resposta na era da complexidade	29
2.3 A administração pública na resposta à complexidade	32
2.4 Nova governação da segurança.....	38
 CAPÍTULO III – ANÁLISE DA GOVERNAÇÃO INTEGRADA NOS CONTRATOS LOCAIS DE SEGURANÇA	 43
3.1 I Etapa – Na definição do problema e agendamento.....	43
3.2 II Etapa – Na formulação das medidas de política e legitimação da decisão dos contratos locais de segurança	46

3.3	III Etapa – Na implementação dos contratos locais de segurança	50
3.4	IV Etapa – Avaliação e mudança dos contratos locais de segurança	52
CONCLUSÃO		54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		57
ANEXO I		61
ANEXO II		66
ANEXO III		74
ANEXO IV		81
ANEXO V		88
ANEXO VI		95
ANEXO VII		102
ANEXO VIII		109
ANEXO IX		116
ANEXO X		124
ANEXO XI		147
ANEXO XII		173
ANEXO XIII		181
ANEXO XIV		189
ANEXO XV		197
ANEXO XVI		205
ANEXO XVII		213
ANEXO XVIII		221
ANEXO XIX		229
ANEXO XX		237
APÊNDICE I		245

APÊNDICE II.....	248
APÊNDICE III.....	257
APÊNDICE IV	266
APÊNDICE V	271
APÊNDICE VI	278
APÊNDICE VII	290
APÊNDICE VIII	300

INTRODUÇÃO

A constante e crescente diversificação dos problemas sociais das sociedades contemporâneas, bem como a sua enorme complexidade, colocam atualmente novos desafios à sua segurança. A segurança é multicausal e impõe uma coprodução, envolvendo vários atores e parceiros institucionais públicos e privados, o que exige uma governação integrada (GOVINT) multinível. Estes novos desafios à segurança levam o Estado, enquanto entidade responsável e mais relevante na satisfação das necessidades de segurança da vida em sociedade, a promover novas políticas públicas de segurança (PPS) que se confrontam com um novo paradigma: da prevenção, da mediação, da proximidade e das parcerias; sobretudo face à crise do referencial repressivo.

Em Portugal, na última década, a emergência de novas PPS tem sido também uma realidade através dos Contratos Locais de Segurança (CLS), sendo que os primeiros surgiram em 2008 e, posteriormente em 2016, dando lugar a uma nova geração. Os CLS surgem como instrumentos privilegiados das novas PPS para, essencialmente, operacionalizar a cooperação institucional à escala territorial, ou seja, para colocar em prática a GOVINT, reforçando a atualidade desta área de interesse.

Assim sendo, na senda da linha de investigação já iniciada no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), torna-se relevante a necessidade de dar continuidade ao estudo das PPS, contribuindo, desta forma, para um aprofundar da reflexão sobre a sua evolução em Portugal, dado tratar-se de uma área de interesse do Estado e da Polícia de Segurança Pública (PSP).

Nestes termos, com esta investigação, propomo-nos estudar os CLS, mais concretamente verificar a GOVINT nos CLS como instrumentos privilegiados das PPS em Portugal. Para o efeito, torna-se desde logo importante compreender os CLS enquanto instrumentos privilegiados das PPS e a sua importância na GOVINT.

Considerando que as políticas públicas são um processo complexo e multidimensional que se desenvolve em múltiplos níveis de ação e decisão, e como forma de facilitar a sua compreensão e estudo, as mesmas serão analisadas como o resultado de um ciclo político que se desenvolve por etapas. Esta desagregação permite verificar a GOVINT em cada uma das etapas.

Não obstante diversos autores identificarem várias e diferentes etapas no modelo, quatro delas são comuns, a saber: I etapa de formulação – definição do problema e seu agendamento; II etapa de formulação – medidas de política e legitimação da decisão; III etapa de formulação – implementação; e IV etapa de formulação – avaliação e mudança.

Metodologicamente, impõe-se definir a questão de partida, a qual nos remete para os propósitos da nossa análise, da sua relevância, devendo definir o mais exatamente possível o que pretendemos esclarecer, tornando-se no fio condutor da própria investigação (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1998).

Assim sendo, no presente trabalho, a pergunta de partida consiste em compreender se existe, ou não, governação integrada nos Contratos Locais de Segurança. Perante a temática exposta, de modo a responder à problemática apresentada anteriormente, delineámos quatro questões derivadas de investigação que se afiguram conexas e imprescindíveis:

- Existe governação integrada na I etapa de formulação – definição do problema e agendamento?
- Existe governação integrada na II etapa de formulação – medidas de política e legitimação da decisão dos Contratos Locais de Segurança?
- Existe governação integrada na III etapa de formulação – implementação dos Contratos Locais de Segurança?
- Existe governação integrada na IV etapa de formulação – avaliação e mudança dos Contratos Locais de Segurança?

Face ao exposto, torna-se relevante nesta fase explicitarmos os objetivos do nosso estudo. Nestes termos, o objetivo geral é verificar a GOVINT nos CLS, em Portugal, à luz do modelo das etapas ou do ciclo político de análise das PPS.

Como objetivos específicos, pretendemos aferir a importância da GOVINT nos CLS, dado que intervêm um conjunto de atores políticos, na sua maioria localizados fora da esfera do governo; as fronteiras e as responsabilidades são menos nítidas entre os domínios da ação social e económica; exige o reconhecimento da amplitude e da diversidade das contribuições dos organismos associativos e traduz uma interdependência entre os poderes das instituições que estão associadas à ação coletiva.

Procuraremos, também, identificar e abordar os fatores das diversas etapas do modelo ou do ciclo político de análise das PPS para, posteriormente, verificar a GOVINT em cada uma delas.

Para além destes objetivos, faremos uma abordagem à importância do Estado, enquanto ator principal na segurança individual e coletiva, bem como a importância da emergência das PPS, nomeadamente, nos CLS como instrumentos privilegiados dessas políticas. A auscultação de autoridades políticas, dos poderes central e local, e especialistas em segurança não pode deixar de ser um objetivo, dada a relevância destas substâncias no nosso estudo.

A produção de conhecimento impõe que se defina um método de investigação pois, só assim, poderemos atingir a validação de resultados científicos. A elaboração do presente trabalho utilizará como instrumento o método científico por forma a estruturarmos o conhecimento obtido com vista ao cumprimento de todos os objetivos e a torná-lo compreensível entre a comunidade académica.

Atendendo à temática que propusemos, iremos desenvolver uma investigação de carácter expositivo, inserida num modelo de investigação qualitativo, com destaque para a análise bibliográfica e documental (entre outros, os diversos CLS celebrados e relatórios conexos).

Numa primeira fase do nosso trabalho, iremos desenvolver uma revisão da literatura existente, com o objetivo de definir o *estado de arte* no âmbito desta temática que pretendemos desenvolver. Esta fase é descrita como rutura, tratando-se do primeiro ato constitutivo do procedimento científico (QUIVY e LUC VAN CAMPENHOUDT, 1998).

Posteriormente, seguimos a via qualitativa em trabalho de campo, procedendo a entrevistas que possibilitam a colheita de dados, sendo estas ferramentas de análise de conteúdo fundamentais para a validação e prossecução dos nossos objetivos. Pretendemos entrevistar, entre outros, o Mestre RUI PEREIRA, a Dra. DALILA ARAÚJO, o Dr. PEDRO BARRETO, a Dra. SÓNIA PAIXÃO, o Subintendente HUGO GUINOTE, o Subintendente RESENDE DA SILVA e a Subcomissário LUÍSA MONTEIRO. Recorremos a estas entrevistas no sentido de adquirir informação valiosa por parte de individualidades com posição de relevo na temática em investigação, bem como para consolidar determinados processos de construção.

Como suporte da abordagem da GOVINT nos CLS enquanto instrumentos privilegiados das PPS em Portugal, abordaremos, no capítulo I, uma primeira análise sobre o poder do Estado e a importância da segurança nas sociedades modernas, bem como o surgimento e análise das PPS em Portugal; e, por fim, os CLS enquanto instrumentos privilegiados dessas políticas. Na prossecução dos nossos objetivos, no capítulo II, abordaremos a GOVINT na era da complexidade, perante uma nova governação da segurança e os desafios colocados aos vários atores (Estado, Administração Pública (AP) e aos próprios cidadãos. Por fim, no último capítulo, abordaremos a GOVINT nos CLS à luz do modelo das etapas ou do ciclo político de análise das PPS.

Neste sentido, consideramos esta análise importante, porquanto o atual panorama securitário exige processos de formulação e concretização de PPS de qualidade, mas também inovadora ao abordar a GOVINT na ação pública, ao invés de governabilidade, constituindo-se assim como um valor acrescentado para os estudos de segurança e, por consequência, para os processos de decisão política.

CAPÍTULO I - O ESTADO E A SEGURANÇA

1.1 O ESTADO E A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Estado é normalmente definido como uma coletividade politicamente organizada e estabelecida num determinado território. Ou seja, o Estado pressupõe a existência de um elemento humano, um território e um poder político para satisfação das necessidades coletivas.

O poder político ganha um real sentido quando associado às estruturas que detém ou quando impõe comandos, incluindo o uso da força, se necessário. A entidade que está ligada ao poder político e porque também o interpreta é o Estado - uma realidade fundamental que representa a organização política da sociedade humana, embora não sendo a única; é o aparelho do poder político.

Ao longo dos tempos, porém, o Estado foi alterando os seus fins e as formas de intervenção, emergindo assim os vários tipos e conceitos de Estado. O Estado de Direito, focalizado nos direitos individuais naturais (liberdade, segurança e propriedade); o Estado Liberal do século XIX, com uma dimensão mínima de intervenção do Estado; o Estado Social do século XX, sobretudo após a II Guerra Mundial, com o aparecimento dos direitos fundamentais de segunda geração (igualdade no acesso à saúde, à educação ou à segurança social).

No século XXI e com a chegada de um novo milénio, o Estado herdou dos últimos tempos a necessidade de compreender e regular os desafios e oportunidades gerados, principalmente, pelo processo de globalização, mas também a urgência de enfrentar os riscos a eles associados (RODRIGUES, 2010, p. 56).

Segundo TOMÉ (2003, pp. 7-21), a aceleração do processo de globalização é a característica mais marcante da *nova ordem internacional*, com a diluição das fronteiras tradicionais, o aumento das interdependências e das interações e a intensificação dos processos e das atividades que fazem do mundo cada vez mais um único lugar.

A globalização representa uma profunda redefinição dos papéis, das potencialidades, das vulnerabilidades, dos riscos e dos atores. São ainda características desta *nova ordem internacional* a incerteza, a imprevisibilidade, a indefinição das ameaças e dos riscos, o terrorismo e a proliferação de novos atores que escapam aos mecanismos tradicionais de regulação.

As populações do século XXI confrontam-se com riscos naturais, tecnológicos, globais e mistos, e com diferentes dimensões de análise de risco: espacial (a poluição, as catástrofes e o terrorismo não reconhecem fronteiras); temporal; e social, em que os problemas são multidimensionais e resultam do efeito de diferentes condições e atores. Desta forma, podemos concluir que os problemas tornam-se cada vez mais complexos.

Vivemos num mundo que enfrenta um conjunto diverso e interdependente de riscos, consequência de um ambiente marcadamente afetado pelo desenvolvimento económico, social e tecnológico, e que é caracterizado pela incerteza e pela imprevisibilidade, gerando diferentes sentimentos de insegurança, vulnerabilidade e de grande desconfiança.

Os conflitos territoriais, o terrorismo, a criminalidade transnacional, as questões demográficas (população mais envelhecida, mais instruída, mais saudável e, geograficamente, assimétrica e, essencialmente, urbana), os refugiados, a cibersegurança, as catástrofes naturais, as pandemias e a disputa entre grandes potências alteram por completo o quadro das ameaças e dos riscos.

As ameaças e os riscos à segurança e à defesa das populações assumem uma dimensão global e as suas origens são difusas e multiformes, o que levanta sérios desafios aos dispositivos e sistemas de segurança e defesa.

A amplitude cada vez mais universal dos efeitos de alguns destes acontecimentos, em que todos somos potenciais vítimas, levou ULRICH BECK (*apud* REGO, 2010, p. 184) a afirmar que a sociedade de risco em que vivemos se tornou numa sociedade de risco global. Os riscos que a sociedade enfrenta não são novos, o que mudou foi a escala, a magnitude e as consequências.

A partir dos atentados de 11 de setembro de 2001, o terrorismo internacional atingiu o estatuto de flagelo mundial, ao ponto de ser considerado por muitos especialistas em segurança como a principal ameaça deste século. Desde então, temos assistido a ataques terroristas em sociedades ocidentais com grande impacto, em que, na sua maioria, são perpetrados contra *soft targets*, planeados e conduzidos por células locais. Este tipo de alvos é atrativo para os ataques terroristas porquanto o índice de sucesso é elevado, dado que se conseguem executar de uma forma fácil, económica e com planeamentos simples. Amiúde, um só terrorista consegue provocar um elevado impacto ao nível de danos físicos e materiais, desenvolvendo um importante sentimento de medo e insegurança nas populações, descredibilizando

os governos e o sistema de segurança, bem como provocando uma enorme instabilidade política e social, mediante a mediatização da sua causa.

Desta forma, o terrorismo torna-se um fenómeno difuso e assimétrico, de grande complexidade para as sociedades ocidentais, essencialmente, devido às vítimas que atinge diretamente, à ação psicológica de terror que gera na sociedade e às restrições impostas ao exercício dos direitos, liberdades e garantias por visões securitárias. O terrorismo beneficia das vulnerabilidades inerentes às sociedades modernas e democráticas, levantando enormes desafios ao seu sistema de segurança e defesa.

Por outro lado, as tecnologias de informação e a divulgação da comunicação dão aos acontecimentos uma amplitude planetária e globalizada, à qual não soubemos responder. Mantemos uma organização pouco eficaz e que reclama, assim, novas estruturas, sob pena de assistirmos a um descrédito das instituições e a uma desconfiança dos cidadãos.

A reflexão sobre esta nova realidade das ameaças e riscos, segundo RODRIGUES (2010, p. 56) entrou na agenda política e científica, dando lugar à reformulação dos conceitos de Estado, segurança ou identidade política.

Este novo quadro de ameaças e riscos implica uma reforma do sistema político que englobe a criação de novos modelos e instituições para enfrentar estes novos desafios e requer uma intervenção que vá além do território nacional dos Estados, dado que os riscos e ameaças são, também eles, transnacionais. Por um lado, estas circunstâncias obrigam a uma maior interdependência entre os Estados e, por consequência, a um enfraquecimento da sua soberania com a sua transferência para instituições públicas transnacionais, como é o caso da União Europeia e, por outro, exigem uma intervenção local multifacetada e integrada.

É nesta dupla intervenção que se questiona o papel do Estado soberano, enquanto entidade política reguladora e fundamental de uma comunidade, onde inúmeras vezes é considerado demasiado pequeno ao nível internacional e demasiado grande para a resolução dos problemas de segurança local.

A fundação de instituições políticas transnacionais baseia-se numa necessidade de cooperação forçada devendo os Estados não colocar em perigo os seus interesses. Segundo ULRICH BECK (*apud* REGO, 2010, p.189) o Estado deve transnacionalizar-se, isto é, abdicar de parte da sua soberania, delegando-a nessas instituições transnacionais, por forma a combater eficazmente as ameaças comuns,

como é o caso da União Europeia (UE), Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO).

Este processo de transnacionalização do Estado é, segundo TOMÉ (2003, p. 27), acelerado por efeito da globalização que contribui significativamente para a erosão das suas competências tradicionais, sobretudo pela sua transferência para outros atores, dado a sua incapacidade para, por si só, resolver problemas como o caso da segurança, obrigando-o a cooperar e a partilhar. Se os riscos e as ameaças não reconhecem fronteiras, a resposta tem de ser alargada a outros atores políticos.

A capacidade do Estado em dialogar e agir num contexto de cooperação transnacional ou global face a problemas da mesma natureza corresponde, segundo REGO (2010, p. 190), ao cosmopolitismo da sociedade de risco de ULRICH BECK.

A globalização dilui ainda o conceito de fronteira e confronta o Estado com atores que não regula, mas que operam no seu território e, por fim, permite que se crie uma consciência cívica universal.

Segundo ELIAS (2012), a segurança tem vindo a ser delegada, coproduzida e desestatizada, surgindo novos atores fornecedores de segurança, numa perspetiva concorrencial, complementar ou subsidiária. Na atualidade, observa-se uma dupla tendência de internacionalização e de comunitarização da segurança. Por um lado, alarga-se à escala global; por outro, procura adaptar-se e responder às especificidades locais, sendo coproduzida entre diversos atores sociais num esforço coletivo para garantir, manter e aprofundar a segurança.

Assistimos, assim, à transformação do conceito de estado-providência para um estado-regulador. Desta forma, o Estado será confrontado com novos desafios de natureza estrutural que requerem uma resposta de política pública global (OLIVEIRA, 2006, p. 16), em que, segundo PHILIPPE ROBERT, os poderes públicos só conseguirão enfrentar os atuais desafios, incluindo o da segurança pública, se renovarem profundamente os seus diagnósticos e modos de intervenção (*apud* OLIVEIRA, 2006, p. 17).

Esta renovação implica uma reorganização administrativa do território e uma modernização da AP de forma a adequar as estruturas organizacionais e os modelos de gestão a estes novos desafios.

O paradigma tende a alterar-se: o Estado deixa de ser o único ator, embora continue a ser o interlocutor predominante, e o objeto da segurança passou a ser o

indivíduo em detrimento do Estado, emergindo assim o conceito de segurança humana.

Por outro lado, a abordagem ao conceito de segurança deve incluir, de uma forma global e integrada, as vertentes interna e externa da segurança, e ser alargada a outros domínios, tais como: a economia, a diplomacia, o ambiente, as questões sociais, a educação, a saúde e a cultura. Concordamos com SILVA (2015, p.54) quando refere que os problemas da segurança já não encontram solução apenas no setor da segurança.

Aliás, o novo conceito estratégico da NATO, aprovado em 2010, bem como o novo Tratado da União Europeia (UE) – o Tratado de Lisboa surgem como resposta a estas transformações e novas abordagens da segurança.

Estes dois instrumentos implicaram novas exigências em termos da contribuição portuguesa para a garantia da segurança, obrigando à revisão, em 2013, do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, onde consta que o Estado, ao nível da segurança interna, deve promover uma abordagem integrada e o respetivo sistema não deve ser considerado isoladamente¹.

Desta forma, fica patente neste conceito uma perspetiva abrangente de segurança, estando orientado para uma visão global de segurança e defesa. Posteriormente, esta abordagem é reforçada no conceito estratégico de segurança interna, apresentado pelo grupo de reflexão estratégica sobre segurança interna (GRESI), quando se refere à arquitetura e modelo organizacional do Sistema de Segurança Interna (SSI) (LOURENÇO *et al.*, 2015, pp. 20-78).

Este conceito estratégico de segurança interna refere que a ubiquidade e a complexidade das ameaças e riscos com que hoje os Estados se confrontam requerem uma articulação e colaboração reforçadas entre os diversos subsistemas. Referira-se, *e.g.*, que o sistema de Defesa Nacional é complementar ao SSI.

Este GRESI conclui também que a tese tradicional da separação entre segurança interna e externa cede a um conceito integrado e mais abrangente de segurança, um conceito de segurança nacional, que apela aos princípios da complementaridade e da interdependência entre todas as componentes do sistema nacional de segurança.

¹Vide Ponto 1.4.2. da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013 que aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, publicado no Diário da República, 1.ª série – N.º 67 – 05 de abril, p. 1990.

Por outro lado, é imperativo aprimorar os conteúdos do conceito de prevenção, em que todos os atores têm de atuar neste domínio, a qual se exerce ao nível das diferentes políticas nacionais que contribuem para a prevenção da criminalidade, como o direito penal, a política social, a educação, o urbanismo, etc. Assiste-se, agora, ao desenvolvimento de ações de prevenção junto das populações, como revela o aparecimento de políticas locais e contratuais variadas, entre outras, o policiamento de proximidade e os CLS.

Será perante esta nova realidade que se coloca em causa a capacidade do Estado em garantir a segurança. Atualmente, o Estado ainda representa a satisfação das necessidades coletivas da vida em sociedade, onde se inclui a segurança enquanto princípio de soberania. O Estado surge assim como resposta à necessidade de segurança individual e coletiva.

Todavia o estado-nação não é um mero espectador submetido à lei da persistência do poder, luta para garantir a sua sobrevivência. Ao nível externo, supraestadual, através da colaboração com outros Estados e ao nível interno, intraestadual, através de processos de regionalização administrativa, delega o seu poder em administrações locais e regionais, donde resultam, níveis multidimensionais de atuação do poder (SARMENTO, 2009, p. 62).

A segurança, e em particular a segurança interna, dependem das conceções do Estado. Com efeito, a segurança está na base da fundamentação histórica do Estado. Segundo QUIRAZ FLORES (*apud* CORTE-REAL, 2015, p. 41), o Estado moderno detém vantagens competitivas sobre todas as outras formas de organização política que é, de longe, melhor que qualquer outra na direção de sociedades vastas e complexas.

No entanto, questiona-se de que forma o Estado, enquanto ator principal, pode continuar a garantir a segurança neste quadro complexo de ameaças e riscos. Qual a ideologia e os melhores modelos de governação e de execução de políticas públicas de segurança: se através do próprio Estado, por entidades públicas dedicadas a esse fim, se através do recurso a entidades privadas.

1.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA

O progressivo envelhecimento da população, a sua concentração nas grandes cidades urbanas, a qualificação e regulação do mercado de trabalho, a integração dos imigrantes, a redistribuição de recursos, a exigência dos serviços públicos em matéria de segurança, saúde, educação e justiça constituem os principais desafios e áreas de intervenção aos governos das sociedades modernas.

Quando a sociedade se sente ameaçada numa determinada área, constata que devem ser tomadas medidas que alterem esse paradigma. Neste contexto, quando os problemas identificados são colocados na agenda política, emergem as políticas públicas como um processo de mediação social ou de resposta aos problemas dos cidadãos. As políticas públicas são assim respostas dos governos aos problemas e aos inúmeros desafios que enfrentam, em particular nas sociedades modernas e democráticas, que são cada vez mais crescentes.

A política pública, segundo MÉNY e THOENIG (*apud* OLIVEIRA, 2006, p. 75), pode ser definida como “um produto da atividade de uma autoridade investida de poder público e de legitimidade governamental. A política pública apresenta-se sob a forma de um programa de ação governamental num setor da sociedade ou num espaço geográfico e faz intervir todo um conjunto de atores, tais como, a educação, a segurança, as autarquias”.

As políticas públicas podem ser caracterizadas pela sua natureza, conflitualidade e abrangência. Segundo LOWI (*apud* RODRIGUES, 2014), as políticas públicas apresentam-se em distintas tipologias: as políticas distributivas, que se baseiam na distribuição de vantagens de forma tendencialmente universal ou abrangendo um grande número de beneficiários; as políticas redistributivas, que se baseiam na redistribuição de recursos financeiros; as políticas regulatórias, centradas na criação de regras de funcionamento, regulando relações da sociedade; e, por fim, as políticas constitutivas que atuam sobre as regras do jogo político, alterando a estrutura e as condições gerais de definição das restantes políticas.

No que respeita à sua implementação, desenvolvem-se dois modelos conceptuais: o modelo *top-down*, tomada no topo; e o modelo *bottom-up*, parte dos atores nos níveis de base. No modelo *top-down*, o processo pretende colocar em prática uma política pública a partir do topo político e burocrático com

responsabilidades na sua formulação. No entanto este não é um processo linear e não obedece a princípios hierarquicamente identificáveis.

Pelo contrário, no modelo *bottom-up*, os processos são definidos, selecionados e traduzidos em práticas específicas sobretudo pelos atores que estão em contacto direto com os beneficiários das medidas e que estão submetidos à pressão dos utentes. Esses atores gozam de uma discricionariedade considerável e difícil de controlar, e tem as experiências e os recursos necessários para pôr em prática cada política concreta.

Como referimos as PPS emergem das necessidades de segurança da sociedade: onde há sociedade, tem de existir ordem e segurança; só elas permitem a convivência social pacífica.

Os problemas sociais potenciadores das PPS surgem na sua maioria associados ao sentimento de insegurança e ao aumento da criminalidade, algo que inquieta a sociedade, carecendo de respostas estruturadas passíveis de estabelecerem uma mudança expectável, que as instituições tradicionais, por si só, não conseguem resolver.

Não obstante a importância de determinadas decisões políticas e ações públicas, segundo PASQUINO (2010, p. 291), “nenhuma decisão individual e concreta, de nível nacional ou local, ainda que adotada por membros do governo, pode por si só ser considerada automaticamente uma política pública. Qualquer política pública é produto de uma decisão, mas vai muito além dessa decisão”, dado que integra, entre outras etapas, a sua implementação.

As políticas públicas consubstanciam uma resposta dos governos aos problemas de enorme diversidade e complexidade, como a segurança, exigindo uma articulação em múltiplos níveis de decisão e ação, isto é, ao nível local, regional, nacional e transnacional. Segundo GLEIZAL (*apud* OLIVEIRA, 2006, p. 76), um dos grandes desafios é a articulação e a integração entre as diversas políticas.

Ademais, devido à crise económico-financeira, a sociedade exige eficiência e eficácia na resposta, ou seja, qualidade nas políticas públicas aos níveis político e técnico. Ao nível político, espera-se sobretudo ponderação de diferentes alternativas, de negociação e de decisão. Ao nível técnico, espera-se competências profissionais específicas.

A teoria das políticas públicas, segundo OLIVEIRA (2006, p. 76), emprega os conceitos de referencial e mediador. No âmbito da segurança, estamos a construir um referencial de segurança com a sua passagem de repressivo a preventivo. Os mediadores são os que concebem e implementam as políticas públicas. Em Portugal, o mediador principal das PPS é o governo, através do Ministério da Administração Interna (MAI), responsável pela política de segurança interna. O grande desafio é definir e encontrar os mediadores locais, que podem ser as autarquias locais, bem como outras entidades públicas e privadas.

Assim, ao longo dos tempos, o Estado teve sempre a preocupação de assegurar a segurança da comunidade. Ultimamente, decorrente da crise do referencial repressivo, temos assistido à emergência de novas PPS na resolução de novos desafios sociais, aliadas a dois fenómenos sociopolíticos: por um lado, a complexidade dos processos de formação de decisões políticas e, por outro, a crise do estado-providência (CORREIA e DUQUE, 2013, pp. 39-40).

O estudo das políticas públicas, segundo SARMENTO (2009, p. 87), apresentou o Estado como entidade autónoma, permitindo, posteriormente, reconhecer as suas limitações e caracterizar o poder do Estado. Este foi desvalorizado com a atribuição da produção de políticas públicas a mecanismos exteriores ao Estado, esvaziando-o do poder de execução. Simultaneamente, na contemporaneidade, associa-se ao Estado sem poder a ideia generalizada de que o ambiente complexo em que vivemos caracterizou a segurança como expectativa, ou seja, a segurança transforma-se numa relação cognitiva com o futuro.

Desta forma, podemos afirmar que as políticas de segurança surgem como discursos elaborados pelas elites políticas a fim de produzir discursos geradores de expectativas de segurança, que reconstroem, em permanência, a legitimidade de suporte às estruturas de poder (SARMENTO, 2009, p. 88).

Ao longo dos tempos, assistimos à consolidação do conceito de sociedade em rede que fragmenta a autoridade política, destituindo-a de poder e fomentando a desresponsabilização social. O poder, embora real, torna-se imaterial e descentralizado (SARMENTO, 2009, p. 98). Nesta teia, tudo indica que a rede impôs a multidimensionalidade da globalização, e fez emergir um segundo polo - a governação, entendida como «um método destinado, pela contratualização, a habilitar os atores governamentais e não-governamentais a formularem políticas exigidas

pelos interesses transversais, mas sem uma autoridade política unificadora» (MOREIRA, 2003, p. 37).

As políticas de segurança e as instituições estão, segundo OLIVEIRA (2006, pp. 79-81), confrontadas com o paradigma da prevenção, da mediação, da proximidade e das parcerias, em que a prevenção de problemas complexos exige respostas políticas interdisciplinares e multifacetadas.

As medidas preventivas podem ter como objetivo criar condições sociais e económicas (prevenção social), focalizando-se em programas dirigidos essencialmente à família, à escola, à reinserção dos jovens e ao emprego; ou dissuadir, implementando medidas urbanísticas, tecnológicas, campanhas de sensibilização, vigilância policial, videovigilância e controlo informal dos cidadãos. Com este novo paradigma da prevenção, surgiram, em Portugal, através do MAI, algumas ações e programas, a saber: Escola Segura, Segurança a Idosos, Comércio Seguro, Inovar e Escolhas.

A profissionalização e especialização das organizações policiais, segundo OLIVEIRA (2006, p. 94), afastou o agente policial do terreno e das missões de prevenção e de contacto com o cidadão. O modelo tradicional de polícia, assente no policiamento reativo, tem provado a sua inaptidão na prevenção.

A mediação deve ser considerada como um processo em que um elemento neutral tenta o consenso entre as partes em litígio ou é encarada como um processo de construção dos referenciais das PPS. Neste último sentido, MULLER (*apud* OLIVEIRA, 2006, p. 76) refere que “uma política pública é o resultado de uma mediação social, onde aparecem vários atores confrontando as suas visões do mundo e as suas lógicas de ação”.

Segundo OLIVEIRA (2006, pp. 83-84), a interpretação da mediação, no domínio da segurança, poder-se-á fazer em função de três paradigmas: o da insegurança urbana, em que ela é o resultado do fracasso do processo socializador, em particular da família, escola e sociedade; o da sociedade de risco tal como a definiu ULRICH BECK, em que a insegurança não é definida como desordem, mas como um risco inerente à desarticulação da sociedade, e, por último, da coprodução da insegurança por parte das instituições, por incapacidade de fazerem respeitar a ordem e de reduzir os riscos e encontrar soluções.

A proximidade tem sido apontada como um fator importante numa relação mais aberta da administração em relação aos cidadãos. Esta pode ser espacial, temporal e relacional. A componente espacial parece-nos, em termos policiais, relevante pela proximidade física e na adaptação do modelo de policiamento ao local, no sentido de satisfazer as reais necessidades de segurança da população. No entanto, acarreta uma redistribuição de meios e de efetivos policiais.

O objetivo principal que preside às parcerias consiste na resolução de problemas complexos, multidimensionais, exigindo uma intervenção global e integrada, como o caso da segurança. Espera-se a intervenção dos parceiros junto de fatores que se inserem no âmbito das suas atribuições e que influem ou são potenciadores de situações de insegurança. Como refere GLEIZAL (*apud* OLIVEIRA, 2006, p. 86), “a segurança só pode ser resolvida através de novas práticas sociais que se devem basear no diálogo, no contrato e que devem conduzir à coprodução”.

Neste sentido, são diversos os programas e as ações de prevenção estabelecidos em Portugal nos últimos anos, sobretudo com base nas parcerias; entre outros, encontram-se os Conselhos Municipais de Segurança (CMS) e os programas Escolhas.

A segurança exige hoje uma coprodução, envolvendo vários atores e parceiros institucionais públicos e privados, individuais e coletivos. Assistimos à passagem de um estado-providência para um estado-regulador. O Estado está, assim, confrontado com novos desafios de natureza estrutural que requerem uma resposta de política pública global. Segundo PHILIPPE ROBERT, os poderes públicos só conseguirão enfrentar os atuais desafios, incluindo o da segurança pública, se renovarem profundamente os seus diagnósticos e modos de intervenção (*apud* OLIVEIRA, 2006, pp. 16-17).

1.3 OS CONTRATOS LOCAIS DE SEGURANÇA

As políticas públicas de segurança, segundo DIEU (*apud* OLIVEIRA, 2006, p. 285), são

“um conjunto, mais ou menos coerente, de decisões e de medidas tomadas pelas instâncias políticas legítimas, cujo objetivo, expressamente definido, é o de fornecer através da mobilização das instituições de segurança de regulação social e de outros parceiros públicos e privados (coletividades locais, associações, empresas), uma resposta efetiva às diversas formas de insegurança induzidas pelo fenómeno da insegurança”.

Neste sentido, as PPS são um processo complexo que envolvem, regra geral, várias etapas, desde a definição e agendamento do problema, à formulação das medidas de política e legitimação da decisão, à sua implementação e avaliação e mudança (RODRIGUES, 2014), e emergem das necessidades de segurança dos cidadãos.

Nem sempre as políticas dos governos são políticas públicas, apesar de serem estatais. Para o efeito seria necessário que o seu processo de elaboração fosse submetido a debate público. A sua elaboração não se restringe aos gabinetes governamentais e visam responder a demandas da sociedade, principalmente de setores mais vulneráveis.

Assim sendo, destacamos os princípios defendidos por OLIVEIRA (2006, p. 285) ao afirmar que, até ao início do século XXI, não existiram em Portugal verdadeiras PPS, porquanto pouco ou nada estavam direcionadas para as reais demandas dos cidadãos. Não obstante, é de realçar a importância do programa Escola Segura, lançado no ano letivo 1996/1997, como resposta às necessidades de segurança manifestadas pelos alunos, professores, associação de pais e restante comunidade escolar.

No essencial, estas políticas, dirigidas à segurança e às polícias, têm uma natureza segmentada, micro e normativa, apresentando uma lógica meramente interna ao sistema e às polícias, e visam, essencialmente, o reforço de competências e a resolução de questões estatutárias.

Não obstante, podemos questionar se as políticas implementadas no início do século, através dos CLS, consubstanciam ou não verdadeiras PPS, face ao atrás

referido. A título de exemplo, veja-se a PPS implementada no Município de Loures, em 2008, através do CLS.

As políticas de segurança implementadas até então, segundo OLIVEIRA (2006, pp. 285-286), podem classificar-se em três eixos: políticas de segurança e consolidação do Estado de Direito (1974-1981), que tinham como objetivo o reforço da autoridade democrática e a preservação da ordem pública (medidas de combate antiterrorista e ao tráfico e consumo de drogas); políticas de reafirmação da segurança interna (1981-1995) que visavam, essencialmente, a institucionalização e a modernização do sistema de segurança interna e das forças e serviços de segurança (estatutos de pessoal, a criação do serviço de informações, a institucionalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Lei de segurança interna, a criação da Escola Superior de Polícia, hoje Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e a criação das superesquadras) e políticas de segurança pública (1995 a 2002). Estas últimas, segundo o mesmo autor, podem ser agrupadas em três grandes áreas: modernização das forças e serviços de segurança; programas de segurança no âmbito do policiamento de proximidade – PIPP/Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (entre outros, Escola Segura, Segurança a Idosos, Comércio Seguro, Inovar)²; e territorialização da segurança. De referir que as forças policiais estiveram ausentes da conceção dos programas atrás referidos, os quais foram concebidos e monitorizados nos gabinetes ministeriais, limitando-se as mesmas a disponibilizar os meios para a sua execução.

Será neste período que surgem alguns estudos, a criação dos conselhos municipais de segurança³ e das polícias municipais⁴, a criação do Conselho Consultivo para a formação das forças e serviços de segurança⁵, e a institucionalização da IGAI - Inspeção Geral da Administração Interna.

Em 2005, o programa do XVII governo constitucional (2005-2009)⁶ reitera a importância de um policiamento de visibilidade, de integração e de proximidade das forças de segurança, em conjugação com as polícias municipais. Refere também que as autarquias devem ser implicadas neste esforço de melhorar a coordenação dos serviços vitais à segurança, através da celebração de Contratos Locais de Segurança,

² Vide Resolução de Conselho de Ministros n.º 6/99, de 8 de fevereiro.

³ Vide Lei n.º 33/98, de 18 de julho.

⁴ Cfr. Lei n.º 140/99, de 28 de agosto.

⁵ Cfr. Resolução de Conselho de Ministros n.º 78/98, de 7 de julho.

⁶ Vide Capítulo IV, ponto III, 7., do Programa do XVII Governo Constitucional, disponível em <http://www.portugal.gov.pt/media/464060/GC17.pdf>.

envolvendo o Gabinete Coordenador de Segurança e os organismos locais de segurança, prevenção da criminalidade e proteção civil. Por fim, alude ainda à necessidade de uma revisão da Lei de Segurança Interna, aprovada em 1987, tendo em conta os novos riscos e ameaças, o que veio a suceder em 2008⁷.

Este governo introduz aqui os primeiros CLS com a contratualização da segurança entre a administração central e local, reforçando o papel do poder local na segurança.

Os primeiros CLS surgem em 2008 nos municípios de Loures⁸ e do Porto⁹, celebrados no âmbito do protocolo¹⁰ estabelecido entre o governo e a Associação Nacional de Municípios. Desde essa data até à nova geração de 2016, foram celebrados trinta e cinco CLS com os municípios de Alandroal, Albufeira¹¹, Alcoutim¹², Aljezur¹³, Borba, Cabeceira de Bastos, Castro Marim¹⁴, Cuba, Estremoz, Évora, Faro, Lagoa, Lagos, Leiria, Loulé, Mangualde, Monchique, Montijo, Mourão, Olhão¹⁵, Portel, Portimão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Torres Vedras, Viana do Alentejo, Vila do Bispo, Vila Real de Santo António, Vila Viçosa e Viseu.

O conteúdo dos contratos, nomeadamente o objeto, as áreas de atuação e o âmbito territorial, era determinado por acordo entre as partes, face às necessidades de cada Município, ou seja, ex-Governadores civis, em representação do MAI, e as Câmaras Municipais. O diagnóstico, a estratégia definida e as ações a desenvolver eram alvo de análise e avaliação por parte do Conselho Municipal de Segurança¹⁶.

O protocolo de celebração do CLS no Município de Loures estabelece para a sua implementação a criação de um grupo de trabalho, constituído pela ex-Governadora Civil de Lisboa, representantes do Município e do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP (COMETLIS), tendo como missão realizar o Diagnóstico Local de Segurança, elaborar o plano de ações e iniciativas, elaborar proposta sobre a estrutura de gestão e o modelo de financiamento e associar os

⁷ Cfr. Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto.

⁸ Cfr. Anexo II.

⁹ Cfr. Anexo III.

¹⁰ Cfr. Anexo I.

¹¹ Cfr. Anexo IV.

¹² Vide Anexo V.

¹³ Vide Anexo VI.

¹⁴ Vide Anexo VII.

¹⁵ Vide Anexo VIII.

¹⁶ Vide Cláusula segunda do Protocolo de Adesão aos CLS, celebrado entre o MAI e a ANMP- Anexo I.

parceiros locais¹⁷. Para a sua execução, estabelece a criação de uma estrutura de missão municipal¹⁸ (órgão diretivo), responsável pela gestão do projeto. A monitorização¹⁹ ficou a cargo da universidade Católica, como refere DALILA ARAÚJO²⁰, ex-governadora civil de Lisboa, e LUÍSA MONTEIRO²¹, diretora da equipa de missão.

O protocolo de celebração do CLS no Município do Porto (Bairro do Cerco) estabelece a criação de um Conselho de Execução constituído pela ex-Governadora Civil do Porto, representantes do Município e do Comando Metropolitano do Porto, tendo como missão realizar o Diagnóstico local de Segurança e elaborar e executar a estratégia e os planos de ação. Os encargos são da responsabilidade do MAI e a supervisão e a avaliação científica da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

De referir que o protocolo de celebração do CLS nos Municípios de Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim e Olhão adquirem a mesma forma, sendo apenas omissos no que respeita à responsabilidade dos encargos e ao nome da entidade responsável pela supervisão e avaliação científica do contrato.

Em julho de 2016, o XXI governo constitucional (2015-2019), no cumprimento de uma das medidas do seu programa para criar um Programa Nacional de Prevenção e Segurança de Proximidade²² correspondente a uma nova geração de ações de policiamento de proximidade, celebrou um acordo de cooperação²³ com as associações nacionais de Municípios e de Freguesias, no sentido de atualizar e estabelecer uma nova geração de CLS.

Na mesma data, foram assinados os primeiros contratos da nova geração de CLS com os municípios da Amadora²⁴, Lisboa²⁵, Loures²⁶, Maia²⁷, Oeiras²⁸, Porto²⁹, Serpa, Sintra³⁰, Vila Franca de Xira³¹ e Vila Nova da Gaia³².

¹⁷ Vide Cláusula Quinta do CLS – Anexo II.

¹⁸ Vide Cláusula Quarta do CLS – Anexo II.

¹⁹ Vide Cláusula Sétima do CLS – Anexo II.

²⁰ Vide apêndice VI (resposta à 18.ª questão da entrevista).

²¹ Vide apêndice III (resposta à 13.ª questão da entrevista).

²² Vide Programa do XXI Governo Constitucional, disponível em <http://www.portugal.gov.pt/media/18268168/programa-do-xxi-governo.pdf>.

²³ Cfr. Anexo IX.

²⁴ Cfr. Anexo XII.

²⁵ Cfr. Anexo XIII.

²⁶ Cfr. Anexo XIV.

²⁷ Cfr. Anexo XV.

²⁸ Vide Anexo XVI.

²⁹ Vide Anexo XVII.

³⁰ Vide Anexo XVIII.

³¹ Vide Anexo XIX.

³² Vide Anexo XX.

A nova geração de CLS pretende encontrar respostas adequadas às especificidades sócio criminais de cada território e promover a cooperação entre a Administração Central, as autarquias e as comunidades locais³³.

Os novos contratos têm como objetivo a redução de vulnerabilidades sociais, a prevenção da criminalidade e da delinquência juvenil, e o incremento do sentimento de segurança das populações. Para o efeito, pretende-se envolver os vários departamentos governamentais, no sentido de integrar as políticas públicas no contexto local; adaptar o modelo de CLS às especificidades da área de intervenção; e implementar um novo modelo organizacional, com responsabilidade partilhada pelos três níveis de intervenção (político, coordenação e operacional).

O protocolo de celebração da nova geração de CLS prevê a criação de uma Comissão Interministerial; uma Comissão Coordenadora e Núcleos Operacionais³⁴. Integram a Comissão Coordenadora, um vereador da câmara municipal, que preside, o comandante da PSP e um representante da Comissão Interministerial.

A implementação do contrato desenvolve-se em quatro etapas³⁵: elaboração do Diagnóstico Local de Segurança pela Comissão Coordenadora, de acordo com a matriz de indicadores previamente definida pela Comissão Interministerial; Formulação do Plano de Intervenção por parte das Comissões Coordenadora e Interministerial que identificam as medidas a implementar, os parceiros associados, os recursos materiais e financeiros e o cronograma da execução; Implementação das Medidas pelos Núcleos Operacionais; e Monitorização e Avaliação por parte de ambas as Comissões.

Nestes termos, os CLS são instrumentos privilegiados das políticas públicas de segurança para colocar em prática a cooperação institucional à escala territorial a que respeitam, e refletem a necessidade de descentralização das respostas e competências em termos de segurança e redução das vulnerabilidades sociais. O envolvimento das instituições e dos cidadãos é fundamental para o reforço da segurança da comunidade, assumindo-se indispensável a adoção de medidas preventivas em que todos os atores são fundamentais na sua execução.

³³ Cfr. Apresentação do MAI disponível em <https://www.portugal.gov.pt/media/20490378/20160714-mai-contratos-locais-seguranca.pdf>.

³⁴ Vide Cláusulas Nona e Décima dos CLS.

³⁵ Vide Cláusula Terceira dos CLS.

1.4 O MODELO DAS ETAPAS E A ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Como vimos, as políticas públicas são respostas dos governos, em particular nas sociedades modernas e democráticas, aos problemas e aos inúmeros desafios que enfrentam cada vez mais crescentes e complexos.

Segundo RODRIGUES (2014, p.13), a ação pública exerce-se sobre problemas de enorme diversidade e complexidade, como os problemas sociais, económicos, ambientais e de segurança, articulando-se em múltiplos níveis de decisão e ação, ao nível local, regional, nacional e transnacional. Ademais, exige-se eficiência e eficácia, ou seja, qualidade nas políticas públicas ao nível político e técnico.

Neste sentido, as políticas públicas são um processo complexo e multidimensional que se desenvolve em múltiplos níveis de ação e decisão, pelo que, a aplicação do modelo das etapas ou do ciclo político, facilita a sua compreensão, reduzindo a sua complexidade e permitindo uma melhor análise do seu estudo. A desagregação em etapas permite o seu estudo isoladamente ou em relação com as etapas subsequentes (RODRIGUES, 2014, p. 15).

Esta análise das políticas públicas não exclui outras abordagens de modelos de análise complementares, pelo contrário, estimula a sua integração. Nestes termos, a análise das políticas públicas transforma a ação pública em objeto de estudo. Não obstante diversos autores identificarem várias e diferentes etapas no modelo, quatro delas são comuns, a saber: I etapa – definição do problema e seu agendamento; II etapa – formulação das medidas de política e legitimação da decisão; III etapa – implementação; e IV etapa – avaliação e mudança (RODRIGUES, 2014, p. 18).

No que respeita à Iª etapa, esta refere-se ao contexto e ao processo de perceção do problema como político, ao debate público sobre as suas causas e à sua entrada na agenda política. O primeiro passo do exercício de análise é a identificação e a definição do problema, para, num segundo passo, compreender a forma como tal definição foi construída.

Os problemas, por vezes, não têm uma existência objetiva. O seu reconhecimento e agendamento é um processo de construção social dependente de vários fatores, entre outros, a produção de informações por grupos de interesse ou agências governamentais, as condições socioeconómicas, a natureza, a complexidade, a urgência e a severidade dos problemas.

São várias as explicações e os fatores determinantes no processo de agendamento apresentados por vários autores, a saber: os efeitos da agenda mediática e da opinião pública (McCOMBS, M. E. e SHAW, D. L., 1972); por fatores exógenos (e.g. crise) ou por fatores relacionados com as lideranças políticas e por ação de grupo de interesses (DOWNS, 1972; PETERS e HOGWOOD, 1986); por efeito das catástrofes ou eventos extraordinários (BIRKLAND, 1998); do discurso, do conhecimento e das ideias (KING, 1973); e por efeito de monopólios políticos (BAUMGARTNER, F. e JONES, B. *apud* RODRIGUES, 2014, p. 21).

Nesta etapa, o foco de análise são as condições de emergência do problema, a informação e o conhecimento produzido sobre o mesmo, as suas causas, percepções, representações, os fatores que determinam o seu agendamento e a resposta e o reconhecimento dos poderes públicos. Pretende-se analisar o surgimento do problema e os fatores que presidem ao seu agendamento – resposta com políticas públicas.

A IIª etapa refere-se ao processo de elaboração de argumentos que presidem à ação política, de desenho dos objetivos e de estratégias e mobilização das bases de apoio político. Esta etapa requer o envolvimento de diferentes atores, desde o governo ao poder local, as universidades, os peritos e grupos de interesse, e desenvolve-se com base em quatro requisitos: avaliação e informação, com a identificação das causas e efeitos, dos impactos dos grupos afetados; discussão, negociação e legitimação, isto é, o diálogo entre os diversos atores políticos e as audições públicas no sentido de alargar a participação e a base de apoio para as decisões; desenho da política, dos objetivos, o público-alvo e os segmentos abrangidos; e a decisão política e consolidação, ou seja, a escolha da solução e a fixação de objetivos, metas e instrumentos de intervenção.

Segundo ANDERSON (2003), HOWLETT e RAMESH (2003), possuímos como instrumentos de intervenção: a informação e divulgação, como campanhas; a autoridade ou poder legal de regulação, comando e controlo; o orçamento e recursos financeiros, como subsídios, taxas e encargos de usos e financiamento de grupos; e recursos organizacionais, que podem ser mobilizados para prestação direta de serviços públicos pela administração central, regional e local, ou por empresas públicas, ou em parceria e, ainda, através da criação de mercados.

De realçar a exequibilidade e adequação das soluções aos objetivos; a avaliação do custo benefício; os processos de negociação e compromisso; a distribuição de poderes e competências e a capacidade de fazer prevalecer uma solução como fatores que determinam a escolha de soluções e a seleção dos instrumentos de intervenção.

Nestes termos, nesta etapa são objeto de análise a definição do problema e a sua solução com objetivos e metas, considerando os custos, a aceitabilidade social e política e a sua exequibilidade na resolução. Pretende-se analisar o processo de formulação e escolha da solução de entre as alternativas propostas e discutidas.

A IIIª etapa refere-se à implementação das medidas e ao respetivo processo de aprovisionamento de recursos. A análise nesta etapa pretende estudar os obstáculos à concretização das decisões, identificar o défice de concretização ou os desvios e a distância entre o programado e o realizado e as suas causas. Esta etapa de implementação envolve diversos atores com autonomia e capacidade de negociação; sistemas administrativos organizados sectorialmente e por níveis ou camadas de execução; e exigências de coordenação e controlo vertical e horizontal. Vários atores procuram identificar os fatores explicativos dos desvios, tendo estes vindo a atribuir uma maior importância a esta etapa no processo político e a reconhecer o elevado nível de complexidade das interações e interdependências geradas. Os modelos *top-down*, segundo PRESSMAN, WILDAVSKY e BARDACH (*apud* RODRIGUES, 2014, p. 27), a análise parte da decisão, tomada no topo, e procura compreender os desvios de concretização que ocorrem na base. Pelo contrário, nos modelos *bottom-up* a análise parte dos atores da base (LIPSKY e SABATIER *apud* RODRIGUES, 2014, p. 27).

Nestes últimos modelos, os autores identificam e analisam situações, mobilizando três conceitos: LIPSKY (*apud* RODRIGUES, 2014, p. 27) refere a burocracia no terreno ou na base da hierarquia em que os agentes dispõem de competências específicas, autonomia relativa de julgamento, decisão e poder discricionário, que lhe permite redefinir a orientação de um programa; TSEBELIUS (*apud* RODRIGUES, 2014, p. 27) refere o poder de veto de agentes ou atores cuja concordância é decisiva numa decisão política; e GROSSMAN, HART, NEWTON, DETH e SCHNAPP (*apud* RODRIGUES, 2014, p. 28) referem a deriva democrática que caracteriza o afastamento de uma medida de política da intenção original do decisor e dos objetivos definidos.

Assim sendo, nesta etapa, são objeto de análise as condições de aplicação e concretização das medidas tomadas; o papel previsto no planeamento e a distribuição de competências e de recursos dos vários atores. Pretende-se analisar se as decisões foram concretizadas, como, por quem, em que prazo, com que custos e quais os principais constrangimentos.

Por último, a IVª etapa refere-se aos processos de acompanhamento e avaliação das medidas e das políticas públicas implementadas, a partir dos quais se inicia um novo ciclo político. Pretende-se assim avaliar a eficácia e a eficiência da ação pública e analisar os processos de alteração dos objetivos e dos meios políticos decorrentes de novos factos, no qual se baseia um novo ciclo político em que as etapas se repetem. Esta etapa é essencial para melhorar os processos de decisão e identificar novos problemas. Segundo MUNGUER (2000), desenvolveram-se diferentes tipos de avaliação desde o acompanhamento dos processos de decisão, dos níveis de satisfação dos beneficiários, dos resultados face aos objetivos e do custo-benefício aos impactos.

O exercício de análise para esta etapa deve ser focado em relatórios, estudos de impacto, imagem pública da política e dados estatísticos. Pretende-se avaliar os efeitos, objetivos e metas alcançadas, bem como os fatores que levam à continuidade ou descontinuidade de uma política pública.

CAPÍTULO II – A GOVERNAÇÃO INTEGRADA

2.1 ABORDAGEM GERAL

O conceito de “Governança Integrada - GOVINT”, segundo LING, tem sido descrito como uma expressão abrangente para um grupo de respostas ao problema da crescente fragmentação dos serviços públicos e do setor público, e um desejo de aumentar a integração, a coordenação e a capacidade (*apud* MARQUES, 2015, p. 213).

São vários os conceitos de GOVINT, dependendo do seu âmbito, sendo que para efeitos do presente trabalho, vamos adotar o princípio desenvolvido por BOGDANOR (*apud* MARQUES, 2015, p. 19) que a considera como uma estratégia política que

«procura coordenar o desenvolvimento e a implementação de políticas, transversalmente a departamentos e agências, especialmente para abordar problemas sociais complexos, como exclusão e pobreza, de uma forma integrada (...) É uma estratégia que procura juntar não só os departamentos governamentais, mas também um conjunto de instituições privadas e de voluntariado, trabalhando transversalmente tendo em vista um objetivo comum.»

Segundo ISABEL CORTE-REAL (*apud* SANTOS, 2015, pp. 115-116), a segurança é um dos problemas mais complexos das sociedades contemporâneas (*wicked problems*) que está permanentemente na agenda e exige uma estratégia de GOVINT.

Os problemas complexos são essencialmente horizontais, transversais, multidisciplinares e multissetoriais, enquanto as respostas a estes problemas continuam a ser desenvolvidas, no geral, com soluções verticais, em *silos*, com evidentes dificuldades de interligação entre atores, a que acresce a inexistência de uma cultura de cooperação e de uma linguagem comum.

Estes problemas decorrem de múltiplas causas, nem todas evidentes, com processos de desenvolvimento diferentes e com várias consequências, em os instrumentos tradicionais de gestão, que se concentram em processos normais de abordagens lineares, se revelam infrutíferos, exigindo-se assim uma abordagem reflexiva, ou seja, uma governação integrada.

A crescente diversificação dos problemas sociais, bem como a sua complexidade, coloca novos desafios à ação política. Não se trata de fornecer, como

no setor privado, um produto ou serviço; trata-se de trabalhar conjuntamente para propor a definição de políticas públicas, mas, mais do que isso, aplicá-las e pô-las em prática, num exercício de GOVINT (SANTOS, 2015, p. 116).

A transversalidade dos problemas complexos e a necessidade de implementar soluções horizontais poderá provocar um reajuste na própria organização da AP. Os modelos de GOVINT podem ser incentivados através da implementação de modelos orçamentais por projetos partilhados e geridos em função dos impactos obtidos (SANTOS, 2015, pp. 118-121). A governação visa responder a uma nova realidade, a um mundo mais complexo no qual os subsistemas sociais são diferenciados e o Estado perdeu a sua capacidade de ação (OLIVEIRA, 2006, p. 30).

A governação, segundo MERRIEN (*apud* OLIVEIRA, 2006, p. 31), caracteriza-se «pela passagem da tutela ao contrato; da centralização à descentralização; do Estado redistributivo ao Estado-regulador; da gestão do serviço público à gestão segundo princípios de mercado; da direção pública à cooperação entre os atores públicos e privados». Segundo KOOIMAN, a governação é sempre um processo interativo que exige um trabalho em parceria, dado que nenhum ator dispõe de todos os conhecimentos e recursos que lhes permitam isoladamente resolver os problemas.

A crise económico-financeira veio colocar novos desafios à ação pública. O modelo burocrático da resposta social tornou-se financeiramente muito exigente, colocando uma enorme pressão na avaliação da sua eficácia e eficiência perante a falta de recursos..

Esta abordagem integrada nasce também com a preocupação da eficácia nos serviços públicos e é impulsionada pelo desafio colocado pelos problemas complexos, para os quais não há uma solução fácil, quer pela incerteza do problema, quer pela definição das suas causas.

Segundo OLIVEIRA (2006, p. 31), a governação faz intervir um conjunto de atores e instituições, alguns deles fora da esfera do governo; as fronteiras e as responsabilidades são menos nítidas entre os domínios da ação social e económica; exige o reconhecimento da amplitude e da diversidade das contribuições dos organismos associativos e traduz uma interdependência entre os poderes das instituições que estão associadas à ação coletiva.

Num contexto de GOVINT exige-se um novo papel para a AP, entre outros, que fomenta a participação em rede, construa consensos, agregue preferências sociais e garanta a representatividade de todos. É imprescindível criar uma administração que

atue em complementaridade com a sociedade, ciente da sua capacidade de auto-organização na resposta às necessidades dos cidadãos, utilizando de forma eficiente, eficaz e sustentável os recursos públicos (SANTOS, 2015, p. 123).

A GOVINT impõe novas formas de trabalhar, trespassando organizações, novos tipos de planeamento, novas configurações de controlo e incentivos e novos serviços integrados. Exige uma cultura renovada, em que a natureza burocrática dos regulamentos, focada nos processos, tem de dar lugar à eficácia.

Para desenvolver modelos de governação integrada é necessário ter recursos humanos aptos para essa missão. Necessitam de ter um conjunto de competências que vão muito para além das técnicas tradicionais. São conhecidos os benefícios associados à abordagem de GOVINT a matérias políticas, a saber: obtenção de resultados que não poderiam ser alcançados isoladamente; redução de fronteiras com a interligação de várias políticas; melhor resposta a problemas complexos e que contribuam para o reforço da prevenção (MARQUES, 2015, p. 207).

Devido a estes benefícios, este tipo de abordagem tem sido aplicada a problemas complexos, como é o caso da pobreza, da saúde e da segurança pública (em Portugal, essencialmente através dos CLS); às crises e aos desafios estratégicos, tais como o terrorismo e o surto de doenças; e como meio de prestar um serviço integrado a uma comunidade geográfica específica, ou a um público-alvo específico, como jovens, idosos ou empresas.

No Reino Unido, de 1997 a 2010, com TONY BLAIR assistiu-se a uma alteração de paradigma da gestão e políticas públicas com o surgimento da governação conjunta ou integrada, centrada na modernização e na melhoria dos serviços públicos, o que foi apelidado de *joined-up government* (GOVINT). A GOVINT foi implementada no âmbito de políticas públicas da saúde e segurança social.

Ao longo dos últimos 15 anos, na Holanda, muitos governos utilizaram estruturas *joined-up* para lidar com problemas complexos como a educação e o emprego. Em 2010, aplicou-se a GOVINT para lidar com problemas complexos como o abuso infantil e a diminuição da coesão social, reconhecendo também a necessidade deste tipo de abordagem para a integração de imigrantes.

A Austrália tem também uma grande experiência neste tipo de abordagem, bem como a Nova Zelândia e a Noruega, sobretudo por influência britânica.

Em Portugal, temos os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante, abertos em 2004, como forma de responder ao complexo desafio do acolhimento e integração

dos imigrantes; o Programa Escolhas implementado desde 2001, que visa a promoção da inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos vulneráveis; as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens³⁶ que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral, constituindo-se como verdadeiros fóruns de GOVINT.

As abordagens de GOVINT podem ser dispendiosas. Deve ser avaliada a sua necessidade e adequabilidade, porquanto nem todos os desafios de implementação de políticas públicas justificam este tipo de abordagem. Para a implementação de algumas das políticas, a cultura de colaboração e coordenação existente revela-se suficiente. Este tipo de abordagem envolve uma integração central para obter uma visão partilhada, o que implica a unificação do processo de elaboração de políticas no centro como forma de suporte à sua implementação, em que todos os atores devem ser envolvidos desde o início do processo (na fase da definição da agenda e de desenvolvimento da política).

Num ambiente complexo de políticas públicas concorrenciais torna-se indispensável gerir interdependências e fronteiras entre os departamentos governamentais, entre decisores políticos e organismos de implementação e inter-níveis (nacional, local, decisores políticos e pessoal operacional) para que a sua implementação seja eficaz.

Não menos importante é a visão partilhada que deve existir entre os vários atores sobre as causas subjacentes, o que se constitui como uma base essencial para um esforço de eficácia na GOVINT.

O sucesso deste esforço depende da existência de objetivos claros, de um compromisso político, de estruturas viáveis de culturas de colaboração sólidas e de incentivos para colaborar. Exige uma nova liderança de compromisso para com esta abordagem; uma nova cultura de construção de pontes e derrube de barreiras; uma nova forma de pensar mais global, não se restringindo aos objetivos parcelares; uma governação em rede, com a necessidade de se criarem estruturas; e novos processos de trabalho.

³⁶ Vide Lei n.º 147/99, de 1 de setembro.

2.2 UMA RESPOSTA NA ERA DA COMPLEXIDADE

A sociedade de hoje é marcada, essencialmente, pela incerteza e pela interdependência, que cresceram exponencialmente devido às suas interações previsíveis e imprevisíveis, de grande e pequena magnitude e à globalização. Segundo MARQUES (2015, p. 13), terminaram os tempos da previsibilidade, das causas gerarem efeitos constantes e que neles se esgotam, ou dos trajetos lineares.

Vivemos na era da complexidade que influencia e coloca vários desafios aos cidadãos, às instituições e ao próprio Estado e, conseqüentemente à AP, em particular no modelo de análise e resolução de problemas da sociedade. A resposta a problemas lineares que nos é familiar e serviu durante séculos uma sociedade previsível, hoje revela-se infrutífera perante a sua complexidade, em particular devido às interações e interdependências.

A resposta a problemas complexos exige uma visão holística, capaz de compreender as inter-relações entre um conjunto alargado de potenciais causas e atores, o que se constitui como um verdadeiro desafio ao Estado e à AP perante as expectativas do cidadão acerca da sua ação pública.

Os problemas complexos – *wicked problems*, ao contrário dos lineares, caracterizam-se pela dificuldade em definir o problema; não têm uma solução definitiva nem limitada a um conjunto fechado de soluções; cada problema pode ser entendido como sintoma de um outro; os especialistas não são suficientes e atravessam áreas disciplinares e fronteiras de organizações (MARQUES, 2015, p. 14).

Segundo GOLDSMITH (2010), os problemas mais complexos são essencialmente horizontais, transversais, multidisciplinares e multissetoriais, o que é incompatível com respostas públicas com soluções em silos, com evidentes dificuldades de interligação a diferentes níveis.

Por outro lado, assistimos ao esvaziamento do Estado com perdas de competências ao nível supranacional, para a UE, e ao nível interno com a contratualização e privatização. Presenciamos uma fragmentação e a uma maior dificuldade de responsabilização e de coordenação.

Esta segmentação foi fruto do conceito da Nova Gestão Pública (NGP) como analisaremos adiante, em que o incentivo à competição pela obtenção de resultados deu origem a que cada ministério lutasse exclusivamente pelos seus objetivos. Segundo FENGER e BEKKERS (2012), alguns países da Organização para a

Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), fizeram reformas inspiradas neste conceito e tiveram que estabelecer novas formas de coordenação e integração.

Não obstante as dificuldades colocadas pela fragmentação, perante este desafio tem emergido, nestes últimos tempos, uma compreensão e ação holística na gestão da complexidade, e com estas o conceito de GOVINT. Este conceito, segundo MARQUES (2015, pp. 20-28), envolve vários fatores que devem ser agrupados em três grandes pilares: construção, desenvolvimento e manutenção de relações interorganizacionais de colaboração; a colaboração no centro dos fatores críticos da GOVINT; e outros fatores críticos, como a liderança, participação, comunicação e avaliação.

A GOVINT é um processo relacional, e por isso, sempre dinâmico, que se baseia numa colaboração sustentada no tempo e nos recursos alocados. Consubstancia a resposta mais adequada para lidar com problemas complexos, obtendo-se mais e melhores resultados na prevenção e reparação das suas consequências e eficiência na utilização de recursos.

Segundo BARBARA GRAY (1989), o elemento chave é a colaboração, configurando “o processo pelo qual as partes interessadas, que até podem ver os problemas de perspetivas diferentes, partem das suas diferenças e procuram soluções construtivas e mutuamente benéficas, que de outra forma não poderiam ser encontradas”. Esta resposta construída com base na participação, colaboração e interdependência tem um maior impacto.

No entanto, há que reconhecer que apesar de a sua defesa ser óbvia, o processo colaborativo não é um caminho fácil e está sujeito a avanços e recuos, dependendo de vários fatores que o podem beneficiar ou, ao invés, bloquear.

Sobre esta matéria, LINDEN (*apud* MARQUES, 2015, p. 21) refere como fatores colaborativos críticos entre outros, o facto de os parceiros partilharem um interesse específico ou objetivo comum no qual estão comprometidos e não conseguem alcançar por si só; quererem procurar uma solução colaborativa e estarem dispostos a contribuir com algo para esse esforço; terem métodos abertos e credíveis; e usarem as suas competências em liderança colaborativa.

No centro da GOVINT, segundo MARQUES (2015, p. 24), está a colaboração, em que as pessoas fazem a diferença, mas esta tem também uma forte expressão na liderança, participação, comunicação, monitorização e avaliação. A liderança é uma das características essenciais, em que assistimos ao contraste do modelo hierárquico

da burocracia face ao modelo hierárquico da GOVINT. O primeiro é mais centralizado no controlo e concentração de autoridade no topo da organização do que o segundo, em que a autoridade se encontra dispersa. A liderança terá de ser colaborativa. Num modelo de relação de colaboração, a participação tem de ser real, tem de apresentar um crescente valor e ser eficiente e a comunicação, uma condição indispensável. Por último, a monitorização e a avaliação surge como um dos pilares mais sensíveis, porquanto sem elas é impossível verificar a adequabilidade das políticas integradas. Temos uma cultura de planeamento e de avaliação lineares, que pressupõe correlações óbvias entre causa e efeito, inadequada em contexto de complexidade. É necessário conceber novos modelos, com produção de instrumentos, de indicadores, de metodologias e de formação.

Assim sendo, entendemos que a GOVINT, embora não sendo um processo fácil, é o modelo mais adequado à sociedade em rede e aos seus problemas complexos.

Reconhecemos, tal como HOOD (2005, p. 25), que pode ter-se “alguma governação integrada todo o tempo, ou toda a governação em modo holístico algum tempo; mas não pode ter-se governação integrada todo o tempo”. Entendemos que não é possível, nem necessário, ter GOVINT em tudo, a todo o tempo. Há que priorizar os fenómenos que carecem de GOVINT.

No entanto, é viável tê-la em tudo, durante um curto período, como é o caso das catástrofes, de um atentado terrorista, de uma crise ou de uma guerra; ou alguma perante determinados fenómenos; durante todo o tempo, como é o caso dos problemas complexos da criminalidade, da exclusão social e das crianças em risco.

Em 1999, com a criação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens³⁷, Portugal reconhece o fenómeno das crianças em risco como um problema complexo, configurando um exemplo de uma escolha de alguma governação integrada a todo o tempo.

Em termos operacionais, segundo MULGAN (2005), a GOVINT não opera se não existir uma clarificação das tarefas críticas, se a autoridade estiver dissipada ao invés de distribuída, se a missão não for partilhada e se não for contrariada a cultura enraizada em muitos departamentos. Ademais, ROBERTS (2000) refere a desvantagem das reuniões e a energia despendida no sentido de se obterem consensos e acordos.

³⁷ Cfr. Lei n.º 147/99, de 01 de setembro.

De facto, as críticas mais recorrentes são o consumo excessivo de tempo, sem resultados, o que é mais premente na fase inicial, sobretudo com a proliferação de comissões e grupos de trabalho, ou ainda a multiplicidade de reuniões realizadas.

Neste sentido, a GOVINT corresponde a um modelo organizacional do Estado, e, por conseguinte, da AP, das instituições e do cidadão que com ela se relacionam, capaz de lidar melhor com os problemas complexos.

A era da complexidade exige um Estado mais ágil e uma Nova Administração que possa servir os cidadãos; o que implica também o desenvolvimento de competências pessoais e organizacionais para processos colaborativos, de forma sustentada no tempo e na alocação de meios.

2.3 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA RESPOSTA À COMPLEXIDADE

A passagem do Estado-providência para um Estado-regulador fez emergir novas abordagens de natureza estrutural em que, segundo PHILIPPE ROBERT (*apud* OLIVEIRA, 2006, p.17), os poderes públicos só conseguirão enfrentar os atuais desafios, incluindo o da segurança pública, se renovarem profundamente os seus diagnósticos e modos de intervenção. Esta renovação implica uma reorganização administrativa do território e uma modernização da AP de forma a adequar as estruturas organizacionais e os modelos de gestão a estes novos desafios.

Os processos de reorganização administrativa, segundo diversos autores como KUHLMANN e WOLLMANN (*apud* GATO, 2014, p. 8), compreendem uma dimensão horizontal e uma dimensão vertical. A dimensão horizontal diz respeito ao tamanho ideal do território administrado por cada entidade, agregando ou desagregando autarquias locais, que permita ganhos de escala de eficiência e eficácia, sem perder a proximidade que caracteriza a ação pública.

Neste aspeto, os países do norte da Europa tendem a agregar autarquias locais, em que a sua governação dispõe de mais competências e existe uma separação mais clara entre a administração local e a central. Pelo contrário, nos países do Sul a governação assume um cariz mais centralizador e localista, em que as autarquias dispõem de menos competências próprias e estão sujeitas a um maior controlo da administração central.

As recentes tendências de reforma territorial da Europa apontam para uma fusão de autarquias (Dinamarca, Grécia, Finlândia e Irlanda), pela regionalização (Roménia, Suécia e Eslovénia), e pelo reforço das autoridades metropolitanas (Holanda, Itália e França) e da cooperação intermunicipal (Polónia e República Checa).

Sobre este assunto, o antigo ministro da administração interna, Mestre RUI PEREIRA³⁸ afirma que é a favor da regionalização administrativa em Portugal, embora reconheça ser difícil de implementar por exigir um referendo obrigatório que tem de ser vinculativo, com mais de 50% do eleitorado, o que nunca aconteceu. Com a regionalização ficar-se-ia a ganhar em tudo, inclusive em segurança, com responsabilidade das entidades regionais.

Ainda segundo RUI PEREIRA, a extinção dos ex-governadores civis foi um retrocesso em termos de reformas, porquanto serviam de elo de ligação do MAI e dos Municípios; tratavam-se de agentes políticos de proximidade.

Em Portugal, em 2013, ocorreu uma redução do número de freguesias e um reajustamento da repartição de competências entre o município e as freguesias, por força de uma reorganização administrativa do território nacional das freguesias³⁹, com exceção do município de Lisboa, em que a sua reorganização administrativa ocorreu por iniciativa dos órgãos municipais⁴⁰.

A dimensão vertical diz respeito à distribuição de competências e recursos entre as várias entidades administrativas com intervenção no território (Estado, regiões e autarquias), descentralizando ou centralizando.

DE VRIES (*apud* GATO, 2014, pp. 10-13) considera que as vantagens e desvantagens das duas dimensões é um debate permanente e que o mesmo argumento pode ser visto como benéfico para ambas. De referir que a descentralização permite que as políticas públicas sejam concebidas e implementadas à medida da realidade local, por quem tenha um maior conhecimento dessa realidade, o que pode gerar um tratamento diferenciado dependente dos padrões de regulação e disponibilidade de recursos da entidade pública. Ademais, a descentralização impede o aproveitamento de economias de escala e confronta-se com a dificuldade, em entidades administrativas de pequena dimensão, em mobilizar meios e recursos para lidar com problemas complexos.

³⁸ Vide entrevista – Apêndice II.

³⁹ Vide Lei n.º 22/2012, de 30 de maio e Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro.

⁴⁰ Vide Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro.

A descentralização é também tida como uma das melhores formas de participação dos cidadãos no processo de decisão política, sobretudo devido à sua proximidade, o que, por si só, não é garantido. Assim sendo, ainda segundo DE VRIES, a abordagem mais correta é a de distinguir as áreas da política em que a descentralização seja benéfica, considerando que um modelo institucional não depende do facto de ser descentralizado ou centralizado, mas sim das áreas das políticas, sendo que a natureza dos bens e serviços públicos em causa é uma variável importante. Pensamos ser esta a abordagem do nosso país.

Em Portugal, em 2013, para além de ter ocorrido uma reorganização ao nível das competências das autarquias⁴¹, em 16 de fevereiro do presente ano, o governo, no cumprimento do seu programa⁴², aprovou em conselho de ministros uma proposta de lei que estabelece o quadro de transferências de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais⁴³.

Este pacote de descentralização de competências é considerado como uma pedra angular da reforma do Estado, tendo como objetivos o reforço da autonomia local, a proximidade e a eficiência e eficácia dos serviços públicos prestados aos cidadãos.

Pretende-se assim alargar a respetiva participação nos domínios da educação (ensino básico e secundário, respeitando a autonomia pedagógica das escolas), da saúde (cuidados de saúde primários e continuados), da ação social (em coordenação com a rede social), dos transportes, da cultura, da habitação, da proteção civil, da segurança pública e das áreas portuárias e marítimas.

No que respeita à segurança pública, a descentralização consubstancia-se na competência adquirida pelos órgãos municipais em participar, em articulação com as forças de segurança, na definição, de nível estratégico, do modelo de policiamento de proximidade a implementar e em regular e fiscalizar o estacionamento público dentro das localidades⁴⁴.

Paralelamente, exige-se também uma modernização da AP de forma a adequar as estruturas organizacionais a estes novos desafios que passa muito pela sua reestruturação, em particular a administração central do Estado. Neste âmbito, é de

⁴¹ Cfr. Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

⁴² Cfr. Programa do XXI Governo constitucional, disponível em <https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2016/04/ProgXXIGov.pdf>.

⁴³ Cfr. Proposta de Lei n.º 62/XIII, disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=41057>.

⁴⁴ Vide Artigos 23 e 27 da Proposta de Lei n.º 62/XIII, disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=41057>.

referir o programa de reestruturação⁴⁵ criado em Portugal, em 2006, pelo XVII Governo constitucional, estabelecendo, entre outras, as seguintes linhas de ação: reestruturar as unidades orgânicas da administração central, desconcentrar e descentralizar atribuições e competências e internalizar funções não críticas.

A AP tem por missão prestar serviços e resolver problemas que não podem ser resolvidos por indivíduos ou organizações isoladamente, exigindo estruturas em rede que trabalhem articuladamente, no sentido de se conceber e implementar políticas públicas de forma integrada.

As respostas tradicionais da AP são, na sua maioria, condicionadas por organizações burocráticas em *silos* e por um modelo onde predomina a hierarquia e a departamentalização, e apresentam frequentemente debilidades na coordenação horizontal, fator inerente à complexidade dos problemas (SANTOS, 2015, p. 116).

Em Portugal, ainda segundo o mesmo autor, a implementação de políticas públicas tem ocorrido essencialmente numa perspetiva organizacional, estruturada hierarquicamente, separando de forma clara dois tipos de intervenção: quem concebe, por um lado, e quem implementa e executa, por outro. A AP surge aqui como máquina executória.

Não obstante a organização da AP não ser favorável à implementação de soluções transversais de política integrada, a própria AP tem dado mostras da sua capacidade de adaptação e organização e os seus colaboradores de um profissionalismo e dedicação em prol do bem comum.

A AP, na prossecução do interesse público, rege-se, entre outros, por princípios de legalidade, justiça, imparcialidade, igualdade, universalidade, solidariedade e tem a obrigação de prestar contas e de promover uma gestão rigorosa na utilização de dinheiros públicos. Todo o seu funcionamento está sob a alçada do poder político, em concreto do governo.

O governo está planificado em ministérios setoriais, com atribuições e competências bem delimitadas em razão da matéria (organização em *silos*) o que limita formalmente as suas interações, nomeadamente a coordenação ministerial e interministerial dos decisores políticos, fator decisivo na conceção de políticas públicas não fragmentadas.

Por sua vez, este modelo de organização restringe a transversalidade das respostas aos problemas complexos, impondo-se assim fomentar e desenvolver um

⁴⁵ Vide Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, disponível em http://asficpj.pt/images/documentos/estudos/Modelo_PRACE.pdf.

modelo de governação em rede com modelos de estruturas flexíveis, como estruturas de projetos e equipas multidisciplinares, devendo evitar-se a criação de estruturas com competências sobrepostas.

Outras das limitações existentes diz respeito à questão orçamental, compartimentada em função dos programas setoriais. Será fundamental ponderar a orçamentação por projetos, políticas e não por departamentos ministeriais.

Estes aspetos constituem a base de uma cultura burocrática, compartimentada, que promove a fragmentação na implementação das políticas públicas. No entanto, a AP tem de encontrar espaço para incentivar a cooperação. Formalmente, a AP continua orientada para as atividades desenvolvidas (o que fazemos e para quem), gravitando em torno destas atividades (*outputs*) ao invés de se preocupar com os verdadeiros efeitos e impactos (*outcomes*). Trata-se de implementar uma verdadeira cultura de diagnóstico dos problemas, de apresentação de políticas públicas e de avaliação do seu impacto.

A estratégia transversal definida deve estar integrada e articulada com o nível operacional. Existem já instrumentos que permitem pôr em prática esta estratégia, como é o caso do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP) através da definição, e.g., de objetivos transversais. Para esta GOVINT, a estratégia deveria ser complementada com a implementação de modelos orçamentais por projetos, partilhados e geridos em função dos impactos obtidos na implementação das políticas públicas. Por outro lado, na senda da transversalidade da resposta aos problemas complexos, não deve ser esquecida a participação do cidadão.

A AP produz bens exclusivamente públicos (ambiente e defesa), ou podendo esses bens ser, em parte, do domínio privado (saúde, ensino, cultura), a sua produção não pode ser inteiramente entregue a esse setor com o objetivo de garantir um acesso tendencialmente universal. O objeto da AP é maioritariamente a satisfação das necessidades coletivas, tendo em conta não só o interesse público, mas também o bem-estar da sociedade e dos seus cidadãos.

Ao longo dos tempos, fomos confrontados com diferentes sistemas ou modelos de AP, nomeadamente o modelo profissional Weberiano; a gestão pública (*New Public Management*), predominante durante cerca de duas décadas e ainda atual; e, por último, o Novo Serviço Público/Governança Pública cujo sucesso implica uma relação entre o cidadão e a sociedade com o governo e os órgãos de decisão.

O modelo de organização profissional Weberiano caracteriza-se por uma administração sob o controlo do poder político, tendo por base o modelo hierárquico da burocracia. A esta administração, segundo ROCHA (2009), compete apenas implementar as políticas, cabendo ao poder político a sua conceção.

Neste modelo, o poder emanado pelas normas e pelas instituições formais tem, segundo SECCHI (2009), como características fundamentais a formalidade, a impessoalidade e o profissionalismo. Uma outra característica é a equidade nos serviços que presta, na medida em que prevê produtos e serviços *standards* para os cidadãos.

No modelo burocrático da organização, segundo os clássicos WEBER, FAYOL, TAYLOR, a administração deve reger-se pela especialização funcional, por posições hierárquicas com competências formalmente atribuídas e sistemas de regras e procedimentos bem definidos (MOZZICAFREDDO apud RICARDO ALVES e DAVID FERRAZ, 2015).

Após o final da II Guerra Mundial, a AP ganha uma nova dimensão, profissionalizando-se devido à absorção cada vez maior de profissionais das diversas áreas, nomeadamente da saúde, segurança social, educação e habitação, emergindo, assim, a Administração Profissional e o Estado de Providência.

Na década de 70, sobretudo devido à crise económica, este modelo de AP e o Estado Providência entraram em declínio. Há a necessidade de reformar a AP devido à redução do papel interventivo do Estado, dando lugar a privatizações e à prestação de alguns serviços por parte de outras organizações.

Assiste-se, deste modo, segundo CANOTILHO (2000), à substituição do paradigma burocrático da AP pelo paradigma administrativo-empresarial, surgindo um novo paradigma de Estado (Estado-Regulador) e um novo modo de governação.

Até ao início do séc. XXI, a procura da eficiência nos serviços públicos, a crise económica e o novo paradigma de Estado (Estado-Regulador), leva os governos a adotar o *New Public Managament* como modelo inspirador da reforma que se impunha (ROCHA, 2009).

Este conceito de Nova Gestão Pública surge nos anos 80, procurando substituir a gestão pública tradicional por processos e técnicas de gestão empresarial, tendo como pedras basilares a eficiência, eficácia e a competitividade. Ao contrário do modelo tradicional, este novo modelo define com clareza os objetivos e as metas e o critério de sucesso é verificado pelo seu cumprimento e o uso eficiente e económico

dos recursos. Existe também uma maior delegação na tomada de decisões por parte dos funcionários. Introduz ainda a concorrência nos serviços públicos, a fim de baixar os custos; a avaliação das *performances*, valorizando os resultados em detrimento dos processos; e a noção de *accountability*, atendendo à responsabilidade que se espera dos governantes e serviços públicos em relação aos cidadãos.

Recentemente, a cidadania, as redes e a participação ativa começam a estar mais presentes na reforma da AP. O cidadão, as entidades privadas e outras entidades públicas que não a AP, na qualidade de *stakeholders*, devem ter a possibilidade de exercer um papel ativo na estruturação das políticas públicas, o que implica uma mudança de comportamento por parte do Estado. A formação dessas políticas deixa de ser responsabilidade exclusiva do Estado e o processo passa a ser de construção participativa, nomeadamente, quando estão em causa respostas a problemas complexos.

Desta forma, segundo DENHARDT (*apud* RICARDO ALVES e DAVID FERRAZ, 2015, p. 58), o controlo dá lugar à interação e ao envolvimento. Cada vez mais, os serviços públicos devem envolver, em todas as etapas das políticas públicas, os cidadãos e os outros organismos públicos e privados, alargando assim horizontalmente o processo de *policy-making* (decisões políticas), passando a fazer cada mais sentido falar em *governance* (governança) em detrimento de *government* (governo).

Surge assim um novo modelo de gestão pública, o *New Public Service* (NPS), baseado nas parcerias através das redes, com o envolvimento de vários atores na preparação, formulação e implementação das políticas públicas e uma participação mais ativa do cidadão na construção das decisões políticas, que vai muito para além do simples voto, deixando de ser visto como um mero cliente ou utente.

Neste modelo, o governo é o ator chave entre vários, cujo papel passa por assegurar o predomínio do interesse público e não a exclusividade de assegurar que ele se cumpre. A *governance* inclui o Estado, mas transcende-o ao incluir todos os outros atores.

2.4 NOVA GOVERNAÇÃO DA SEGURANÇA

O papel do Estado tem variado ao longo dos tempos. Nos países da OCDE destacam-se três tipologias de modelos de gestão pública sucedâneos: o modelo

tradicional, Weberiano; o *New Public Management* e o modelo da *Governance* (REIS, FORTUNA e MARIANO, 2010, p. 4). O modelo tradicional, modelo Weberiano ou modelo da racionalidade administrativa, de cariz liberal, assentava na visão de que o mercado se autorregulava, conceito que se prolongou até à I Guerra Mundial, em que foi necessário introduzir mecanismos de regulação. Este modelo caracteriza-se, essencialmente, pela existência de um contrato de nomeação para um cargo público, pela divisão vertical do trabalho, pelo desdobramento das tarefas administrativas, pela distribuição da autoridade e do poder ao longo da hierarquia, e pela existência de uma estrutura piramidal, orientada do topo para a base (hierarquia de cargos). Este tem sido o modelo predominante na administração policial.

Após a II Guerra Mundial, com a reconstrução da Europa, assistiu-se a um reforço da intervenção do Estado, como produtor de serviços públicos, através da nacionalização e da constituição de grandes sectores públicos empresariais. Assistimos, nesta época, ao surgimento do Estado-providência.

Nos anos 80, com a emergência da globalização, presenciou-se um movimento de redução do papel do Estado na vida económica e social, que foi acompanhado pela externalização das funções do Estado na provisão de bens e serviços públicos, recorrendo a diversas formas: privatização, *outsourcing*, parcerias público-privadas (concessões e licenças), tendo por base a substituição da gestão pública tradicional por processos e técnicas de gestão privada. O Estado-providência deu lugar ao Estado-regulador.

Esta Nova Gestão Pública apela à descentralização e ao achatamento da hierarquia, mas destaca o controlo gestor e financeiro (*accountability*); vive para o interior da organização e foca-se excessivamente no cumprimento dos objetivos, o que gera a departamentalização; considera o cidadão como mero consumidor ou cliente.

Nos anos 90, surge o modelo da *Governance* (Governação) e do *New Public Service*, que apela ao conceito de cidadania democrática e ao humanismo organizacional. Este modelo, denominado de racionalidade política, assenta na participação dos cidadãos na administração da *Polis* e na noção partilhada de interesse público através da gestão participativa e da responsabilização e responsabilidade partilhadas. Trata-se de um modelo cooperativo e adaptativo, centrado nas parcerias entre o sector público e o sector privado, que emergem do

contexto sociopolítico para resolver problemas comuns (REIS, FORTUNA e MARIANO, 2010, pp. 4-6).

De acordo com a Teoria da Governação Pública, a resolução de certos problemas não é exequível pelo sector público sem a intervenção de uma parceria alargada com outros *stakeholders* (parceiros), públicos e privados. Esta teoria reforça a importância das parcerias e do trabalho cooperativo na provisão dos serviços (REIS, FORTUNA e MARIANO, 2010, p. 6). A complexidade da vida em sociedade, decorrente do desenvolvimento tecnológico, do conhecimento e da informação, da demografia, de uma sofisticação de meios urbanos, de novas formas de criminalidade, da globalização, entre outros, obriga o Estado a reconhecer a necessidade de envolver outros atores para manter a segurança.

A segurança tem vindo a ser delegada, coproduzida e desestatizada, surgindo novos atores fornecedores de segurança, numa perspectiva concorrencial, complementar ou subsidiária. Assistimos também à sua comunitarização ao procurar-se responder às especificidades locais, sendo coproduzida entre diversos atores sociais num esforço coletivo para a garantir (ELIAS, 2012).

Segundo OLIVEIRA (2006, pp. 69-71), este novo conceito de segurança deverá traduzir-se na implementação de novas políticas e práticas de segurança, nomeadamente, através do estabelecimento de parcerias entre o Estado e a sociedade civil, a contratualização entre o Estado central e os poderes locais. Segundo o autor, esta *governance* da segurança implica várias mudanças face ao paradigma anterior. Desde logo, os referenciais de ação alteraram-se. As fronteiras entre repressão e prevenção ficaram mais ténues e o domínio da polícia alargou-se, ganhando mais legitimidade. Com efeito, trabalha-se, muitas das vezes, com base na mediação. O papel do Estado está em redefinição face aos municípios e ao setor privado. O surgimento da prevenção e das parcerias aumentou o número de atores e afetou as competências dos atores tradicionais. Procura-se um novo equilíbrio entre o plano local e a administração do Estado. E temos a participação do cidadão.

Este novo paradigma da segurança, segundo GLEIZAL (*apud* OLIVEIRA, 2006, p. 72), parte de uma crítica às instituições tradicionais e pretende encontrar um equilíbrio entre repressão e prevenção, requerendo, por último, uma coprodução da segurança entre atores públicos, privados, supranacionais, nacionais e locais.

Entre outros, a segurança faz apela a um novo conhecimento técnico (*expertise*) que exige investigação e avaliação; recorre às parcerias; invoca a transversalidade e

a coordenação, colocando o desafio do território, porquanto as políticas públicas de segurança são fundamentalmente setoriais, sendo necessário territorializar a sua ação (política de proximidade) e a decisão, pressupondo assim a descentralização da decisão. Segundo GLEIZAL (*apud* OLIVEIRA, 2006, p.74) a segurança transforma os mecanismos de regulação, dado que, as atividades de segurança são agora regidas pelas políticas públicas, contrariamente às tradicionais que eram regidas pelo Direito.

O Estado está mais próximo e estamos perante um Estado-regulador que permite que as funções públicas de segurança sejam promovidas tanto por funcionários públicos como por entidades privadas. A governação pública procura criar uma conexão entre a sociedade e os aparelhos central, local e periférico do Estado, destacando-se pela sua marca de pluralismos (AFONSO, 2015, p. 373).

Na atualidade, o Estado pretende agora uma atuação menos, monopolista, recorrendo a processos descentralizadores que proporcionem a transferência de funções da administração central para a administração autónoma ou periférica do Estado e a parcerias com o ambiente exterior (*stakeholders*).

Relativamente à descentralização e à territorialização de funções de segurança, note-se o caso das polícias municipais⁴⁶. No que respeita ao papel do cidadão, no modelo burocrático, ele é assumido como utente dos serviços; no modelo da Nova Gestão Pública, é exposto como cliente; e, no modelo da *governance*, é desenvolvido como parceiro (*stakeholders*).

Na prossecução da segurança, em subsidiariedade e complementaridade, o Estado invoca outros atores a intervir: o mercado da segurança e a sociedade civil. Nos últimos anos, assistimos ao aumento da privatização de funções de segurança⁴⁷, configurando uma migração de áreas da segurança pública para a segurança privada.

O Estado permite, e por vezes impõe⁴⁸ ao cidadão, a adoção de medidas de autoproteção, como, *e.g.*, a instalação de sistemas de alarmes, “condicionando-o” assim a promover níveis mínimos de segurança. Desta forma, assistimos à *desestatização* de certas funções de segurança e, por consequência, à pluralização de atores públicos e privados. O Estado exige, desta forma, o contributo de atores institucionais e individuais na produção de segurança.

⁴⁶ Vide Lei n.º 19/2004, de 20 de maio.

⁴⁷ Vide Lei 34/2013, de 16 de maio.

⁴⁸ Vide Lei 34/2013, de 16 de maio.

A privatização das funções de segurança não poderá ser vista como uma alienação das funções do Estado, mas como um mecanismo de racionalidade, deixando aos privados aquilo que pode e deve ser por eles assegurado. A promoção destas funções é efetuada em obediência aos princípios da subsidiariedade e da complementaridade.

Ao longo das últimas décadas, a segurança privada ganhou espaços que eram reservados às polícias, como a segurança relativa aos aeroportos, estádios de futebol, centros comerciais, festivais de música; e diversificou a natureza das suas funções, como a monitorização de centrais de videovigilância e de alarmes, a proteção pessoal e/ou o transporte de valores.

Assistimos a uma alteração do referencial da ação pública e ao surgimento de uma nova governação da segurança, presenciando uma transferência de modelo normativo, em que se privilegiava o direito com reforço da autoridade das polícias e o agravamento das leis penais, para um modelo de prevenção, de proximidade, de parcerias, de redes e de interação com o cidadão. Este modelo de ação pública tem como referencial as políticas públicas de segurança, que vão para além do modelo regido pelas normas jurídicas e pelo Direito, alterando os mecanismos de regulação.

A segurança é coproduzida por vários atores públicos e privados, locais, regionais, nacionais e internacionais. A segurança exige o conhecimento do meio onde intervém, o que implica diagnósticos locais, e a sua territorialização, com a descentralização da decisão e da ação pública. Esbatem-se as fronteiras entre prevenção e repressão, entre público e privado e entre segurança interna e externa.

Assim, o Estado continua a ter um papel primordial na promoção da segurança pública, não se limitando a ser o ator principal; na qualidade de prestador, tem de promover uma resposta eficaz e eficiente à insegurança; de dinamizador, tem de mobilizar a participação de outros atores; e de regulador, tem de definir as atribuições, competências, e mecanismos de controlo dos diversos atores.

O Estado tem vindo a alargar a sua intervenção e o modo como promove a segurança. Estamos perante uma nova governação da segurança, em que o seu exercício tem impacto nas condições de segurança das populações, sendo que a GOVINT tem aqui o seu terreno de eleição, ou melhor, todo o seu esplendor.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DA GOVERNAÇÃO INTEGRADA NOS CONTRATOS LOCAIS DE SEGURANÇA

3.1 I ETAPA – NA DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E AGENDAMENTO

Esta etapa refere-se ao contexto e ao processo de reconhecimento de um problema como problema político, ao debate público sobre as suas causas e à sua entrada na agenda política. Ou seja, pretende-se analisar o surgimento do problema e os fatores que presidem ao seu agendamento.

Em Portugal, os primeiros CLS surgem em 2008, sendo que, segundo RUI PEREIRA⁴⁹, os de Loures e do Bairro do Cerco foram os CLS que atingiram uma maior maturidade. Quanto aos restantes, na sua maioria não saíram do papel; não obstante, em alguns deles revelarem-se oportunidades para implementar outras medidas de segurança essenciais nas sociedades contemporâneas, como, por exemplo, a videovigilância em Coimbra.

A implementação dos primeiros CLS surgiu por iniciativa dos ex-governadores civis, embora se reconhecesse a importância do envolvimento das autarquias e das câmaras municipais, o que justificou a celebração do protocolo com a Associação Nacional de Municípios⁵⁰, como refere RUI PEREIRA, ministro da Administração Interna de então, no sentido de tentar comprar uma certa cooperação, se não ativa, ao menos sensibilizar e comprar a sua simpatia para esta causa, desenvolvendo uma ação pedagógica junto dos Municípios⁵¹.

O CLS do Bairro do Cerco foi implementado, segundo RUI PEREIRA⁵², com o objetivo de conhecer melhor a criminalidade e a realidade local, porquanto entende que os nossos conhecimentos nesta área ainda são muito limitados, devido, entre outros fatores, às cifras negras, principalmente ao nível dos crimes de violência doméstica e maus tratos. Pretendia-se, assim, ainda segundo o autor, torná-lo um caso de estudo para, posteriormente, se retirar as devidas ilações, envolvendo desde o início a universidade⁵³.

⁴⁹ Vide Apêndice II (resposta à 10.ª questão da entrevista).

⁵⁰ Vide Anexo I.

⁵¹ Vide Apêndice II (resposta às 9. e 10.ª questões da entrevista).

⁵² Cfr. Apêndice II (resposta à 3.ª questão da entrevista).

⁵³ Cfr. Apêndice II (resposta à 4.ª questão da entrevista).

Podemos então afirmar que o agendamento do CLS do Bairro do Cerco ficou a dever-se à necessidade do conhecimento da realidade criminal e à ideia do governo de então, pois este instrumento já estava previsto nas medidas governativas. Estas são as explicações e os fatores determinantes no processo de agendamento a que se refere KING (1973).

Não obstante o índice da criminalidade geral ser elevado, o fator que presidiu ao agendamento do CLS de Loures, segundo os dados obtidos junto de RUI PEREIRA⁵⁴, DALILA ARAÚJO⁵⁵, à data governadora civil de Lisboa, SÓNIA PAIXÃO⁵⁶, vereadora da câmara municipal de Loures (2009-2013) e RESENDE DA SILVA⁵⁷, comandante da Divisão de Loures da PSP (2008-2017), foi o desentendimento entre as comunidades cigana e africana, sendo assim, como afirma BIRKLAND (1998), um evento extraordinário a despoletar a sua implementação.

Numa primeira fase, a intervenção do poder central consistiu em repor a segurança e ordem públicas, com uma operação repressiva, e posteriormente no sentido de integrar e reparar o tecido social, ou seja, desenvolvendo uma vertente preventiva, com a implementação do CLS⁵⁸.

Face aos dados recolhidos, podemos então referir que os primeiros CLS foram iniciativas do MAI, essencialmente motivadas pelo ex-governadores civis, alguns deles desencadeados por eventos extraordinários e dados estatísticos da criminalidade, que, posteriormente, assentavam a sua implementação com os presidentes de Câmara⁵⁹.

No que concerne aos CLS da nova geração, segundo PEDRO BARRETO⁶⁰, assessor do MAI para, entre outras áreas, os CLS, o MAI convida as forças de segurança a identificarem os locais onde se justifica a sua implementação e, posteriormente, tenta obter o acordo junto dos presidentes de Câmara, à luz do acordo de cooperação celebrado entre os vários ministérios e as associações nacionais de Municípios e de Freguesias (ANMP e ANAFRE, respetivamente)⁶¹.

⁵⁴ Vide Apêndice II (resposta à 4.^a questão da entrevista).

⁵⁵ Vide Apêndice VI (resposta à 12.^a questão da entrevista).

⁵⁶ Vide Apêndice VIII (resposta à 8.^a questão da entrevista).

⁵⁷ Vide Apêndice V (resposta à 7.^a questão da entrevista).

⁵⁸ Cfr. Apêndice II (resposta RUI PEREIRA à 4.^a questão da entrevista).

⁵⁹ Cfr. Anexo I – Protocolo e Anexo II – CLS de Loures.

⁶⁰ Cfr. Apêndice VII (resposta à 12.^a questão da entrevista).

⁶¹ Cfr. Anexo IX – Acordo de Cooperação.

Nestes termos, podemos afirmar que a identificação e definição do problema de segurança foi, essencialmente, efetuada pelo poder central, através dos ex-governadores civis nos primeiros CLS e, presentemente, pelas forças de segurança nos CLS da nova geração, corroborada pelo MAI.

Posteriormente, o seu agendamento político é efetuado por acordo do MAI com o poder local e materializado num contrato. Como refere RUI PEREIRA⁶², a sensibilidade dos vários presidentes de Câmaras para as questões de segurança torna-se preponderante. Assim sendo, não existe GOVINT na identificação e definição do problema de segurança e no seu agendamento existe sob a forma de acordo entre os dois atores que é materializado no contrato.

Segundo LUÍSA MONTEIRO⁶³, diretora da estrutura de missão da câmara municipal de Loures, para melhorar a GOVINT nesta etapa, deveria existir um verdadeiro diagnóstico social, prévio ao contrato, que levasse à implementação de projetos estruturantes. Este diagnóstico deveria ter o contributo de todos os parceiros e não se cingir a estatísticas. Há determinados problemas que não têm uma existência objetiva. O seu reconhecimento é um processo de construção social dependente de diversos fatores, entre outros, a produção de informações por diversos atores, a urgência e a severidade dos problemas.

Por outro lado, RESENDE DA SILVA⁶⁴, entende que envolver determinados atores numa fase embrionária como é a da identificação do problema poderá não ser benéfica para a celeridade e objetivos do processo. O seu envolvimento em GOVINT seria em momento posterior. A responsabilidade pela elaboração deste diagnóstico poderia passar pelos CMS ou por uma outra estrutura não diretamente ligada ao gabinete ministerial ou ao governo, mas aos serviços tutelados pelo governo, como sugere PEDRO BARRETO,⁶⁵ para dar continuidade à implementação dos CLS.

Este diagnóstico prévio da realidade permitiria um melhor conhecimento, análise e debate público sobre as suas causas, o que contribuiria significativamente para a GOVINT na identificação e definição do problema.

⁶² Vide Apêndice II (resposta à 9.^a questão da entrevista).

⁶³ Vide Apêndice III (resposta à 8.^a questão da entrevista).

⁶⁴ Cfr. Apêndice V (resposta à 8.^a questão da entrevista).

⁶⁵ Cfr. Apêndice VII (resposta à 13.^a questão da entrevista).

3.2 II ETAPA – NA FORMULAÇÃO DAS MEDIDAS DE POLÍTICA E LEGITIMAÇÃO DA DECISÃO DOS CONTRATOS LOCAIS DE SEGURANÇA

Esta etapa requer o envolvimento de diferentes atores, desde o governo, poder local, as universidades, os peritos, as forças de segurança e outros parceiros, no sentido de definir o problema e a sua solução. A definição do problema e a sua solução consubstanciam-se na elaboração do (Diagnóstico Local de Segurança) DLS e do plano de intervenção, respetivamente, em que nos primeiros CLS competia ao Conselho de Execução⁶⁶ ou ao Grupo de Trabalho⁶⁷, constituídos pelos ex-governadores civis e representantes do Município e das forças de segurança.

Nos CLS da nova geração, a elaboração do DLS está a cargo da Comissão Coordenadora, de acordo com a matriz de indicadores⁶⁸ previamente definida pela Comissão interministerial, e o plano de intervenção está a cargo de ambas as comissões. A comissão interministerial⁶⁹ integra representantes dos vários ministérios (poder central), podendo participar, a título de convidados, entre outros, a ANMP e a ANAFRE, e a comissão coordenadora⁷⁰ integra representantes da comissão interministerial e do Município e o comandante da força de segurança territorialmente competente.

A elaboração destes dois instrumentos exige uma GOVINT entre os diversos atores que pertencem às estruturas formais criadas pelos CLS, bem como com os demais parceiros. Neste aspeto, RUI PEREIRA⁷¹ refere que a necessidade de uma resposta integrada era muito importante em Loures, envolvendo, entre outros atores, a Câmara Municipal, o governo civil e representantes da PSP, respeitando a idiossincrasia das próprias instituições. Denota-se a necessidade de coordenação, mas, de certa forma, respeitando as especificidades das instituições.

Realça ainda a importância do estilo de liderança dos diferentes atores do CLS de Loures, nomeadamente do presidente da Câmara, dos representantes da PSP e do Governo Civil, em que é propício e favorável à GOVINT.

⁶⁶ Cfr. Cláusula quarta do CLS do Porto – *vide* Anexo III.

⁶⁷ Cfr. Cláusula quinta do CLS de Loures – *vide* Anexo II.

⁶⁸ Cfr. Anexo X e XI.

⁶⁹ *Vide* Anexo IX – Acordo de Cooperação, cláusula terceira.

⁷⁰ *Vide* Cláusula nona dos CLS - Anexos XII a XX.

⁷¹ *Vide* Apêndice II (resposta à 5.ª questão da entrevista).

Segundo DALILA ARAÚJO⁷², o modelo de governação nos CLS é determinante para a colaboração e para a definição da estratégia. No CLS de Loures a estratégia foi definida com vários parceiros; no entanto, a decisão foi assumida, inicialmente, pelo poder político e pela PSP, a qual teve por base o modelo francês, e posteriormente convocaram-se outros agentes locais; em primeiro lugar, a Câmara, que era determinante e depois as associações que estavam naquele território (entre outras, a Instituição Particular de Solidariedade Social e as associações religiosas).

A metodologia adotada em Loures leva RESENDE DA SILVA⁷³ a afirmar que a GOVINT existe na segunda parte, com o envolvimento dos parceiros locais.

Ainda segundo DALILA ARAÚJO⁷⁴, perante o cenário que se vivia em Loures, à data, a resposta tinha de ser imediata, pelo que reconhece não terem efetuado todos os passos que estão previstos para a implementação destes instrumentos, ou seja, um DLS mais alargado, uma discussão com a comunidade mais alargada. Fez-se um diagnóstico, chamando as instituições que eram determinantes, a Universidade Católica, a Câmara Municipal de Loures, o poder político e a força de segurança. De referir a importância em envolver as entidades académicas desde o início da implementação dos CLS. Também SÓNIA PAIXÃO⁷⁵ confirma esta coordenação na elaboração do DLS de Loures e entende que as estruturas criadas à época eram as adequadas para a GOVINT, mas que, presentemente, estão desajustadas.

Segundo LUÍSA MONTEIRO⁷⁶ esta não é a melhor metodologia para a elaboração do DLS, o qual deveria estar apoiado na sensibilidade de todos os parceiros que atuam localmente e não se cingir a estatísticas. Primeiro dever-se-ia constituir equipas no terreno, a fim de conhecerem a realidade local, e só depois atuarem, projetarem e agirem. Sobre este aspeto, HUGO GUINOTE⁷⁷, ponto focal da PSP para os CLS, aponta que cada instituição colhe informação social específica e está mais vocacionada para diferentes tipos e momentos de intervenção. Porém, todas têm que ser congregadas e concertadas.

Por tudo isto, LUÍSA MONTEIRO entende que não houve uma verdadeira GOVINT. O diagnóstico que foi feito só faria sentido após as equipas serem

⁷² Cfr. Apêndice VI (resposta às 7.^a e 8.^a questões da entrevista).

⁷³ Cfr. Apêndice V (resposta à 10.^a questão da entrevista).

⁷⁴ Cfr. Apêndice VI (resposta às 9.^a e 11.^a questões da entrevista).

⁷⁵ Vide Apêndice VIII (resposta às 9.^a, 10.^a e 11.^a questão da entrevista).

⁷⁶ Vide Apêndice III (resposta à 8.^a questão da entrevista).

⁷⁷ Vide Apêndice IV (resposta à 4.^a questão da entrevista).

constituídas e estarem no terreno, sentindo os problemas, auscultando o público-alvo, percebendo as suas necessidades, com a respetiva coordenação da interdisciplinaridade entre todos os atores.

Consultado o DLS elaborado para o Bairro do Cerco verifica-se que o mesmo resultou da recolha de informação obtida pelo Governo civil junto de diversas entidades que, de forma direta ou indireta, operavam no Bairro. Posteriormente foi complementado com dados de vitimização e da perceção de (in)segurança fornecidos pela Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, na sequência da aplicação de um inquérito no Bairro.

Relativamente à elaboração do plano de intervenção, foi seguida a mesma metodologia. Segundo DALILA ARAÚJO⁷⁸, olhou-se para a criminalidade, estudou-se a tipologia de crimes e desenharam-se as medidas no CLS, que tinha 4 objetivos: reduzir a delinquência juvenil, a pequena criminalidade, os comportamentos antissociais e a violência doméstica, que era elevadíssima naquelas zonas. Não havia muitos objetivos, tinha aquilo que resultava da apreciação do que a força de segurança fez sobre aquele território. A esta análise foi aditada o diagnóstico social local: desemprego elevadíssimo, abandono escolar, problemas de origem mais cultural, as raparigas de etnia cigana não iam à escola a partir dos 11 anos, as crianças andavam na rua sozinhas. Com base neste diagnóstico, DALILA ARAÚJO⁷⁹ refere que foram chamadas a intervir na elaboração do plano de intervenção, propondo medidas, as associações que no local já trabalhavam este tipo de ações: a Comunidade Vida e Paz, a Pastoral, e outras associações que já trabalhavam neste domínio e a própria escola.

Partindo destas premissas, LUÍSA MONTEIRO refere ainda que as estruturas criadas ficaram aquém do que era expectável⁸⁰. No entanto, afirma também que este é o caminho a seguir, ou seja, agregar “no meu território, o poder central, poder local, instituições públicas e privadas, numa palavra só as forças vivas da comunidade”⁸¹. Ou seja, colocar em prática a cooperação institucional à escala territorial.

Relativamente aos CLS da nova geração, PEDRO BARRETO⁸² refere que uma das suas características e inovações é contarem com a participação de vários

⁷⁸ Vide Apêndice VI (resposta à 14.^a questão da entrevista).

⁷⁹ Vide Apêndice VI (resposta à 15.^a questão da entrevista).

⁸⁰ Vide Apêndice III (resposta à 11.^a questão da entrevista).

⁸¹ Vide Apêndice III (resposta à 11.^a questão da entrevista).

⁸² Cfr. Apêndice VII (resposta à 5.^a questão da entrevista).

departamentos governamentais, para além da administração interna, como justiça, a saúde, o trabalho e segurança social, a educação, as autarquias, a cidadania e igualdade. A ideia consiste numa política pública que englobe medidas de política pública de cada uma destas áreas, tornando-se uma política pública transversal. Outra das inovações é a participação e o envolvimento do cidadão. Ainda segundo PEDRO BARRETO⁸³, os contratos de primeira geração eram celebrados entre os Governos Cívicos e as autarquias e tinham um conjunto muito mais reduzido de atores que intervinham no processo. Os CLS presentes têm três estruturas, três órgãos diferentes, sendo também uma das novidades: uma comissão interministerial, que faz a coordenação política do processo; uma comissão coordenadora ao nível concelhio, que faz no fundo a coordenação local e a definição de um conjunto de medidas que ocorrem no local; os núcleos operacionais que contam com a participação dos serviços descentralizados, organismos que a nível local, sejam eles ONG's ou IPSS, desenvolvem lá trabalho.

PEDRO BARRETO⁸⁴ diz-nos que Outra das componentes inovadoras da nova geração de CLS, segundo PEDRO BARRETO⁸⁵, refere-se à elaboração de DLS mais rigorosos. Numa fase inicial, o diagnóstico é elaborado a partir de uma matriz,⁸⁶ previamente construída com os indicadores de diversas áreas governamentais.

Após a recolha destes indicadores pela comissão interministerial, os mesmos são remetidos aos municípios para darem os seus contributos. Posteriormente, o diagnóstico é dado a conhecer aos parceiros que operam no terreno, e eles próprios contribuem também com alguns elementos para o diagnóstico.

Nesta fase, o DLS, ainda segundo PEDRO BARRETO⁸⁷, permite-nos atingir um conjunto de vulnerabilidades e recursos e, a partir daí, elaborar o plano de intervenção. O poder central sistematiza as medidas a implementar e convida as entidades públicas e privadas a sugerirem outras medidas. Posteriormente, em função do que já existe e do que é desejável, o poder central faz uma coordenação do processo.

Desta feita, podemos afirmar que existe GOVINT na formulação das medidas de política e na legitimação da decisão, a partir do DLS, e que a mesma melhorou com a nova geração de CLS. Acerca da GOVINT na legitimação da decisão,

⁸³ Cfr. Apêndice VII (resposta às 6.^a e 7.^a questões da entrevista).

⁸⁴ Vide Apêndice VII (resposta às 7.^a e 8.^a questões da entrevista).

⁸⁵ Vide Apêndice VII (resposta às 7.^a e 8.^a questões da entrevista).

⁸⁶ Vide Anexos X e XI.

⁸⁷ Vide Apêndice VII (resposta às 9.^a e 10.^a questões da entrevista).

defendemos uma melhoria se o DLS e o plano de intervenção passassem pelo crivo do Conselho Municipal de Segurança, tal como estava previsto nos primeiros CLS, o que não aconteceu tal como referem DALILA ARAÚJO⁸⁸ e LUÍSA MONTEIRO⁸⁹.

3.3 III ETAPA – NA IMPLEMENTAÇÃO DOS CONTRATOS LOCAIS DE SEGURANÇA

Nesta etapa, pretende-se analisar as condições de aplicação e concretização das medidas concebidas no plano de intervenção. Segundo RUI PEREIRA⁹⁰, o acompanhamento da execução dos primeiros CLS foi muito centrado nos ex-governadores civis. Na sua opinião, os Governadores Civis eram peças muito importantes na implementação das políticas públicas de segurança, pelo que considera a sua extinção um retrocesso na ordenação administrativa de Portugal. A existência de responsáveis diretos regionais seria benéfica para a segurança, razão pela qual é a favor da regionalização. DALILA ARAÚJO⁹¹ corrobora a teoria de que a coordenação foi muito centrada nos ex-governadores civis e refere que para a implementação do CLS de Loures havia uma unidade de missão, suportada pela Câmara Municipal, com cerca de dez técnicos, que integrava psicólogos, sociólogos, com ligação a mediadores locais de todas as comunidades, e o comando operacional. Portanto, o CLS tinha uma estrutura de missão, um comando operacional e um conselho consultivo.

Para SÓNIA PAIXÃO⁹², RESENDE DA SILVA⁹³ e HUGO GUINOTE⁹⁴, existe GOVINT nesta etapa e as estruturas criadas são adequadas à implementação do CLS; no entanto, sobre a GOVINT, SÓNIA PAIXÃO entende que, presentemente, deixou de existir e RESENDE DA SILVA afirma que a proliferação de parceiros a poderá colocar em causa, pelo menor envolvimento de vários atores.

A coordenação do CLS do Bairro do Cerco foi igualmente muito centrada nos ex-governadores civis e, para a sua implementação, foi criado o Conselho de

⁸⁸ Vide apêndice VI (resposta à 22.^a questão da entrevista).

⁸⁹ Vide apêndice III (resposta à 16.^a questão da entrevista).

⁹⁰ Vide apêndice II (resposta às 6.^a, 7.^a e 8.^a questões da entrevista).

⁹¹ Cfr. apêndice VI (resposta às 16.^a e 17.^a questões da entrevista).

⁹² Cfr. apêndice VIII (resposta às 11.^a e 12.^a questões da entrevista).

⁹³ Cfr. apêndice V (resposta às 11.^a e 12.^a questões da entrevista).

⁹⁴ Cfr. apêndice IV (resposta às 11.^a e 12.^a questão da entrevista).

Execução e convocados diversos serviços descentralizados, instituições de apoio social com intervenção local e do próprio bairro. PEDRO BARRETO⁹⁵ considera que o modelo organizacional da nova geração de CLS, com a criação das comissões interministeriais e de coordenação e os núcleos operacionais, permite uma melhor GOVINT na sua implementação; não obstante, entende que deveria existir uma estrutura não diretamente ligada ao gabinete ministerial ou ao governo, mas aos serviços tutelados pelo governo, que pudesse garantir a sua implementação, não ficando esta dependente de ciclos e ideologias políticas, como refere também DALILA ARAÚJO⁹⁶. Para a autora, deveria existir um enquadramento normativo destes instrumentos sob pena de ficarem fragilizados e dependentes de terceiros, terem uma matriz normativa, um enquadramento operacional e uma referência legislativa⁹⁷.

Sobre esta questão, PEDRO BARRETO⁹⁸, além do atrás referido, entende que a implementação dos CLS não deve ser imperativa, porquanto não é uma medida que se possa implementar e garantir administrativamente o seu funcionamento, ou seja, é necessário existir empenho. No entanto, refere também que há um conjunto de medidas que se enquadram nos CLS que podem e devem ser normativamente impostas. Uma das questões políticas dos CLS é a de que os seus efeitos e sucesso são sempre a médio e longo prazo não coincidentes com os ciclos políticos. DALILA ARAÚJO⁹⁹ alude também que a implementação e o desenvolvimento dos primeiros CLS morreram com a extinção dos governadores civis. Esta importância dos governadores civis é também referida por PEDRO BARRETO,¹⁰⁰ dizendo que tinham uma dupla função: eram representantes do governo central junto dos cidadãos e eram representantes dos cidadãos junto do governo central. O seu papel de mediador era muito importante. Tinham uma proximidade maior às populações, às instituições e ao próprio poder autárquico. Tem dúvidas sobre a sua insubstituibilidade no sucesso da implementação dos CLS, mas não quanto à necessidade da existência de uma estrutura intermédia que permita fazer a ponte entre o local e o governo central.

Neste sentido, podemos afirmar que existe GOVINT na implementação dos CLS, sendo que nos primeiros estava muito centrada na figura dos ex-governadores civis; pelo que, esta tem vindo a diminuir após a sua extinção, em 2011. Nos CLS da

⁹⁵ Cfr. apêndice VII (resposta às 6.^a e 13.^a questões da entrevista).

⁹⁶ Vide apêndice VI (resposta à 20.^a questão da entrevista).

⁹⁷ Vide apêndice VI (resposta às 20.^a e 21.^a questões da entrevista).

⁹⁸ Vide apêndice VII (resposta à 13.^a questão da entrevista).

⁹⁹ Vide apêndice VI (resposta à 24.^a questão da entrevista).

¹⁰⁰ Cfr. apêndice VII (resposta à 15.^a questão da entrevista).

nova geração esta é assegurada pela interação entre as estruturas criadas (Comissões interministerial e de coordenação e núcleos operacionais).

3.4 IV ETAPA – AVALIAÇÃO E MUDANÇA DOS CONTRATOS LOCAIS DE SEGURANÇA

Esta etapa refere-se aos processos de acompanhamento e avaliação das medidas implementadas, a partir dos quais se inicia um novo ciclo político. Relativamente à avaliação dos CLS, segundo DALILA ARAÚJO¹⁰¹, a avaliação do CLS de Loures foi a mais consistente, tendo sido efetuada pela Universidade Católica Portuguesa, em 2010, no âmbito da qual se aplicou também um inquérito à população. Sabe-se que a PSP desenvolveu também a sua avaliação, tendo presente que a criminalidade geral diminuiu cerca de 10%, o que é confirmado por RESENDE DA SILVA¹⁰², apesar de este ser de opinião de que esta diminuição acentuada da criminalidade geral não resultou somente da implementação do CLS. Tal conclusão merece uma melhor avaliação. Após a avaliação da Universidade Católica, os resultados foram avaliados no âmbito do Concelho Consultivo, como refere LUÍSA MONTEIRO¹⁰³. Segundo a autora, a diminuição da criminalidade geral ficou a dever-se à boa monitorização efetuada pelos diversos atores envolvidos, o que permitiu a construção de respostas locais dinâmicas, ajustáveis à realidade. No entanto, realça o aumento do número de denúncias do crime de violência doméstica e de ofensa à integridade simples, devido às ações de sensibilização que, entretanto, foram colocadas no terreno.

DALILA ARAÚJO, RESENDE DA SILVA e LUÍSA MONTEIRO referem ainda que houve uma redução da conflituosidade entre as comunidades, dado que, a partir daquela data, passaram a participar em conjunto nos eventos e a ergueram mesmo grafites que, hoje, são motivo de visita dos turistas.

Desta forma, podemos afirmar que foi efetuada a avaliação e os resultados foram evidentes: em termos de segurança objetiva (diminuição dos índices de criminalidade) e subjetiva, em que foi notório um clima de paz social. Não obstante

¹⁰¹ Cfr. apêndice VI (resposta às 18.^a e 19.^a questões da entrevista).

¹⁰² Vide apêndice V (resposta à 13.^a questão da entrevista).

¹⁰³ Cfr. apêndice III (resposta às 13.^a e 14.^a questões da entrevista).

esta avaliação, DALILA ARAÚJO, RESENDE DA SILVA e LUÍSA MONTEIRO entendem que deveria ter sido efetuada uma avaliação mais profunda, por parte dos poderes central e local, não só do ponto de vista dos efeitos na população, mas também na própria criminalidade.

O acompanhamento e a coordenação do CLS de Loures, como referimos, foi muito centrado no ex-governo civil, não deixando de ser curioso a resposta da população à pergunta no inquérito aplicado pela Universidade Católica de quem deveria desempenhar esse papel era a Câmara Municipal, como refere DALILA ARAÚJO¹⁰⁴. A autora aponta também que desde o início, principalmente na fase de diagnóstico, envolveram a Universidade Católica, não obstante a sua participação ser mais ativa na fase de avaliação.

Nos CLS da nova geração, PEDRO BARRETO¹⁰⁵ menciona que o MAI, desde o início, está a trabalhar com o Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior que faz parte da comissão interministerial dos contratos¹⁰⁶, a fim de apurar quais são os centros de investigação que podem colaborar no processo de avaliação.

Com este objetivo, o MAI fez uma apresentação à maior parte dos centros de investigação portugueses que se dedicam a estas áreas, onde estiveram presentes 19 centros de investigação de várias Universidades, sendo que treze dos presentes remeteram os seus pareceres ou contributos. Alguns contributos eram direcionados para o DLS e outros para a questão da avaliação. Assim sendo, o MAI está neste momento a envolver ativamente as universidades desde o início de todo o processo, da fase do DLS até à avaliação.

Não obstante os CLS da nova geração ainda não terem atingido esta etapa, face ao atrás exposto, entendemos que estão criadas as condições para se efetuar uma avaliação científica, mais consistente, a que se refere DALILA ARAÚJO¹⁰⁷.

Desta feita, podemos afirmar que existe GOVINT na avaliação e mudança nos CLS, sendo que esta conclusão alude apenas aos primeiros CLS, dado que os CLS da nova geração ainda não atingiram esta fase de desenvolvimento, estando, presentemente, na fase de conceção das medidas.

¹⁰⁴ Cfr. apêndice VI (resposta à 23ª questão da entrevista).

¹⁰⁵ Vide apêndice VII (resposta às 10ª e 11ª questões da entrevista).

¹⁰⁶ Vide Anexo IX.

¹⁰⁷ Vide Apêndice VI (resposta à 19.ª questão da entrevista).

CONCLUSÃO

A complexidade da sociedade globalizada faz emergir um novo quadro de ameaças e riscos e, por sua vez, a segurança revela-se um problema complexo, face ao seu perfil multidimensional, multicausal, dinâmico, interdependente e de evolução imprevisível. Abordagens lineares baseadas em modelos normativos e repressivos revelam-se infrutíferas para a satisfação das necessidades de segurança da sociedade atual, emergindo assim novas políticas públicas. Em Portugal também tem sido uma realidade através dos contratos locais de segurança, sendo que os primeiros surgiram em 2008, e uma nova geração em 2016.

No decurso do nosso estudo, para além de tentarmos compreender a emergência de novas políticas públicas em Portugal, sobretudo face à crise do referencial repressivo, abordámos também o novo referencial que lhe está associado. Estas novas políticas públicas de segurança, onde se incluem as políticas implementadas através dos contratos locais de segurança, têm como referencial a prevenção, a proximidade, as parcerias, as redes e a interação com o cidadão. Apela-se à criação de mecanismos de interação, de participação e associação comunitária, de informação e de prevenção, entre os vários atores.

O Estado surge neste referencial como prestador, regulador e dinamizador da segurança, continuando a ser o ator principal. Aliás, a segurança continua a ser uma função primordial do Estado; no entanto, estamos perante uma nova governação da segurança. Assim sendo, este novo referencial exige também uma nova estratégia política, que vá para além da governabilidade do Estado, que procure coordenar de uma forma integrada o desenvolvimento e a implementação das PPS, ou seja, uma GOVINT ao longo do seu ciclo político. Daí concluirmos a importância da GOVINT nos CLS.

Nesta investigação, abordámos ainda que os poderes públicos, para enfrentarem estes novos desafios da segurança, têm de renovar os seus diagnósticos e modos de intervenção, o que implica uma reorganização administrativa do território e uma nova administração pública, com estruturas organizacionais e modelos de gestão adequados.

Os CLS, através das suas estruturas, criam condições para envolver os vários ministérios e departamentos, no sentido de integrar as políticas públicas e adaptá-las

ao contexto local. Nestes termos, os CLS constituem instrumentos privilegiados para colocar em prática a cooperação e coordenação entre os diversos atores, nomeadamente a administração central, autarquias locais e forças policiais, em interação com a comunidade - permitem descentralizar e construir uma resposta adaptada à realidade local.

A fim de verificarmos a GOVINT nos CLS, como forma de facilitar o seu estudo, os mesmos foram analisados como o resultado de um ciclo político que se desenvolve, essencialmente, por quatro etapas.

Assim, procurando dar resposta à pergunta de partida da nossa investigação ao longo do nosso estudo, concluímos que existe GOVINT nos CLS e, por consequência, nas PPS por si implementadas, embora a níveis diferenciados ao longo do seu ciclo político. Na identificação e definição do problema de segurança, concluímos que não existe GOVINT, porquanto é efetuada, essencialmente, pelo poder central. A GOVINT só existe na I etapa aquando do agendamento do problema de segurança, sob a forma de acordo entre o MAI e o poder local, que é materializado no contrato. Como resposta à nossa questão derivada se existe GOVINT na II etapa de formulação – medidas de política e legitimação da decisão dos CLS, concluímos que existe GOVINT na formulação das medidas de política e na legitimação da decisão, a partir do DLS, e que a mesma melhorou com a nova geração de CLS.

A eficácia dos CLS depende, essencialmente, da compreensão da realidade onde será implementado. Assim sendo, é de extrema importância a elaboração exaustiva do diagnóstico local de segurança para que se possa conceber um plano de intervenção adequado e proporcional a essa realidade. Neste sentido, o governo, em 2016, projetou diferentes tipologias de CLS. A implementação dos primeiros CLS estava muito centrada nos ex-governadores civis, o que com a nova geração de CLS passou a ser assegurada pela interação das novas estruturas criadas. Concluímos também no nosso estudo de que existe GOVINT na implementação dos CLS. Como resposta à nossa questão derivada se existe GOVINT na IV etapa de formulação – avaliação e mudança dos CLS, concluímos que existe GOVINT na avaliação e mudança nos CLS, sendo que esta conclusão se refere apenas aos primeiros CLS, dado que os da nova geração ainda se encontram, na sua maioria, em fase de conceção das medidas de intervenção.

Neste sentido, entendemos ter contribuído para responder aos desafios securitários da atualidade com a melhoria da qualidade das PPS, com a consciência de que o estudo desta temática não se esgota nesta investigação; pelo contrário, as suas conclusões abrem novas linhas de investigação.

Desta feita, julga-se pertinente aprofundá-lo, por forma a melhorar a GOVINT nas políticas públicas de segurança, desenvolvendo e aperfeiçoando os CLS, através da densificação do quadro legal de enquadramento e da criação de mecanismos de responsabilização; ou criando novos instrumentos para colocar em prática a cooperação institucional à escala territorial.

Lisboa e ISCPSI, 10 de novembro de 2017

FILIPE PALHAU

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, J. (2015). *A Privatização de Funções de Segurança Pública Interna: Funções Inalienáveis do Estado de Direito Democrático e Novo Paradigma de Descentralização do Exercício De Poderes de Polícia* - Tese de Doutoramento. Lisboa.
- ALVES, R. e FERRAZ, D. (2015). *As especificidades da Administração Pública na resposta à complexidade. In R. Marques, e D. Ferraz, Governação Integrada e Administração Pública*. Lisboa: INA.
- ANDERSON, J. E. (2003). *Public Policymaking*. Boston: Houghton Mifflin Company.
- BIRKLAND, T. A. (1998). *Focusing events, mobilization, and agenda setting*, Journal of Public Policy, 18, 1.
- CANOTILHO, J. J. G. (2000). *Paradigmas de Estado e paradigmas de administração pública, em Moderna Gestão Pública – dos meios aos resultados*. Oeiras: INA.
- CORREIA, E. P., e DUQUE, R. (2013). *O poder político e a emergência das políticas públicas de segurança, in Politeia*, ano VIII. Lisboa: ISCPSI, pp. 39-49.
- CORTE-REAL, I. (2015). *Governança Integrada: uma mudança de paradigma? in R. Marques, e D. Ferraz, Governação Integrada e Administração Pública* (p. 41). Lisboa: INA.
- DOWNS, A. (1972), *Up and down with ecology – the issue-attention cycle*, The Public Interest, 28.
- ELIAS, L. M. (2012). *Segurança na Contemporaneidade e Comunitarização* - Tese de doutoramento. Lisboa.

- FENGER, M., e BEKKERS, V. J. J. M. (2012). *Beyond fragmentation and interconnectivity: Public Governance and the search for connective capacity*. Amsterdam: IOS Press.
- GATO, J. P. (2014). *A mudança no contexto da organização administrativa do território – As freguesias portuguesas depois de 2013* – Dissertação de Mestrado. Lisboa.
- GOLDSMITH, S. (2010). *The power of social innovation*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- GRAY, B. (1989). *Collaborating: Finding Common Ground for Multiparty Problems*. San Francisco: Jossey – Bass.
- HOOD, C. (2005). *The idea of Joined-up Government: a historical perspective*, in Bogdanor, V. (ed.), *Joined-up Government*. Oxford: Oxford University Press.
- HOWLETT, M. AND M. RAMESH (2003). *Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems*. Oxford: Oxford University Press.
- KING, A. (1973) *Ideas, Institutions and the Policies of Governments: a Comparative Analysis*. British Journal of Political Science. Vol. 3 outubro 1973.
- LOURENÇO, et al. (2015). *Segurança Horizonte 2025. Um Conceito Estratégico de Segurança Interna*. Lisboa: Fernando Mão de Ferro.
- MARQUES, R. (2015). *Abordagem de Governação Integrada: uma apresentação geral*. In R. Marques e D. Ferraz, *Governação Integrada e Administração Pública*. Lisboa: INA.
- MARQUES, R. (2015). *Governação integrada: uma resposta à era da complexidade*. In R. Marques e D. Ferraz, *Governação Integrada e Administração Pública*. Lisboa: INA.

- MCCOMBS, M. E. e SHAW, D. L., (1972), *The agenda-setting function of mass media*, The Public Opinion Quarterly, 36, 2, 176-187.
- MOREIRA, A. (2003). Reinventar a Governança, *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias. Ciência Política*. Lisboa: Centro de História da Cultura, UNL.
- MULGAN, G. (2005). *Joined-up Government: Past, Present and Future*, in Bogdanor, V. (ed.) *Joined-up Government*. Oxford: Oxford University Press.
- MUNGUER, M. (2000): Policy Analysis as a Profession and a Process: An Overview, in Munguer, Analyzing Policy. Choices, Conflicts and Practices. New York, Norton.
- OLIVEIRA, J. F. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento: A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- PASQUINO, G. (2010). Curso de Ciência Política (2.^a Ed.). Cascais: Princípia.
- PETERS, B. G. e HOGWOOD (1986), *Policy Dynamics, Policy Sciences*.
- QUIVY, R., e CAMPENHOUTDT, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2.^a Edição. Lisboa: Gradiva.
- REGO, B. (2010). Desafios da Sociedade de Risco Global: Ulrich Beck e um Cosmopolitismo para o século XXI. In *Philosophica*, 35. Lisboa: Universidade de Lisboa
- REIS, A., FORTUNA, J., e MARIANO, L. (2010). *A Nova Gestão Pública e Externalização das Funções do Estado: As Parcerias Público-Privadas na Região Centro - Trabalho de especialização em Gestão Pública*. Coimbra.
- ROBERTS, N (2000). Wicked problems and network approaches to resolution. *International Public Management Review*, 1, 1, 5-19.
- ROCHA, J. A. OLIVEIRA (2009). *Gestão Pública e Modernização Administrativa*. Oeiras, INA Editora.

- RODRIGUES, M. L. (2014). *Exercícios de Análise de Políticas Públicas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda e ISCTE-IUL.
- RORIGUES, F. R. (2010). Espaços e Populações do século XXI. *Janus* 2010. Portugal no Mundo. Meio século de Independências Africanas. Lisboa: UAL/Público.
- SANTOS, M. L. (2015). A Governação integrada e a Administração Pública portuguesa: "Descompartimentar para melhor coordenar". In R. Marques, e D. Ferraz, *Governança Integrada e Administração Pública*. Lisboa: INA.
- SARMENTO, C. M. (2009). *Política e Segurança: Novas Configurações do Poder*. Lisboa: Centros de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.
- SECCHI, LEONARDO (2009). Modelos organizacionais e reformas da Administração Pública. *Revista de Administração Pública*, 43,2,347-369.
- SILVA, N. P. (2015). *Entre o Militar e o Polical: As Reformas da Administração Pública*. Loures: Diário de Bordo.
- TOMÉ, L. (2003). *O Estado e a Nova Ordem Internacional: entre a fragmentação e a globalização*. EDIUAL. Instituto Internacional de Macau.

ANEXO I

Protocolo de Adesão aos CLS, celebrado entre o MAI e a ANMP



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**

PROTOCOLO

ENTRE:

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, adiante designado por MAI, neste acto representado pelo Ministro da Administração Interna, Dr. Rui Carlos Pereira, na qualidade de Primeiro Outorgante;

E

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES, com sede na Avenida Marnoco e Sousa, número 52, em Coimbra, pessoa colectiva 501627413, adiante designada por ANMP, neste acto representada pelo seu Presidente, Dr. Fernando de Carvalho Ruas, na qualidade de segundo Outorgante;

Considerando que:

- A segurança é uma condição essencial para um efectivo exercício da cidadania e é a primeira condição de liberdade, porque sem segurança não é possível exercer plenamente nenhum dos restantes direitos fundamentais;
- O policiamento de proximidade corresponde a um modo de actuação que aposta no reforço da segurança comunitária, na acessibilidade e na visibilidade das Forças de Segurança, na qualidade da actuação policial e no estreito relacionamento entre os agentes de autoridade e os cidadãos, exigindo a cooperação entre várias entidades: públicas e privadas; centrais, regionais e locais;
- Compete ao Estado, através do Governo, garantir a segurança de pessoas e bens. Na orgânica do Governo, esta competência encontra-se atribuída ao Ministério da Administração Interna. A Lei n.º 203/2006 atribui competência a este Ministério para a manutenção da ordem e tranquilidade públicas, proteger a liberdade e segurança das pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade, entre outras;



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**

- A adopção, por parte do Governo, de medidas de prevenção e combate à criminalidade, deve ter nos Municípios e Freguesias parceiros privilegiados, tendo em consideração o quadro territorial e as especificidades existentes em cada área. A adopção destas medidas exige a realização de diagnósticos locais relativamente à delinquência e criminalidade, a avaliação do sentimento de (in)segurança e a adequação das respostas face às diferentes realidades e anseios das populações;
- Neste domínio, cabe aos Municípios um papel de avaliação da informação e o seu encaminhamento para as entidades competentes, responsabilidade assegurada, nomeadamente, através da instalação e funcionamento dos Conselhos Municipais de Segurança;
- O Conselho Municipal de Segurança, órgão de carácter consultivo, de articulação, informação e cooperação, tem por objectivos, designadamente, o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do município e a formulação de propostas de solução para os problemas da criminalidade;
- O Programa do XVII Governo Constitucional incluiu na agenda política os desafios relativos à promoção da qualidade de vida dos cidadãos, relacionando este desafio com uma política de paz e tranquilidade públicas, que assume como finalidade essencial a promoção da coesão e da solidariedade social através de políticas de desenvolvimento local;
- Os Contratos Locais de Segurança são instrumentos privilegiados para colocar em prática a cooperação institucional à escala territorial a que respeitam, e reflectem a necessidade de descentralização das respostas e competências em termos de segurança, combate à criminalidade e comportamentos anti-sociais;
- O envolvimento das instituições e dos cidadãos na aplicação de medidas preventivas de comportamentos anti-sociais é fundamental para o reforço da segurança da comunidade, assumindo-se, deste modo, que para além da repressão penal - via obrigatória de combate à criminalidade -, é indispensável adoptar medidas preventivas em que todos os membros da comunidade são actores fundamentais na sua execução.



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**

A Associação Nacional dos Municípios Portugueses, entre outras atribuições, desempenha um papel fundamental na representação dos Municípios, que simplifica e facilita o relacionamento entre os Poderes Central e Local.

Assim,

É outorgado o presente protocolo, que se rege pelo disposto nas seguintes Cláusulas:

Cláusula Primeira

Com o propósito de reforçar objectivamente a segurança, aumentar o sentimento de segurança e o nível de confiança das populações, aproximar as Forças de Segurança das necessidades e expectativas dos cidadãos, melhorar a eficácia e eficiência do serviço policial, potenciando os programas de policiamento de proximidade e envolvendo as populações no processo de segurança, o Primeiro Outorgante celebrará Contratos Locais de Segurança com os Municípios que manifestem interesse.

Cláusula Segunda

O conteúdo dos Contratos Locais de Segurança, designadamente no respeitante à designação do objecto, das áreas de actuação e do âmbito territorial, será determinado por acordo entre as partes, tendo em conta as necessidades de cada Município, sendo o respectivo diagnóstico, a estratégia definida e as acções a desenvolver alvo de análise e avaliação pelo Conselho Municipal de Segurança.

Cláusula Terceira

O Segundo Outorgante compromete-se a divulgar junto dos seus associados a existência do presente protocolo.



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES

Cláusula Quarta

Com vista ao acompanhamento do presente protocolo, os outorgantes indicarão os seus representantes no prazo de trinta dias após assinatura do mesmo.

Cláusula Quinta

Anualmente, os representantes dos Outorgantes apresentam um relatório sobre a execução do presente protocolo.

O presente Protocolo é assinado e rubricado em 2 (dois) exemplares, de igual valor, um para cada uma das Partes.

Lisboa, 13 de Agosto de 2008

O Ministro da Administração Interna

Rui Carlos Pereira

O Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses

Fernando de Carvalho Ruas

ANEXO II

Protocolo de celebração do CLS no Município de Loures

**PROTOCOLO DE CELEBRAÇÃO DO
CONTRATO LOCAL DE SEGURANÇA NO
MUNICIPIO DE LOURES**
Projecto-Piloto

Enquadramento:

A Constituição da República Portuguesa, consagra, no elenco dos direitos e liberdades fundamentais, o direito à liberdade e à segurança – artº 27º - assumindo a segurança condição primeira do exercício da liberdade e da cidadania activa.

A garantia da segurança interna e dos direitos dos cidadãos são tarefa Estado, através do Ministério da Administração Interna e das Forças de Segurança que têm vindo a concretizar as 15 medidas da *Estratégia de Segurança para 2008*, nomeadamente, no Reforço do Efectivo Policial, na execução da Lei de Programação e Execução de Infra-estruturas e Equipamentos, Reforma da Segurança Interna, Programa de Videovigilância, Formação e Treino das Forças de Segurança e Políticas de Policiamento de Proximidade.

É neste quadro das políticas de segurança preventivas que o Ministério da Administração Interna se propõe celebrar os Contratos Locais de Segurança com as Autarquias que se assumem como instrumentos privilegiados de cooperação institucional à escala territorial, capazes de mobilizar os agentes sociais, económicos e os cidadãos em geral.

A complexidade das sociedades actuais requer do Estado respostas cada vez mais eficazes, em articulação com a sociedade civil, com o objectivo de promover a qualidade de vida dos cidadãos, a coesão e a solidariedade social, através de políticas de desenvolvimento local.

A segurança comunitária pressupõe uma abordagem integrada, que exige, para além do papel primordial e insubstituível do Estado, ao nível central, a colaboração das Autarquias e a co-responsabilização da sociedade civil, enquadrada em projectos de responsabilidade social.

Os Contratos Locais de Segurança consubstanciam um instrumento fundamental no reforço objectivo da segurança e na confiança das populações, através do aprofundamento dos níveis de articulação, entre a acção das Forças de Segurança e os anseios dos cidadãos, através do desenvolvimento de programas de policiamento de proximidade e no envolvimento das comunidades, no domínio da segurança comum, enquanto expressão de um efectivo direito de cidadania.

Assim, entre:

O Ministério da Administração Interna, adiante designado por MAI, representado pela Governadora Civil de Lisboa, Dra. Dalila Araújo, na qualidade de primeiro outorgante,

e

A Câmara Municipal de Loures, adiante designada Município de Loures, representada pelo seu Presidente, Eng.º Carlos Teixeira, é celebrado o presente Contrato Local de Segurança, assumido como Projecto-Piloto, que se rege pelo disposto nas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

Áreas de intervenção

Os outorgantes acordam que são consideradas prioritárias as seguintes áreas de intervenção do Contrato Local de Segurança:

- a) Delinquência juvenil;
- b) Pequena criminalidade;
- c) Violência doméstica;
- d) Comportamentos anti-sociais;
- e) Fenómenos de insegurança.

Cláusula Segunda

Âmbito territorial

Os outorgantes designam como âmbito geográfico de intervenção do Contrato Local de Segurança, na primeira fase, as Freguesias da Apelação, Camarate e Sacavém, abrangendo cerca de 50.000 habitantes e, na segunda fase, prevista para Setembro de 2009, as Freguesias de Loures, Prior Velho e São João da Talha, abrangendo cerca de 60.000 habitantes.

Cláusula Terceira

Objectivos estratégicos:

Os outorgantes estabelecem cinco objectivos principais:

- a) Reduzir os índices de criminalidade, violência juvenil e o sentimento de insegurança;
- b) Reforçar o policiamento de proximidade na via pública, e junto de grupos de risco e grupos vulneráveis – escolas e terceira idade.
- b) Desenvolver uma estratégia e um plano de acções que permitam a obtenção de resultados;

- d) Elaborar um diagnóstico nas Freguesias abrangidas pelo Contrato Local de Segurança, com base na informação disponível nas Forças de Segurança, Câmara Municipal de Loures e outros parceiros estratégicos;
- e) Promover e estimular uma cultura de segurança, assente na cidadania participativa e responsabilização dos agentes da sociedade civil e dos cidadãos da comunidade, pela concretização de acções e adopção de comportamentos que contribuam para a eficácia de políticas públicas preventivas de segurança;

Cláusula Quarta

Modelo Institucional

Os outorgantes acordam enquadrar o Contrato Local de Segurança, na fase de Projecto-Piloto, numa estrutura simples e flexível, a partir de serviços já existentes, composta por:

- a) Estrutura de missão municipal – órgão directivo, de natureza executiva, responsável pela gestão do projecto;
- b) Comando Operacional da PSP (esquadra da PSP) com equipas mistas;
- c) Conselho Consultivo – com todos os representantes e parceiros locais, universidades, empresas que vierem a celebrar o Contrato Local de Segurança, em fase subsequente;

Cláusula Quinta

Implementação

Para a implementação do Contrato Local de Segurança, o MAI e Município de Loures comprometem-se a criar um grupo de trabalho, constituído pela Governadora Civil de Lisboa, representantes do Município e representantes do Comando Metropolitano da PSP de Lisboa que têm como missão:

- a) Reunir a informação e os estudos disponíveis que permitam a realização do Diagnóstico Local;
- b) Elaborar o plano de acções e iniciativas que devem enquadrar o Contrato Local de Segurança;
- c) Elaborar proposta sobre a estrutura de gestão e o modelo de financiamento;
- d) Associar os parceiros locais;
- e) Criar as condições logísticas para a entrada em funcionamento do Contrato Local de Segurança em Outubro 2008.

Cláusula Sexta

Compromissos das partes

Independentemente dos acordos que venham a ser estabelecidos posteriormente, entre o MAI e o Município e os restantes parceiros que virão a integrar o Contrato Local de Segurança, as partes acordam desde já os compromissos constantes nas cláusulas sétima e oitava.

Cláusula Sétima

Compromissos do Ministério da Administração Interna

O MAI assume as seguintes responsabilidades:

- a) Assegurar e dispositivo das Forças de Segurança necessárias ao projecto;
- b) Garantir a monitorização, através de Protocolo a celebrar com uma Universidade;
- c) Celebrar com a Câmara Municipal de Loures Contratos-Programa anuais relativos à sua co-participação no CLS;
- d) Assegurar, em colaboração com o Município, a elaboração do diagnóstico local;
- e) Promover iniciativas de divulgação e promoção do projecto por acordo das partes;
- f) Sensibilizar os agentes da sociedade civil para a adesão ao Contrato Local de Segurança e desenvolver contactos, visando a celebração de contratos de responsabilidade social para co-financiamento do projecto;
- g) Disponibilizar, através das Forças de Segurança, a informação necessária à elaboração do diagnóstico local;

Cláusula Oitava

Compromissos do Município de Loures

O Município de Loures assume as seguintes responsabilidades:

- a) Instalar e assegurar o funcionamento da Estrutura de Missão Municipal, dotando-a dos recursos técnicos e humanos necessários;

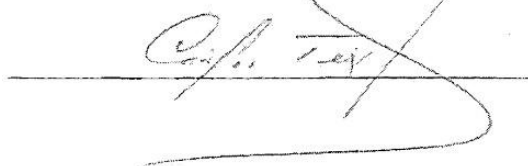
- b) Instalar Gabinetes Técnicos, nas Freguesias Apelação, Camarate e Sacavém, como serviços avançados da Estrutura de Missão, no sentido de dar uma natureza de proximidade ao Projecto;
- c) Celebrar Contratos e Acordos Financeiros com os parceiros que vierem a integrar o Contrato Local de Segurança;
- d) Promover iniciativas de divulgação e promoção do projecto por acordo das partes;
- e) Sensibilizar os agentes da sociedade civil para a adesão ao Contrato Local de Segurança e desenvolver contactos visando a celebração de contratos de responsabilidade social para co-financiamento do projecto;
- f) Disponibilizar, a informação necessária à elaboração do diagnóstico local;

O Presente Contrato foi assinado, em duplicado, e homologado por Sua Excelência o Ministro da Administração Interna, em 12 de Setembro de 2008, no Edifício da Assembleia Municipal do Concelho de Loures

A Governadora Civil de Lisboa



O Presidente da Câmara Municipal de Loures



ANEXO III

Protocolo de celebração do CLS no Município do Porto (Bairro do Cerco)

Contrato Local de Segurança

RB

Itener

AP

Considerando que:

- A segurança é uma condição essencial para um efectivo exercício da cidadania e é a primeira condição de liberdade, porque sem segurança não é possível exercer plenamente nenhum dos restantes direitos fundamentais;
- O policiamento de proximidade é uma filosofia e um modo de actuação que aposta no reforço da segurança comunitária, na acessibilidade e na visibilidade das Forças de Segurança, na qualidade da actuação policial e no estreito relacionamento entre os agentes de autoridade e os cidadãos, exigindo a cooperação entre várias entidades: públicas e privadas; centrais, regionais e locais;
- A adopção, por parte do Governo, de medidas de prevenção e combate à criminalidade, pode ter nos Municípios e Freguesias parceiros privilegiados, tendo em consideração o quadro territorial e as especificidades existentes bem cada área. A adopção destas medidas exige a realização de diagnósticos locais relativamente à delinquência e criminalidade, a avaliação do sentimento de (in)segurança e a adequação das respostas face às diferentes realidades e anseios das populações;
- O Programa do XVII Governo Constitucional incluiu na agenda política os desafios relativos à promoção da qualidade de vida dos cidadãos, relacionando este desafio com uma política de paz e tranquilidade públicas, que assume como finalidade essencial a promoção da coesão e da solidariedade social através de políticas de desenvolvimento local;
- Os Contratos Locais de Segurança são instrumentos privilegiados para colocar em prática a cooperação institucional à escala territorial a que respeitam, e reflectem a necessidade de descentralização das respostas e competências em termos de segurança, combate à criminalidade e comportamentos anti-sociais;

RF
522
/

- O envolvimento das instituições e dos cidadãos na aplicação de medidas preventivas de comportamentos anti-sociais é fundamental para o reforço da segurança da comunidade, evitando-se deste modo que a repressão penal seja a única via de combate à criminalidade, assumindo-se claramente a adopção de medidas preventivas de que todos os membros da comunidade são actores fundamentais.

Assim, com o propósito de reforçar objectivamente a segurança, aumentar o sentimento de segurança e o nível de confiança das populações, aproximar as Forças de Segurança das necessidades e expectativas dos cidadãos, melhorar a eficácia e eficiência do serviço policial, potenciando os programas de policiamento de proximidade e envolvendo as populações no processo de segurança,

O **Ministério da Administração Interna**, adiante designado por MAI, representado pela Governadora Civil do Distrito do Porto, Dra. Isabel Oneto, na qualidade de Primeiro Outorgante;

E

A **Câmara Municipal do Porto**, adiante designada Município do Porto, representada pelo seu Presidente, Dr. Rui Rio, na qualidade de segundo Outorgante;

Outorgam o presente **Contrato Local de Segurança**, que se rege pelo disposto nas seguintes Cláusulas:

Cláusula Primeira **(Conselho de Execução)**

Para acompanhar a execução do presente Contrato é criado um Conselho de Execução que elabora a estratégia e os planos de acção para promover a segurança e prevenir a criminalidade.

Cláusula Segunda
(Âmbito Material)

O Conselho de Execução tem por missão a realização de diagnósticos locais de (in)segurança e elaboração de planos de eliminação e/ou diminuição de fenómenos criminais identificados, sem prejuízo dos objectivos e prioridades definidas pelas políticas criminais e de segurança interna.

RB
Bert
AP

Cláusula Terceira
(Âmbito Territorial)

O presente Contrato incidirá sobre o Bairro do Cerco, no Porto, podendo alargar a sua actuação a outras áreas do Concelho por acordo entre ambas as partes Outorgantes.

Cláusula Quarta
(Composição)

O Conselho de Execução integra o Governador Civil, que preside, representantes da Câmara Municipal e das Forças e Serviços de Segurança territorialmente competentes na área de intervenção do presente protocolo.

Cláusula Quinta
(Outras entidades)

Podem participar nas reuniões do Conselho de Execução, a convite deste, todas as entidades públicas e privadas com actividade na área de intervenção deste Contrato, bem como outros organismos ou individualidades de reconhecido mérito cujo contributo seja considerado relevante para os objectivos definidos no presente Contrato.

Cláusula Sexta
(Instalação)

O Conselho de Execução fica instalado em local a determinar pelas partes Outorgantes.

Cláusula Sétima

(Diagnóstico local de (in)segurança)

O Conselho de Execução deverá efectuar, no prazo de 60 dias, o diagnóstico local de (in)segurança do Bairro do Cerco.

RB
sent
AC

Cláusula Oitava

(Objectivo do diagnóstico)

Na elaboração do diagnóstico local de segurança deve ser dada especial atenção a três áreas fundamentais:

- 1) Análise da situação local em termos de delinquência, criminalidade, comportamentos anti-sociais, e outros factores geradores de sentimento de (in)segurança, nomeadamente urbanísticos e sociais;
- 2) Avaliação do sentimento de (in)segurança;
- 3) Inventariação dos recursos securitários existentes;

tendo por objectivo final a identificação dos problemas de segurança locais para permitir aos vários parceiros a elaboração de uma estratégia que vise dar resposta a esses problemas.

Cláusula Nona

(Planos de acção)

- 1 - Após a elaboração do diagnóstico local de (in)segurança, é definida uma estratégia, num prazo de 60 dias, que identifique claramente os objectivos que visa atingir, as acções concretas a desenvolver, os parceiros e o seu papel em cada uma das acções preconizadas, recursos necessários à sua execução e um cronograma das acções propostas.
- 2 - As forças de segurança territorialmente competentes devem assegurar os meios adequados ao cumprimento dos planos de acção.

Cláusula Décima

(Parcerias)

No âmbito da realização do diagnóstico local de (in)segurança, o Conselho de Execução reunirá com instituições públicas e privadas, entidades de apoio e intervenção social e associações locais representativas dos interesses das

Cláusula Décima Primeira
(Policiamento de proximidade)

A estratégia a definir terá como vector estruturante o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade da PSP, onde se inclui os seguintes programas de policiamento de proximidade "Escola Segura", "Idosos em Segurança", "Violência doméstica", "Comércio Seguro", entre outros adequados à especificidade do Bairro do Cerco.

Cláusula Décima Segunda
(Atendimento ao cidadão)

- 1 - O Conselho de Execução desenvolverá, no âmbito da sua actividade, acções tendentes ao aumento da qualidade do serviço policial prestado e da acessibilidade a cidadãos com mobilidade reduzida.
- 2 – As forças de segurança, no quadro das suas missões, devem assegurar os níveis de serviço adequados ao disposto no número anterior.

Cláusula Décima Terceira
(Avaliação científica)

O trabalho desenvolvido no âmbito do presente Contrato terá a supervisão e avaliação científica da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, em termos a acordar em adenda ao presente Contrato.

Cláusula Décima Quarta
(Cooperação)

Sempre que o Segundo Outorgante solicitar, o Conselho de Execução participará nas reuniões do Conselho Municipal de Segurança.



Cláusula Décima Quinta

(Plano de trabalhos)

O Conselho de Execução definirá, na sua primeira reunião, o plano de trabalhos e a metodologia a adoptar para o desenvolvimento dos objectivos que lhe são atribuídos.

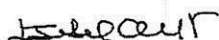
Cláusula Décima Sexta

(Encargos)

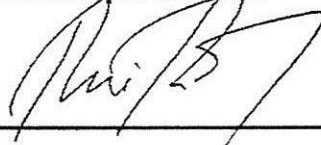
Todos os encargos decorrentes da e inerentes à execução do presente contrato são da responsabilidade exclusiva do Primeiro Outorgante, comprometendo-se o Segundo Outorgante a diligenciar os seus melhores officios no sentido de dar resposta a tudo quanto aquele venha a solicitar.

Porto, 31 de Maio de 2008

Pelo Primeiro Outorgante
Governadora Civil do Distrito do Porto

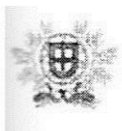


Pelo Segundo Outorgante
Presidente da Câmara Municipal do Porto



ANEXO IV

Protocolo de celebração do CLS no Município de Albufeira



Homologo

Ministro da Administração Interna

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO LOCAL DE SEGURANÇA COM O MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

Considerando que:

- A segurança é uma condição essencial para um efectivo exercício da cidadania e é a primeira condição de liberdade, porque sem segurança não é possível exercer plenamente nenhum dos restantes direitos fundamentais;
- O policiamento de proximidade é uma filosofia e um modo de actuação que aposta no reforço da segurança comunitária, na acessibilidade e na visibilidade das Forças de Segurança, na qualidade da actuação policial e no estreito relacionamento entre os agentes de autoridade e os cidadãos, exigindo a cooperação entre várias entidades: públicas e privadas; centrais, regionais e locais;
- A adopção, por parte do Governo, de medidas de prevenção e de combate à criminalidade, pode ter nos Municípios e Freguesias parceiros privilegiados, tendo em consideração o quadro territorial e as especificidades existentes em cada área. A adopção destas medidas exige a realização de diagnósticos locais relativamente à delinquência e criminalidade, a avaliação do sentimento de (in)segurança e a adequação das respostas face às diferentes realidades e anseios das populações;
- O Programa do XVII Governo Constitucional incluiu na agenda política os desafios relativos à promoção da qualidade de vida dos cidadãos, relacionando este desafio com uma política de paz e tranquilidade públicas, que assume como finalidade essencial a promoção da coesão e da solidariedade social através de políticas de desenvolvimento local;



- Os Contratos Locais de Segurança são instrumentos privilegiados para colocar em prática a cooperação institucional à escala territorial a que respeitam, e reflectem a necessidade de descentralização das respostas e competências em termos de segurança, combate à criminalidade e comportamentos anti-sociais;
- O envolvimento das instituições e dos cidadãos na aplicação de medidas preventivas de comportamentos anti-sociais é fundamental para o reforço da segurança da comunidade, evitando-se deste modo que a repressão penal seja a única via de combate à criminalidade, assumindo-se claramente a adopção de medidas preventivas de que todos os membros da comunidade são actores fundamentais.

Assim, com o propósito de reforçar objectivamente a segurança, aumentar o sentimento de segurança e o nível de confiança das populações, aproximar as Forças de Segurança das necessidades e expectativas dos cidadãos, melhorar a eficácia e eficiência do serviço policial, potenciando os programas de policiamento de proximidade e envolvendo as populações no processo de segurança,

O **Ministério da Administração Interna**, adiante designado por MAI, representado pela Governadora Civil do Distrito de Faro, Dra. Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes, na qualidade de Primeiro Outorgante;

E

A **Câmara Municipal de Albufeira**, representado pelo seu Presidente, Sr. Desidério Jorge da Silva, na qualidade de segundo Outorgante;

Outorgam o presente **Contrato Local de Segurança**, que se rege pelo disposto nas seguintes Cláusulas:



Cláusula Primeira
(Conselho de Execução)

Para acompanhar a execução do presente Contrato é criado um Conselho de Execução que elabora a estratégia e os planos de acção para promover a segurança e prevenir a criminalidade.

Cláusula Segunda
(Âmbito Material)

O Conselho de Execução tem por missão a realização de diagnósticos locais de (in)segurança e elaboração de planos de eliminação e/ou diminuição de fenómenos criminais identificados, sem prejuízo dos objectivos e prioridades definidas pelas políticas criminais e de segurança interna.

Cláusula Terceira
(Âmbito Territorial)

O presente Contrato incidirá sobre as Freguesias do Município de Albufeira.

Cláusula Quarta
(Composição)

O Conselho de Execução integra o Governador Civil, que preside, representantes da Câmara Municipal e das Forças e Serviços de Segurança territorialmente competentes na área de intervenção do presente protocolo.

Cláusula Quinta
(Outras entidades)

Podem participar nas reuniões do Conselho de Execução, a convite deste, todas as entidades, públicas e privadas, com actividade na área de intervenção deste Contrato, bem como outros organismos ou individualidades de reconhecido



mérito cujo contributo seja considerado relevante para os objectivos definidos no presente Contrato.

Cláusula Sexta

(Instalação)

O Conselho de Execução fica instalado em local a determinar pelas partes Outorgantes.

Cláusula Sétima

(Diagnóstico local de (in)segurança)

O Conselho de Execução deverá efectuar, no prazo de 60 dias, o diagnóstico local de (in)segurança do Município de Albufeira.

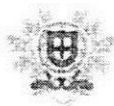
Cláusula Oitava

(Objectivo do diagnóstico)

Na elaboração do diagnóstico local de segurança deve ser dada especial atenção a três áreas fundamentais:

- 1) Análise da situação local em termos de delinquência, criminalidade, comportamentos anti-sociais, e outros factores geradores de sentimento de (in)segurança, nomeadamente urbanísticos e sociais;
- 2) Avaliação do sentimento de (in)segurança;
- 3) Inventariação dos recursos securitários existentes;

tendo por objectivo final a identificação dos problemas de segurança locais para permitir aos vários parceiros a elaboração de uma estratégia que vise dar resposta a esses problemas.



Cláusula Nona

(Planos de acção)

Após a elaboração do diagnóstico local de (in)segurança, é definida uma estratégia, num prazo de 60 dias, que identifique claramente os objectivos que visa atingir, as acções concretas a desenvolver, os parceiros e o seu papel em cada uma das acções preconizadas, recursos necessários à sua execução e um cronograma das acções propostas.

Cláusula Décima

(Parcerias)

No âmbito da realização do diagnóstico local de (in)segurança, o Conselho de Execução reunirá com instituições públicas e privadas, entidades de apoio e intervenção social e associações locais representativas dos interesses das comunidades, estabelecendo parcerias para a definição da estratégia e implementação das acções a desenvolver na área de intervenção.

Cláusula Décima Primeira

(Policiamento de proximidade)

A estratégia a definir terá como vector estruturante o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade das Forças de Segurança, onde se incluem os seguintes programas de policiamento de proximidade "Escola Segura", "Idosos em Segurança", "Violência doméstica", "Comércio Seguro", entre outros adequados à especificidade do Município.

Cláusula Décima Segunda

(Atendimento ao cidadão)

1 - O Conselho de Execução desenvolverá, no âmbito da sua actividade, acções tendentes ao aumento da qualidade do serviço policial prestado e da acessibilidade a cidadãos com mobilidade reduzida;



2 – As forças de segurança, no quadro das suas missões, devem assegurar os níveis de serviço adequados ao disposto no número anterior.

Cláusula Décima Terceira

(Avaliação científica)

O trabalho desenvolvido no âmbito do presente Contrato terá uma supervisão e avaliação científica, em termos a acordar em adenda ao presente Contrato.

Cláusula Décima Quarta

(Cooperação)

Sempre que o Segundo Outorgante solicitar, o Conselho de Execução participará nas reuniões do Conselho Municipal de Segurança.

Cláusula Décima Quinta

(Plano de trabalhos)

O Conselho de Execução definirá, na sua primeira reunião, o plano de trabalhos e a metodologia a adoptar para o desenvolvimento dos objectivos que lhe são atribuídos.

Faro, 1 de Junho de 2009

Pelo Primeiro Outorgante

Dra. Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes

Pelo Segundo Outorgante

Sr. Desidério Jorge da Silva

ANEXO V

Protocolo de celebração do CLS no Município de Alcoutim




Governo Civil
do Distrito de Faro

CONTRATOS LOCAIS DE SEGURANÇA

Protocolos Distrito de Faro



Homologo


Ministro da Administração Interna

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO LOCAL DE SEGURANÇA COM O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

Considerando que:

- A segurança é uma condição essencial para um efectivo exercício da cidadania e é a primeira condição de liberdade, porque sem segurança não é possível exercer plenamente nenhum dos restantes direitos fundamentais;
- O policiamento de proximidade é uma filosofia e um modo de actuação que aposta no reforço da segurança comunitária, na acessibilidade e na visibilidade das Forças de Segurança, na qualidade da actuação policial e no estreito relacionamento entre os agentes de autoridade e os cidadãos, exigindo a cooperação entre várias entidades: públicas e privadas; centrais, regionais e locais;
- A adopção, por parte do Governo, de medidas de prevenção e de combate à criminalidade, pode ter nos Municípios e Freguesias parceiros privilegiados, tendo em consideração o quadro territorial e as especificidades existentes em cada área. A adopção destas medidas exige a realização de diagnósticos locais relativamente à delinquência e criminalidade, a avaliação do sentimento de (in)segurança e a adequação das respostas face às diferentes realidades e anseios das populações;
- O Programa do XVII Governo Constitucional incluiu na agenda política os desafios relativos à promoção da qualidade de vida dos cidadãos, relacionando este desafio com uma política de paz e tranquilidade públicas, que assume como finalidade essencial a promoção da coesão e da solidariedade social através de políticas de desenvolvimento local;



R
Lub

- Os Contratos Locais de Segurança são instrumentos privilegiados para colocar em prática a cooperação institucional à escala territorial a que respeitam, e reflectem a necessidade de descentralização das respostas e competências em termos de segurança, combate à criminalidade e comportamentos anti-sociais;
- O envolvimento das instituições e dos cidadãos na aplicação de medidas preventivas de comportamentos anti-sociais é fundamental para o reforço da segurança da comunidade, evitando-se deste modo que a repressão penal seja a única via de combate à criminalidade, assumindo-se claramente a adopção de medidas preventivas de que todos os membros da comunidade são actores fundamentais.

Assim, com o propósito de reforçar objectivamente a segurança, aumentar o sentimento de segurança e o nível de confiança das populações, aproximar as Forças de Segurança das necessidades e expectativas dos cidadãos, melhorar a eficácia e eficiência do serviço policial, potenciando os programas de policiamento de proximidade e envolvendo as populações no processo de segurança,

O **Ministério da Administração Interna**, adiante designado por MAI, representado pela Governadora Civil do Distrito de Faro, Dra. Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes, na qualidade de Primeiro Outorgante;

E

A **Câmara Municipal de Alcoutim**, representada pelo seu Presidente, Dr. Francisco Augusto Caimoto Amaral, na qualidade de segundo Outorgante;

Outorgam o presente **Contrato Local de Segurança**, que se rege pelo disposto nas seguintes Cláusulas:



Cláusula Primeira

(Conselho de Execução)

Para acompanhar a execução do presente Contrato é criado um Conselho de Execução que elabora a estratégia e os planos de acção para promover a segurança e prevenir a criminalidade.

Cláusula Segunda

(Âmbito Material)

O Conselho de Execução tem por missão a realização de diagnósticos locais de (in)segurança e elaboração de planos de eliminação e/ou diminuição de fenómenos criminais identificados, sem prejuízo dos objectivos e prioridades definidas pelas políticas criminais e de segurança interna.

Cláusula Terceira

(Âmbito Territorial)

O presente Contrato incidirá sobre as Freguesias do Município de Alcoutim.

Cláusula Quarta

(Composição)

O Conselho de Execução integra o Governador Civil, que preside, representantes da Câmara Municipal e das Forças e Serviços de Segurança territorialmente competentes na área de intervenção do presente protocolo.

Cláusula Quinta

(Outras entidades)

Podem participar nas reuniões do Conselho de Execução, a convite deste, todas as entidades, públicas e privadas, com actividade na área de intervenção deste Contrato, bem como outros organismos ou individualidades de reconhecido



mérito cujo contributo seja considerado relevante para os objectivos definidos no presente Contrato.

Cláusula Sexta

(Instalação)

O Conselho de Execução fica instalado em local a determinar pelas partes Outorgantes.

Cláusula Sétima

(Diagnóstico local de (in)segurança)

O Conselho de Execução deverá efectuar, no prazo de 60 dias, o diagnóstico local de (in)segurança do Município de Alcoutim.

Cláusula Oitava

(Objectivo do diagnóstico)

Na elaboração do diagnóstico local de segurança deve ser dada especial atenção a três áreas fundamentais:

- 1) Análise da situação local em termos de delinquência, criminalidade, comportamentos anti-sociais, e outros factores geradores de sentimento de (in)segurança, nomeadamente urbanísticos e sociais;
- 2) Avaliação do sentimento de (in)segurança;
- 3) Inventariação dos recursos securitários existentes;

tendo por objectivo final a identificação dos problemas de segurança locais para permitir aos vários parceiros a elaboração de uma estratégia que vise dar resposta a esses problemas.



Cláusula Nona

(Planos de acção)

Após a elaboração do diagnóstico local de (in)segurança, é definida uma estratégia, num prazo de 60 dias, que identifique claramente os objectivos que visa atingir, as acções concretas a desenvolver, os parceiros e o seu papel em cada uma das acções preconizadas, recursos necessários à sua execução e um cronograma das acções propostas.

Cláusula Décima

(Parcerias)

No âmbito da realização do diagnóstico local de (in)segurança, o Conselho de Execução reunirá com instituições públicas e privadas, entidades de apoio e intervenção social e associações locais representativas dos interesses das comunidades, estabelecendo parcerias para a definição da estratégia e implementação das acções a desenvolver na área de intervenção.

Cláusula Décima Primeira

(Policimento de proximidade)

A estratégia a definir terá como vector estruturante o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade das Forças de Segurança, onde se incluem os seguintes programas de policiamento de proximidade "Escola Segura", "Idosos em Segurança", "Violência doméstica", "Comércio Seguro", entre outros adequados à especificidade do Município.

Cláusula Décima Segunda

(Atendimento ao cidadão)

1 - O Conselho de Execução desenvolverá, no âmbito da sua actividade, acções tendentes ao aumento da qualidade do serviço policial prestado e da acessibilidade a cidadãos com mobilidade reduzida;



2 – As forças de segurança, no quadro das suas missões, devem assegurar os níveis de serviço adequados ao disposto no número anterior.

Cláusula Décima Terceira

(Avaliação científica)

O trabalho desenvolvido no âmbito do presente Contrato terá uma supervisão e avaliação científica, em termos a acordar em adenda ao presente Contrato.

Cláusula Décima Quarta

(Cooperação)

Sempre que o Segundo Outorgante solicitar, o Conselho de Execução participará nas reuniões do Conselho Municipal de Segurança.

Cláusula Décima Quinta

(Plano de trabalhos)

O Conselho de Execução definirá, na sua primeira reunião, o plano de trabalhos e a metodologia a adoptar para o desenvolvimento dos objectivos que lhe são atribuídos.

Faro, 1 de Junho de 2009

Pelo Primeiro Outorgante

Dra. Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes

Pelo Segundo Outorgante

Dr. Francisco Augusto Caimoto Amaral

ANEXO VI

Protocolo de celebração do CLS no Município de Aljezur



Governo Civil
do Distrito de Faro

CONTRATOS LOCAIS DE SEGURANÇA

Protocolos Distrito de Faro



Homologo

Ministro da Administração Interna

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO LOCAL DE SEGURANÇA COM O MUNICÍPIO DE ALJEZUR

Considerando que:

- A segurança é uma condição essencial para um efectivo exercício da cidadania e é a primeira condição de liberdade, porque sem segurança não é possível exercer plenamente nenhum dos restantes direitos fundamentais;
- O policiamento de proximidade é uma filosofia e um modo de actuação que aposta no reforço da segurança comunitária, na acessibilidade e na visibilidade das Forças de Segurança, na qualidade da actuação policial e no estreito relacionamento entre os agentes de autoridade e os cidadãos, exigindo a cooperação entre várias entidades: públicas e privadas; centrais, regionais e locais;
- A adopção, por parte do Governo, de medidas de prevenção e de combate à criminalidade, pode ter nos Municípios e Freguesias parceiros privilegiados, tendo em consideração o quadro territorial e as especificidades existentes em cada área. A adopção destas medidas exige a realização de diagnósticos locais relativamente à delinquência e criminalidade, a avaliação do sentimento de (in)segurança e a adequação das respostas face às diferentes realidades e anseios das populações;
- O Programa do XVII Governo Constitucional incluiu na agenda política os desafios relativos à promoção da qualidade de vida dos cidadãos, relacionando este desafio com uma política de paz e tranquilidade públicas, que assume como finalidade essencial a promoção da coesão e da solidariedade social através de políticas de desenvolvimento local;



- Os Contratos Locais de Segurança são instrumentos privilegiados para colocar em prática a cooperação institucional à escala territorial a que respeitam, e reflectem a necessidade de descentralização das respostas e competências em termos de segurança, combate à criminalidade e comportamentos anti-sociais;
- O envolvimento das instituições e dos cidadãos na aplicação de medidas preventivas de comportamentos anti-sociais é fundamental para o reforço da segurança da comunidade, evitando-se deste modo que a repressão penal seja a única via de combate à criminalidade, assumindo-se claramente a adopção de medidas preventivas de que todos os membros da comunidade são actores fundamentais.

Assim, com o propósito de reforçar objectivamente a segurança, aumentar o sentimento de segurança e o nível de confiança das populações, aproximar as Forças de Segurança das necessidades e expectativas dos cidadãos, melhorar a eficácia e eficiência do serviço policial, potenciando os programas de policiamento de proximidade e envolvendo as populações no processo de segurança,

O **Ministério da Administração Interna**, adiante designado por MAI, representado pela Governadora Civil do Distrito de Faro, Dra. Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes, na qualidade de Primeiro Outorgante;

E

A **Câmara Municipal de Aljezur**, representada pelo seu Presidente, Sr. Manuel José de Jesus Marreiros, na qualidade de segundo Outorgante;

Outorgam o presente **Contrato Local de Segurança**, que se rege pelo disposto nas seguintes Cláusulas:



Cláusula Primeira

(Conselho de Execução)

Para acompanhar a execução do presente Contrato é criado um Conselho de Execução que elabora a estratégia e os planos de acção para promover a segurança e prevenir a criminalidade.

Cláusula Segunda

(Âmbito Material)

O Conselho de Execução tem por missão a realização de diagnósticos locais de (in)segurança e elaboração de planos de eliminação e/ou diminuição de fenómenos criminais identificados, sem prejuízo dos objectivos e prioridades definidas pelas políticas criminais e de segurança interna.

Cláusula Terceira

(Âmbito Territorial)

O presente Contrato incidirá sobre as Freguesias do Município de Aljezur.

Cláusula Quarta

(Composição)

O Conselho de Execução integra o Governador Civil, que preside, representantes da Câmara Municipal e das Forças e Serviços de Segurança territorialmente competentes na área de intervenção do presente protocolo.

Cláusula Quinta

(Outras entidades)

Podem participar nas reuniões do Conselho de Execução, a convite deste, todas as entidades, públicas e privadas, com actividade na área de intervenção deste Contrato, bem como outros organismos ou individualidades de reconhecido



Governo Civil
do Distrito de Faro

CONTRATOS LOCAIS DE SEGURANÇA

Protocolos Distrito de Faro



mérito cujo contributo seja considerado relevante para os objectivos definidos no presente Contrato.

Cláusula Sexta

(Instalação)

O Conselho de Execução fica instalado em local a determinar pelas partes Outorgantes.

Cláusula Sétima

(Diagnóstico local de (in)segurança)

O Conselho de Execução deverá efectuar, no prazo de 60 dias, o diagnóstico local de (in)segurança do Município de Aljezur.

Cláusula Oitava

(Objectivo do diagnóstico)

Na elaboração do diagnóstico local de segurança deve ser dada especial atenção a três áreas fundamentais:

- 1) Análise da situação local em termos de delinquência, criminalidade, comportamentos anti-sociais, e outros factores geradores de sentimento de (in)segurança, nomeadamente urbanísticos e sociais;
- 2) Avaliação do sentimento de (in)segurança;
- 3) Inventariação dos recursos securitários existentes;

tendo por objectivo final a identificação dos problemas de segurança locais para permitir aos vários parceiros a elaboração de uma estratégia que vise dar resposta a esses problemas.



Cláusula Nona

(Planos de acção)

Após a elaboração do diagnóstico local de (in)segurança, é definida uma estratégia, num prazo de 60 dias, que identifique claramente os objectivos que visa atingir, as acções concretas a desenvolver, os parceiros e o seu papel em cada uma das acções preconizadas, recursos necessários à sua execução e um cronograma das acções propostas.

Cláusula Décima

(Parcerias)

No âmbito da realização do diagnóstico local de (in)segurança, o Conselho de Execução reunirá com instituições públicas e privadas, entidades de apoio e intervenção social e associações locais representativas dos interesses das comunidades, estabelecendo parcerias para a definição da estratégia e implementação das acções a desenvolver na área de intervenção.

Cláusula Décima Primeira

(Policimento de proximidade)

A estratégia a definir terá como vector estruturante o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade das Forças de Segurança, onde se incluem os seguintes programas de policiamento de proximidade "Escola Segura", "Idosos em Segurança", "Violência doméstica", "Comércio Seguro", entre outros adequados à especificidade do Município.

Cláusula Décima Segunda

(Atendimento ao cidadão)

1 - O Conselho de Execução desenvolverá, no âmbito da sua actividade, acções tendentes ao aumento da qualidade do serviço policial prestado e da acessibilidade a cidadãos com mobilidade reduzida;



2 – As forças de segurança, no quadro das suas missões, devem assegurar os níveis de serviço adequados ao disposto no número anterior.

Cláusula Décima Terceira

(Avaliação científica)

O trabalho desenvolvido no âmbito do presente Contrato terá uma supervisão e avaliação científica, em termos a acordar em adenda ao presente Contrato.

Cláusula Décima Quarta

(Cooperação)

Sempre que o Segundo Outorgante solicitar, o Conselho de Execução participará nas reuniões do Conselho Municipal de Segurança.

Cláusula Décima Quinta

(Plano de trabalhos)

O Conselho de Execução definirá, na sua primeira reunião, o plano de trabalhos e a metodologia a adoptar para o desenvolvimento dos objectivos que lhe são atribuídos.

Faro, 1 de Junho de 2009

Pelo Primeiro Outorgante

Dra. Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargês Gomes

Pelo Segundo Outorgante

Sr. Manuel José de Jesus Marreiros

ANEXO VII

Protocolo de celebração do CLS no Município de Castro Marim



Governo Civil
do Distrito de Faro

CONTRATOS LOCAIS DE SEGURANÇA Protocolos Distrito de Faro



Homologo

Ministro da Administração Interna

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO LOCAL DE SEGURANÇA COM O MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM

Considerando que:

- A segurança é uma condição essencial para um efectivo exercício da cidadania e é a primeira condição de liberdade, porque sem segurança não é possível exercer plenamente nenhum dos restantes direitos fundamentais;
- O policiamento de proximidade é uma filosofia e um modo de actuação que aposta no reforço da segurança comunitária, na acessibilidade e na visibilidade das Forças de Segurança, na qualidade da actuação policial e no estreito relacionamento entre os agentes de autoridade e os cidadãos, exigindo a cooperação entre várias entidades: públicas e privadas; centrais, regionais e locais;
- A adopção, por parte do Governo, de medidas de prevenção e de combate à criminalidade, pode ter nos Municípios e Freguesias parceiros privilegiados, tendo em consideração o quadro territorial e as especificidades existentes em cada área. A adopção destas medidas exige a realização de diagnósticos locais relativamente à delinquência e criminalidade, a avaliação do sentimento de (in)segurança e a adequação das respostas face às diferentes realidades e anseios das populações;
- O Programa do XVII Governo Constitucional incluiu na agenda política os desafios relativos à promoção da qualidade de vida dos cidadãos, relacionando este desafio com uma política de paz e tranquilidade públicas, que assume como finalidade essencial a promoção da coesão e da solidariedade social através de políticas de desenvolvimento local;



- Os Contratos Locais de Segurança são instrumentos privilegiados para colocar em prática a cooperação institucional à escala territorial a que respeitam, e reflectem a necessidade de descentralização das respostas e competências em termos de segurança, combate à criminalidade e comportamentos anti-sociais;
- O envolvimento das instituições e dos cidadãos na aplicação de medidas preventivas de comportamentos anti-sociais é fundamental para o reforço da segurança da comunidade, evitando-se deste modo que a repressão penal seja a única via de combate à criminalidade, assumindo-se claramente a adopção de medidas preventivas de que todos os membros da comunidade são actores fundamentais.

Assim, com o propósito de reforçar objectivamente a segurança, aumentar o sentimento de segurança e o nível de confiança das populações, aproximar as Forças de Segurança das necessidades e expectativas dos cidadãos, melhorar a eficácia e eficiência do serviço policial, potenciando os programas de policiamento de proximidade e envolvendo as populações no processo de segurança,

O **Ministério da Administração Interna**, adiante designado por MAI, representado pela Governadora Civil do Distrito de Faro, Dra. Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes, na qualidade de Primeiro Outorgante;

E

A **Câmara Municipal de Castro Marim**, representada pela sua Vice-Presidente, Dra. Filomena Pascoal Sintra, na qualidade de segundo Outorgante;

Outorgam o presente **Contrato Local de Segurança**, que se rege pelo disposto nas seguintes Cláusulas:



Cláusula Primeira

(Conselho de Execução)

Para acompanhar a execução do presente Contrato é criado um Conselho de Execução que elabora a estratégia e os planos de acção para promover a segurança e prevenir a criminalidade.

Cláusula Segunda

(Âmbito Material)

O Conselho de Execução tem por missão a realização de diagnósticos locais de (in)segurança e elaboração de planos de eliminação e/ou diminuição de fenómenos criminais identificados, sem prejuízo dos objectivos e prioridades definidas pelas políticas criminais e de segurança interna.

Cláusula Terceira

(Âmbito Territorial)

O presente Contrato incidirá sobre as Freguesias do Município de Castro Marim.

Cláusula Quarta

(Composição)

O Conselho de Execução integra o Governador Civil, que preside, representantes da Câmara Municipal e das Forças e Serviços de Segurança territorialmente competentes na área de intervenção do presente protocolo.

Cláusula Quinta

(Outras entidades)

Podem participar nas reuniões do Conselho de Execução, a convite deste, todas as entidades, públicas e privadas, com actividade na área de intervenção deste Contrato, bem como outros organismos ou individualidades de reconhecido



mérito cujo contributo seja considerado relevante para os objectivos definidos no presente Contrato.

Cláusula Sexta

(Instalação)

O Conselho de Execução fica instalado em local a determinar pelas partes Outorgantes.

Cláusula Sétima

(Diagnóstico local de (in)segurança)

O Conselho de Execução deverá efectuar, no prazo de 60 dias, o diagnóstico local de (in)segurança do Município de Castro Marim.

Cláusula Oitava

(Objectivo do diagnóstico)

Na elaboração do diagnóstico local de segurança deve ser dada especial atenção a três áreas fundamentais:

- 1) Análise da situação local em termos de delinquência, criminalidade, comportamentos anti-sociais, e outros factores geradores de sentimento de (in)segurança, nomeadamente urbanísticos e sociais;
- 2) Avaliação do sentimento de (in)segurança;
- 3) Inventariação dos recursos securitários existentes;

tendo por objectivo final a identificação dos problemas de segurança locais para permitir aos vários parceiros a elaboração de uma estratégia que vise dar resposta a esses problemas.



Cláusula Nona

(Planos de acção)

Após a elaboração do diagnóstico local de (in)segurança, é definida uma estratégia, num prazo de 60 dias, que identifique claramente os objectivos que visa atingir, as acções concretas a desenvolver, os parceiros e o seu papel em cada uma das acções preconizadas, recursos necessários à sua execução e um cronograma das acções propostas.

Cláusula Décima

(Parcerias)

No âmbito da realização do diagnóstico local de (in)segurança, o Conselho de Execução reunirá com instituições públicas e privadas, entidades de apoio e intervenção social e associações locais representativas dos interesses das comunidades, estabelecendo parcerias para a definição da estratégia e implementação das acções a desenvolver na área de intervenção.

Cláusula Décima Primeira

(Policimento de proximidade)

A estratégia a definir terá como vector estruturante o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade das Forças de Segurança, onde se incluem os seguintes programas de policiamento de proximidade "Escola Segura", "Idosos em Segurança", "Violência doméstica", "Comércio Seguro", entre outros adequados à especificidade do Município.

Cláusula Décima Segunda

(Atendimento ao cidadão)

1 - O Conselho de Execução desenvolverá, no âmbito da sua actividade, acções tendentes ao aumento da qualidade do serviço policial prestado e da acessibilidade a cidadãos com mobilidade reduzida;



2 – As forças de segurança, no quadro das suas missões, devem assegurar os níveis de serviço adequados ao disposto no número anterior.

Cláusula Décima Terceira

(Avaliação científica)

O trabalho desenvolvido no âmbito do presente Contrato terá uma supervisão e avaliação científica, em termos a acordar em adenda ao presente Contrato.

Cláusula Décima Quarta

(Cooperação)

Sempre que o Segundo Outorgante solicitar, o Conselho de Execução participará nas reuniões do Conselho Municipal de Segurança.

Cláusula Décima Quinta


(Plano de trabalhos)

O Conselho de Execução definirá, na sua primeira reunião, o plano de trabalhos e a metodologia a adoptar para o desenvolvimento dos objectivos que lhe são atribuídos.

Faro, 1 de Junho de 2009

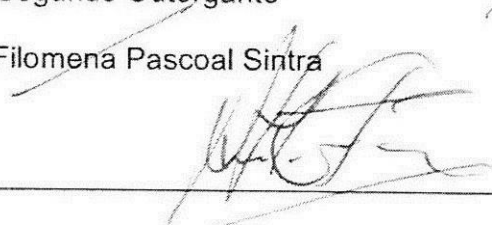
Pelo Primeiro Outorgante

Dra. Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes



Pelo Segundo Outorgante

Dra. Filomena Pascoal Sintra




ANEXO VIII

Protocolo de celebração do CLS no Município de Olhão



Homologo

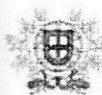

Ministro da Administração Interna



CELEBRAÇÃO DO CONTRATO LOCAL DE SEGURANÇA COM O MUNICÍPIO DE OLHÃO

Considerando que:

- A segurança é uma condição essencial para um efectivo exercício da cidadania e é a primeira condição de liberdade, porque sem segurança não é possível exercer plenamente nenhum dos restantes direitos fundamentais;
- O policiamento de proximidade é uma filosofia e um modo de actuação que aposta no reforço da segurança comunitária, na acessibilidade e na visibilidade das Forças de Segurança, na qualidade da actuação policial e no estreito relacionamento entre os agentes de autoridade e os cidadãos, exigindo a cooperação entre várias entidades: públicas e privadas; centrais, regionais e locais;
- A adopção, por parte do Governo, de medidas de prevenção e de combate à criminalidade, pode ter nos Municípios e Freguesias parceiros privilegiados, tendo em consideração o quadro territorial e as especificidades existentes em cada área. A adopção destas medidas exige a realização de diagnósticos locais relativamente à delinquência e criminalidade, a avaliação do sentimento de (in)segurança e a adequação das respostas face às diferentes realidades e anseios das populações;
- O Programa do XVII Governo Constitucional incluiu na agenda política os desafios relativos à promoção da qualidade de vida dos cidadãos, relacionando este desafio com uma política de paz e tranquilidade públicas, que assume como finalidade essencial a promoção da coesão e da solidariedade social através de políticas de desenvolvimento local;



- Os Contratos Locais de Segurança são instrumentos privilegiados para colocar em prática a cooperação institucional à escala territorial a que respeitam, e reflectem a necessidade de descentralização das respostas e competências em termos de segurança, combate à criminalidade e comportamentos anti-sociais;
- O envolvimento das instituições e dos cidadãos na aplicação de medidas preventivas de comportamentos anti-sociais é fundamental para o reforço da segurança da comunidade, evitando-se deste modo que a repressão penal seja a única via de combate à criminalidade, assumindo-se claramente a adopção de medidas preventivas de que todos os membros da comunidade são actores fundamentais.

Assim, com o propósito de reforçar objectivamente a segurança, aumentar o sentimento de segurança e o nível de confiança das populações, aproximar as Forças de Segurança das necessidades e expectativas dos cidadãos, melhorar a eficácia e eficiência do serviço policial, potenciando os programas de policiamento de proximidade e envolvendo as populações no processo de segurança,

O **Ministério da Administração Interna**, adiante designado por MAI, representado pela Governadora Civil do Distrito de Faro, Dra. Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes, na qualidade de Primeiro Outorgante;

E

A **Câmara Municipal de Olhão**, representado pelo seu Presidente, Eng. Francisco José Fernandes Leal, na qualidade de segundo Outorgante;

Outorgam o presente **Contrato Local de Segurança**, que se rege pelo disposto nas seguintes Cláusulas:



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Cláusula Primeira

(Conselho de Execução)

Para acompanhar a execução do presente Contrato é criado um Conselho de Execução que elabora a estratégia e os planos de acção para promover a segurança e prevenir a criminalidade.

Cláusula Segunda

(Âmbito Material)

O Conselho de Execução tem por missão a realização de diagnósticos locais de (in)segurança e elaboração de planos de eliminação e/ou diminuição de fenómenos criminais identificados, sem prejuízo dos objectivos e prioridades definidas pelas políticas criminais e de segurança interna.

Cláusula Terceira

(Âmbito Territorial)

O presente Contrato incidirá sobre as Freguesias do Município de Olhão.

Cláusula Quarta

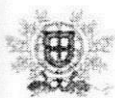
(Composição)

O Conselho de Execução integra o Governador Civil, que preside, representantes da Câmara Municipal e das Forças e Serviços de Segurança territorialmente competentes na área de intervenção do presente protocolo.

Cláusula Quinta

(Outras entidades)

Podem participar nas reuniões do Conselho de Execução, a convite deste, todas as entidades, públicas e privadas, com actividade na área de intervenção deste Contrato, bem como outros organismos ou individualidades de reconhecido



mérito cujo contributo seja considerado relevante para os objectivos definidos no presente Contrato.

Cláusula Sexta

(Instalação)

O Conselho de Execução fica instalado em local a determinar pelas partes Outorgantes.

Cláusula Sétima

(Diagnóstico local de (in)segurança)

O Conselho de Execução deverá efectuar, no prazo de 60 dias, o diagnóstico local de (in)segurança do Município de Olhão.

Cláusula Oitava

(Objectivo do diagnóstico)

Na elaboração do diagnóstico local de segurança deve ser dada especial atenção a três áreas fundamentais:

- 1) Análise da situação local em termos de delinquência, criminalidade, comportamentos anti-sociais, e outros factores geradores de sentimento de (in)segurança, nomeadamente urbanísticos e sociais;
- 2) Avaliação do sentimento de (in)segurança;
- 3) Inventariação dos recursos securitários existentes;

tendo por objectivo final a identificação dos problemas de segurança locais para permitir aos vários parceiros a elaboração de uma estratégia que vise dar resposta a esses problemas.



Cláusula Nona

(Planos de acção)

Após a elaboração do diagnóstico local de (in)segurança, é definida uma estratégia, num prazo de 60 dias, que identifique claramente os objectivos que visa atingir, as acções concretas a desenvolver, os parceiros e o seu papel em cada uma das acções preconizadas, recursos necessários à sua execução e um cronograma das acções propostas.

Cláusula Décima

(Parcerias)

No âmbito da realização do diagnóstico local de (in)segurança, o Conselho de Execução reunirá com instituições públicas e privadas, entidades de apoio e intervenção social e associações locais representativas dos interesses das comunidades, estabelecendo parcerias para a definição da estratégia e implementação das acções a desenvolver na área de intervenção.

Cláusula Décima Primeira

(Policiamento de proximidade)

A estratégia a definir terá como vector estruturante o Programa Integrado de Policiamento de Proximidade das Forças de Segurança, onde se incluem os seguintes programas de policiamento de proximidade "Escola Segura", "Idosos em Segurança", "Violência doméstica", "Comércio Seguro", entre outros adequados à especificidade do Município.

Cláusula Décima Segunda

(Atendimento ao cidadão)

1 - O Conselho de Execução desenvolverá, no âmbito da sua actividade, acções tendentes ao aumento da qualidade do serviço policial prestado e da acessibilidade a cidadãos com mobilidade reduzida;



2 – As forças de segurança, no quadro das suas missões, devem assegurar os níveis de serviço adequados ao disposto no número anterior.

Cláusula Décima Terceira

(Avaliação científica)

O trabalho desenvolvido no âmbito do presente Contrato terá uma supervisão e avaliação científica, em termos a acordar em adenda ao presente Contrato.

Cláusula Décima Quarta

(Cooperação)

Sempre que o Segundo Outorgante solicitar, o Conselho de Execução participará nas reuniões do Conselho Municipal de Segurança.

Cláusula Décima Quinta

(Plano de trabalhos)

O Conselho de Execução definirá, na sua primeira reunião, o plano de trabalhos e a metodologia a adoptar para o desenvolvimento dos objectivos que lhe são atribuídos.

Faro, 1 de Junho de 2009

Pelo Primeiro Outorgante

Dra. Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes

Pelo Segundo Outorgante

Eng. Francisco José Fernandes Leal

ANEXO IX

Acordo de Cooperação entre vários ministérios do governo (MAI, MJ, Ministro-adjunto, MCTES, ME, MTSSS e MS) ANMP e ANAFRE para a criação da Comissão Interministerial dos CLS

Acordo de Cooperação

Assumindo que a segurança é um direito fundamental dos cidadãos e um barómetro da qualidade de vida democrática, o XXI Governo Constitucional elegeu a prevenção e o combate aos diversos tipos de violência e de criminalidade e a promoção da confiança nas forças e serviços de segurança enquanto desígnios fundamentais da ação governativa.

O cariz global, complexo e sofisticado dos riscos e ameaças que Portugal enfrenta, à semelhança da generalidade dos países ocidentais, exige a elaboração e execução de políticas públicas direcionadas e coordenadas para os prevenir de forma integrada e eficaz.

Nesse particular, a intervenção precoce em contextos de risco assume naturalmente uma importância decisiva na promoção das condições de segurança das populações e na proteção dos cidadãos mais vulneráveis. Pelo seu caráter territorializado, é igualmente determinante a estreita colaboração com as autarquias e com as comunidades locais na prossecução de soluções que tenham em consideração, quer as especificidades locais, quer os recursos e dinâmicas existentes para lhes fazer face.

Os Contratos Locais de Segurança são instrumentos privilegiados para colocar em prática a cooperação institucional entre a administração central e as autarquias locais, em interação com a comunidade, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos que contribuem para as taxas de criminalidade identificadas nas áreas de intervenção.

A eficácia dos Contratos Locais de Segurança depende, em grande medida, de uma leitura rigorosa da realidade local e da compreensão dos seus riscos. Nesse sentido, a realização de um exaustivo diagnóstico local de segurança consubstancia uma etapa decisiva para a elaboração de uma estratégia eficaz e adaptada às reais necessidades locais. Essa estratégia deverá ser materializada num plano de intervenção que defina claramente o conjunto de prioridades em função da leitura efetuada, as medidas concretas e calendarizadas a desenvolver para alcançar os objetivos traçados e o papel de cada entidade na sua prossecução. Por fim, mas não menos importante, é necessário acompanhar a execução das medidas e atividades implementadas, monitorizar o seu impacto e, sempre que necessário, redefinir as prioridades inicialmente elencadas e os recursos alocados.

Tendo em consideração que os fenómenos criminais e antissociais não se esgotam na vertente securitária e que a sua prevenção exige a participação ativa e permanente de vários departamentos governamentais – segurança interna, justiça, educação, ciência, tecnologia e ensino superior, trabalho, solidariedade e segurança social, saúde, cidadania e igualdade – o sucesso dos Contratos Locais de Segurança requer o empenho e participação de todos eles e em todas as fases supramencionadas. Igualmente decisiva é a participação das autarquias locais, parceiras imprescindíveis para o sucesso destas políticas públicas preventivas.

Nesta medida, também a diversidade da resposta depende do entendimento entre a administração central e as autarquias locais. Partindo desse pressuposto, o Governo projetou diferentes tipologias de contratos, privilegiando quer o incremento da segurança ao nível municipal, quer uma intervenção mais localizada e focalizada na prevenção da delinquência juvenil e na proteção do espaço público ao nível de áreas urbanas de risco social, quer ainda situações atípicas e delimitadas em termos espaço-temporais.

Independentemente da tipologia, e das particularidades que cada uma delas encerra, o sucesso desta iniciativa exige a participação ativa de vários departamentos governamentais, num esforço concertado do Governo em áreas como a administração interna e a justiça, mas também noutras, menos associadas aos fenómenos criminais mas igualmente pertinentes para a sua prevenção, tais como a educação, ciência, tecnologia e ensino superior, trabalho, solidariedade e segurança social, saúde ou igualdade e cidadania. O envolvimento de todos, e de cada um deles, é fundamental, quer ao nível do diagnóstico de necessidades, quer ao nível da monitorização e acompanhamento dos indicadores relativos às respetivas áreas de competência, quer ainda ao nível das soluções destinadas a mitigar ou resolver os problemas identificados.

Assim, com o propósito de reforçar objetivamente as condições de segurança das populações, de incrementar o seu sentimento de segurança, de garantir opções de futuro para as próximas gerações e de potenciar a confiança entre o Estado e os cidadãos,

O Ministério da Administração Interna, adiante designado por MAI, representado pela Ministra da Administração Interna, Constança Urbano de Sousa,

O Ministério da Justiça, adiante designado de MJ, representado pela Ministra da Justiça, Francisca Van Dunem,

g d
CFBK
Rollo
Amly
W

O Ministro Adjunto, Eduardo Cabrita,

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, adiante designado por MCTES, representado pela Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Maria Fernanda Rollo,

O Ministério da Educação, adiante designado por MEdu, representando pelo Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues,

O Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, adiante designado por MTSSS, representado pela Secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim,

O Ministério da Saúde, adiante designado por MS, representado pelo Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes,

A Associação Nacional de Municípios Portugueses, adiante designada por ANMP, representada pelo seu Presidente Manuel Machado,

E

A Associação Nacional de Freguesias, adiante designada por ANAFRE, representada pelo seu Presidente, Pedro Cegonho,

Celebram o presente Acordo de Cooperação, que se rege pelo disposto nas Seguintes Cláusulas:

Cláusula Primeira

(Objeto)

Nos termos do presente Acordo de Cooperação é criada a Comissão Interministerial dos Contratos Locais de Segurança, doravante designados CLS.

Cláusula Segunda

(Missão)

A Comissão Interministerial tem por missão coordenar e avaliar a implementação dos CLS, designadamente:

- a) Proceder à elaboração de uma matriz com os indicadores relevantes para a elaboração dos diagnósticos locais de segurança;
- b) Monitorizar a execução de cada um dos Planos de Intervenção;
- c) Avaliar com as Comissões Coordenadoras dos CLS os respetivos relatórios de progresso que estas submetem com periodicidade trimestral, de forma a permitir eventuais ajustamentos dos Planos de Intervenção;
- d) Difundir junto das Comissões Coordenadoras dos CLS as boas práticas e/ou experiências consideradas pertinentes para a resolução dos problemas identificados.

Cláusula Terceira

(Composição)

1. Integram a Comissão Interministerial dos CLS os representantes designados pelos membros do Governo signatários do presente Acordo de Cooperação;
2. Participam na Comissão Interministerial dos CLS, a título de convidados, a ANMP e a ANAFRE;
3. A Comissão Interministerial é presidida pelo representante do MAI;
4. A Comissão Interministerial pode convidar entidades, nacionais ou internacionais, de comprovada experiência e competência em razão da matéria, a integrarem a referida comissão a título consultivo.

Cláusula Quarta

(Reuniões da Comissão Interministerial dos CLS)

1. As reuniões ordinárias da Comissão Interministerial dos CLS têm uma periodicidade mensal, podendo a mesma reunir extraordinariamente sempre que tal se justifique;
2. As reuniões decorrem nas instalações do MAI, ou em local a indicar na convocatória.

9
JBR
H. H. H.

(Entrada em Vigor)

O Acordo de Cooperação entra em vigor na data da sua assinatura.

O presente Acordo de Cooperação é assinado e rubricado em 9 (nove) exemplares, ficando cada outorgante com um original.

9

Lisboa, 14 de julho de 2016

Pelo Primeiro Outorgante

A Ministra da Administração Interna

CLVL

(Constança Urbano de Sousa)

Pelo Segundo Outorgante

A Ministra da Justiça

Amesbury

(Francisca Van Dunem)

ESR

Pelo Terceiro Outorgante

O Ministro Adjunto



(Eduardo Cabrita)

Pelo Quarto Outorgante

A Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

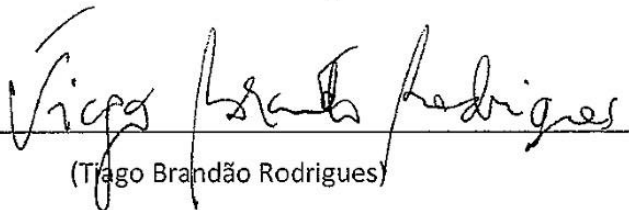


(Maria Fernanda Rollo)

Amg
9

Pelo Quinto Outorgante

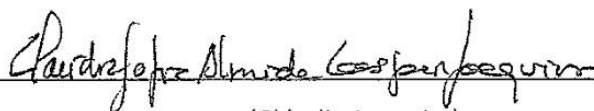
O Ministro da Educação



(Tiago Brandão Rodrigues)

Pelo Sexto Outorgante

A Secretária de Estado da Segurança Social

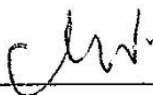


(Cláudia Joaquim)

9


Pelo Sétimo Outorgante

O Ministro da Saúde



(Adalberto Campos Fernandes)

Pelo Oitavo Outorgante

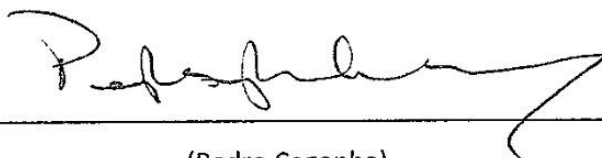
O Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses



(Manuel Machado)

Pelo Nono Outorgante

O Presidente da Associação Nacional de Freguesias



(Pedro Cegonho)

ANEXO X

Matriz de Indicadores do DLS da tipologia MAI Bairro



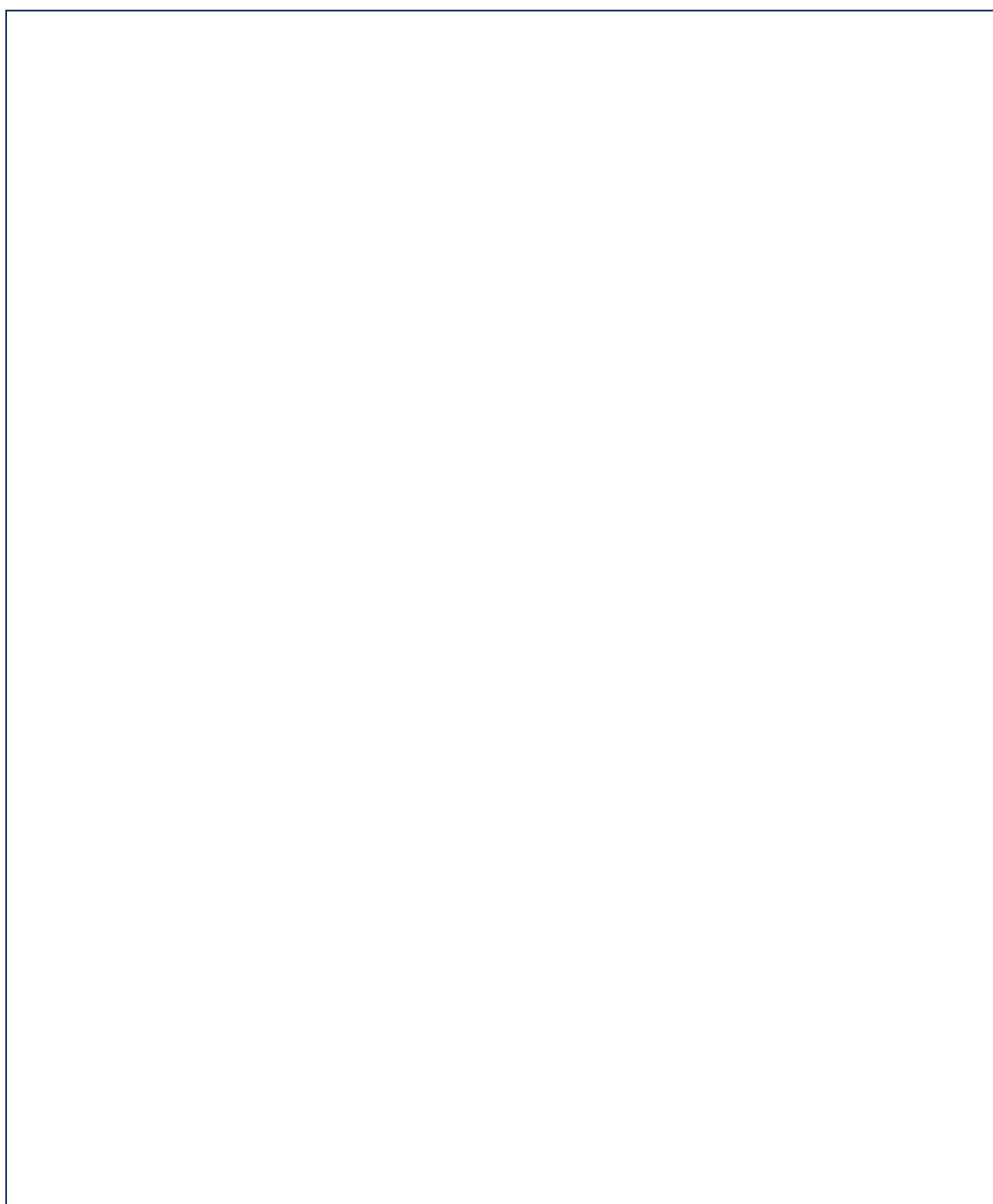
Diagnósticos Locais de Segurança

Matriz de Indicadores

Comissão Interministerial dos CLS

Identificação da Área de Abrangência

Mapa 1 - Delimitação da Área de Intervenção do CLS



SEGURANÇA

a) Criminalidade Participada às Forças e Serviços de Segurança

Quadro 1 – Evolução do Total de Ocorrências Participadas às Forças e Serviços de Segurança (2010-2015)

	010	011	012	013	014	015	Variação 2014-2015	
							N	%
Concelho X								
Freguesia X								
Bairro X								

Fonte: Direção-Geral de Política de Justiça (DGPJ); Forças e Serviços de Segurança (FSS).

Quadro 2 – Evolução do Total de Crimes Violentos e Graves Participadas às Forças e Serviços de Segurança (2010-2015)

	010	011	012	013	014	015	Variação 2014-2015	
							N	%
Concelho X								
Freguesia X								
Bairro X								

Fonte: Direção-Geral de Política de Justiça (DGPJ); Forças e Serviços de Segurança (FSS).

Quadro 3 – Ocorrências participadas às Forças e Serviços de Segurança no Bairro X, por Grande Categoria Criminal (2014-2015)

	2 014	2 015	Variação 2014-2015		Peso Relativo (%)
			N	%	
Contra as Pessoas					
Contra o Património					
Contra a Identidade Cultural e Integridade Pessoal					
Contra a Vida em Sociedade					
Contra o Estado					
Contra Animais de Companhia					
Previstos em Legislação Avulsa					
Outros					
TOTAL					

Fonte: Direção-Geral de Política de Justiça (DGPJ); Forças e Serviços de Segurança (FSS).

Quadro 4 – Tipologias Criminais com Maior Número de Participações no Bairro X (2014-2015)

	2 014	2 015	Variação 2014-2015		Peso Relativo (%)
			N	%	
Ex: Furto em Veículo Motorizado					
Ex: Ofensa à Integridade Física Voluntária Simples					
Ex: Violência doméstica contra cônjuge ou análogos					

Fonte: Direção-Geral de Política de Justiça (DGPJ); Forças e Serviços de Segurança (FSS).

Quadro 5 – Crimes Violentos e Graves Registados no Bairro X (2014-2015)

	2014	2015	Variação 2014-2015		Peso Relativo (%)
			N	%	
Ex: Roubo na via Pública					
Ex: Roubo por Esticção					
Ex: Homicídio Voluntário Consumado					

Fonte: Direção-Geral de Política de Justiça (DGPJ); Forças e Serviços de Segurança (FSS).

Quadro 6 - Tipos de Crime Associados à Proatividade Policial no Bairro X (2014-2015)

	2014	2015	Variação 2014-2015		Peso Relativo (%)
			N	%	
Ex: Condução de veículo com taxa de álcool \geq a 1,2g/l					
Ex: Tráfico de estupefacientes (inclui precursores)					
Ex: Detenção ou tráfico de armas proibidas					

Fonte: Direção-Geral de Política de Justiça (DGPJ); Forças e Serviços de Segurança (FSS).

Quadro 7- Criminalidade Grupal e Delinquência Juvenil no Bairro X (2014-2015)

	2014	2015	Variação		Peso Relativo (%)
			2014-2015		
			N	%	
Criminalidade Grupal					
Delinquência Juvenil					

Fonte: Forças e Serviços de Segurança (FSS).

b) Atividade Operacional das Forças e Serviços de Segurança

Quadro 8 – Atividade Operacional das Forças de Segurança no Bairro X (2014-2015)

	2014	2015	Variação	
			2014-2015	
			N	%
Ações de fiscalização em matéria de armas e explosivos				
Ações de fiscalização em matéria de segurança privada				
Operações de fiscalização em estabelecimentos				
Operações de fiscalização rodoviária				
Operações Especiais de Prevenção Criminal (OEPC)				
Ações de fiscalização na área ambiental				
Ações de sensibilização/informação junto de comerciantes				
Ações de sensibilização/informação junto da população idosa				
Ações de sensibilização/informação junto da população estudantil				
Ações de sensibilização/informação junto de vítimas de viol.				

Doméstica				
-----------	--	--	--	--

Fonte: Forças e Serviços de Segurança (FSS).

c) Efetivo das Forças e Serviços de Segurança

Quadro 9 – Elementos Policiais Afetos às Unidades Territoriais das Forças e Serviços de Segurança com Jurisdição no Bairro X (2015)

	Númer o de Elementos Policiais
Oficiais	
Chefes/Sargentos	
Agentes/Guardas	
Total	
Número de habitantes	
Rácio por 1.000 habitantes	

Fonte: Forças e Serviços de Segurança (FSS).

Quadro 10 – Programas de Prevenção e Proximidade na área onde o Bairro X se insere (2015)

	N. º de elementos
Ex: Programa Escola Segura	
Ex: Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança/	
Ex: Programa Apoio a Pessoas com Deficiência/Programa Significativo Azul	
Ex: Programa Comércio Seguro	
Ex: Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima	
Total	

Fonte: Forças e Serviços de Segurança (FSS).

POPULAÇÃO

Quadro 11 – Evolução da População Residente (2010-2015)

	010	011	012	013	014	015	Variação 2014-2015	
							N	%
Concelho X								
Freguesia X								
Bairro X								

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Quadro 12 – População Residente, por Grandes Gr. Etários e Sexo no Bairro X (2015)

0-14			15-24			25-64			+65 anos			Total		
		total			total			total			total			total

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Quadro 13 – Famílias por Número de Indivíduos no Bairro X (2015)

1		2		3-5		+ 6		Total

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Quadro 14 – Tipologias de Agregados familiares no Bairro X (2015)

Ex: Família Nuclear		
Ex: Famílias Monoparentais		

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Quadro 15 – População Residente por Nacionalidade no Bairro X (2015)

Ex: Portuguesa		
Ex: Angolana		
Ex: Cabo-Verdiana		

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

EDUCAÇÃO

Quadro 16 – População Residente Segundo no Bairro X por Nível de Escolaridade Atingido e Taxa de Analfabetismo (2015)

		Nenhum Nível de Escolaridade	
		Educação Pré-Escolar	
Básico	Ensino	1.º Ciclo	
		2.º Ciclo	
		3.ºCiclo	
		Ensino Secundário	
		Ensino Pós-Secundário	
		Ensino Superior	
		Analfabetos com 10 ou + anos	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Quadro 17 – Rede de Equipamentos Escolares Existentes no Bairro X (2015-2016)

Nível de ensino		Natureza	Designação	N.º de Alunos 2015-2016
Educação Pré-Escolar		Público		
		Particular e cooperativo		
		Solidariedade Social		
Ensino Básico	1.º Ciclo	Público		
		Particular e cooperativo		
	2.º Ciclo	Público		
		Particular e cooperativo		
	3.ºCiclo	Público		
		Particular e cooperativo		
Ensino Secundário		Público		
		Particular e cooperativo		

Fonte: Ministério da Educação (ME).

Quadro 18 – Número de Crianças e Jovens Residentes no Bairro X (2015-2016) com Apoio na Área da Educação

	N.º de Alunos 2015-2016
Componente de Apoio à Família	
Auxílios Económicos	
Transportes Escolares	
Outros	

Fonte: Ministério da Educação (ME) e Autarquias Locais.

HABITAÇÃO

Quadro 19 – Alojamentos Familiares, Coletivos e Edifícios no Bairro X (2015)

Alojamentos				Edifícios
Familiares			Col etivos	
Clá ssicos	Ou tros	To tal		

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Quadro 20 – Edifícios Segundo o Estado de Conservação no Bairro X (2015)

Sem Necessidade de Reparação		Com Necessidade de Reparação		Muito Degradado		Total
N	%	N	%	N	%	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Quadro 21 - Alojamentos Familiares de residência habitual no Bairro X, segundo as instalações existentes (2015)

Eletricidade		Retrete		Água Canalizada		Instalação de Banho ou Duche		Total
Com	Em	Com	Em	Com	Em	Com	Em	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Quadro 22 - Habitação, por Regime de Ocupação no Bairro X (2015)

	N.º de Alojamentos
Proprietário	
Arrendatário	
Comodatário	
Ocupação Não Titulada	
TOTAL	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IRHU),
Câmara Municipal, Junta de Freguesia.

PROTEÇÃO SOCIAL

Quadro 23 – Beneficiários de Segurança Social no Bairro X, por tipo de subvenção (2015)

	Beneficiários	
	N.º	% do total
Abono de Família		
Rendimento Mínimo Garantido (RMG) /Rendimento Social de Inserção (RSI)		
Subsídio de Bonificação por doença		
Subsídio de Desemprego		
Subsidio Social de Desemprego		
Subsidio Mental Vitalício		
Subsidio por Assistência à 3.ª Pessoa		
Subsídio por doença		
TOTAL		

Fonte: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Quadro 24 – Pensionistas CGA e Segurança Social no Bairro X (2015)

		Pensionistas	
		N.º	% do total
Pensões	Caixa Geral de Aposentações		
	Segurança Social		
TOTAL			

Fonte: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Quadro 25 – Crianças/Jovens Acompanhados pela CPCJ no Bairro X, por medida
(2015)¹⁰⁸

		Crianças e Jovens	
		N.º	% do total
Em Meio Natural de Vida	Apoio Junto dos Pais		
	Apoio Junto de Outro Familiar		
	Confiança a Pessoa Idónea		
	Apoio para Autonomia de Vida		
Medidas de Colocação	Acolhimento familiar		
	Acolhimento em Instituição		
TOTAL			

Fonte: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Ministério da Justiça (GEP)

¹⁰⁸ Poderá ser mais pertinente colocar este quadro na secção seguinte (Justiça).

JUSTIÇA

Quadro 26 – Número de Jovens Sujeitos a Medidas Tutelares Educativas no Bairro X (2015), por tipologia

	Jovens	
	N	%
Admoestação		
Privação do direito de conduzir ciclomoteres ou de obter permissão conduzir ciclomoteres		
Reparação ao ofendido		
Realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade		
A imposição de regras de conduta		
Imposição de obrigações		
Frequência de programas formativos		
Acompanhamento educativo		
Internamento em centro educativo		
TOTAL		

Fonte: Ministério da Justiça.

Quadro 27 – Número de Residentes no Bairro X (2015), com Penas e Medidas de Segurança¹⁰⁹

	Indivíduos	
	N	%
Meio Prisional		
Liberdade Condicional		
Pena de Prisão com Vigilância Eletrónica		
Trabalho a Favor da Comunidade		
Medidas e Segurança relativas a Inimputáveis		
Outras		
TOTAL		

¹⁰⁹ Confirmar Tipologias junto do Ministério da Justiça.

EMPREGO E MERCADO DE TRABALHO

Quadro 28 – Residentes no *Bairro X* (2015), por Situação Laboral

Desempregados			Empr egados	Pension istas e Reformados	Sem Atividade Económica	Total
À Procura do 1.º Emprego	À Procura de emprego	TOTAL				

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Quadro 29 – Residentes Empregados no *Bairro X* (2015), por Setor de Atividade

Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total
N	%	N	%	N	%	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Quadro 30 – Residentes no *Bairro X* (2015), por Escalão de Rendimentos¹¹⁰

	Indivíduos	
	N	%
0€-5.000€		
5.001€-10.000€		
10.001€-15.000€		
15.001€-20.000€		
20.001€-25.000€		
25.001€-30.000€		
30.001€-35.000€		
35.001€-40.000€		

¹¹⁰ IRS (Modelo 1); Confirmar categorias.

40.001€-45.000€		
45.000€-50.000€		
≥ 50.001€		
TOTAL		

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

SAÚDE

Quadro 31 – Residentes na Freguesia X, em tratamento em Centros Apoio a Toxicodependentes e por escalão etário (2015)

	Indivíduos	
	N	%
≤15 anos		
16-20 anos		
21- 30 anos		
31-40 anos		
41-50 anos		
≥ 51 anos		
TOTAL		

Fonte: Ministério da Saúde.

Quadro 32 – Doentes Alcoólicos em tratamento, Residentes na Freguesia X, por escalão etário (2015)

	Indivíduos	
	N	%
≤15 anos		
16-20 anos		
21- 30 anos		
31-40 anos		
41-50 anos		
≥ 51 anos		
TOTAL		

Fonte: Ministério da Saúde.

Quadro 33 – Residentes no Bairro X, com Deficiência (2015)

	Se m Grau Atribuído	Inf erior a 30%	De 30% a 59%	De 60% a 80%	Su perior a 80%	TO TAL
Auditiva						
Visual						
Motora						
Mental						
Paralisia Cerebral						
Outra Deficiência						
TOTAL						

Fonte: Ministério MTSSS

RECURSOS

Quadro 34 – Equipamentos Existentes no Bairro X (2015)

Tipo de Equipamento		N.º
Públicos	Ex: Esquadras/Postos de Polícia	
	Ex: Escolas	
	Ex: Centros de saúde	
	Ex: Centros de Emprego	
	Ex: Junta de Freguesia	
	Ex: Estações de Correio	
	Ex: Dependências Bancárias	
	...	
	Total	
Privados	Ex: Empresas	
	Ex: Colégios/Creches	
	Total	
Associativos	Ex: IPSS	
	Ex: ONG	
	Ex: Associações de Moradores	
	Total	
TOTAL		

Fonte: Câmara Municipal; Junta de Freguesia.

*Quadro 35 – Equipamentos e/ou projetos Desportivos, Recreativos e Culturais existentes
no Bairro X (2015)*

Nome da Coletividade	Nome do Projeto	Atividades Desenvolvidas	N.º de Utentes Beneficiários
Ex: Associação Humanitária e Cultural do Couto	Ex: Projeto “Música para todos”	Ex: Música; Apoio a Idosos	Ex: 122
Ex: Polidesportivo do Cerco	Ex: Projeto “Desporto vivo”	Ex: Futebol, Voleibol	Ex: 78

Fonte: Câmara Municipal; Junta de Freguesia.

ANEXO XI

Matriz de Indicadores do DLS da tipologia MAI Município



Diagnósticos Locais de Segurança

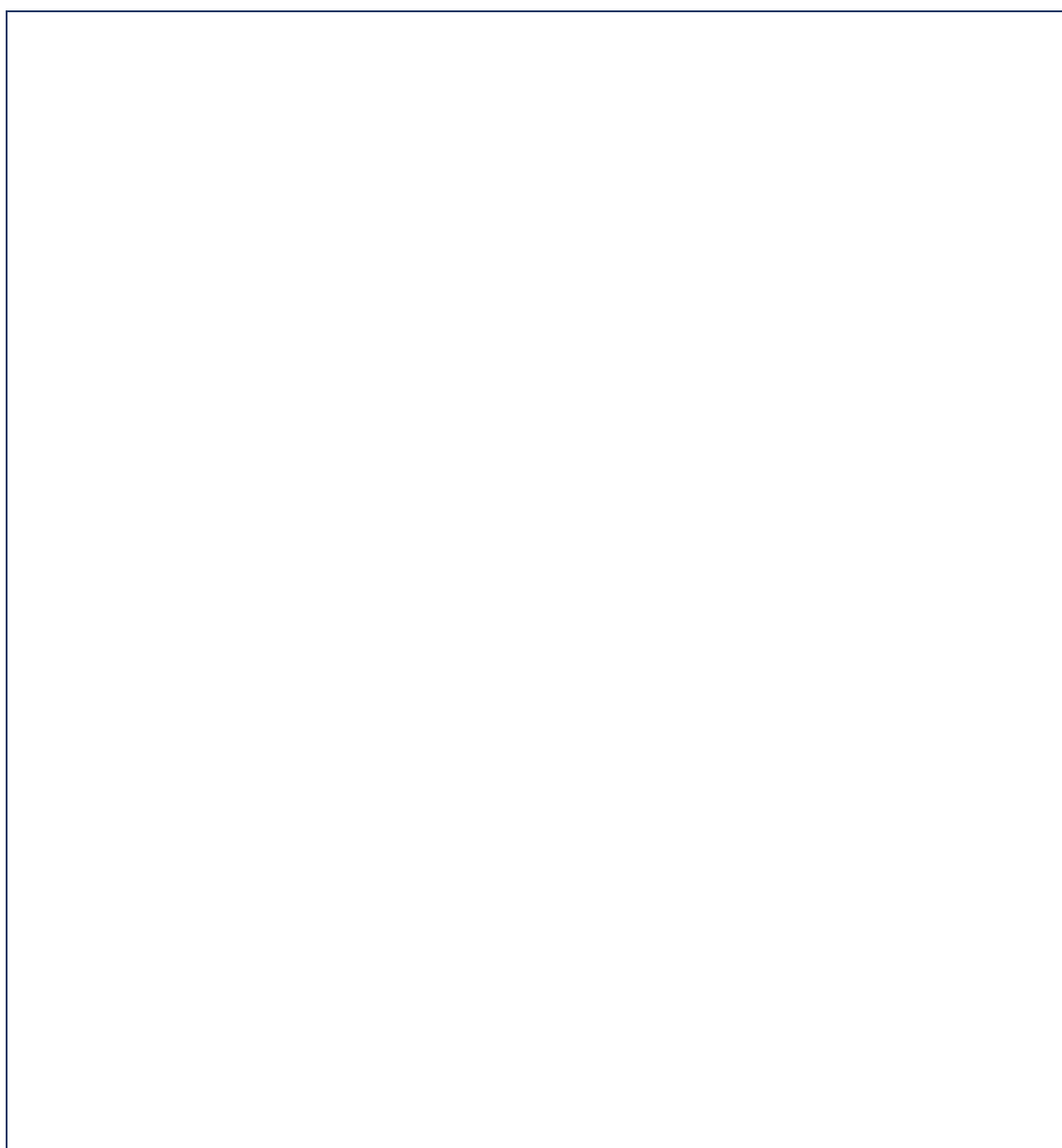
Matriz de Indicadores

Municípios do Algarve

Comissão Interministerial dos CLS

Identificação da Área de Abrangência

Mapa 1 – Concelho de _____



SEGURANÇA

d) Criminalidade Participada às Forças e Serviços de Segurança

Quadro 1 – Evolução do Total de Crimes Violentos e Graves Participadas às Forças e Serviços de Segurança no Concelho de _____ (2010-2015)

010	011	012	013	014	015	Variação 2014-2015	
						N	%

Fonte: Direção-Geral de Política de Justiça (DGPJ); Forças e Serviços de Segurança (FSS).

Quadro 2 – Evolução do Total de Ocorrências Participadas às Forças e Serviços de Segurança no Concelho de _____, por Freguesia (2010-2015)

	010	011	012	013	014	015	Variação 2014-2015	
							N	%
Concelho X								
Freguesia X								
Freguesia X								
Freguesia X								

Fonte: Direção-Geral de Política de Justiça (DGPJ); Forças e Serviços de Segurança (FSS).

Quadro 3 – Ocorrências participadas às Forças e Serviços de Segurança no Concelho de _____, por Grande Categoria Criminal (2014-2015)

	2 014	2 015	Variação 2014-2015		Peso Relativo (%)
			N	%	
Contra as Pessoas					
Contra o Património					
Contra a Identidade Cultural e Integridade Pessoal					
Contra a Vida em Sociedade					
Contra o Estado					
Contra Animais de Companhia					
Previstos em Legislação Avulsa					
Outros					
TOTAL					

Fonte: Direção-Geral de Política de Justiça (DGPJ); Forças e Serviços de Segurança (FSS).

Quadro 4 – Tipologias Criminais com Maior Número de Participações no Concelho de _____ (2014-2015)

	2 014	2 015	Variação 2014-2015		Peso Relativo (%)
			N	%	
Ex: Furto em Veículo Motorizado					
Ex: Ofensa à Integridade Física Voluntária Simples					
Ex: Violência doméstica contra cônjuge ou análogos					

Fonte: Direção-Geral de Política de Justiça (DGPJ); Forças e Serviços de Segurança (FSS).

Quadro 5 – Crimes Violentos e Graves Registados no Concelho de _____ (2014-2015)

	2 014	2 015	Variação 2014-2015		Peso Relativo (%)
			N	%	
Ex: Roubo na via Pública					
Ex: Roubo por Esticção					
Ex: Homicídio Voluntário Consumado					

Fonte: Direção-Geral de Política de Justiça (DGPJ); Forças e Serviços de Segurança (FSS).

Quadro 6 - Tipos de Crime Associados à Proatividade Policial no Concelho de _____ (2014-2015)

	2 014	2 015	Variação 2014-2015		Peso Relativo (%)
			N	%	
Ex: Condução de veículo com taxa de álcool \geq a 1,2g/l					
Ex: Tráfico de estupefacientes (inclui precursores)					
Ex: Detenção ou tráfico de armas proibidas					

Fonte: Direção-Geral de Política de Justiça (DGPJ); Forças e Serviços de Segurança (FSS).

Quadro 7- Criminalidade Grupal e Delinquência Juvenil no Concelho de _____ (2014-2015)

	2014	2015	Variação 2014-2015		Peso Relativo (%)
			N	%	
Criminalidade Grupal					
Delinquência Juvenil					

Fonte: Forças e Serviços de Segurança (FSS).

Quadro 8- Criminalidade Registada no Concelho de _____, por mês (2014-2015)

	AN	EV	AR	BR	AI	UN	UL	GO	ET	UT	OV	EZ	OTAL
014													
015													

Fonte: Direção-Geral de Política de Justiça (DGPJ); Forças e Serviços de Segurança (FSS).

e) Atividade Operacional das Forças e Serviços de Segurança

Quadro 9 – Atividade Operacional das Forças de Segurança no Concelho de _____ (2014-2015)

	2014	2015	Variação 2014-2015	
			N	%
Ações de fiscalização em matéria de armas e explosivos				
Ações de fiscalização em matéria de segurança privada				
Operações de fiscalização em estabelecimentos				
Operações de fiscalização rodoviária				
Operações Especiais de Prevenção Criminal (OEPC)				

Ações de fiscalização na área ambiental				
Ações de sensibilização/informação junto de comerciantes				
Ações de sensibilização/informação junto da população idosa				
Ações de sensibilização/informação junto da população estudantil				
Ações de sensibilização/informação junto de vítimas de viol. Doméstica				

Fonte: Forças e Serviços de Segurança (FSS).

f) Efetivo das Forças e Serviços de Segurança

Quadro 10 – Elementos Policiais Afetos às Unidades Territoriais das Forças e Serviços de Segurança com Jurisdição no Concelho de _____ (2015)

	Númer o de Elementos Policiais
Oficiais	
Chefes/Sargentos	
Agentes/Guardas	
Total	
Número de habitantes	
Rácio por 1.000 habitantes	

Fonte: Forças e Serviços de Segurança (FSS).

Quadro 11 – Programas de Prevenção e Proximidade no Concelho de _____
(2015)

	N. º de elementos
Ex: Programa Escola Segura	
Ex: Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança/	
Ex: Programa Apoio a Pessoas com Deficiência/Programa Significativo Azul	
Ex: Programa Comércio Seguro	
Ex: Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima	
Total	

Fonte: Forças e Serviços de Segurança (FSS).

POPULAÇÃO

Quadro 12 – Evolução da População Residente (2010-2015)

	010	011	012	013	014	015	Variação 2014-2015	
							N	%
FRE GUESIA X								
FRE GUESIA X								
FRE GUESIA X								
CONC ELHO X								

Fonte: Câmara Municipal de _____; Instituto Nacional de Estatística (INE).

*Quadro 13 – População Residente no Concelho de _____, por Grandes
Grupos Etários (2015)*

0-14			15-24			25-64			+65 anos			Total		
		otal			otal			otal			otal			otal

Fonte: Câmara Municipal de _____; Instituto Nacional de Estatística (INE).

Quadro 14 – Famílias por Número de Indivíduos no Concelho de _____ (2015)

1		2		3-5		+ 6		To tal

Fonte: Câmara Municipal de _____; Instituto Nacional de Estatística (INE).

*Quadro 15 – Tipologias de Agregados familiares no Concelho de _____
(2015)*

Pessoa isolada		
Nuclear com filhos		
Monoparental feminina		
Nuclear sem filhos		
Família Alargada		
Família Extensa		
Monoparental Masculina		
Avós com netos		

Fonte: Câmara Municipal de _____; Instituto Nacional de Estatística (INE).

*Quadro 16 – População Residente no Concelho de _____, por Nacionalidade
(2015)*

Ex: Portuguesa		
Ex: Angolana		
Ex: Cabo-Verdiana		
Ex: Inglesa		

Fonte: Câmara Municipal de _____; Instituto Nacional de Estatística (INE).

*Quadro 17 – Estimativas de População Presente no Concelho de _____, por
Mês (2015)*

	AN	EV	AR	BR	AI	UN	UL	GO	ET	UT	OV	EZ	OTAL
014													
015													

Fonte: Câmara Municipal de _____; Instituto Nacional de Estatística (INE).

EDUCAÇÃO

Quadro 18 – População Residente Segundo Nível de Escolaridade Atingido e Taxa de Analfabetismo no Concelho de _____ (2015)

	Nenhum Nível de Escolaridade		
	Educação Pré-Escolar		
Básico	Ensino	1.º Ciclo	
		2.º Ciclo	
		3.ºCiclo	
	Ensino Secundário		
	Ensino Pós-Secundário		
	Ensino Superior		
	Analfabetos com 10 ou + anos		

Fonte: Câmara Municipal de _____; Ministério da Educação.

Quadro 19 – Rede de Equipamentos Escolares Existentes no Concelho de _____
(2015-2016)

Nível de ensino		Natureza	Designação	N.º de Alunos 2015-2016
Educação Pré-Escolar		Público		
		Particular e cooperativo		
		Solidariedade Social		
Ensino Básico	1.º Ciclo	Público		
		Particular e cooperativo		
	2.º Ciclo	Público		
		Particular e cooperativo		
	3.º Ciclo	Público		
		Particular e cooperativo		
Ensino Secundário		Público		
		Particular e cooperativo		

Fonte: Câmara Municipal de _____; Ministério da Educação.

Quadro 20 – Número de Crianças e Jovens Residentes no Concelho de _____
com Apoio na Área da Educação (2015-2016)

	N.º de Alunos 2015-2016
Componente de Apoio à Família	
Auxílios Económicos	
Transportes Escolares	
Outros	

Fonte: Câmara Municipal de _____; Ministério da Educação.

Quadro 21 – Percentagem de Alunos Retidos e Percentagem de Alunos que Abandonam o Sistema de Ensino por Grau de Escolaridade (Ano Letivo 2015-2016)

		Retenções	Abandono Escolar
Ensino Básico	1.º Ciclo		
	2.º Ciclo		
	3.º Ciclo		
Ensino Secundário			

Fonte: Câmara Municipal de _____; Ministério da Educação.

HABITAÇÃO

Quadro 22 – Alojamentos Familiares, Coletivos e Edifícios no Concelho de _____ (2015)

Alojamentos				Edifícios
Familiares			Col etivos	
Clá ssicos	Ou tros	To tal		

Fonte: Câmara Municipal de _____; Instituto Nacional de Estatística (INE).

Quadro 23 – Edifícios Segundo o Estado de Conservação no Concelho de _____ (2015)

Sem Necessidade de Reparação		Com Necessidade de Reparação		Muito Degradado		Total
N	%	N	%	N	%	

Fonte: Câmara Municipal de _____; Instituto Nacional de Estatística (INE).

Quadro 24 - Alojamentos Familiares de residência habitual, segundo as instalações existentes no Concelho de _____ (2015)

Eletricidade		Retrete		Água Canalizada		Instalação de Banho ou Duche		Total
com	sem	com	sem	com	sem	com	sem	

Fonte: Câmara Municipal de _____; Instituto Nacional de Estatística (INE).

Quadro 25 – Habitação no Concelho de _____, por Regime de Ocupação
(2015)

	N.º de Alojamentos
1.ª Residência	
2.ª Residência	
Outro	
TOTAL	

Fonte: Câmara Municipal de _____; Instituto Nacional de Estatística (INE).

PROTEÇÃO SOCIAL

*Quadro 26 – Beneficiários de Segurança Social no Concelho de _____,
por tipo de subvenção (2015)*

	Beneficiários	
	N.º	% do total
Abono de Família		
Rendimento Mínimo Garantido (RMG) /Rendimento Social de Inserção (RSI)		
Subsídio de Bonificação por doença		
Subsídio de Desemprego		
Subsidio Social de Desemprego		
Subsidio Mental Vitalício		
Subsidio por Assistência à 3.ª Pessoa		
Subsídio por doença		
TOTAL		

Fonte: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

*Quadro 27 – Pensionistas CGA e Segurança Social no Concelho de _____
(2015)*

		Pensionistas	
		N.º	% do total
Pensões	Caixa Geral de Aposentações		
	Segurança Social		
TOTAL			

Fonte: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Quadro 28 – Crianças/Jovens Acompanhados pela CPCJ no Concelho de _____, por medida (2015)

		Crianças e Jovens	
		N.º	% do total
Em Meio Natural de Vida	Apoio Junto dos Pais		
	Apoio Junto de Outro Familiar		
	Confiança a Pessoa Idónea		
	Apoio para Autonomia de Vida		
Medidas de Colocação	Acolhimento familiar		
	Acolhimento em Instituição		
TOTAL			

Fonte: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Ministério da Justiça (GEP)

Quadro 29 – Número de Jovens Sujeitos a Medidas Tutelares Educativas no Concelho de _____ (2015), por tipologia

	Jovens	
	Nº	
Admoestação		
Privação do direito de conduzir ciclomotores ou de obter permissão conduzir ciclomotores		
Reparação ao ofendido		
Realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade		
A imposição de regras de conduta		
Imposição de obrigações		
Frequência de programas formativos		
Acompanhamento educativo		
Internamento em centro educativo		
TOTAL		

Fonte: Ministério da Justiça.

Quadro 30 – Número de Residentes no Concelho de _____ com Penas e Medidas de Segurança (2015)

	Indivíduos	
	Nº	
Meio Prisional		
Liberdade Condicional		
Pena de Prisão com Vigilância Eletrónica		

Trabalho a Favor da Comunidade		
Medidas e Segurança relativas a Inimputáveis		
Outras		
TOTAL		

Fonte: Ministério da Justiça (DGPJ)

EMPREGO E MERCADO DE TRABALHO

Quadro 31 – Residentes no Concelho de _____, por Situação Laboral (2015)

Desempregados				Em pregados	Pensi onistas e Reformados	Sem Atividade Económica	Total
À Procura do 1.º Emprego	De curta e média duração (< 1 ano)	De longa duração (> 1 ano)	OTAL				

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE); MTSSS.

Quadro 32 – Residentes Empregados no Concelho de _____ (2015), por Setor de Atividade

Setor Primário		Setor Secundário		Setor Terciário		Total
N	%	N	%	N	%	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE); MTSSS.

Quadro 33 – Residentes no Concelho de _____, por Escalão de Rendimentos (2015)

	Indivíduos	
	N	%
0€ - 154,99€		
155€-254,99€		
255€-419,99€		
420€-484,99€		
485€-749,99€		

750€-999,99€		
1000€-1499,99€		
1500€-1999,99€		
2000€-2499,99€		
2500€ ou mais		
[Sem Informação]		
TOTAL		

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE); MTSSS.

SAÚDE

Quadro 34 – Residentes no Concelho de _____, em tratamento em Centros Apoio a Toxicodependentes e por escalão etário (2015)

	Indivíduos	
	N	%
≤15 anos		
16-20 anos		
21- 30 anos		
31-40 anos		
41-50 anos		
≥ 51 anos		
TOTAL		

Fonte: Ministério da Saúde.

Quadro 35 – Doentes Alcoólicos em tratamento, Residentes no Concelho de _____, por escalão etário (2015)

	Indivíduos	
	N	%
≤15 anos		
16-20 anos		
21- 30 anos		
31-40 anos		
41-50 anos		
≥ 51 anos		
TOTAL		

Fonte: Ministério da Saúde.

Quadro 36 – Residentes no Concelho de _____, com Deficiência (2015)

	Se m Grau Atribuído	Inf erior a 30%	De 30% a 59%	De 60% a 80%	Su perior a 80%	TO TAL
Auditiva						
Visual						
Motora						
Mental						
Paralisia Cerebral						
Outra Deficiência						
TOTAL						

Fonte: Ministério MTSSS; Ministério da Saúde.

RECURSOS

Quadro 37 – Equipamentos Existentes no Concelho de _____ (2015)

Tipo de Equipamento		N.º
Públicos		
	Total	
Privados		
	Total	
Associativos		
	Total	
TOTAL		

Fonte: Câmara Municipal de _____.

Quadro 38 – Equipamentos e/ou projetos Desportivos, Recreativos e Culturais existentes no Concelho de _____ (2015)

Nome da Coletividade	Nome do Projeto	Atividades Desenvolvidas	N.º de Utentes Beneficiários

Fonte: Câmara Municipal de _____.

Quadro 39 – Entidades com Assento no Concelho Municipal de Segurança de _____ (2016)

Entidade	Representante(s)

Fonte: Câmara Municipal de _____.

ANEXO XII

CLS no Município da Amadora

Contrato Local de Segurança no Município da Amadora

Assumindo que a segurança é um direito fundamental dos cidadãos e um barómetro da qualidade de vida democrática, o XXI Governo Constitucional elegeu a prevenção e o combate aos diversos tipos de violência e de criminalidade e a promoção da confiança nas forças e serviços de segurança enquanto desígnios fundamentais da ação governativa.

O cariz global, complexo e sofisticado dos riscos e ameaças que Portugal enfrenta, à semelhança da generalidade dos países ocidentais, exige a elaboração e execução de políticas públicas direcionadas e coordenadas para os prevenir de forma integrada e eficaz.

Nesse particular, a intervenção precoce em contextos de risco assume naturalmente uma importância decisiva na promoção das condições de segurança das populações e na proteção dos cidadãos mais vulneráveis. Pelo seu carácter territorializado, é igualmente determinante a estreita colaboração com as autarquias e com as comunidades locais na prossecução de soluções que tenham em consideração, quer as especificidades locais, quer os recursos e dinâmicas existentes para lhes fazer face.

Os Contratos Locais de Segurança são instrumentos privilegiados para colocar em prática a cooperação institucional entre a administração central e as autarquias locais, em interação com a comunidade, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos que contribuem para as taxas de criminalidade identificadas nas áreas de intervenção.

A eficácia dos Contratos Locais de Segurança depende, em grande medida, de uma leitura rigorosa da realidade local e da compreensão dos seus riscos. Nesse sentido, a realização de um exaustivo diagnóstico local de segurança consubstancia uma etapa decisiva para a elaboração de uma estratégia eficaz e adaptada às reais necessidades locais. Essa estratégia deverá ser materializada num plano de intervenção que defina claramente o conjunto de prioridades em função da leitura efetuada, as medidas concretas e calendarizadas a desenvolver para alcançar os objetivos traçados e o papel de cada entidade na sua prossecução. Por fim, mas não menos importante, é necessário acompanhar a execução das

medidas e atividades implementadas, monitorizar o seu impacto e, sempre que necessário, redefinir as prioridades inicialmente elencadas e os recursos alocados.

Tendo em consideração que os fenómenos criminais e antissociais não se esgotam na vertente securitária e que a sua prevenção exige a participação ativa e permanente de vários departamentos governamentais – segurança interna, justiça, educação, ciência, tecnologia e ensino superior, trabalho, solidariedade e segurança social, saúde, cidadania e igualdade – o sucesso dos Contratos Locais de Segurança requer o empenho e participação de todos eles e em todas as fases supramencionadas. Igualmente decisiva é a participação das autarquias locais, parceiras imprescindíveis para o sucesso destas políticas públicas preventivas.

Nesta medida, também a diversidade da resposta depende do entendimento entre a administração central e as autarquias locais. Partindo desse pressuposto, o Governo projetou diferentes tipologias de contratos, privilegiando quer o incremento da segurança ao nível municipal, quer uma intervenção mais localizada e focalizada na prevenção da delinquência juvenil e na proteção do espaço público ao nível de áreas urbanas de risco social, quer ainda situações atípicas e delimitadas em termos espaço-temporais.

Assim, com o propósito de reforçar objetivamente as condições de segurança das populações, de incrementar o seu sentimento de segurança, de garantir opções de futuro para as próximas gerações e de potenciar a confiança entre o Estado e os cidadãos,

O Ministério da Administração Interna, adiante designado por MAI, representado pela Ministra da Administração Interna, Professora Doutora Constança Urbano de Sousa,

E

O Município da Amadora, representado pela Presidente da respetiva Câmara Municipal, Dra. Carla Tavares,

Outorgam o presente Contrato Local de Segurança, que se rege pelo disposto nas seguintes Cláusulas:

Cláusula Primeira

(Objeto)

O presente Contrato Local de Segurança, doravante designado por CLS, visa a cooperação institucional entre os outorgantes, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos no Município da Amadora.

Cláusula Segunda

(Âmbito Territorial)

Os outorgantes designam como âmbito territorial do CLS o Bairro Quinta da Laje e o Bairro Casal do Silva, ambos situados da Freguesia da Falagueira-Venda Nova, podendo alargar a sua atuação a outras áreas do Concelho por acordo entre as partes outorgantes, em adenda ao presente contrato.

Cláusula Terceira

(Etapas do Contrato Local de Segurança)

O presente contrato desenvolve-se em quatro etapas:

- a) Elaboração do Diagnóstico Local de Segurança;
- b) Formulação do Plano de Intervenção;
- c) Implementação das Medidas;
- d) Monitorização e Avaliação.

Cláusula Quarta

(Diagnóstico Local de Segurança)

O Diagnóstico Local de Segurança é elaborado pela Comissão Coordenadora do CLS, no prazo de 60 dias a contar da data da assinatura do presente contrato, de acordo com a matriz de indicadores previamente definida pela Comissão Interministerial dos CLS.

Cláusula Quinta
(Plano de Intervenção)

Com base no Diagnóstico Local de Segurança, a Comissão Interministerial dos CLS e a Comissão Coordenadora do CLS elaboram, num prazo de 30 dias, o Plano de Intervenção, no qual identificam:

- a) As medidas a implementar;
- b) Os parceiros associados;
- c) Os recursos materiais e financeiros;
- d) O cronograma de execução.

Cláusula Sexta
(Protocolo de associação)

1. Para efeitos no disposto na alínea b) da cláusula anterior, serão celebrados Protocolos de associação ao CLS entre os outorgantes do presente contrato e instituições públicas e privadas, entidades de apoio e intervenção social e associações locais ou consideradas necessárias à implementação das medidas previstas no Plano de Intervenção.
2. Para efeitos no disposto no número anterior, o Protocolo de associação define o objeto, forma de execução e seu financiamento.
3. Os Ministérios que integram a Comissão Interministerial dos CLS ou as entidades por si tuteladas podem celebrar Protocolos de associação ao presente CLS.

Cláusula Sétima
(Implementação das Medidas)

Compete ao(s) Núcleo(s) Operacional(ais) a implementação das diversas medidas definidas nos Planos de Intervenção.

Cláusula Oitava
(Monitorização e Avaliação)

1. A Comissão Coordenadora do CLS procede à monitorização e avaliação trimestral do Plano de Intervenção, elaborando relatórios de progresso, que submete à Comissão Interministerial dos CLS.
2. Também com periodicidade trimestral, a Comissão Interministerial dos CLS e a Comissão Coordenadora do CLS reúnem-se para análise dos relatórios de progresso, e eventuais ajustamentos ao Plano de Intervenção que se revelem necessários aos objetivos do CLS.

Cláusula Nona
(Comissão Coordenadora)

1. Para efeitos do presente contrato é criada a Comissão Coordenadora do CLS no Município da Amadora.
2. Compete à Comissão Coordenadora do CLS a elaboração do Diagnóstico Local de Segurança, a definição do Plano de Intervenção e a monitorização e avaliação das medidas nele contido, em articulação com a Comissão Interministerial.
3. Integram a Comissão Coordenadora:
 - a) A Presidente da Câmara Municipal da Amadora ou Vereador por si designado, que preside;
 - b) O Comandante da Força de Segurança territorialmente competente;
 - c) Um representante da Comissão Interministerial.

Cláusula Décima
(Núcleo Operacional)

1. São criados Núcleos Operacionais em cada um dos territórios identificados na Cláusula Segunda, salvo se a Comissão Coordenadora do CLS considerar mais adequada a criação de Núcleos que integrem mais do que um deles.
2. Compete ao Núcleo Operacional a execução das medidas definidas nos Planos de Intervenção.

Handwritten signature and initials
CL

3. Compete ainda ao Núcleo Operacional contribuir para a definição das medidas, colaborar na identificação dos parceiros associados e fornecer à Comissão Coordenadora do CLS os elementos necessários à avaliação do Plano de Intervenção.
4. O Núcleo Operacional é constituído por:
 - a) Elementos de unidades orgânicas municipais a indicar pela Presidente da Câmara Municipal;
 - b) Presidente da Junta de Freguesia da Falagueira-Venda Nova, ou membro do Executivo por si designado;
 - c) Representantes dos Serviços Públicos desconcentrados tutelados pelos Ministérios que integram a Comissão Interministerial dos CLS;
 - d) Comandante da Força de Segurança territorialmente competente;
 - e) Representante do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, caso se aplique;
 - f) Parceiros associados.

Cláusula Décima Primeira

(Entrada em Vigor)

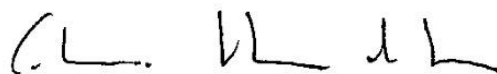
O Contrato Local de Segurança entra em vigor na data da sua assinatura.

O presente Contrato Local de Segurança é assinado e rubricado em duplicado, ficando cada outorgante com um original.

Lisboa, 14 de julho de 2016

Pelo Primeiro Outorgante

A Ministra da Administração Interna



(Constança Urbano de Sousa)

Pelo Segundo Outorgante

A Presidente da Câmara Municipal da Amadora



(Carla Tavares)

ANEXO XIII

CLS no Município de Lisboa

Contrato Local de Segurança no Município de Lisboa

Assumindo que a segurança é um direito fundamental dos cidadãos e um barómetro da qualidade de vida democrática, o XXI Governo Constitucional elegeu a prevenção e o combate aos diversos tipos de violência e de criminalidade e a promoção da confiança nas forças e serviços de segurança enquanto desígnios fundamentais da ação governativa.

O cariz global, complexo e sofisticado dos riscos e ameaças que Portugal enfrenta, à semelhança da generalidade dos países ocidentais, exige a elaboração e execução de políticas públicas direcionadas e coordenadas para os prevenir de forma integrada e eficaz.

Nesse particular, a intervenção precoce em contextos de risco assume naturalmente uma importância decisiva na promoção das condições de segurança das populações e na proteção dos cidadãos mais vulneráveis. Pelo seu carácter territorializado, é igualmente determinante a estreita colaboração com as autarquias e com as comunidades locais na prossecução de soluções que tenham em consideração, quer as especificidades locais, quer os recursos e dinâmicas existentes para lhes fazer face.

Os Contratos Locais de Segurança são instrumentos privilegiados para colocar em prática a cooperação institucional entre a administração central e as autarquias locais, em interação com a comunidade, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos que contribuem para as taxas de criminalidade identificadas nas áreas de intervenção.

A eficácia dos Contratos Locais de Segurança depende, em grande medida, de uma leitura rigorosa da realidade local e da compreensão dos seus riscos. Nesse sentido, a realização de um exaustivo diagnóstico local de segurança consubstancia uma etapa decisiva para a elaboração de uma estratégia eficaz e adaptada às reais necessidades locais. Essa estratégia deverá ser materializada num plano de intervenção que defina claramente o conjunto de prioridades em função da leitura efetuada, as medidas concretas e calendarizadas a desenvolver para alcançar os objetivos traçados e o papel de cada entidade na sua prossecução. Por fim, mas não menos importante, é necessário acompanhar a execução das



medidas e atividades implementadas, monitorizar o seu impacto e, sempre que necessário, redefinir as prioridades inicialmente elencadas e os recursos alocados.

Tendo em consideração que os fenómenos criminais e antissociais não se esgotam na vertente securitária e que a sua prevenção exige a participação ativa e permanente de vários departamentos governamentais – segurança interna, justiça, educação, ciência, tecnologia e ensino superior, trabalho, solidariedade e segurança social, saúde, cidadania e igualdade – o sucesso dos Contratos Locais de Segurança requer o empenho e participação de todos eles e em todas as fases supramencionadas. Igualmente decisiva é a participação das autarquias locais, parceiras imprescindíveis para o sucesso destas políticas públicas preventivas.

Nesta medida, também a diversidade da resposta depende do entendimento entre a administração central e as autarquias locais. Partindo desse pressuposto, o Governo projetou diferentes tipologias de contratos, privilegiando quer o incremento da segurança ao nível municipal, quer uma intervenção mais localizada e focalizada na prevenção da delinquência juvenil e na proteção do espaço público ao nível de áreas urbanas de risco social, quer ainda situações atípicas e delimitadas em termos espaço-temporais.

Assim, com o propósito de reforçar objetivamente as condições de segurança das populações, de incrementar o seu sentimento de segurança, de garantir opções de futuro para as próximas gerações e de potenciar a confiança entre o Estado e os cidadãos,

O Ministério da Administração Interna, adiante designado por MAI, representado pela Ministra da Administração Interna, Professora Doutora Constança Urbano de Sousa,

E

O Município de Lisboa, representado pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Dr. Fernando Medina,

Outorgam o presente Contrato Local de Segurança, que se rege pelo disposto nas seguintes Cláusulas:

Cláusula Primeira

(Objeto)

O presente Contrato Local de Segurança, doravante designado por CLS, visa a cooperação institucional entre os outorgantes, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos no Município de Lisboa.

Cláusula Segunda

(Âmbito Territorial)

Os outorgantes designam como âmbito territorial do CLS o Bairro do Condado e o Bairro do Armador, situados na Freguesia de Marvila, o Casal dos Machados, situado na Freguesia do Parque das Nações, o Bairro de Santos, situado na Freguesia das Avenidas Novas, e o Bairro da Cruz Vermelha, situado na Freguesia do Lumiar, podendo alargar a sua atuação a outras áreas do Concelho por acordo entre as partes outorgantes, em adenda ao presente contrato.

Cláusula Terceira

(Etapas do Contrato Local de Segurança)

O presente contrato desenvolve-se em quatro etapas:

- a) Elaboração do Diagnóstico Local de Segurança;
- b) Formulação do Plano de Intervenção;
- c) Implementação das Medidas;
- d) Monitorização e Avaliação.

Cláusula Quarta

(Diagnóstico Local de Segurança)

O Diagnóstico Local de Segurança é elaborado pela Comissão Coordenadora do CLS, no prazo de 60 dias a contar da data da assinatura do presente contrato, de acordo com a matriz de indicadores previamente definida pela Comissão Interministerial dos CLS.



Cláusula Quinta
(Plano de Intervenção)

Com base no Diagnóstico Local de Segurança, a Comissão Interministerial dos CLS e a Comissão Coordenadora elaboram, num prazo de 30 dias, o Plano de Intervenção, no qual identificam:

- a) As medidas a implementar;
- b) Os parceiros associados;
- c) Os recursos materiais e financeiros;
- d) O cronograma de execução.

Cláusula Sexta
(Protocolo de associação)

1. Para efeitos no disposto na alínea b) da cláusula anterior, serão celebrados Protocolos de associação ao CLS entre os outorgantes do presente contrato e instituições públicas e privadas, entidades de apoio e intervenção social e associações locais ou consideradas necessárias à implementação das medidas previstas no Plano de Intervenção.
2. Para efeitos no disposto no número anterior, o Protocolo de associação define o objeto, forma de execução e seu financiamento.
3. Os Ministérios que integram a Comissão Interministerial dos CLS ou as entidades por si tuteladas podem celebrar Protocolos de associação ao presente CLS.

Cláusula Sétima
(Implementação das Medidas)

Compete ao(s) Núcleo(s) Operacional(ais) a implementação das diversas medidas definidas nos Planos de Intervenção.



Cláusula Oitava
(Monitorização e Avaliação)

1. A Comissão Coordenadora do CLS procede à monitorização e avaliação trimestral do Plano de Intervenção, elaborando relatórios de progresso, que submete à Comissão Interministerial dos CLS.
2. Também com periodicidade trimestral, a Comissão Interministerial dos CLS e a Comissão Coordenadora do CLS reúnem-se para análise dos relatórios de progresso, e eventuais ajustamentos ao Plano de Intervenção que se revelem necessários aos objetivos do CLS.

Cláusula Nona
(Comissão Coordenadora)

1. Para efeitos do presente contrato é criada a Comissão Coordenadora do CLS no Município de Lisboa.
2. Compete à Comissão Coordenadora do CLS a elaboração do Diagnóstico Local de Segurança, a definição do Plano de Intervenção e a monitorização e avaliação das medidas nele contido, em articulação com a Comissão Interministerial.
3. Integram a Comissão Coordenadora:
 - a) O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa ou Vereador por si designado, que preside;
 - b) O Comandante da Força de Segurança territorialmente competente;
 - c) Um representante da Comissão Interministerial.

Cláusula Décima
(Núcleo Operacional)

1. São criados Núcleos Operacionais em cada um dos territórios identificados na Cláusula Segunda, salvo se a Comissão Coordenadora do CLS considerar mais adequada a criação de Núcleos que integrem mais do que um deles.
2. Compete ao Núcleo Operacional a execução das medidas definidas nos Planos de Intervenção.

3. Compete ainda ao Núcleo Operacional contribuir para a definição das medidas, colaborar na identificação dos parceiros associados e fornecer à Comissão Coordenadora do CLS os elementos necessários à avaliação do Plano de Intervenção.
4. O Núcleo Operacional é constituído por:
 - a) Elementos de unidades orgânicas municipais a indicar pelo Presidente da Câmara Municipal;
 - b) Presidente(s) da(s) Junta(s) de Freguesia onde se inserem os territórios identificados na Cláusula Segunda, ou membro do Executivo por si designado;
 - c) Representantes dos Serviços Públicos desconcentrados tutelados pelos Ministérios que integram a Comissão Interministerial dos CLS;
 - d) Comandante da Força de Segurança territorialmente competente;
 - e) Representante do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, caso se aplique;
 - f) Parceiros associados.

Cláusula Décima Primeira

(Entrada em Vigor)

O Contrato Local de Segurança entra em vigor na data da sua assinatura.

O presente Contrato Local de Segurança é assinado e rubricado em duplicado, ficando cada outorgante com um original.

Lisboa, 14 de julho de 2016

Pelo Primeiro Outorgante

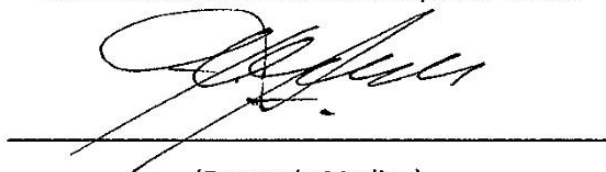
A Ministra da Administração Interna



(Constança Urbano de Sousa)

Pelo Segundo Outorgante

O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa



(Fernando Medina)

ANEXO XIV

CLS no Município de Loures

Handwritten signature and initials.

Contrato Local de Segurança no Município de Loures

Assumindo que a segurança é um direito fundamental dos cidadãos e um barómetro da qualidade de vida democrática, o XXI Governo Constitucional elegeu a prevenção e o combate aos diversos tipos de violência e de criminalidade e a promoção da confiança nas forças e serviços de segurança enquanto desígnios fundamentais da ação governativa.

O cariz global, complexo e sofisticado dos riscos e ameaças que Portugal enfrenta, à semelhança da generalidade dos países ocidentais, exige a elaboração e execução de políticas públicas direcionadas e coordenadas para os prevenir de forma integrada e eficaz.

Nesse particular, a intervenção precoce em contextos de risco assume naturalmente uma importância decisiva na promoção das condições de segurança das populações e na proteção dos cidadãos mais vulneráveis. Pelo seu carácter territorializado, é igualmente determinante a estreita colaboração com as autarquias e com as comunidades locais na prossecução de soluções que tenham em consideração, quer as especificidades locais, quer os recursos e dinâmicas existentes para lhes fazer face.

Os Contratos Locais de Segurança são instrumentos privilegiados para colocar em prática a cooperação institucional entre a administração central e as autarquias locais, em interação com a comunidade, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos que contribuem para as taxas de criminalidade identificadas nas áreas de intervenção.

A eficácia dos Contratos Locais de Segurança depende, em grande medida, de uma leitura rigorosa da realidade local e da compreensão dos seus riscos. Nesse sentido, a realização de um exaustivo diagnóstico local de segurança consubstancia uma etapa decisiva para a elaboração de uma estratégia eficaz e adaptada às reais necessidades locais. Essa estratégia deverá ser materializada num plano de intervenção que defina claramente o conjunto de prioridades em função da leitura efetuada, as medidas concretas e calendarizadas a desenvolver para alcançar os objetivos traçados e o papel de cada entidade na sua prossecução. Por fim, mas não menos importante, é necessário acompanhar a execução das



medidas e atividades implementadas, monitorizar o seu impacto e, sempre que necessário, redefinir as prioridades inicialmente elencadas e os recursos alocados.

Tendo em consideração que os fenómenos criminais e antissociais não se esgotam na vertente securitária e que a sua prevenção exige a participação ativa e permanente de vários departamentos governamentais – segurança interna, justiça, educação, ciência, tecnologia e ensino superior, trabalho, solidariedade e segurança social, saúde, cidadania e igualdade – o sucesso dos Contratos Locais de Segurança requer o empenho e participação de todos eles e em todas as fases supramencionadas. Igualmente decisiva é a participação das autarquias locais, parceiras imprescindíveis para o sucesso destas políticas públicas preventivas.

Nesta medida, também a diversidade da resposta depende do entendimento entre a administração central e as autarquias locais. Partindo desse pressuposto, o Governo projetou diferentes tipologias de contratos, privilegiando quer o incremento da segurança ao nível municipal, quer uma intervenção mais localizada e focalizada na prevenção da delinquência juvenil e na proteção do espaço público ao nível de áreas urbanas de risco social, quer ainda situações atípicas e delimitadas em termos espaço-temporais.

Assim, com o propósito de reforçar objetivamente as condições de segurança das populações, de incrementar o seu sentimento de segurança, de garantir opções de futuro para as próximas gerações e de potenciar a confiança entre o Estado e os cidadãos,

O Ministério da Administração Interna, adiante designado por MAI, representado pela Ministra da Administração Interna, Professora Doutora Constança Urbano de Sousa,

E

O Município de Loures, representado pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Dr. Bernardino José Torrão Soares,

Outorgam o presente Contrato Local de Segurança, que se rege pelo disposto nas seguintes Cláusulas:



Cláusula Primeira

(Objeto)

O presente Contrato Local de Segurança, doravante designado por CLS, visa a cooperação institucional entre os outorgantes, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos no Município de Loures.

Cláusula Segunda

(Âmbito Territorial)

Os outorgantes designam como âmbito territorial do CLS as Freguesias de Apelação, de Camarate e de Sacavém, podendo alargar a sua atuação a outras áreas do Concelho por acordo entre as partes outorgantes, em adenda ao presente contrato.

Cláusula Terceira

(Etapas do Contrato Local de Segurança)

O presente contrato desenvolve-se em quatro etapas:

- a) Elaboração do Diagnóstico Local de Segurança;
- b) Formulação do Plano de Intervenção;
- c) Implementação das Medidas;
- d) Monitorização e Avaliação.

Cláusula Quarta

(Diagnóstico Local de Segurança)

O Diagnóstico Local de Segurança é elaborado pela Comissão Coordenadora do CLS, no prazo de 60 dias a contar da data da assinatura do presente contrato, de acordo com a matriz de indicadores previamente definida pela Comissão Interministerial dos CLS.



Cláusula Quinta

(Plano de Intervenção)

Com base no Diagnóstico Local de Segurança, a Comissão Interministerial dos CLS e a Comissão Coordenadora elaboram, num prazo de 30 dias, o Plano de Intervenção, no qual identificam:

- a) As medidas a implementar;
- b) Os parceiros associados;
- c) Os recursos materiais e financeiros;
- d) O cronograma de execução.

Cláusula Sexta

(Protocolo de associação)

1. Para efeitos no disposto na alínea b) da cláusula anterior, serão celebrados Protocolos de associação ao CLS entre os outorgantes do presente contrato e instituições públicas e privadas, entidades de apoio e intervenção social e associações locais ou consideradas necessárias à implementação das medidas previstas no Plano de Intervenção.
2. Para efeitos no disposto no número anterior, o Protocolo de associação define o objeto, forma de execução e seu financiamento.
3. Os Ministérios que integram a Comissão Interministerial dos CLS ou as entidades por si tuteladas podem celebrar Protocolos de associação ao presente CLS.

Cláusula Sétima

(Implementação das Medidas)

Compete ao(s) Núcleo(s) Operacional(ais) a implementação das diversas medidas definidas nos Planos de Intervenção.



Cláusula Oitava
(Monitorização e Avaliação)

1. A Comissão Coordenadora do CLS procede à monitorização e avaliação trimestral do Plano de Intervenção, elaborando relatórios de progresso, que submete à Comissão Interministerial dos CLS.
2. Também com periodicidade trimestral, a Comissão Interministerial dos CLS e a Comissão Coordenadora do CLS reúnem-se para análise dos relatórios de progresso, e eventuais ajustamentos ao Plano de Intervenção que se revelem necessários aos objetivos do CLS.

Cláusula Nona
(Comissão Coordenadora)

1. Para efeitos do presente contrato é criada a Comissão Coordenadora do CLS no Município de Loures.
2. Compete à Comissão Coordenadora do CLS a elaboração do Diagnóstico Local de Segurança, a definição do Plano de Intervenção e a monitorização e avaliação das medidas nele contido, em articulação com a Comissão Interministerial.
3. Integram a Comissão Coordenadora:
 - a) O Presidente da Câmara Municipal de Loures ou Vereador por si designado, que preside;
 - b) O Comandante da Força de Segurança territorialmente competente;
 - c) Um representante da Comissão Interministerial.

Cláusula Décima
(Núcleo Operacional)

1. São criados Núcleos Operacionais em cada um dos territórios identificados na Cláusula Segunda, salvo se a Comissão Coordenadora do CLS considerar mais adequada a criação de Núcleos que integrem mais do que um deles.
2. Compete ao Núcleo Operacional a execução das medidas definidas nos Planos de Intervenção.

[Handwritten signature]

3. Compete ainda ao Núcleo Operacional contribuir para a definição das medidas, colaborar na identificação dos parceiros associados e fornecer à Comissão Coordenadora do CLS os elementos necessários à avaliação do Plano de Intervenção.
4. O Núcleo Operacional é constituído por:
 - a) Elementos de unidades orgânicas municipais a indicar pelo Presidente da Câmara Municipal;
 - b) Presidente(s) da(s) Junta(s) de Freguesia onde se inserem os territórios identificados na Cláusula Segunda, ou membro do Executivo por si designado;
 - c) Representantes dos Serviços Públicos desconcentrados tutelados pelos Ministérios que integram a Comissão Interministerial dos CLS;
 - d) Comandante da Força de Segurança territorialmente competente;
 - e) Representante do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, caso se aplique;
 - f) Parceiros associados.

Cláusula Décima Primeira

(Entrada em Vigor)

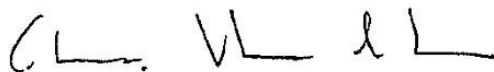
O Contrato Local de Segurança entra em vigor na data da sua assinatura.

O presente Contrato Local de Segurança é assinado e rubricado em duplicado, ficando cada outorgante com um original.

Lisboa, 14 de julho de 2016

Pelo Primeiro Outorgante

A Ministra da Administração Interna



(Constança Urbano de Sousa)

Pelo Segundo Outorgante

O Presidente da Câmara Municipal de Loures



(Bernardino José Torrão Soares)

ANEXO XV

CLS no Município da Maia

Contrato Local de Segurança no Município de Maia



Assumindo que a segurança é um direito fundamental dos cidadãos e um barómetro da qualidade de vida democrática, o XXI Governo Constitucional elegeu a prevenção e o combate aos diversos tipos de violência e de criminalidade e a promoção da confiança nas forças e serviços de segurança enquanto desígnios fundamentais da ação governativa.

O cariz global, complexo e sofisticado dos riscos e ameaças que Portugal enfrenta, à semelhança da generalidade dos países ocidentais, exige a elaboração e execução de políticas públicas direcionadas e coordenadas para os prevenir de forma integrada e eficaz.

Nesse particular, a intervenção precoce em contextos de risco assume naturalmente uma importância decisiva na promoção das condições de segurança das populações e na proteção dos cidadãos mais vulneráveis. Pelo seu carácter territorializado, é igualmente determinante a estreita colaboração com as autarquias e com as comunidades locais na prossecução de soluções que tenham em consideração, quer as especificidades locais, quer os recursos e dinâmicas existentes para lhes fazer face.

Os Contratos Locais de Segurança são instrumentos privilegiados para colocar em prática a cooperação institucional entre a administração central e as autarquias locais, em interação com a comunidade, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos que contribuem para as taxas de criminalidade identificadas nas áreas de intervenção.

A eficácia dos Contratos Locais de Segurança depende, em grande medida, de uma leitura rigorosa da realidade local e da compreensão dos seus riscos. Nesse sentido, a realização de um exaustivo diagnóstico local de segurança consubstancia uma etapa decisiva para a elaboração de uma estratégia eficaz e adaptada às reais necessidades locais. Essa estratégia deverá ser materializada num plano de intervenção que defina claramente o conjunto de prioridades em função da leitura efetuada, as medidas concretas e calendarizadas a desenvolver para alcançar os objetivos traçados e o papel de cada entidade na sua prossecução. Por fim, mas não menos importante, é necessário acompanhar a execução das

[Handwritten signature]
14

medidas e atividades implementadas, monitorizar o seu impacto e, sempre que necessário, redefinir as prioridades inicialmente elencadas e os recursos alocados.

Tendo em consideração que os fenómenos criminais e antissociais não se esgotam na vertente securitária e que a sua prevenção exige a participação ativa e permanente de vários departamentos governamentais – segurança interna, justiça, educação, ciência, tecnologia e ensino superior, trabalho, solidariedade e segurança social, saúde, cidadania e igualdade – o sucesso dos Contratos Locais de Segurança requer o empenho e participação de todos eles e em todas as fases supramencionadas. Igualmente decisiva é a participação das autarquias locais, parceiras imprescindíveis para o sucesso destas políticas públicas preventivas.

Nesta medida, também a diversidade da resposta depende do entendimento entre a administração central e as autarquias locais. Partindo desse pressuposto, o Governo projetou diferentes tipologias de contratos, privilegiando quer o incremento da segurança ao nível municipal, quer uma intervenção mais localizada e focalizada na prevenção da delinquência juvenil e na proteção do espaço público ao nível de áreas urbanas de risco social, quer ainda situações atípicas e delimitadas em termos espaço-temporais.

Assim, com o propósito de reforçar objetivamente as condições de segurança das populações, de incrementar o seu sentimento de segurança, de garantir opções de futuro para as próximas gerações e de potenciar a confiança entre o Estado e os cidadãos,

O Ministério da Administração Interna, adiante designado por MAI, representado pela Ministra da Administração Interna, Professora Doutora Constança Urbano de Sousa,

E

O Município da Maia, representado pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Engenheiro António Gonçalves Bragança Fernandes,

Outorgam o presente Contrato Local de Segurança, que se rege pelo disposto nas seguintes Cláusulas:

Cláusula Primeira

(Objeto)

O presente Contrato Local de Segurança, doravante designado por CLS, visa a cooperação institucional entre os outorgantes, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos no Município da Maia.

Cláusula Segunda

(Âmbito Territorial)

Os outorgantes designam como âmbito territorial do CLS o Bairro do Sobreiro, situado na Freguesia da Cidade da Maia, podendo alargar a sua atuação a outras áreas do Concelho por acordo entre as partes outorgantes, em adenda ao presente contrato.

Cláusula Terceira

(Etapas do Contrato Local de Segurança)

O presente contrato desenvolve-se em quatro etapas:

- a) Elaboração do Diagnóstico Local de Segurança;
- b) Formulação do Plano de Intervenção;
- c) Implementação das Medidas;
- d) Monitorização e Avaliação.

Cláusula Quarta

(Diagnóstico Local de Segurança)

O Diagnóstico Local de Segurança é elaborado pela Comissão Coordenadora do CLS, no prazo de 60 dias a contar da data da assinatura do presente contrato, de acordo com a matriz de indicadores previamente definida pela Comissão Interministerial dos CLS.

Cláusula Quinta
(Plano de Intervenção)



Com base no Diagnóstico Local de Segurança, a Comissão Interministerial dos CLS e a Comissão Coordenadora elaboram, num prazo de 30 dias, o Plano de Intervenção, no qual identificam:

- a) As medidas a implementar;
- b) Os parceiros associados;
- c) Os recursos materiais e financeiros;
- d) O cronograma de execução.

Cláusula Sexta
(Protocolo de associação)

1. Para efeitos no disposto na alínea b) da cláusula anterior, serão celebrados Protocolos de associação ao CLS entre os outorgantes do presente contrato e instituições públicas e privadas, entidades de apoio e intervenção social e associações locais ou consideradas necessárias à implementação das medidas previstas no Plano de Intervenção.
2. Para efeitos no disposto no número anterior, o Protocolo de associação define o objeto, forma de execução e seu financiamento.
3. Os Ministérios que integram a Comissão Interministerial dos CLS ou as entidades por si tuteladas podem celebrar Protocolos de associação ao presente CLS.

Cláusula Sétima
(Implementação das Medidas)

Compete ao Núcleo Operacional do Bairro do Sobreiro a implementação das diversas medidas definidas no Plano de Intervenção.

Cláusula Oitava
(Monitorização e Avaliação)



1. A Comissão Coordenadora do CLS procede à monitorização e avaliação trimestral do Plano de Intervenção, elaborando relatórios de progresso, que submete à Comissão Interministerial dos CLS.
2. Também com periodicidade trimestral, a Comissão Interministerial dos CLS e a Comissão Coordenadora do CLS reúnem-se para análise dos relatórios de progresso, e eventuais ajustamentos ao Plano de Intervenção que se revelem necessários aos objetivos do CLS.

Cláusula Nona
(Comissão Coordenadora)

1. Para efeitos do presente contrato é criada a Comissão Coordenadora do CLS no Município da Maia.
2. Compete à Comissão Coordenadora do CLS a elaboração do Diagnóstico Local de Segurança, a definição do Plano de Intervenção e a monitorização e avaliação das medidas nele contido, em articulação com a Comissão Interministerial.
3. Integram a Comissão Coordenadora:
 - a) O Presidente da Câmara Municipal da Maia ou Vereador por si designado, que preside;
 - b) O Comandante da Força de Segurança territorialmente competente;
 - c) Um representante da Comissão Interministerial.

Cláusula Décima
(Núcleo Operacional)

1. É criado o Núcleo Operacional do CLS do Bairro do Sobreiro.
2. Compete ao Núcleo Operacional a execução das medidas definidas no Plano de Intervenção.
3. Compete ainda ao Núcleo Operacional contribuir para a definição das medidas, colaborar na identificação dos parceiros associados e fornecer à Comissão Coordenadora do CLS os elementos necessários à avaliação do Plano de Intervenção.

4. O Núcleo Operacional é constituído por:

- a) Elementos de unidades orgânicas municipais a indicar pelo Presidente da Câmara Municipal;
- b) Presidente da Junta de Freguesia da Cidade da Maia ou membro do Executivo por si designado;
- c) Representantes dos Serviços Públicos desconcentrados tutelados pelos Ministérios que integram a Comissão Interministerial dos CLS;
- d) Comandante da Força de Segurança territorialmente competente;
- e) Representante do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, caso se aplique;
- f) Parceiros associados

Cláusula Décima Primeira

(Entrada em Vigor)

O Contrato Local de Segurança entra em vigor na data da sua assinatura.

O presente Contrato Local de Segurança é assinado e rubricado em duplicado, ficando cada outorgante com um original.

Lisboa, 14 de julho de 2016

Pelo Primeiro Outorgante

A Ministra da Administração Interna



(Constança Urbano de Sousa)

Pelo Segundo Outorgante

O Presidente da Câmara Municipal da Maia



(António Gonçalves Bragança Fernandes)

ANEXO XVI

CLS no Município de Oeiras



Contrato Local de Segurança no Município de Oeiras

Assumindo que a segurança é um direito fundamental dos cidadãos e um barómetro da qualidade de vida democrática, o XXI Governo Constitucional elegeu a prevenção e o combate aos diversos tipos de violência e de criminalidade e a promoção da confiança nas forças e serviços de segurança enquanto desígnios fundamentais da ação governativa.

O cariz global, complexo e sofisticado dos riscos e ameaças que Portugal enfrenta, à semelhança da generalidade dos países ocidentais, exige a elaboração e execução de políticas públicas direcionadas e coordenadas para os prevenir de forma integrada e eficaz.

Nesse particular, a intervenção precoce em contextos de risco assume naturalmente uma importância decisiva na promoção das condições de segurança das populações e na proteção dos cidadãos mais vulneráveis. Pelo seu carácter territorializado, é igualmente determinante a estreita colaboração com as autarquias e com as comunidades locais na prossecução de soluções que tenham em consideração, quer as especificidades locais, quer os recursos e dinâmicas existentes para lhes fazer face.

Os Contratos Locais de Segurança são instrumentos privilegiados para colocar em prática a cooperação institucional entre a administração central e as autarquias locais, em interação com a comunidade, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos que contribuem para as taxas de criminalidade identificadas nas áreas de intervenção.

A eficácia dos Contratos Locais de Segurança depende, em grande medida, de uma leitura rigorosa da realidade local e da compreensão dos seus riscos. Nesse sentido, a realização de um exaustivo diagnóstico local de segurança consubstancia uma etapa decisiva para a elaboração de uma estratégia eficaz e adaptada às reais necessidades locais. Essa estratégia deverá ser materializada num plano de intervenção que defina claramente o conjunto de prioridades em função da leitura efetuada, as medidas concretas e calendarizadas a desenvolver para alcançar os objetivos traçados e o papel de cada entidade na sua prossecução. Por fim, mas não menos importante, é necessário acompanhar a execução das

Handwritten signature and initials.

medidas e atividades implementadas, monitorizar o seu impacto e, sempre que necessário, redefinir as prioridades inicialmente elencadas e os recursos alocados.

Tendo em consideração que os fenómenos criminais e antissociais não se esgotam na vertente securitária e que a sua prevenção exige a participação ativa e permanente de vários departamentos governamentais – segurança interna, justiça, educação, ciência, tecnologia e ensino superior, trabalho, solidariedade e segurança social, saúde, cidadania e igualdade – o sucesso dos Contratos Locais de Segurança requer o empenho e participação de todos eles e em todas as fases supramencionadas. Igualmente decisiva é a participação das autarquias locais, parceiras imprescindíveis para o sucesso destas políticas públicas preventivas.

Nesta medida, também a diversidade da resposta depende do entendimento entre a administração central e as autarquias locais. Partindo desse pressuposto, o Governo projetou diferentes tipologias de contratos, privilegiando quer o incremento da segurança ao nível municipal, quer uma intervenção mais localizada e focalizada na prevenção da delinquência juvenil e na proteção do espaço público ao nível de áreas urbanas de risco social, quer ainda situações atípicas e delimitadas em termos espaço-temporais.

Assim, com o propósito de reforçar objetivamente as condições de segurança das populações, de incrementar o seu sentimento de segurança, de garantir opções de futuro para as próximas gerações e de potenciar a confiança entre o Estado e os cidadãos,

O Ministério da Administração Interna, adiante designado por MAI, representado pela Ministra da Administração Interna, Professora Doutora Constança Urbano de Sousa,

E

O Município de Oeiras, representado pela Presidente da respetiva Câmara Municipal, Dr. Paulo Vistas,

Outorgam o presente Contrato Local de Segurança, que se rege pelo disposto nas seguintes Cláusulas:

Cláusula Primeira

(Objeto)

O presente Contrato Local de Segurança, doravante designado por CLS, visa a cooperação institucional entre os outorgantes, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos no Município de Oeiras.

Cláusula Segunda

(Âmbito Territorial)

Os outorgantes designam como âmbito territorial do CLS a Freguesia de Porto Salvo e a União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, podendo alargar a sua atuação a outras áreas do Concelho por acordo entre as partes outorgantes, em adenda ao presente contrato.

Cláusula Terceira

(Etapas do Contrato Local de Segurança)

O presente contrato desenvolve-se em quatro etapas:

- a) Elaboração do Diagnóstico Local de Segurança;
- b) Formulação do Plano de Intervenção;
- c) Implementação das Medidas;
- d) Monitorização e Avaliação.

Cláusula Quarta

(Diagnóstico Local de Segurança)

O Diagnóstico Local de Segurança é elaborado pela Comissão Coordenadora do CLS, no prazo de 60 dias a contar da data da assinatura do presente contrato, de acordo com a matriz de indicadores previamente definida pela Comissão Interministerial dos CLS.



Cláusula Quinta
(Plano de Intervenção)

Com base no Diagnóstico Local de Segurança, a Comissão Interministerial dos CLS e a Comissão Coordenadora elaboram, num prazo de 30 dias, o Plano de Intervenção, no qual identificam:

- a) As medidas a implementar;
- b) Os parceiros associados;
- c) Os recursos materiais e financeiros;
- d) O cronograma de execução.

Cláusula Sexta
(Protocolo de associação)

1. Para efeitos no disposto na alínea b) da cláusula anterior, serão celebrados Protocolos de associação ao CLS entre os outorgantes do presente contrato e instituições públicas e privadas, entidades de apoio e intervenção social e associações locais ou consideradas necessárias à implementação das medidas previstas no Plano de Intervenção.
2. Para efeitos no disposto no número anterior, o Protocolo de associação define o objeto, forma de execução e seu financiamento.
3. Os Ministérios que integram a Comissão Interministerial dos CLS ou as entidades por si tuteladas podem celebrar Protocolos de associação ao presente CLS.

Cláusula Sétima
(Implementação das Medidas)

Compete ao(s) Núcleo(s) Operacional(ais) a implementação das diversas medidas definidas nos Planos de Intervenção.



Cláusula Oitava
(Monitorização e Avaliação)

1. A Comissão Coordenadora do CLS procede à monitorização e avaliação trimestral do Plano de Intervenção, elaborando relatórios de progresso, que submete à Comissão Interministerial dos CLS.
2. Também com periodicidade trimestral, a Comissão Interministerial dos CLS e a Comissão Coordenadora do CLS reúnem-se para análise dos relatórios de progresso, e eventuais ajustamentos ao Plano de Intervenção que se revelem necessários aos objetivos do CLS.

Cláusula Nona
(Comissão Coordenadora)

1. Para efeitos do presente contrato é criada a Comissão Coordenadora do CLS no Município de Oeiras.
2. Compete à Comissão Coordenadora do CLS a elaboração do Diagnóstico Local de Segurança, a definição do Plano de Intervenção e a monitorização e avaliação das medidas nele contido, em articulação com a Comissão Interministerial.
3. Integram a Comissão Coordenadora:
 - a) O Presidente da Câmara Municipal de Oeiras ou Vereador por si designado, que preside;
 - b) O Comandante da Força de Segurança territorialmente competente;
 - c) Um representante da Comissão Interministerial.

Cláusula Décima
(Núcleo Operacional)

1. São criados Núcleos Operacionais em cada um dos territórios identificados na Cláusula Segunda, salvo se a Comissão Coordenadora do CLS considerar mais adequada a criação de Núcleos que integrem mais do que um deles.
2. Compete ao Núcleo Operacional a execução das medidas definidas nos Planos de Intervenção.

[Handwritten signature]

3. Compete ainda ao Núcleo Operacional contribuir para a definição das medidas, colaborar na identificação dos parceiros associados e fornecer à Comissão Coordenadora do CLS os elementos necessários à avaliação do Plano de Intervenção.
4. O Núcleo Operacional é constituído por:
 - a) Elementos de unidades orgânicas municipais a indicar pelo Presidente da Câmara Municipal;
 - b) Presidente(s) da(s) Junta(s) de Freguesia onde se inserem os territórios identificados na Cláusula Segunda, ou membro do Executivo por si designado;
 - c) Representantes dos Serviços Públicos desconcentrados tutelados pelos Ministérios que integram a Comissão Interministerial dos CLS;
 - d) Comandante da Força de Segurança territorialmente competente;
 - e) Representante do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, caso se aplique;
 - f) Parceiros associados.

Cláusula Décima Primeira

(Entrada em Vigor)

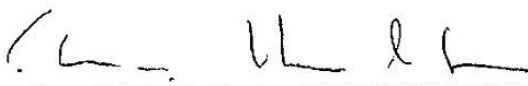
O Contrato Local de Segurança entra em vigor na data da sua assinatura.

O presente Contrato Local de Segurança é assinado e rubricado em duplicado, ficando cada outorgante com um original.

Lisboa 14 de julho de 2016

Pelo Primeiro Outorgante

A Ministra da Administração Interna



(Constança Urbano de Sousa)

Pelo Segundo Outorgante

A Presidente da Câmara Municipal de Oeiras



(Paulo Vistas)

ANEXO XVII

CLS no Município do Porto

Contrato Local de Segurança no Município do Porto

Assumindo que a segurança é um direito fundamental dos cidadãos e um barómetro da qualidade de vida democrática, o XXI Governo Constitucional elegeu a prevenção e o combate aos diversos tipos de violência e de criminalidade e a promoção da confiança nas forças e serviços de segurança enquanto desígnios fundamentais da ação governativa.

O cariz global, complexo e sofisticado dos riscos e ameaças que Portugal enfrenta, à semelhança da generalidade dos países ocidentais, exige a elaboração e execução de políticas públicas direcionadas e coordenadas para os prevenir de forma integrada e eficaz.

Nesse particular, a intervenção precoce em contextos de risco assume naturalmente uma importância decisiva na promoção das condições de segurança das populações e na proteção dos cidadãos mais vulneráveis. Pelo seu carácter territorializado, é igualmente determinante a estreita colaboração com as autarquias e com as comunidades locais na prossecução de soluções que tenham em consideração, quer as especificidades locais, quer os recursos e dinâmicas existentes para lhes fazer face.

Os Contratos Locais de Segurança são instrumentos privilegiados para colocar em prática a cooperação institucional entre a administração central e as autarquias locais, em interação com a comunidade, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos que contribuem para as taxas de criminalidade identificadas nas áreas de intervenção.

A eficácia dos Contratos Locais de Segurança depende, em grande medida, de uma leitura rigorosa da realidade local e da compreensão dos seus riscos. Nesse sentido, a realização de um exaustivo diagnóstico local de segurança consubstancia uma etapa decisiva para a elaboração de uma estratégia eficaz e adaptada às reais necessidades locais. Essa estratégia deverá ser materializada num plano de intervenção que defina claramente o conjunto de prioridades em função da leitura efetuada, as medidas concretas e calendarizadas a desenvolver para alcançar os objetivos traçados e o papel de cada entidade na sua prossecução. Por fim, mas não menos importante, é necessário acompanhar a execução das

medidas e atividades implementadas, monitorizar o seu impacto e, sempre que necessário, redefinir as prioridades inicialmente elencadas e os recursos alocados.

Tendo em consideração que os fenómenos criminais e antissociais não se esgotam na vertente securitária e que a sua prevenção exige a participação ativa e permanente de vários departamentos governamentais – segurança interna, justiça, educação, ciência, tecnologia e ensino superior, trabalho, solidariedade e segurança social, saúde, cidadania e igualdade – o sucesso dos Contratos Locais de Segurança requer o empenho e participação de todos eles e em todas as fases supramencionadas. Igualmente decisiva é a participação das autarquias locais, parceiras imprescindíveis para o sucesso destas políticas públicas preventivas.

Nesta medida, também a diversidade da resposta depende do entendimento entre a administração central e as autarquias locais. Partindo desse pressuposto, o Governo projetou diferentes tipologias de contratos, privilegiando quer o incremento da segurança ao nível municipal, quer uma intervenção mais localizada e focalizada na prevenção da delinquência juvenil e na proteção do espaço público ao nível de áreas urbanas de risco social, quer ainda situações atípicas e delimitadas em termos espaço-temporais.

Assim, com o propósito de reforçar objetivamente as condições de segurança das populações, de incrementar o seu sentimento de segurança, de garantir opções de futuro para as próximas gerações e de potenciar a confiança entre o Estado e os cidadãos,

O Ministério da Administração Interna, adiante designado por MAI, representado pela Ministra da Administração Interna, Professora Doutora Constança Urbano de Sousa,

E

O Município do Porto, representado pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Dr. Rui Moreira,

Outorgam o presente Contrato Local de Segurança, que se rege pelo disposto nas seguintes Cláusulas:

Cláusula Primeira

(Objeto)

O presente Contrato Local de Segurança, doravante designado por CLS, visa a cooperação institucional entre os outorgantes, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos no Município do Porto.

Cláusula Segunda

(Âmbito Territorial)

Os outorgantes designam como âmbito territorial do CLS o Bairro do Cerco, situado na Freguesia de Campanhã e o Bairro da Pasteleira Nova, situado na União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, podendo alargar a sua atuação a outras áreas do Concelho por acordo entre as partes outorgantes, em adenda ao presente contrato.

Cláusula Terceira

(Etapas do Contrato Local de Segurança)

O presente contrato desenvolve-se em quatro etapas:

- a) Elaboração do Diagnóstico Local de Segurança;
- b) Formulação do Plano de Intervenção;
- c) Implementação das Medidas;
- d) Monitorização e Avaliação.

Cláusula Quarta

(Diagnóstico Local de Segurança)

O Diagnóstico Local de Segurança é elaborado pela Comissão Coordenadora do CLS, no prazo de 60 dias a contar da data da assinatura do presente contrato, de acordo com a matriz de indicadores previamente definida pela Comissão Interministerial dos CLS.

Cláusula Quinta
(Plano de Intervenção)

Com base no Diagnóstico Local de Segurança, a Comissão Interministerial dos CLS e a Comissão Coordenadora elaboram, num prazo de 30 dias, o Plano de Intervenção, no qual identificam:

- a) As medidas a implementar;
- b) Os parceiros associados;
- c) Os recursos materiais e financeiros;
- d) O cronograma de execução.

Cláusula Sexta
(Protocolo de associação)

1. Para efeitos no disposto na alínea b) da cláusula anterior, serão celebrados Protocolos de associação ao CLS entre os outorgantes do presente contrato e instituições públicas e privadas, entidades de apoio e intervenção social e associações locais ou consideradas necessárias à implementação das medidas previstas no Plano de Intervenção.
2. Para efeitos no disposto no número anterior, o Protocolo de associação define o objeto, forma de execução e seu financiamento.
3. Os Ministérios que integram a Comissão Interministerial dos CLS ou as entidades por si tuteladas podem celebrar Protocolos de associação ao presente CLS.

Cláusula Sétima
(Implementação das Medidas)

Compete ao(s) Núcleo(s) Operacional(ais) a implementação das diversas medidas definidas nos Planos de Intervenção.

Cláusula Oitava
(Monitorização e Avaliação)

1. A Comissão Coordenadora do CLS procede à monitorização e avaliação trimestral do Plano de Intervenção, elaborando relatórios de progresso, que submete à Comissão Interministerial dos CLS.
2. Também com periodicidade trimestral, a Comissão Interministerial dos CLS e a Comissão Coordenadora do CLS reúnem-se para análise dos relatórios de progresso, e eventuais ajustamentos ao Plano de Intervenção que se revelem necessários aos objetivos do CLS.

Cláusula Nona
(Comissão Coordenadora)

1. Para efeitos do presente contrato é criada a Comissão Coordenadora do CLS no Município do Porto.
2. Compete à Comissão Coordenadora do CLS a elaboração do Diagnóstico Local de Segurança, a definição do Plano de Intervenção e a monitorização e avaliação das medidas nele contido, em articulação com a Comissão Interministerial.
3. Integram a Comissão Coordenadora:
 - a) O Presidente da Câmara Municipal do Porto ou Vereador por si designado, que preside;
 - b) O Comandante da Força de Segurança territorialmente competente;
 - c) Um representante da Comissão Interministerial.

Cláusula Décima
(Núcleo Operacional)

1. São criados Núcleos Operacionais em cada um dos territórios identificados na Cláusula Segunda, salvo se a Comissão Coordenadora do CLS considerar mais adequada a criação de Núcleos que integrem mais do que um deles.
2. Compete ao Núcleo Operacional a execução das medidas definidas nos Planos de Intervenção.

3. Compete ainda ao Núcleo Operacional contribuir para a definição das medidas, colaborar na identificação dos parceiros associados e fornecer à Comissão Coordenadora do CLS os elementos necessários à avaliação do Plano de Intervenção.
4. O Núcleo Operacional é constituído por:
 - a) Elementos de unidades orgânicas municipais a indicar pelo Presidente da Câmara Municipal;
 - b) Presidente(s) da(s) Junta(s) de Freguesia onde se inserem os territórios identificados na Cláusula Segunda, ou membro do Executivo por si designado;
 - c) Representantes dos Serviços Públicos desconcentrados tutelados pelos Ministérios que integram a Comissão Interministerial dos CLS;
 - d) Comandante da Força de Segurança territorialmente competente;
 - e) Representante do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, caso se aplique;
 - f) Parceiros associados.

Cláusula Décima Primeira

(Entrada em Vigor)

O Contrato Local de Segurança entra em vigor na data da sua assinatura.


6

O presente Contrato Local de Segurança é assinado e rubricado em duplicado, ficando cada outorgante com um original.

Lisboa, 14 de julho de 2016

Pelo Primeiro Outorgante

A Ministra da Administração Interna



(Constança Urbano de Sousa)

Pelo Segundo Outorgante

O Presidente da Câmara Municipal do Porto



(Rui Moreira)

ANEXO XVIII

CLS no Município de Sintra

Contrato Local de Segurança no Município de Sintra

Assumindo que a segurança é um direito fundamental dos cidadãos e um barómetro da qualidade de vida democrática, o XXI Governo Constitucional elegeu a prevenção e o combate aos diversos tipos de violência e de criminalidade e a promoção da confiança nas forças e serviços de segurança enquanto desígnios fundamentais da ação governativa.

O cariz global, complexo e sofisticado dos riscos e ameaças que Portugal enfrenta, à semelhança da generalidade dos países ocidentais, exige a elaboração e execução de políticas públicas direcionadas e coordenadas para os prevenir de forma integrada e eficaz.

Nesse particular, a intervenção precoce em contextos de risco assume naturalmente uma importância decisiva na promoção das condições de segurança das populações e na proteção dos cidadãos mais vulneráveis. Pelo seu carácter territorializado, é igualmente determinante a estreita colaboração com as autarquias e com as comunidades locais na prossecução de soluções que tenham em consideração, quer as especificidades locais, quer os recursos e dinâmicas existentes para lhes fazer face.

Os Contratos Locais de Segurança são instrumentos privilegiados para colocar em prática a cooperação institucional entre a administração central e as autarquias locais, em interação com a comunidade, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos que contribuem para as taxas de criminalidade identificadas nas áreas de intervenção.

A eficácia dos Contratos Locais de Segurança depende, em grande medida, de uma leitura rigorosa da realidade local e da compreensão dos seus riscos. Nesse sentido, a realização de um exaustivo diagnóstico local de segurança consubstancia uma etapa decisiva para a elaboração de uma estratégia eficaz e adaptada às reais necessidades locais. Essa estratégia deverá ser materializada num plano de intervenção que defina claramente o conjunto de prioridades em função da leitura efetuada, as medidas concretas e calendarizadas a desenvolver para alcançar os objetivos traçados e o papel de cada entidade na sua prossecução. Por fim, mas não menos importante, é necessário acompanhar a execução das

medidas e atividades implementadas, monitorizar o seu impacto e, sempre que necessário, redefinir as prioridades inicialmente elencadas e os recursos alocados.

Tendo em consideração que os fenómenos criminais e antissociais não se esgotam na vertente securitária e que a sua prevenção exige a participação ativa e permanente de vários departamentos governamentais – segurança interna, justiça, educação, ciência, tecnologia e ensino superior, trabalho, solidariedade e segurança social, saúde, cidadania e igualdade – o sucesso dos Contratos Locais de Segurança requer o empenho e participação de todos eles e em todas as fases supramencionadas. Igualmente decisiva é a participação das autarquias locais, parceiras imprescindíveis para o sucesso destas políticas públicas preventivas.

Nesta medida, também a diversidade da resposta depende do entendimento entre a administração central e as autarquias locais. Partindo desse pressuposto, o Governo projetou diferentes tipologias de contratos, privilegiando quer o incremento da segurança ao nível municipal, quer uma intervenção mais localizada e focalizada na prevenção da delinquência juvenil e na proteção do espaço público ao nível de áreas urbanas de risco social, quer ainda situações atípicas e delimitadas em termos espaço-temporais.

Assim, com o propósito de reforçar objetivamente as condições de segurança das populações, de incrementar o seu sentimento de segurança, de garantir opções de futuro para as próximas gerações e de potenciar a confiança entre o Estado e os cidadãos,

O Ministério da Administração Interna, adiante designado por MAI, pessoa coletiva n.º 600 025 861, com sede na Praça do Comércio, Ala Oriental, em Lisboa, aqui representado pela Ministra da Administração Interna, Professora Doutora Maria Constança Dias Urbano de Sousa, com poderes bastantes para o ato,

E

O Município de Sintra, pessoa coletiva n.º 500 051 062, com sede no Largo Dr. Virgílio Horta, em Sintra, em Sintra, através do seu órgão executivo Câmara Municipal de Sintra, aqui representado pelo Seu Presidente Dr. Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca, com poderes bastantes para o ato.

Outorgam o presente Contrato Local de Segurança, que se rege pelo disposto nas seguintes Cláusulas:

Cláusula Primeira

(Objeto)

O presente Contrato Local de Segurança, doravante designado por CLS, visa a cooperação institucional entre os outorgantes, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos no Município de Sintra.

Cláusula Segunda

(Âmbito Territorial)

Os outorgantes designam como âmbito territorial do CLS o Bairro do Pendão, situado na União das Freguesias de Queluz e Belas, o Bairro Casal de São José e a Tapada das Mercês, ambos situados na Freguesia de Algueirão - Mem Martins, bem como as áreas circundantes às estações ferroviárias de Agualva-Cacém, incluindo a Avenida dos Bons Amigos, situada na União de Freguesia de Agualva e Mira Sintra, de Monte Abraão, situada na União de Freguesias Massamá e Monte Abraão e da Rinchoa, situada na Freguesia de Rio de Mouro, podendo alargar a sua atuação a outras áreas do Concelho por acordo entre as partes outorgantes, em adenda ao presente contrato.

Cláusula Terceira

(Etapas do Contrato Local de Segurança)

O presente CLS desenvolve-se em quatro etapas:

- a) Elaboração do Diagnóstico Local de Segurança;
- b) Formulação do Plano de Intervenção;
- c) Implementação das Medidas;
- d) Monitorização e Avaliação.

Cláusula Quarta
(Diagnóstico Local de Segurança)

O Diagnóstico Local de Segurança é elaborado pela Comissão Coordenadora do CLS, no prazo de 60 dias a contar da data da assinatura do presente contrato, de acordo com a matriz de indicadores previamente definida pela Comissão Interministerial dos CLS.

Cláusula Quinta
(Plano de Intervenção)

Com base no Diagnóstico Local de Segurança, a Comissão Interministerial dos CLS e a Comissão Coordenadora elaboram, num prazo de 30 dias, o Plano de Intervenção, no qual identificam:

- a) As medidas a implementar;
- b) Os parceiros associados;
- c) Os recursos materiais e financeiros;
- d) O cronograma de execução.

Cláusula Sexta
(Protocolo de associação)

1. Para efeitos no disposto na alínea b) da cláusula anterior, serão celebrados Protocolos de associação ao CLS entre os outorgantes do presente contrato e instituições públicas e privadas, entidades de apoio e intervenção social e associações locais ou consideradas necessárias à implementação das medidas previstas no Plano de Intervenção.
2. Para efeitos no disposto no número anterior, o Protocolo de associação define o objeto, forma de execução e seu financiamento.
3. Os Ministérios que integram a Comissão Interministerial dos CLS ou as entidades por si tuteladas podem celebrar Protocolos de associação ao presente CLS.

Cláusula Sétima
(Implementação das Medidas)

Compete ao(s) Núcleo(s) Operacional(ais) a implementação das diversas medidas definidas nos Planos de Intervenção.

Cláusula Oitava
(Monitorização e Avaliação)

1. A Comissão Coordenadora do CLS procede à monitorização e avaliação trimestral do Plano de Intervenção, elaborando relatórios de progresso, que submete à Comissão Interministerial dos CLS.
2. Também com periodicidade trimestral, a Comissão Interministerial dos CLS e a Comissão Coordenadora do CLS reúnem-se para análise dos relatórios de progresso, e eventuais ajustamentos ao Plano de Intervenção que se revelem necessários aos objetivos do CLS.

Cláusula Nona
(Comissão Coordenadora)

1. Para efeitos do presente contrato é criada a Comissão Coordenadora do CLS no Município de Sintra.
2. Compete à Comissão Coordenadora do CLS a elaboração do Diagnóstico Local de Segurança, a definição do Plano de Intervenção e a monitorização e avaliação das medidas nele contido, em articulação com a Comissão Interministerial.
3. Integram a Comissão Coordenadora:
 - a) O Presidente da Câmara Municipal de Sintra ou Vereador por si designado, que preside;
 - b) O Comandante da Força de Segurança territorialmente competente;
 - c) Um representante da Comissão Interministerial.

Cláusula Décima
(Núcleo Operacional)

1. São criados Núcleos Operacionais em cada um dos territórios identificados na Cláusula Segunda, salvo se a Comissão Coordenadora do CLS considerar mais adequada a criação de Núcleos que integrem mais do que um deles.
2. Compete ao Núcleo Operacional a execução das medidas definidas nos Planos de Intervenção.
3. Compete ainda ao Núcleo Operacional contribuir para a definição das medidas, colaborar na identificação dos parceiros associados e fornecer à Comissão Coordenadora do CLS os elementos necessários à avaliação do Plano de Intervenção.
4. O Núcleo Operacional é constituído por:
 - a) Elementos de unidades orgânicas municipais a indicar pelo Presidente da Câmara Municipal;
 - b) Presidente(s) da(s) Junta(s) de Freguesia onde se inserem os territórios identificados na Cláusula Segunda, ou membro do Executivo por si designado;
 - c) Representantes dos Serviços Públicos desconcentrados tutelados pelos Ministérios que integram a Comissão Interministerial dos CLS;
 - d) Comandante da Força de Segurança territorialmente competente;
 - e) Representante do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, caso se aplique;
 - f) Parceiros associados.

Cláusula Décima Primeira
(Entrada em Vigor)

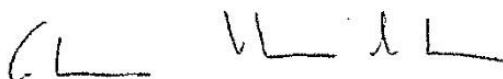
O Contrato Local de Segurança entra em vigor na data da sua assinatura.

O presente Contrato Local de Segurança é assinado e rubricado em duplicado, ficando cada outorgante com um original.

Lisboa, 14 de julho de 2016

Pelo Primeiro Outorgante

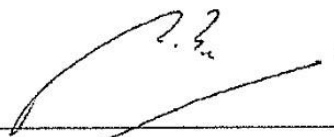
A Ministra da Administração Interna



(Constança Urbano de Sousa)

Pelo Segundo Outorgante

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra



(Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca)

ANEXO XIX

CLS no Município de Vila Franca de Xira

Contrato Local de Segurança no Município de Vila Franca de Xira

Assumindo que a segurança é um direito fundamental dos cidadãos e um barómetro da qualidade de vida democrática, o XXI Governo Constitucional elegeu a prevenção e o combate aos diversos tipos de violência e de criminalidade e a promoção da confiança nas forças e serviços de segurança enquanto desígnios fundamentais da ação governativa.

O cariz global, complexo e sofisticado dos riscos e ameaças que Portugal enfrenta, à semelhança da generalidade dos países ocidentais, exige a elaboração e execução de políticas públicas direcionadas e coordenadas para os prevenir de forma integrada e eficaz.

Nesse particular, a intervenção precoce em contextos de risco assume naturalmente uma importância decisiva na promoção das condições de segurança das populações e na proteção dos cidadãos mais vulneráveis. Pelo seu carácter territorializado, é igualmente determinante a estreita colaboração com as autarquias e com as comunidades locais na prossecução de soluções que tenham em consideração, quer as especificidades locais, quer os recursos e dinâmicas existentes para lhes fazer face.

Os Contratos Locais de Segurança são instrumentos privilegiados para colocar em prática a cooperação institucional entre a administração central e as autarquias locais, em interação com a comunidade, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos que contribuem para as taxas de criminalidade identificadas nas áreas de intervenção.

A eficácia dos Contratos Locais de Segurança depende, em grande medida, de uma leitura rigorosa da realidade local e da compreensão dos seus riscos. Nesse sentido, a realização de um exaustivo diagnóstico local de segurança consubstancia uma etapa decisiva para a elaboração de uma estratégia eficaz e adaptada às reais necessidades locais. Essa estratégia deverá ser materializada num plano de intervenção que defina claramente o conjunto de prioridades em função da leitura efetuada, as medidas concretas e calendarizadas a desenvolver para alcançar os objetivos traçados e o papel de cada entidade na sua prossecução. Por fim, mas não menos importante, é necessário acompanhar a execução das



medidas e atividades implementadas, monitorizar o seu impacto e, sempre que necessário, redefinir as prioridades inicialmente elencadas e os recursos alocados.

Tendo em consideração que os fenómenos criminais e antissociais não se esgotam na vertente securitária e que a sua prevenção exige a participação ativa e permanente de vários departamentos governamentais – segurança interna, justiça, educação, ciência, tecnologia e ensino superior, trabalho, solidariedade e segurança social, saúde, cidadania e igualdade – o sucesso dos Contratos Locais de Segurança requer o empenho e participação de todos eles e em todas as fases supramencionadas. Igualmente decisiva é a participação das autarquias locais, parceiras imprescindíveis para o sucesso destas políticas públicas preventivas.

Nesta medida, também a diversidade da resposta depende do entendimento entre a administração central e as autarquias locais. Partindo desse pressuposto, o Governo projetou diferentes tipologias de contratos, privilegiando quer o incremento da segurança ao nível municipal, quer uma intervenção mais localizada e focalizada na prevenção da delinquência juvenil e na proteção do espaço público ao nível de áreas urbanas de risco social, quer ainda situações atípicas e delimitadas em termos espaço-temporais.

Assim, com o propósito de reforçar objetivamente as condições de segurança das populações, de incrementar o seu sentimento de segurança, de garantir opções de futuro para as próximas gerações e de potenciar a confiança entre o Estado e os cidadãos,

O Ministério da Administração Interna, adiante designado por MAI, representado pela Ministra da Administração Interna, Professora Doutora Constança Urbano de Sousa,

E

Município de Vila Franca de Xira, representado pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Senhor Alberto Mesquita,

Outorgam o presente Contrato Local de Segurança, que se rege pelo disposto nas seguintes Cláusulas:

Cláusula Primeira

(Objeto)

O presente Contrato Local de Segurança, doravante designado por CLS, visa a cooperação institucional entre os outorgantes, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos no Município de Vila Franca de Xira.

Cláusula Segunda

(Âmbito Territorial)

Os outorgantes designam como âmbito territorial do CLS o Bairro de Póvos, situado na Freguesia de Vila Franca de Xira, podendo alargar a sua atuação a outras áreas do Concelho por acordo entre as partes outorgantes, em adenda ao presente contrato.

Cláusula Terceira

(Etapas do Contrato Local de Segurança)

O presente contrato desenvolve-se em quatro etapas:

- a) Elaboração do Diagnóstico Local de Segurança;
- b) Formulação do Plano de Intervenção;
- c) Implementação das Medidas;
- d) Monitorização e Avaliação.

Cláusula Quarta

(Diagnóstico Local de Segurança)

O Diagnóstico Local de Segurança é elaborado pela Comissão Coordenadora do CLS, no prazo de 60 dias a contar da data da assinatura do presente contrato, de acordo com a matriz de indicadores previamente definida pela Comissão Interministerial dos CLS.

Cláusula Quinta
(Plano de Intervenção)

Com base no Diagnóstico Local de Segurança, a Comissão Interministerial dos CLS e a Comissão Coordenadora elaboram, num prazo de 30 dias, o Plano de Intervenção, no qual identificam:

- a) As medidas a implementar;
- b) Os parceiros associados;
- c) Os recursos materiais e financeiros;
- d) O cronograma de execução.

Cláusula Sexta
(Protocolo de associação)

1. Para efeitos no disposto na alínea b) da cláusula anterior, serão celebrados Protocolos de associação ao CLS entre os outorgantes do presente contrato e instituições públicas e privadas, entidades de apoio e intervenção social e associações locais ou consideradas necessárias à implementação das medidas previstas no Plano de Intervenção.
2. Para efeitos no disposto no número anterior, o Protocolo de associação define o objeto, forma de execução e seu financiamento.
3. Os Ministérios que integram a Comissão Interministerial dos CLS ou as entidades por si tuteladas podem celebrar Protocolos de associação ao presente CLS.

Cláusula Sétima
(Implementação das Medidas)

Compete ao Núcleo Operacional do Bairro de Póvos a implementação das diversas medidas definidas no Plano de Intervenção.

Cláusula Oitava
(Monitorização e Avaliação)

1. A Comissão Coordenadora do CLS procede à monitorização e avaliação trimestral do Plano de Intervenção, elaborando relatórios de progresso, que submete à Comissão Interministerial dos CLS.
2. Também com periodicidade trimestral, a Comissão Interministerial dos CLS e a Comissão Coordenadora do CLS reúnem-se para análise dos relatórios de progresso, e eventuais ajustamentos ao Plano de Intervenção que se Revelem necessários aos objetivos do CLS.

Cláusula Nona
(Comissão Coordenadora)

1. Para efeitos do presente contrato é criada a Comissão Coordenadora do CLS no Município de Vila Franca de Xira.
2. Compete à Comissão Coordenadora do CLS a elaboração do Diagnóstico Local de Segurança, a definição do Plano de Intervenção e a monitorização e avaliação das medidas nele contido, em articulação com a Comissão Interministerial.
3. Integram a Comissão Coordenadora:
 - a) O Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira ou Vereador por si designado, que preside;
 - b) O Comandante da Força de Segurança territorialmente competente;
 - c) Um representante da Comissão Interministerial.

Cláusula Décima
(Núcleo Operacional)

1. É criado o Núcleo Operacional do CLS do Bairro de Póvos.
2. Compete ao Núcleo Operacional a execução das medidas definidas no Plano de Intervenção.
3. Compete ainda ao Núcleo Operacional contribuir para a definição das medidas, colaborar na identificação dos parceiros associados e fornecer à Comissão Coordenadora do CLS os elementos necessários à avaliação do Plano de Intervenção.



4. O Núcleo Operacional é constituído por:

- a) Elementos de unidades orgânicas municipais a indicar pelo Presidente da Câmara Municipal;
- b) Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira ou membro do Executivo por si designado;
- c) Representantes dos Serviços Públicos desconcentrados tutelados pelos Ministérios que integram a Comissão Interministerial dos CLS;
- d) Comandante da Força de Segurança territorialmente competente;
- e) Representante do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, caso se aplique;
- f) Parceiros associados.

Cláusula Décima Primeira

(Entrada em Vigor)

O Contrato Local de Segurança entra em vigor na data da sua assinatura.

O presente Contrato Local de Segurança é assinado e rubricado em duplicado, ficando cada outorgante com um original.

Lisboa, 14 de julho de 2016

Pelo Primeiro Outorgante

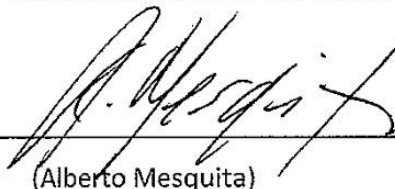
A Ministra da Administração Interna



(Constança Urbano de Sousa)

Pelo Segundo Outorgante

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira



(Alberto Mesquita)

ANEXO XX

CLS no Município de Vila Nova de Gaia

Contrato Local de Segurança no Município de Vila Nova de Gaia

Assumindo que a segurança é um direito fundamental dos cidadãos e um barómetro da qualidade de vida democrática, o XXI Governo Constitucional elegeu a prevenção e o combate aos diversos tipos de violência e de criminalidade e a promoção da confiança nas forças e serviços de segurança enquanto desígnios fundamentais da ação governativa.

O cariz global, complexo e sofisticado dos riscos e ameaças que Portugal enfrenta, à semelhança da generalidade dos países ocidentais, exige a elaboração e execução de políticas públicas direcionadas e coordenadas para os prevenir de forma integrada e eficaz.

Nesse particular, a intervenção precoce em contextos de risco assume naturalmente uma importância decisiva na promoção das condições de segurança das populações e na proteção dos cidadãos mais vulneráveis. Pelo seu carácter territorializado, é igualmente determinante a estreita colaboração com as autarquias e com as comunidades locais na prossecução de soluções que tenham em consideração, quer as especificidades locais, quer os recursos e dinâmicas existentes para lhes fazer face.

Os Contratos Locais de Segurança são instrumentos privilegiados para colocar em prática a cooperação institucional entre a administração central e as autarquias locais, em interação com a comunidade, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos que contribuem para as taxas de criminalidade identificadas nas áreas de intervenção.

A eficácia dos Contratos Locais de Segurança depende, em grande medida, de uma leitura rigorosa da realidade local e da compreensão dos seus riscos. Nesse sentido, a realização de um exaustivo diagnóstico local de segurança consubstancia uma etapa decisiva para a elaboração de uma estratégia eficaz e adaptada às reais necessidades locais. Essa estratégia deverá ser materializada num plano de intervenção que defina claramente o conjunto de prioridades em função da leitura efetuada, as medidas concretas e calendarizadas a desenvolver para alcançar os objetivos traçados e o papel de cada entidade na sua prossecução. Por fim, mas não menos importante, é necessário acompanhar a execução das

medidas e atividades implementadas, monitorizar o seu impacto e, sempre que necessário, redefinir as prioridades inicialmente elencadas e os recursos alocados.

Tendo em consideração que os fenómenos criminais e antissociais não se esgotam na vertente securitária e que a sua prevenção exige a participação ativa e permanente de vários departamentos governamentais – segurança interna, justiça, educação, ciência, tecnologia e ensino superior, trabalho, solidariedade e segurança social, saúde, cidadania e igualdade – o sucesso dos Contratos Locais de Segurança requer o empenho e participação de todos eles e em todas as fases supramencionadas. Igualmente decisiva é a participação das autarquias locais, parceiras imprescindíveis para o sucesso destas políticas públicas preventivas.

Nesta medida, também a diversidade da resposta depende do entendimento entre a administração central e as autarquias locais. Partindo desse pressuposto, o Governo projetou diferentes tipologias de contratos, privilegiando quer o incremento da segurança ao nível municipal, quer uma intervenção mais localizada e focalizada na prevenção da delinquência juvenil e na proteção do espaço público ao nível de áreas urbanas de risco social, quer ainda situações atípicas e delimitadas em termos espaço-temporais.

Assim, com o propósito de reforçar objetivamente as condições de segurança das populações, de incrementar o seu sentimento de segurança, de garantir opções de futuro para as próximas gerações e de potenciar a confiança entre o Estado e os cidadãos,

O Ministério da Administração Interna, adiante designado por MAI, representado pela Ministra da Administração Interna, Professora Doutora Constança Urbano de Sousa,

E

O Município de Vila Nova de Gaia, representado pelo Vice-Presidente da respetiva Câmara Municipal, Eng.º Patrocínio Azevedo,

Outorgam o presente Contrato Local de Segurança, que se rege pelo disposto nas seguintes Cláusulas:

Cláusula Primeira

(Objeto)

O presente Contrato Local de Segurança, doravante designado por CLS, visa a cooperação institucional entre os outorgantes, com vista à redução de vulnerabilidades sociais, à prevenção da delinquência juvenil e à eliminação dos fatores criminógenos no Município de Vila Nova de Gaia.

Cláusula Segunda

(Âmbito Territorial)

Os outorgantes designam como âmbito territorial do CLS o Bairro de Vila D'Este, situado na Freguesia de Vilar de Andorinho, podendo alargar a sua atuação a outras áreas do Concelho por acordo entre as partes outorgantes, em adenda ao presente contrato.

Cláusula Terceira

(Etapas do Contrato Local de Segurança)

O presente contrato desenvolve-se em quatro etapas:

- a) Elaboração do Diagnóstico Local de Segurança;
- b) Formulação do Plano de Intervenção;
- c) Implementação das Medidas;
- d) Monitorização e Avaliação.

Cláusula Quarta

(Diagnóstico Local de Segurança)

O Diagnóstico Local de Segurança é elaborado pela Comissão Coordenadora do CLS, no prazo de 60 dias a contar da data da assinatura do presente contrato, de acordo com a matriz de indicadores previamente definida pela Comissão Interministerial dos CLS.

Cláusula Quinta
(Plano de Intervenção)

Com base no Diagnóstico Local de Segurança, a Comissão Interministerial dos CLS e a Comissão Coordenadora elaboram, num prazo de 30 dias, o Plano de Intervenção, no qual identificam:

- a) As medidas a implementar;
- b) Os parceiros associados;
- c) Os recursos materiais e financeiros;
- d) O cronograma de execução.

Cláusula Sexta
(Protocolo de associação)

1. Para efeitos no disposto na alínea b) da cláusula anterior, serão celebrados Protocolos de associação ao CLS entre os outorgantes do presente contrato e Instituições públicas e privadas, entidades de apoio e intervenção social e Associações locais ou consideradas necessárias à implementação das medidas previstas no Plano de Intervenção.
2. Para efeitos no disposto no número anterior, o Protocolo de associação define o objeto, forma de execução e seu financiamento.
3. Os Ministérios que integram a Comissão Interministerial dos CLS ou as entidades por si tuteladas podem celebrar Protocolos de associação ao presente CLS.

Cláusula Sétima
(Implementação das Medidas)

Compete ao Núcleo Operacional do Bairro de Vila D'Este a implementação das diversas medidas definidas no Plano de Intervenção.



Cláusula Oitava
(Monitorização e Avaliação)

1. A Comissão Coordenadora do CLS procede à monitorização e avaliação trimestral do Plano de Intervenção, elaborando relatórios de progresso, que submete à Comissão Interministerial dos CLS.
2. Também com periodicidade trimestral, a Comissão Interministerial dos CLS e a Comissão Coordenadora do CLS reúnem-se para análise dos relatórios de progresso, e eventuais ajustamentos ao Plano de Intervenção que se revelem necessários aos objetivos do CLS.

Cláusula Nona
(Comissão Coordenadora)

1. Para efeitos do presente contrato é criada a Comissão Coordenadora do CLS no Município de Vila Nova de Gaia.
2. Compete à Comissão Coordenadora do CLS a elaboração do Diagnóstico Local de Segurança, a definição do Plano de Intervenção e a monitorização e avaliação das medidas nele contido, em articulação com a Comissão Interministerial.
3. Integram a Comissão Coordenadora:
 - a) O Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia ou Vereador por si designado, que preside;
 - b) O Comandante da Força de Segurança territorialmente competente;
 - c) Um representante da Comissão Interministerial.

Cláusula Décima
(Núcleo Operacional)

1. É criado o Núcleo Operacional do CLS do Bairro do Sobreiro.
2. Compete ao Núcleo Operacional a execução das medidas definidas no Plano de Intervenção.
3. Compete ainda ao Núcleo Operacional contribuir para a definição das medidas, colaborar na identificação dos parceiros associados e fornecer à Comissão Coordenadora do CLS os elementos necessários à avaliação do Plano de Intervenção.

4. O Núcleo Operacional é constituído por:
- a) Elementos de unidades orgânicas municipais a indicar pelo Presidente da Câmara Municipal;
 - b) Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Andorinho ou membro do Executivo por si designado;
 - c) Representantes dos Serviços Públicos desconcentrados tutelados pelos Ministérios que integram a Comissão Interministerial dos CLS;
 - d) Comandante da Força de Segurança territorialmente competente;
 - e) Representante do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, caso se aplique;
 - f) Parceiros associados.

Cláusula Décima Primeira

(Entrada em Vigor)

O Contrato Local de Segurança entra em vigor na data da sua assinatura.

O presente Contrato Local de Segurança é assinado e rubricado em duplicado, ficando cada outorgante com um original.

Lisboa, 14 de julho de 2016

Pelo Primeiro Outorgante

A Ministra da Administração Interna



(Constança Urbano de Sousa)

Pelo Segundo Outorgante

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia



(Patrocínio Azevedo)

APÊNDICE I

Guião de entrevista

1.^a Questão: atendendo à dimensão dos fatores de risco e ao tipo de resposta, considera a segurança pública um problema complexo das sociedades contemporâneas?

2.^a Questão: qual dos referenciais considera mais adequado na resposta à segurança pública: o da prevenção ou da repressão?

3.^a Questão: considera que a resposta à insegurança pública passa pela intervenção de vários atores? Entende que o Estado, através do governo, continua a ser o ator principal?

4.^a Questão: considera que a resposta à insegurança deve ser alargada a outros domínios que não o setor da segurança?

5.^a Questão: considera as políticas públicas de segurança (PPS) implementadas através dos contratos locais de segurança (CLS) uma boa resposta? Elas são verdadeiras PPS?

6.^a Questão: considerando o conceito de BOGDANOR de Governação Integrada (GOVINT) como uma estratégia política que «procura coordenar o desenvolvimento e a implementação de políticas, transversalmente a departamentos e agências, especialmente para abordar problemas sociais complexos, de forma integrada (...) É uma estratégia que procura juntar não só os departamentos governamentais, (...), trabalhando transversalmente tendo em vista um objetivo comum». Entende que a GOVINT é importante nos CLS?

7.^a Questão: quais os fatores que presidem ao agendamento das PPS?

8.^a Questão: existe GOVINT aquando da análise do surgimento do problema de segurança e dos fatores que presidem ao seu agendamento?

9.^a Questão: quais os atores que participam na elaboração do diagnóstico local de segurança (DLS) e do plano de intervenção (PI)?

10.^a Questão: existe GOVINT aquando da elaboração do DLS e do PI?

11.^a Questão: considera as estruturas criadas através dos CLS adequadas à GOVINT?

12.^a Questão: existe GOVINT na implementação do PI?

13.^a Questão: existe monitorização e avaliação dos CLS?

14.^a Questão: existe GOVINT aquando da análise dos efeitos, objetivos e metas alcançadas, bem como dos fatores que levam à continuidade ou descontinuidade do CLS?

15.^a Questão: considera a imperatividade das decisões e ações nos CLS importante?

16.^a Questão: que papel está reservado aos Conselhos Municipais de Segurança na implementação das PPS, através dos CLS?

17.^a Questão: a existência dos ex-governadores civis era uma mais-valia na implementação das PPS, através dos CLS?

APÊNDICE II

Entrevista Mestre Rui Pereira

Entrevista ao Mestre Rui Pereira

Entrevistado: Rui Pereira

Local: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Data: 17 de outubro (15h00)

Cargo/Posto/Função: MAI (2007-2011)

Idade: 61

Habilitações Literárias: Mestrado em Ciências Jurídicas

1ª Questão: tendendo à dimensão dos fatores de risco e ao tipo de resposta, considera a segurança pública um problema complexo das sociedades contemporâneas?

As sociedades contemporâneas são sociedades globalizadas e de risco. São sociedades que interagem umas com as outras, não havendo hoje Estados fechados como no fundo era Portugal até 1974.

Portugal interage no âmbito da União Europeia, no âmbito do Ocidente e do planeta em geral, por outro lado as sociedades contemporâneas são sociedades de risco onde existe criminalidade quotidiana como a criminalidade violenta em massa, a criminalidade organizada transnacional e por último o terrorismo dito global, criam riscos que obrigam a uma resposta mais eficaz e eficiente.

A somar a tudo isto, temos modernamente novos desafios no domínio da proteção civil. Como por exemplo as alterações climáticas e o aquecimento global, favorecem para não estabelecer relações causais apressadas. Fenómenos como Tsunamis, furacões, incêndios florestais que exigem uma resposta diferente da resposta habitual.

Em suma, vivemos perante sociedades que exigem do sistema de segurança, uma resposta mais pronta, eficaz e eficiente. O sistema de segurança por seu lado, é um sistema que tem vindo a ganhar complexidade, porque o sistema de segurança pode ser comparado efetivamente a uma espécie de um relógio suíço. É um sistema que mistura atores muito diferenciados com natureza diversa, desde militares, civis,

profissionais e voluntários, integrados em vários departamentos. Interage também com outros sistemas, o sistema de segurança interage com o sistema de segurança nacional, com sistema de investigação criminal, com sistema de proteção civil, sistema de justiça, sistema de informações da república e essa interação torna o seu funcionamento muito complexo. Essas complexidades de funcionamento obrigam a que a “maquina esteja bem oleada”, digamos assim. Isto quer dizer que é necessário haver uma boa coordenação, quer ao nível político quer ao nível operacional, significa haver uma troca de informações leal, de acordo com os princípios da disponibilidade e da necessidade, significa não haver redundâncias inúteis ou até prejudiciais.

2ª Questão: em termos de intervenção, deve alargar-se a outros domínios, em termos sociais de apoios às famílias e em termos da segurança pública?

A resposta do Sistema de segurança não pode ser uma resposta estritamente policial ou estritamente repressiva ou baseada apenas no sistema de justiça penal. A resposta deve ser integrada, e tem que ter em conta as causas e as consequências (causas sociais, combate à exclusão, promover a integração de imigrantes, membros de minorias e combater o crime propriamente dito.)

3ª Questão: em 2008 implementou os primeiros contratos locais de segurança (CLS). O que é que presidiu à sua implementação, qual era o cenário em termos de segurança pública à data para implementar estas políticas públicas de segurança?

O primeiro CLS a ser levado para terreno foi o contrato de segurança do cerco no Porto. Este CLS correspondeu a uma ideia minha de que era necessário conhecer melhor a criminalidade. Ainda hoje penso que os nossos conhecimentos sobre a criminalidade são conhecimentos limitados, por causa das “cifras negras” que atingem vários fenómenos criminais como é o caso da violência domestica que, ao dia de hoje, apesar de um crime publico, continua a ter cifras negras elevadíssimas, tal como o crime de maus tratos, os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e com os crimes de corrupção e tráfico de influências.

4ª Questão: entende que nesta fase de diagnóstico se deve envolver as Universidades?

Na altura, e em relação ao bairro do cerco, a minha preocupação predominante ainda como Governadora Civil a Dra. Isabel Oneto, atual secretária de estado, a minha ideia era envolver a Universidade e procurar conhecer melhor a realidade num bairro dito problemático, que poderia servir como Case Study para extrair ilações num contexto mais alargado.

O segundo CLS, já obedeceu a pressupostos completamente diferentes. Este foi celebrado em relação a Loures juntamente e na altura com a Dra. Dalila Araújo, Governadora Civil, mais tarde Secretária de Estado. Este foi celebrado porque em Loures houve um “desaguisado” muito forte entre a comunidade Cigana e a comunidade Africana, que levou a imagens muito dificilmente aceitáveis por pessoas na rua a fazerem ameaças e a dar tiros. Em relação a esse fenómeno, a minha primeira ideia, que tinha na altura e que mantenho é de que a ordem pública tem de prevalecer, e tem que ser usada toda a força necessária e suficiente para por ordem. Portanto a minha preocupação imediata foi retirar os desordeiros da rua, garantir a ordem pública, garantir a liberdade de circulação e impedir qualquer acampamento de protesto como a comunidade cigana tentou fazer em frente à Câmara de Loures.

Num segundo momento, percebi que essa medida de força tem de ser complementada através de medidas de tipo diferente, orientadas para a integração e reparação do tecido social. Foi aí que entrou o CLS, foi um êxito assinalável, envolveu a Policia de Segurança Pública (PSP), associações culturais e sociais da zona, a Câmara Municipal, o Governo Civil, e até algumas empresas e envolveu mesmo uma igreja Africana, que se empenhou também na criação de um clima de pacificação.

5ª Questão: no envolvimento desses atores, houve uma participação ativa quer na questão do diagnóstico, quer depois no plano e nas medidas que foram concebidas ao nível da intervenção?

Eu prezo muito a necessidade das forças de segurança manterem a hierarquia, manterem níveis de disciplina muito elevados e manterem uma autonomia relativa firme; contudo, pensei que uma resposta integrada em Loures era muito importante e a associação da Policia, que não quer ser vítima de pressões, foi muito

positiva. Por outro lado, é verdade que em Loures se reuniram condições ideais. Porque em Loures havia um Presidente da Câmara que era um Homem muito popular e muito virado para a interação com as comunidades; havia uma Governadora Civil que tinha muita vocação para este tipo de intervenção (Dra. Dalila Araújo); havia um Diretor Nacional da Polícia, que era um Homem muito pragmático e competente (Superintendente Chefe Oliveira Pereira); e havia um Comando Local da Polícia, também muito empenhado, independentemente da conceção que tivesse dos CLS. Todas as pessoas se empenharam fortemente para que corresse bem, e correu bem.

6ª Questão: em termos de monitorização, houve algum acompanhamento por parte de alguma Universidade?

Houve um acompanhamento permanente da execução do contrato, muito centrada no Governo Civil e foi muito competente.

7ª Questão: relativamente aos Conselhos Municipais de Segurança, ao contrário daquilo que se vê agora na nova geração dos CLS, na altura tinham como papel fazer a avaliação e dar o parecer sobre essas medidas. Entende que isso era importante até por uma questão de legitimação?

Ao nível de escala territorial, eu sou a favor da Regionalização, e é sempre necessário recordar que constitucionalmente há duas espécies de regiões: há regiões político administrativas (Açores e Madeira) e há as regiões administrativas (Continente). É um desígnio constitucional criá-las, dificilmente serão criadas, porque é o único caso que há um referendo obrigatório que tem de ser vinculativo com mais de 50% do eleitorado, o que nunca aconteceu em Portugal, e porque na lei de criação têm de ser criadas todas ao mesmo tempo com a previsão das competências. De qualquer maneira, sou a favor da regionalização porque penso que se ganharia em tudo, incluído na segurança, com a responsabilização direta de responsáveis regionais. Mas enquanto não vem a regionalização, se é que algum dia virá, eu penso que tem de se pensar na ordenação administrativa do país, e creio que se tem dado passos para trás, por exemplo a extinção dos governadores civis.

8ª Questão: como entende a existência dos Governadores Civis?

Os Governadores Civis eram peças muito importantes, porque faziam de elo de ligação entre o Governo e sobretudo o Ministério da Administração Interna, digase, e os Municípios, os Presidentes de Câmara, porque a generalidade das políticas de segurança tem uma escala diferente do município no interior, tem uma escala mais alargada, e o Ministro e o Secretário de Estado não se podem desdobrar por forma a andarem todo o sítio. Além disso, os Comandantes dos Serviços e Forças de Segurança normalmente até têm uma boa implantação local e uma boa relação com as autoridades locais, mas não são agentes políticos. Portanto, convém resguardá-los um pouco desse tipo de atividade quotidiana. Portanto eu creio que os Governadores civis são um elemento importante.

9ª Questão: são elementos facilitadores da Implementação das políticas públicas?

Na minha altura foram aproveitados para os gabinetes distritais de segurança, que foram criados por uma proposta minha, ainda na década de 90, quando fui Secretário de Estado da Administração Interna. Propus na altura uma alteração do regime do gabinete de coordenador de segurança em que estavam previstos os gabinetes de coordenador de segurança distritais. Para além disso, por exemplo, em matéria de segurança rodoviária e matéria de incêndios, que são matérias centrais na segurança também podem desempenhar um bom papel ao nível concelhio. Ao nível Municipal, já depende muito da sensibilidade dos Presidentes da Câmara. Há muitos presidentes de Câmara sensíveis a questões de segurança e a questões de Proteção Civil, mas também há outros que não têm a menor sensibilidade e vocação para essas matérias. Portanto, eu diria, que era importante que as associações Nacionais de Municípios, embora não tenham nenhum poder hierárquico sobre os municípios, desenvolvam uma ação pedagógica para chamar a esta causa as Câmaras. Pela minha parte, por exemplo nos CLS, para tentar esse efeito propus, no meu tempo, o protocolo chapéu, à Associação Nacional de Municípios Portugueses. É evidente que esse protocolo chapéu, pelo menos comprou uma certa cooperação, se não ativa, ao menos a simpatia da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que permitiu soldar uma série de CLS.

10ª Questão: a iniciativa da implementação dos CLS era mais por parte do poder central?

Na parte que me diz respeito foram iniciativas dos Governadores Civis. Muitos com as melhores das intenções voluntariamente que propuseram esses contratos, embora depois alguns não tenham ido muito para a frente. Mas os CLS, mesmo aqueles que não avançaram muitos foram oportunidades para implantar certos esquemas de segurança que me parecem essenciais nas sociedades contemporâneas, refiro-me por exemplo a videovigilância, foi na sequência de um CLS em Coimbra que foi lançado o esquema da videovigilância que agora pelos vistos está com problemas.

11ª Questão: entende que é a partir desta altura que surgem as verdadeiras políticas públicas de segurança em Portugal? Há vários autores que dividem esta questão das políticas de segurança em três etapas: até ao ano de 1981, depois uma segunda até 1995, e uma outra a partir desta data?

Eu considero que houve bons ministros da Administração Interna em Portugal, por razões diversas vou destacar dois. Primeiro, o Engenheiro Eduardo Pereira, porque teve um papel muito importante na construção dos sistemas. Na década de 80 foram construídos o sistema de segurança interna, o sistema de informações da República Portuguesa, portanto as grandes leis estruturantes da segurança, são de meados da década de 80 e entraram em vigor na dilação de 10 anos em relação à Rússia.

A segunda fase, que eu considero muito importante, embora o Ministro seja objeto de uma avaliação que não seja assim tão pacífica como isso, é o tempo do Dr. Alberto Costa. Porque o Dr. Alberto Costa tinha uma certa ideia global de Segurança. Tinha uma certa ideia da segurança que se concretizou nas medidas muito importantes. Vou dar alguns exemplos: a ideia de policiamento de proximidade que eu cooperei desde o primeiro momento; a ideia de que beneficiava as forças de segurança a existência de uma inspeção autónoma (IGAI), foi ele que pôs a funcionar a IGAI com o Dr. Maximiliano; a ideia de que as mulheres podiam desenvolver um papel nas forças de segurança, também se revelou uma ideia positiva; e a ideia que os serviços de informações podiam ser tornados consensuais na sociedade portuguesa.

Eu enfrentei, logo a seguir a ter entrado no governo, no primeiro semestre de 2008 uma vaga de criminalidade violenta grave muito forte, e como eu nunca fui um ministro político evidentemente era alvo de críticas fortes. Sempre fiquei reconfortado porque uma vez, à minha revelia, fizeram um inquérito sobre a minha demissão e dois terços dos portugueses queriam que eu continuasse. A minha preocupação sempre foi orientar-me para as reformas no sistema de segurança. Como esta ideia que tinha na altura e continuo a ter, nós devemos ser conservadores em matéria de segurança, só devemos fazer reformas essenciais, não devemos ser experimentalistas nem fazer reformas de risco, devemos fazer reformas seguras. E, portanto, para além das revisões do Código Penal e do Código de Processo Penal, eu fiz a reforma da lei de segurança interna, da lei da organização da investigação criminal e lancei alguns programas estruturantes. Por exemplo, eu acho que me bati fortemente pela videovigilância, pelos CLS. A plataforma integrada de intimação criminal foi lançada no meu tempo, com o Conselheiro Mário Mendes.

Acho que foi um tempo de reformas, e sobretudo depois do tal 1.º semestre de subida da criminalidade, em parte artificial, porque a DJPJ enganou-se e lançou isso em duplicado, é uma coisa notável. Mas depois desse 1 semestre eu fiz uma coisa que é inédita, que não sei se ainda se mantém, mas que é muito importante, eu assumi que o relatório anual de segurança interna não pode ser somente distinção da realidade, tem de ser também um contributo para a transformação da realidade. O primeiro relatório que fiz, relativo a 2008 tem as medidas para implementar em 2009 escritas por mim.

12ª Questão: é aí que faz referencia aos CLS, ao policiamento de proximidade, no sentido de responder às necessidades da população em termos do aumento da criminalidade?

Por outro lado, para complementar, há uma lei que é importante, que foi abandonada, mas já retomada até pelo antigo governo ainda, que é a lei quadro da política criminal. A necessidade do Estado se confrontar com as prioridades e com as medidas de prevenção e de investigação criminal. No princípio foi mal-entendida, porque havia muitos equívocos, a pensar que era o poder político a cair em discurso na investigação criminal.

13ª Questão: portanto, continua a ter a ideia de que o Estado continua a ser o ator principal na satisfação das necessidades de segurança?

É evidente que há uma série de tendências, de que a segurança privada é o mais importante, o recurso à tecnologia com videovigilância, os drones, a intervenção militar na segurança, mas, apesar de a segurança ser cada vez mais uma responsabilidade partilhada que se coloca numa perspetiva global, o ator principal continua a ser o Estado. É uma obrigação essencial do Estado. Eu lembro sempre que a primeira Constituição de 1922 dizia que os direitos fundamentais, havia liberdade, propriedade e segurança, no artigo 1.º.

APÊNDICE III

Entrevista Subcomissário Luísa Monteiro

Entrevista à Subcomissário Luísa Monteiro

Entrevistado: Luísa Monteiro

Local: Via correio eletrónico

Data:

Cargo/Posto/Função: Diretora da estrutura de missão para os CLS e Coordenadora de projetos na Câmara Municipal de Loures

Idade: 52

Habilitações Literárias: Licenciada em Sociologia

1ª Questão: atendendo à dimensão dos fatores de risco e ao tipo de resposta, considera a segurança pública um problema complexo das sociedades contemporâneas?

Se pensarmos sobre os processos de constituição dos bairros, do status dos seus moradores, da incapacidade em reinventarem novas estratégias de promoção social, dos seus fracos meios de vida, talvez tenhamos que pensar que é por aí que tudo deverá começar. Se satisfizermos uma necessidade superior existente numa comunidade, ignorando a resolução de outras de níveis mais básicos, ajudaremos de forma pouco sólida e inapropriada essa comunidade. Se por outro lado pensarmos em atuar exclusivamente ao nível das necessidades básicas, consideradas com maior incidência nessa comunidade e não formos capazes de ir ao diagnóstico individual e conseguirmos identificar as situações que por terem atingido um nível de promoção superior face ao geral carecem de outro tipo de apoio, levando até esses indivíduos, a tornarem-se eles próprios junto dos seus vizinhos em agentes incentivadores para aceitação de novos comportamentos cívicos e de novas dinâmicas de vida.

É este o desafio: motivarmos os moradores a serem capazes de reconstruir o seu futuro de forma mais adulta e socialmente equilibrada, sendo a zona habitacional uma proposta estratégica para atingir esse objetivo.

As redes de sociabilidade podem ser entendidas como o conjunto de relações sociais efetivas e vividas, que unem os indivíduos entre si, através de laços

interpessoais e/ou de grupo. Paralelamente, as sociabilidades podem assumir um papel importante na criação, reprodução e transformação de identidades territoriais.

2ª Questão: qual dos referenciais considera mais adequado na resposta à segurança pública: o da prevenção ou da repressão?

O da prevenção sem dúvida! Há que levar o público-alvo a fazer parte da solução dos problemas, só assim se conseguem dar respostas eficazes às problemáticas identificadas em cada área de atuação per si, prevenindo as mesmas. As necessidades criadas hoje, pela conjuntura atual, levam à partilha de recursos e de saberes, produtores de uma resposta mais célere e adequada, numa resposta micro, de proximidade e com a eficácia necessária à efetiva resolução dos problemas.

3ª Questão: considera que a resposta à insegurança pública passa pela intervenção de vários atores? Entende que o Estado, através do governo, continua a ser o ator principal?

Cada vez mais está na ordem do dia, a constituição de equipas interdisciplinares, numa conjugação de esforços, entre todos os serviços/instituições e outros que operem localmente, numa lógica de responsabilidade social, estando em comum os diferentes olhares sobre as práticas sociais e as políticas interventivas. Este caminho é aquele que tem que ser seguido, no que alude a uma designação de uma intervenção local, ao nível da implementação de projetos conjuntos nos territórios de intervenção, numa clara ação de rentabilização dos recursos existentes.

Estes objetivos só terão o seu corolário de sucesso, se as equipas interdisciplinares tiveram uma intervenção local, partilhando os seus conhecimentos científicos, metodologias e, produzindo assim respostas qualificadas, às comunidades, que vão de encontro às suas necessidades reais. Os profissionais não devem inibir-se de emprestar os seus conhecimentos, ferramentas e sobretudo o sociólogo de emprestar o seu olhar, não que ele veja coisas diferentes, vê-as é noutra perspetiva, a fim de se poder dar uma resposta aos desafios que no dia-a-dia se nos deparam.

O Estado não deixa de ser um parceiro muito importante, no entanto deve descentralizar, levando a que outros atores sejam chamados à colação, nomeadamente a nível local.

4ª Questão: considera que a resposta à insegurança deve ser alargada a outros domínios que não o setor da segurança?

A segurança é um conceito abrangente que não se confina às forças de segurança, pelo que, as fronteiras disciplinares devem ser reformuladas, criando-se canais comunicacionais conducentes a uma melhor resolução dos problemas sentidos pelas comunidades, vendo-se a problemática sob perspetivas diferenciadas, enriquecendo o trabalho com as diferentes abordagens, havendo uma cooperação dentro do saber de cada disciplina.

A interdisciplina implica de facto construir-se qualquer coisa para além do somatório dos nossos contributos ou posições, devemos deixar-nos inquietar uns pelos outros e as preocupações e os fascínios que uns têm e outros têm, ou seja tentar perceber em conjunto porque é que aquilo é realmente importante, há sempre uma tentativa de fazer um pouco mais do que para além do somatório das disciplinas e construir essas pontes que nem sempre são fáceis, nem sempre se consegue, às vezes fica-se mesmo pelo somatório dos capítulos, o facto de se trabalhar em conjunto os vários projetos ajuda-nos a construir e a dar passos muito significativos, a interdisciplinaridade ajuda a construir oportunidades para o desenvolvimento, para outro tipo de pesquisas e não simplesmente para “tapar buracos” naquilo que é o reconhecimento tradicional.

5ª Questão: considera as políticas públicas de segurança (PPS) implementadas através dos contratos locais de segurança (CLS) uma boa resposta? Elas são verdadeiras PPS?

A implementação do CLS de Loures permitiu dinamizar as parcerias locais, levando ao planeamento das estratégias de intervenção social/local. Só desta forma se pode dar uma resposta mais assertiva no combate à pobreza e exclusão social, promovendo nestes contextos carenciados, um equilibrado desenvolvimento, quer ao nível das pessoas, quer ao nível das instituições, contribuindo para a paz e bem-estar

sociais. Estes trabalhos em parceria, promovidos por grupos interdisciplinares, permitem uma ação mais racional, minorando os custos afetos a estas ações, e incentivando a permuta de experiências, de conhecimentos e de saberes adquiridos. Estes grupos interdisciplinares congregam princípios orientadores, assentes na inclusão social e articulação com outros serviços, permitindo uma ação mais concertada na promoção do combate à exclusão social. Vale isto por dizer que as medidas implementadas através dos contratos locais de segurança são ferramentas ao serviço da segurança, ou seja, um complemento das políticas públicas de segurança, estas mais abrangentes, mas aquelas a nível local.

6ª Questão: considerando o conceito de BOGDANOR de Governação Integrada (GOVINT) como uma estratégia política que «procura coordenar o desenvolvimento e a implementação de políticas, transversalmente a departamentos e agências, especialmente para abordar problemas sociais complexos, de forma integrada (...) É uma estratégia que procura juntar não só os departamentos governamentais, (...), trabalhando transversalmente tendo em vista um objetivo comum». Entende que a GOVINT é importante nos CLS?

A complexidade das sociedades atuais deve ser trabalhada de forma integrativa e baseada na coesão social, devem ser criadas respostas mais simples direcionadas ao problema, levando a que as pessoas façam parte da solução desses mesmos problemas, por tal facto julgo que a GOVINT é importante na medida em que pode acentuar a tónica na descentralização, porque as problemáticas da segurança são transversais a todos.

7ª Questão: quais os fatores que presidem ao agendamento das PPS?

Na minha ótica os fatores que devem estar presentes nas PPS são:

1. Os programas devem ser orientados para os problemas;
2. Os objetivos devem ser bem definidos, mensuráveis em consonância com os objetivos estratégicos;
3. Melhoria da qualidade dos serviços;
4. Conhecimento da zona envolvente;
5. Pirâmide de níveis de atuação;

6. Ter consciência que o controlo Social reside na comunidade, família, religião, escolas etc....;
7. As Soluções devem ser ajustadas à medida da comunidade;
8. Consoante o problema deve-se ter noção exata de quem deve intervir;
9. Dar uma maior voz à comunidade de forma transparente;
10. Responsabilizar a comunidade;
11. Todos juntos fazemos a diferença. Mas como? Com quem? Porquê? E em Quê?
12. Como se deve intervir e onde se deve intervir – o que resulta numa comunidade, não resulta noutra comunidade;
13. Não se deve estudar pela rama os problemas, deve-se trocar e partilhar informação;
14. Perceber o papel interativo das instituições;
15. Medir a qualidade das intervenções e partilha de responsabilidades;
16. Todas as nossas ações assentam em contratos bilaterais em que cada um se responsabiliza por uma ação;
17. Respeito pelas diferenças e o diálogo entre culturas;
18. A lógica assenta na prevenção;
19. Responder às necessidades da comunidade;
20. A cada um o seu papel;
21. Ter a comunidade como fonte de informação e apoio, enquanto membro de um grupo interdisciplinar.

8ª Questão: existe GOVINT aquando da análise do surgimento do problema de segurança e dos fatores que presidem ao seu agendamento?

No meu entender não! porque não há um verdadeiro diagnóstico social que leve à implementação de projetos estruturantes. Este diagnóstico social deveria estar apoiado na sensibilidade de todos os parceiros que atuam dentro da área em concreto e não se cingir a estatísticas. Primeiro deveriam ser constituídas equipas que deveriam ser colocadas no terreno a fim de conhecerem a realidade local e só depois atuarem/projetarem/agirem. A título de exemplo temos, em 12/07/2008, o caso da Quita da Fonte, que levaram à criação do CLS de Loures.

9ª Questão: quais os atores que participam na elaboração do DLS (diagnóstico local de segurança) e do plano do PI (plano de intervenção)?

Numa primeira fase, do que é me dado a saber, o diagnóstico social foi elaborado pela Câmara, resultando daí projetos/ações a nível local.

Numa segunda fase houve a necessidade de ajustar esses projetos/ações à realidade do terreno e aprofundar outras áreas.

10ª Questão: existe GOVINT aquando da elaboração do DLS e do PI?

A interação social, entendida como comportamento social, tem sempre uma motivação específica, explícita ou não, consciente ou não, que se adiciona ao seu fim geral de aquisição de conhecimentos necessários à formação da personalidade e às práticas individuais e coletivas.

Esses fins, sejam eles mais específicos ou indiferenciados determinam o local escolhido, embora também as características destes espaços condicionem, por sua vez, o tipo e o desenvolvimento da interação social possível. As possibilidades e capacidades do espaço, sejam as inatas, sejam as que se obtêm pela sua transformação, alimentam uma importante linha de estudos sobre as capacidades de desempenho do ambiente físico para dar resposta às necessidades humanas, à especialização funcional ou à multifuncionalidade, sempre numa perspetiva dinâmica.

Para abordar as relações de sociabilidade, a perspetiva da análise deve ser aquela que considere o bairro a partir da sua interioridade e especificidade de meio social com vida própria. A sua utilização pelos que o habitam dá origem a um conjunto de práticas que são quadro de distintas referências, como os familiares, as de amizade, as de vizinhança, as profissionais, as de associação», lugar e lugar com história, modos de vida, representações e imagens sociais fundamentalmente relacionais. Com a quotidianidade de interação coletiva de que é palco, os moradores vão produzindo e interiorizando um «modo de vida» que se baseia em formas de ação e de relação que não se podem encontrar noutros contextos sociais. O bairro não é só lugar físico de ocorrência de determinadas práticas, é ele mesmo um contexto social gerador de determinadas práticas. Possui a sua própria lógica local de produção de vida social.

Assim, a análise das práticas sociais quotidianas não pode fazer-se ignorando que todo o meio social (o bairro é apenas um exemplo) vai produzindo a sua pequena história, ou seja, enquanto inserção social permanente e particular produz

especificidades que se vão progressivamente enraizando. O que interessa perceber no quotidiano de um bairro são as formas específicas como aí são mediadas e traduzidas em «modos de vida» particulares as relações e processos estruturais da sociedade envolvente. O que é importante é que a multiplicidade de interações quotidianas que fazem a sociabilidade, resulta na densificação progressiva das relações locais, isto é, produz a especificidade social do bairro.

Por tudo isto, no meu entender não houve GOVINT. O diagnóstico que foi feito só faria sentido após as equipas serem constituídas e estarem no terreno sentindo os problemas, auscultando o público-alvo, percebendo as suas necessidades, com a respetiva coordenação da interdisciplinaridade entre todos os atores.

11ª Questão: considera as estruturas criadas através dos CLS adequadas à GOVINT?

No que às relações destes habitantes com o espaço do bairro diz respeito, pensou-se no que é a vida quotidiana e nas mais variadas esferas da vida quotidiana, desde a esfera doméstica, a esfera familiar, a esfera do trabalho, até à esfera do relacionamento com outros, amigos, vizinhos, familiares, à dimensão do consumo, à dimensão do lazer, que tipo de espaços são implicados nestas várias esferas, e portanto, como é que nós construímos essa geografia da vida quotidiana e nisto, obviamente, que temos três tipos de espaço fundamentais, são os nossos espaços de ancoragem, um primeiro que é a nossa casa, outro que é o espaço de residência e, por último um que pode estar mais ou menos disseminado pela cidade e que pode ser o local de trabalho, ou o local onde a nossa rede de sociabilidades, os nossos suportes familiares ou onde, por hábito vamos consumir ou fazer compras, ou o local onde habitualmente tomamos como recreio e lazer.

Partindo destas premissas as estruturas criadas ficaram aquém do que era expectável. No entanto se se pensar em estruturas baseadas nas PPS, este é o caminho a seguir, ou seja, agregar no meu território, o poder central, poder local, Instituições publicas e privadas, numa palavra só as forças vivas da comunidade.

12ª Questão: existe GOVINT na implementação do PI?

No meu entender não, por todos os motivos já elencados.

13ª Questão: existe monitorização e avaliação dos CLS?

Sim existiu, foi feita uma avaliação por parte de entidades externas – Universidade Católica. Sendo criado um Concelho Consultivo para avaliação dos resultados.

14ª Questão: existe GOVINT aquando da análise dos efeitos, objetivos e metas alcançadas, bem como dos fatores que levam à continuidade ou descontinuidade do contrato local de segurança?

A implementação do CLS de Loures levou à construção de respostas construídas localmente, levando a despoletar outro tipo de resposta, porque a sociedade é mutável, outras problemáticas nasceram, pelo que as respostas eram ajustadas diariamente às necessidades, só assim se conseguiu que os índices de criminalidade geral diminuíssem substancialmente e ao mesmo tempo aumentassem outros ao nível de outros crimes em concreto. A título de exemplo temos o aumento da denúncia do crime de violência doméstica, devido às ações de sensibilização que, entretanto, foram colocadas no terreno e de ofensa à integridade simples.

15ª Questão: considera a imperatividade das decisões e ações nos CLS importante?

Não! Nada deve ser imperativo, todos os atores, a quem cabe uma intervenção/resposta, devem estar abertos à flexibilidade, devem ajustar diariamente a sua intervenção e fazerem com que as pessoas sejam parte da solução dos problemas, é através delas que devem ser criadas as respostas para aquela comunidade em concreto.

16ª Questão: que papel está reservado aos Conselhos Municipais de Segurança na implementação das PPS, através dos CLS?

No CLS não foi nenhum!

17ª Questão: a existência dos ex-governadores civis era uma mais valia na implementação das PPS, através dos CLS?

Sim era uma mais valia, porque o Estado adquiriu rosto e havia uma ligação direta com as equipas no terreno, facilitador da ação!

APÊNDICE IV

Entrevista Subintendente Hugo Guinote

Entrevista ao Subintendente Hugo Guinote

Entrevistado: Hugo Guinote

Local: Via correio eletrónico

Data:--

Cargo/Posto/Função: Ponto focal da PSP para os CLS. Chefe da Divisão de Prevenção Pública e Proximidade

Idade:--

Habilitações Literárias: Mestrado

1ª Questão: atendendo à dimensão dos fatores de risco e ao tipo de resposta, considera a segurança pública um problema complexo das sociedades contemporâneas?

Sim. Os fatores que concorrem para a génese dos problemas sociais nas sociedades contemporâneas são de cariz tão diverso, que obrigam à conceção de solução cada vez mais complexas.

2ª Questão: qual dos referenciais considera mais adequado na resposta à segurança pública: o da prevenção ou da repressão?

Prevenção. Os mecanismos de resposta repressiva apenas são acionados quando os da prevenção falham.

3ª Questão: considera que a resposta à insegurança pública passa pela intervenção de vários atores? Entende que o Estado, através do governo, continua a ser o ator principal?

Sim.

4ª Questão: considera que a resposta à insegurança deve ser alargada a outros domínios que não o setor da segurança?

Certamente. O Policiamento de Proximidade sustenta-se precisamente na capacidade de partilha de conhecimento e soluções, dado que cada instituição colhe informação social específica e está mais vocacionada para diferentes tipos e momentos de intervenção. Porém, todas têm que ser congregadas e concertadas, pois a intervenção não deve visar um problema específico nem abordá-lo em separado, mas antes perceber o indivíduo como um todo, que carece de uma intervenção integral em áreas tão diversas como a económica, saúde, educação ou profissional, etc.

5ª Questão: considera as políticas públicas de segurança (PPS) implementadas através dos contratos locais de segurança (CLS) uma boa resposta? Elas são verdadeiras PPS?

Sim, para ambas as questões.

6ª Questão: considerando o conceito de BOGDANOR de Governação Integrada (GOVINT) como uma estratégia política que «procura coordenar o desenvolvimento e a implementação de políticas, transversalmente a departamentos e agências, especialmente para abordar problemas sociais complexos, de forma integrada (...) É uma estratégia que procura juntar não só os departamentos governamentais, (...), trabalhando transversalmente tendo em vista um objetivo comum». Entende que a GOVINT é importante nos CLS?

Sim, para manter uma coerência nacional num modelo que, ao ser localmente replicado, corre o risco de ser desvirtuado. Deste modo, sem comprometer a autonomia local que é essencial para se respeitar a especificidade de cada Contrato, este modelo garante a uniformidade que permitirá, ao utilizar instrumentos comuns, comparar problemas e soluções.

7ª Questão: quais os fatores que presidem ao agendamento das PPS?

Desconheço.

8ª Questão: existe GOVINT aquando da análise do surgimento do problema de segurança e dos fatores que presidem ao seu agendamento?

Sim.

9ª Questão: quais os atores que participam na elaboração do diagnóstico local de segurança (DLS) e do plano de intervenção (PI)?

O número de entidades que contribuem para a elaboração dos DLS e dos PI variam consoante a área, mas de forma geral são as entidades policiais e autarquias, assim como representantes da justiça, saúde, educação, segurança social, IPSS mais ativas e associações locais.

10ª Questão: existe GOVINT aquando da elaboração do DLS e do PI?

Sim.

11ª Questão: considera as estruturas criadas através dos CLS adequadas à GOVINT?

Sim.

12ª Questão: existe GOVINT na implementação do PI?

Sim.

13ª Questão: existe monitorização e avaliação dos CLS?

Está prevista.

14ª Questão: existe GOVINT quando da análise dos efeitos, objetivos e metas alcançadas, bem como dos fatores que levam à continuidade ou descontinuidade do CLS?

Sim.

15ª Questão: considera a imperatividade das decisões e ações nos CLS importante?

Sim.

16ª Questão: que papel está reservado aos Conselhos Municipais de Segurança na implementação das PPS, através dos CLS?

Parece-me que conjugação de ambos poderá trazer alguma desarmonia, dado que os CLS são orientados para áreas muito circunscritas e têm um propósito de dinamizar soluções preferencialmente orientadas para o indivíduo. O âmbito dos Conselhos Municipais de Segurança, sobretudo o alargado, é mais abrangente. Restringi-lo ao restrito, é destituído de sentido. Julgo que será preferível, sobretudo numa fase em que ainda se está a edificar a iniciativa, manter o funcionamento autónomo.

17ª Questão: a existência dos ex-governadores civis era uma mais valia na implementação das PPS, através dos CLS?

Não tenho informação que permita sustentar esta resposta.

APÊNDICE V

Entrevista Subintendente Resende da Silva

Entrevista ao Subintendente Resende da Silva

Entrevistado: Resende da Silva

Local: Correio eletrónico

Data:--

Cargo/Posto/Função: Comandante da Divisão de Loures da PSP (2004 - 2017). Atualmente, Comandante da Divisão da Amadora da PSP

Idade: 41

Habilitações Literárias: Licenciatura em Ciências Policiais

1ª Questão: atendendo à dimensão dos fatores de risco e ao tipo de resposta, considera a segurança pública um problema complexo das sociedades contemporâneas?

Claramente que sim. Cada vez mais o conceito de segurança pública se concilia com “pública segurança”, isto é, um conceito abrangente e aglutinador, sendo que a resposta agrega de forma integral a sociedade, seja ela civil ou “policial” competindo aos mais diversos atores contribuir de forma consciente para as soluções adequadas.

2ª Questão: qual dos referenciais considera mais adequado na resposta à segurança pública: o da prevenção ou da repressão?

Penso que estão intimamente ligados. Assistimos nos últimos anos a uma doutrina que defende a aposta na prevenção como a solução para os problemas da segurança. Contudo, mesmo este conceito de prevenção terá obrigatoriamente de conceder que a prevenção poderá ser primária e, por assim dizer, “secundária”. A repressão do crime pressupõe que o mesmo tenha sido cometido pelo que o Estado não poderá deixar de agir. O princípio da Justiça impõe a reposição do direito ofendido, e/ou na sua impossibilidade, a responsabilização dos seu(s) ofensor(es). Assim, a prevenção e a repressão do crime estão naturalmente ligadas e não poderão deixar de ser os dois mecanismos na política de segurança e jamais poderão atuar de forma isolada. Ademais, a prevenção cada vez aposta em iniciativas de médio/longo prazo, sendo que a sociedade exige respostas imediatas a fenómenos

de insegurança muitas vezes claramente localizados e identificados, não podendo estes deixar de ter respostas consentâneas com as legítimas expectativas da população. Assim, teremos necessariamente de agir com os dois referenciais acima enunciados sob pena de não se demonstrar cabalmente através da prevenção, os riscos das condutas criminais, riscos esses que se concretizam muitas vezes com a aplicação da repressão imediata ou tão célere quanto possível.

3ª Questão: considera que a resposta à insegurança pública passa pela intervenção de vários atores? Entende que o Estado, através do governo, continua a ser o ator principal?

Sim às duas questões. Em concreto e como explanado nas respostas anteriores, a problemática da segurança cada vez mais é responsabilidade de diversos (senão todos) atores da sociedade. Naturalmente o Estado continuará a ser o principal ator porquanto detém a competência legal no quadro da aplicação da justiça. Não poderemos jamais pensar em entregar o domínio da segurança pública de forma integral à sociedade no seu todo, contudo o compromisso entre os diversos poderes públicos e entidades privadas, bem como os indivíduos no seu particular ou associados terão claramente um papel cada vez mais importante nas vertentes da prevenção do crime e na adopção de comportamentos responsáveis.

4ª Questão: considera que a resposta à insegurança deve ser alargada a outros domínios que não o setor da segurança?

Sem dúvida. A insegurança como conceito é extremamente abrangente e não deriva apenas de fenómenos criminais. Em rigor, o conceito de “sentimento de insegurança” é sobretudo de cariz psicológico ainda que possua raízes sociológicas e muitas vezes se alicerce em factos. Não obstante, não é o caso de todas as situações, uma vez que o “sentimento” é muitas vezes enviesado e influenciado por fatores não diretamente ligados ao crime e tão pouco a fenómenos de insegurança.

5ª Questão: considera as políticas públicas de segurança (PPS) implementadas através dos contratos locais de segurança (CLS) uma boa resposta? Elas são verdadeiras PPS?

Naturalmente terão obrigatoriamente de ser PPS porquanto se exige o envolvimento do Estado nas mesmas. O problema dos CLS é a sua concretização e a relativa inexperiência na aplicação. Do ponto de vista europeu, os CLS têm sido apresentados como soluções intermitentes, muitas vezes servindo de escape para insucessos derivados a outros fatores que influenciam (quando não determinam) a segurança das populações. Exemplos como a França e o Reino Unido e as suas diferentes interpretações do conceito levam a pensar que a sua aplicação tenderá a ser politizada e usada como arma de arremesso político-partidária. De igual forma, a aplicação sem o conveniente diagnóstico e adaptação às diferentes realidades territoriais e sociais, tendem a formular opiniões e precipitar avaliações que se demonstram facilmente injustas.

6ª Questão: considerando o conceito de BOGDANOR de Governação Integrada (GOVINT) como uma estratégia política que «procura coordenar o desenvolvimento e a implementação de políticas, transversalmente a departamentos e agências, especialmente para abordar problemas sociais complexos, de forma integrada (...) É uma estratégia que procura juntar não só os departamentos governamentais, (...), trabalhando transversalmente tendo em vista um objetivo comum». Entende que a GOVINT é importante nos CLS?

Naturalmente. Ainda assim, não poderemos deixar de entender que do ponto de vista meramente privado e particular, a segurança pública permanece como função primordial do Estado. E estes interesses, privados e particulares, têm que sentir-se de certa forma recompensados pela participação neste desiderato, sob pena de abarcarem apenas mecenas ou interesses divergentes dos inicialmente almejáveis.

7ª Questão: quais os fatores que presidem ao agendamento das PPS?

No caso de Loures, embora os CLS já estivessem previstos como medidas do governo de então, foi um desentendimento entre as comunidades: cigana e africana que despoletou a sua implementação. Neste aspeto, podemos também referir os índices de criminalidade.

8ª Questão: existe GOVINT aquando da análise do surgimento do problema de segurança e dos fatores que presidem ao seu agendamento?

Nem por isso. Em rigor até poderá ser nefasto num primeiro momento. Considero que identificado o problema a fase da análise deverá ser célere por forma a poder o quanto antes avançar no terreno com medidas. A GOVINT avança em fase posterior em que as medidas aplicadas irão ser paulatinamente sendo corrigidas e adaptadas. Considero que a intervenção de demasiadas entidades na identificação do problema numa fase tão precoce poderá constituir-se como um desvio e potenciador de disrupções a um nível tão embrionário.

9ª Questão: quais os atores que participam na elaboração do diagnóstico local de segurança (DLS) e do plano de intervenção (PI)?

Em rigor os atores na elaboração do DLS deverão ser em primeira instância os órgãos do Estado Central e autarquias, bem como as instituições que os representam no terreno. Não deixa de ser verdade que o papel das instituições parceiras é de especial relevância, mas neste caso poderão nesta fase desvirtuar o diagnóstico e inquinar o processo. Aliás, muitos dos seus contributos não deixam de ser tidos em conta nos inputs das entidades acima referidas.

10ª Questão: existe GOVINT aquando da elaboração do DLS e do PI?

Sim e não. Indiretamente como se disse poderão fornecer informações importantes, mas estes primeiros documentos assentam sobretudo numa análise científica e rigorosa obtida através de valores concretos existentes e eventualmente aqueles que são obtidos por questionários que procuram influenciar as decisões posteriores. Neste enquadramento os valores obtidos por índices subjetivos como os que respeitam ao sentimento de insegurança.

11ª Questão: considera as estruturas criadas através dos CLS adequadas à GOVINT?

Numa primeira fase sem dúvida. Posteriormente admito que a proliferação de parceiros poderá fazer com que o princípio de GOVINT seja posto em causa pelo

menor envolvimento de vários atores. Contudo, no caso concreto do CLS de Loures parece-me que isso foi bem conseguido.

12ª Questão: existe GOVINT na implementação do PI?

Sim existe. E nesta fase já com todos os parceiros, embora reitere a ideia de que a proliferação de parceiros poderá colocar em causa o princípio da GOVINT pelo menor envolvimento de vários atores.

13ª Questão: existe monitorização e avaliação dos CLS?

Sim claro. O problema é o conceito de avaliação derivado da monitorização existente. Quanto se aplica um modelo destes as pessoas exigem resultados imediatos. Exigem inclusive resultados em matérias que não são objetivamente abrangidas pelo CLS. No caso de Loures existiu uma “tempestade perfeita” pela positiva. Conseguiu-se a estabilidade fruto de uma diminuição acentuada da criminalidade que foi colada ao CLS sem que fosse dele decorrente na totalidade.

14ª Questão: existe GOVINT aquando da análise dos efeitos, objetivos e metas alcançadas, bem como dos fatores que levam à continuidade ou descontinuidade do contrato local de segurança?

Sim existe. Mas também aí não nos poderemos esquecer que algumas das instituições visam determinado objetivo na esfera de influência do CLS. E esses objetivos poderão ser mais ou menos alcançados enviesando a sua opinião. Compete aos principais atores manter a estratégia inicial, adaptá-la se for caso disso, mas jamais desvirtuar os princípios basilares do CLS.

15ª Questão: considera a imperatividade das decisões e ações nos CLS importante?

Sim e não. A flexibilidade é importante neste modelo de ação. Ainda que em casos concretos se deva manter os sentidos iniciais, importa pensar em termos agregadores e isso só é possível com uma certa flexibilidade de todos os envolvidos.

16ª Questão: que papel está reservado aos Conselhos Municipais de Segurança na implementação das PPS, através dos CLS?

Dependerá da avaliação que cada órgão autárquico faça da sua importância e relevância nesta matéria. Os CMS terão que se adaptar de forma a terem um papel mais interventivo nas ações a desenvolver pelo CLS e acompanhar o desenrolar das atividades enquanto órgão consultivo da Assembleia Municipal. Mas dependerá sempre daquilo que efetivamente seja o entendimento político das entidades ali representadas e sobretudo das Câmaras Municipais.

17ª Questão: a existência dos ex-governadores civis era uma mais valia na implementação das PPS, através dos CLS?

Foi uma mais valia sem dúvida no caso de Loures. É utópico pensar que o estado central poderá intervir diretamente e acompanhar com a mesma disponibilidade, conhecimento e capacidade que um seu representante local. No caso de Loures foi instrumental o papel assumido pelo GC e potenciou de forma inequívoca o seu sucesso.

APÊNDICE VI

Entrevista Dra. Dalila Araújo

Entrevista à Mestre Dalila Araújo

Entrevistado: Dalila Araújo

Local: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Data: 26 de outubro de 2017 (15h00)

Cargo/Posto/Função: Governadora Civil de Lisboa (2008-2009) e Secretária de Estado da Administração Interna (2009-2011)

Idade:---

Habilitações Literárias: Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais

1ª Questão: atendendo à dimensão dos fatores de risco e ao tipo de resposta, considera ou não a segurança pública um problema complexo das sociedades contemporâneas?

Claro que sim, que é complexo porque os riscos são diversos, são imprevisíveis e são cada vez mais complexos e a segurança atinge hoje uma dimensão bem mais alargada do que o próprio conceito que todos nós tínhamos sobre a segurança. Já nem lhe falo sequer sobre aquilo que é segurança interna e segurança externa. Falo daquilo que hoje qualquer cidadão perceciona como a sua segurança, e não há dúvidas nenhuma que a sociedade em que vivemos é uma sociedade com um potencial enorme a globalização tem esse potencial, mas é uma cidade de risco.

2ª Questão: para fazer face a essa complexidade, considera que a resposta mais adequada é mais ao nível de um referencial repressivo, preventivo ou a conjugação de ambos?

Eu diria que é a conjugação de ambos, portanto entre a prevenção e a reação, mas parece-me que no plano da prevenção, a ação deve ser extremamente reforçada porque já não falamos de uma prevenção, que é a prevenção através da observação, através da identificação que o agente pode fazer na rua sobre algum movimento suspeito e que podem indiciar ali alguma prática de crime. Hoje falamos

na prevenção mais num contexto de “intelligence”, ou seja, na troca de informação. Naquilo que as forças de segurança dos diversos Países devem fazer hoje para prevenir a criminalidade. E a prevenção também tendo em conta a natureza do próprio risco tem de assentar em “intelligence”, usando a tecnologia também, usando a “intelligence” humana, mas também a tecnológica para prevenir os tais riscos e as tais ameaças que não são identificadas. Portanto a prevenção também tem um novo paradigma, que é a “intelligence” de trocas de informação, da perceção e da monitorização de fenómenos sociais que podem levar a criminalidade. A repressão, a chamada reação, obviamente também hoje já tem outros contornos de resposta porque é uma criminalidade mais complexa, mais sofisticada e imprevista. Portanto hoje é aquilo que nós entendemos como reação, que tipicamente era a correr, aquele assalto que vimos a bocado do multibanco, portanto já não é essa reação apenas, é uma reação, é outros fenómenos que são ataques terroristas, que são atos de criminalidade contra o ambiente, contra a vida humana e a reação hoje já tem de ser muito bem mais repensada e muito mais complexa.

3ª Questão: presumo pela sua resposta, então que isso convoca a intervenção de vários atores, onde obviamente se inclui o Estado. Considera que o Estado continua a ser o ator principal para assegurar as condições de Segurança ou para satisfazer as necessidades de segurança da população?

Se nos olharmos para o conceito de sociedade em rede, que já tem uns 20 anos, de Manuel Castells, percebemos que hoje a sociedade é uma sociedade em rede e cada vez mais. Sento certo, que muitas vezes a sociedade em rede é propícia à proliferação dos poderes, à disseminação dos poderes, e numa área soberana como a segurança tem alguns riscos. Portanto eu entendo que o Estado, deve ser sempre o ator central que assegura esta função, nem pode ser de outra maneira numa democracia.

4ª Questão Essa resposta deve ser alargada a outros domínios, por exemplo a questões sociais? A resposta não se cingir só ao setor da segurança propriamente dita.

Não, não pode ser uma resposta minimamente securitária ou exclusivamente securitária, não é isso, nós hoje também percebemos que tipo de fenómenos

incrementam a insegurança, que tipo de situações sociais incrementam o sentimento de insegurança e o que é que muitas vezes a circunstância social ou de um desempregado ou de um jovem que não vai a escola ou que tem uma família que é mais destruída, e que tem problemas de violência doméstica ou outros, isso tem impacto no seu comportamento e pode tê-lo na criminalidade. Portanto o Estado tem de ser a função principal e o ator principal, mas tem de ter a capacidade de convocar outros agentes, mas nunca perdendo essa noção de que compete ao Estado assegurar a segurança. É legítimo chamar as Câmaras Municipais, a sociedade civil, as IPSS, o que quer que seja, tudo aquilo que pode levar a um bom modelo de segurança comunitária ou um bom modelo para a segurança da proximidade é bom. Mas o estado não pode aliar-se, nem pode criar condições a que se impeça que eu agora vá garantir a minha segurança. Portanto aquela garantia de autossegurança já está muito lá atrás no tempo da história.

5ª Questão: considera que as políticas públicas de segurança (PPS) implementadas em 2008, quando exerceu funções governativas, foram uma boa resposta à questão da criminalidade, da insegurança que se vivia na altura?

Se nos olharmos para o conceito de uma política pública, um conceito técnico-científico, nós não temos nos CLS uma política pública formatada, tal como nós entendemos para a segurança ou para a educação ou saúde. Eu diria que foi uma iniciativa de carácter político que teve uma resposta social. Dizer, ou afirmar, que um CLS como que foi feito em Loures é uma política pública no sentido mais operacional. No conceito de uma matriz de política pública tal como nós entendemos no espaço académico, não é. Porque não teve aquele percurso todo, não teve aquela preparação não teve aquela normalização que se exige.

6ª Questão: há quem diga que foi das iniciativas governamentais que se aproximou mais das Políticas Públicas. As medidas implementadas até então, era mais no sentido, não de satisfação das necessidades de segurança da população, com exceção do programa Escola segura, mas de medidas decididas nos gabinetes ministeriais e depois implementadas pela Administração Pública, no caso em concreto pela PSP.

Nós quisemos foi dar uma resposta pública a um problema em concreto, a um problema de uma desordem num determinado bairro social, num concelho que teve aquele mediatismo que conhecemos, e portanto, nesse sentido sim, foi uma medida de política pública ancorada na política de segurança. Envolvemos a força de segurança, a PSP de Loures, envolveu-se muito o poder político, que é determinante nisto, tal como as forças de segurança. Não há instrumento nenhum que possa ter sucesso se não envolver os dois principais atores, que é o poder político quer as forças de segurança, não é possível isso. Depois ainda temos a própria sociedade civil.

7ª Questão: e quando fala em envolver, entende que a coordenação, a tal governação integrada entre os vários atores é importante nos CLS?

Se nós olharmos para o conceito de contrato, ele diz-nos que é uma responsabilização, portanto nós assinamos um contrato para o que quer que seja, e eu responsabilizo-me a uma prestação e outro responsabiliza-se a outra prestação. Portanto um CLS envolveu vários parceiros locais e cada um deles se responsabilizava por prestar ou por fazer uma determinada prestação. O modelo de governação aqui é determinante, o modelo de governação desses impulsos, dessa colaboração, dessa definição de estratégia é determinante. É como nas empresas em que tem uma visão, uma estratégia e uma tática. E nós olhamos também desta maneira. Nós tínhamos uma visão para a Quinta da Fonte, que era em primeiro lugar repor a ordem e depois criar um modelo que apaziguasse aquela conflituosidade. A estratégia foi definida com vários parceiros.

8ª Questão: e também foi em coordenação com os vários atores ou foi definida mais em termos de poder central e implementada por os demais?

Há sempre uma fase que alguém tem de decidir, há sempre uma voz de comando, e a decisão relativa à política pública foi assumida pelo poder político e pela direção nacional da PSP, à época, o Superintendente-Chefe Oliveira Pereira e o Subintendente Resende, Chefe para divisão de Loures. Definimos o modelo, inspiramo-nos nos contratos locais dos modelos franceses e essa visão foi nossa. Depois fomos chamar os outros agentes locais, em primeiro lugar a Câmara, que é

determinante e depois as Associações que estavam naquele território, as IPSS, as Associações religiosas.

9ª Questão: e como é que surgiu o CLS? o que o despoletou? Se bem me lembro foi um desacato, apesar de já estar previsto nas medidas do governo de então, entre as comunidades africana e cigana.

Os contratos locais já estavam previstos no anterior governo, no 18.º governo, quando o Dr. Rui Pereira apresentou a estratégia de segurança ou Portugal seguro, que era o nome, para 2009, já tinha previsto os CLS. Claro que ainda não tínhamos refletido o suficiente sobre o modelo, mas depois começamos a ver as experiências externas, em concreto as experiências francesas, que foi onde esses modelos foram implementados e em sociedades bem mais complexas. Inspiramo-nos nos modelos Franceses, no modelo de governação também, nos próprios conceitos e seguimos à nossa escala. E também num quadro em que a resposta tinha de ser muito imediata, porque nós não fizemos os passos todos que estão previstos para a implementação destes instrumentos, ou seja, um diagnóstico mais alargado, uma discussão com a comunidade mais alargada também. Fizemos um diagnóstico, chamamos as instituições que eram determinantes, a Universidade Católica, a Câmara de Loures, o poder político e a força de segurança.

10ª Questão: envolveram logo a Universidade?

Envolvemos logo uma Universidade, é determinante por causa do diagnóstico, do estudo sobre as matérias.

11ª Questão: que é importante depois para conceber as medidas, sob pena de enviesar todo o processo?

É importante uma entidade académica num CLS, está previsto em todos os lados. Há um manual do FESU (Fórum Europeu para a Segurança Urbana) que foi feito em 2010 e que tem um conjunto de normas e boas práticas para os diagnósticos. Indica algumas medidas que são adaptadas a cada realidade. Portanto a resposta mais certa é que não fizemos completamente esse percurso todo para desenhar este Contrato Local, mas não andámos longe.

12ª Questão: se bem me lembro, outra das razões que presidiu à implementação do CLS foi os índices de criminalidade? É outro dos fatores que leva à sua implementação?

Claro que sim, as 3 Freguesias, Apelação, Sacavém e Camarate, eram consideradas pela PSP, zonas urbanas sensíveis, com uma criminalidade geral elevadíssima, com uma conflituosidade permanente e os CLS surgiram para a Quinta da Fonte num evento desses, em que a comunidade cigana teve um conflito bastante violento, com armas de fogo, com outros elementos de outras comunidades. É um bairro que tem uma génese, que do ponto de vista da integração social e urbanístico potencia essa conflituosidade. Portanto essa zona, estas 3 freguesias, estavam já classificadas como zonas urbanas sensíveis, do ponto de vista da criminalidade.

13ª Questão: depois fez-se um diagnóstico, mais aprofundado, chamou-se outros parceiros, mas inicialmente foi o poder central através do Governo Civil?

Estes episódios foram em junho de 2008, o CLS foi celebrado em Setembro. Depois envolvemos localmente várias IPSS, a comunidade cigana e as organizações religiosas (3 confissões religiosas que ponderavam ali naquela zona).

14ª Questão E esses atores participaram também na conceção das medidas? do plano de intervenção?

Há época fizemos um plano de intervenção, olhamos para a criminalidade e vimos a tipologia de criminalidade. Havia a criminalidade e o conjunto de atos que não sendo criminosos são potenciadores: as grafites, a degradação do espaço urbano, os comportamentos antissociais. Não sendo crime, mas também estavam identificados. Olhamos para a criminalidade, estudou-se a tipologia de crimes e desenharam-se medidas no CLS, que tinha 4 objetivos: reduzir a delinquência juvenil, a pequena criminalidade, os comportamentos antissociais e a violência doméstica, que era elevadíssima naquelas zonas. Não tinha muitos objetivos, tinha aquilo que resultava da apreciação do que a força de segurança fez sobre aquele território. Em

função, juntamos também o diagnóstico social: desemprego elevadíssimo, abandono escolar, problemas de origem mais cultural, as meninas ciganas não iam à escola a partir dos 11 anos, as crianças andavam na rua sozinhas.

15ª Questão: e foram implementadas também medidas nesse sentido?

Quem indicou estas medidas não foi a PSP, obviamente, foram as associações que no local já trabalhavam este tipo de ações, a Comunidade Vida e Paz, a Pastoral, e 3/4 associações fortíssimas que trabalhavam já neste domínio e a própria escola. As escolas foram muito envolvidas e o agrupamento escolar daquela zona. Muito para além das medidas que eram do contrato de segurança, e por isso cada ator assinou um documento onde se comprometia a fazer 3 ou 4 ações. A própria Barraqueiro, comprometeu-se também em levar os miúdos à escola, não cobrando esses bilhetes e esses passes para incentivar o respeito pelo transporte público.

16ª Questão: na implementação dessas medidas houve também alguma coordenação?

Havia uma unidade de missão, que era o órgão executivo que tinha cerca de 10 pessoas, que tinha mediadores locais de várias comunidades, era uma estrutura suportada pela Câmara Municipal, tinha psicólogos, tinha sociólogos, que concretizavam o plano de atividades e que era feito pelo outro nível, o comando operacional. Portanto o CLS tinha uma estrutura de missão, um comando operacional e um conselho consultivo.

17ª Questão: e o modelo era o adequado?

À época pareceu-nos o mais adequado, portanto tinha de ser uma estrutura simples, em que recorríamos muito à Câmara Municipal. Ela fez essa estrutura, no fundo era como se fosse uma matriz orgânica, com um corpo e técnicos que era razoável, bem preparado, depois um comando operacional, que eram definidos quantos agentes tinham, quem é que fazia e para onde é que ia. Havia uma programação em que o próprio Comissário à época, que agora é Subintendente, fazia - existia um comando operacional, havia 7 ou 8 agentes dedicados às 3 Freguesias; e

depois havia o conselho consultivo, em que tinham assento todos os parceiros. Era o modelo de coordenação. Se me perguntar onde é que estava aí a coordenação central, eu diria que era o Governo Civil. Eu fazia a coordenação do ponto de vista político do Sr. ministro, que também participava muito nestas reuniões, e o presidente da câmara, embora não estávamos ali, mas no fundo éramos os acionistas.

18ª Questão: essas medidas depois foram avaliadas? E o próprio projeto em si, foi feita alguma avaliação?

Este projeto foi implementado em 2008 e eu estive nesse projeto. Depois fui para o Governo, até 2011, portanto 2 anos. Nesses 2 anos, eu só respondo por estes 2 anos, porque a seguir já veio outro quadro. Em 2010 foi feita a primeira avaliação pela Universidade Católica. É essa a missão da academia, é ajuda a interpretar, a fazer o próprio instrumento, é estabelecer as medidas e depois avaliar. A universidade Católica fez essa avaliação em 2010, e fez um inquérito à população, fez simultaneamente um inquérito de vitimação, e depois fez o inquérito sobre o CLS. Isso constitui a avaliação, que eu diria foi a mais consistente.

19ª Questão: foi essa avaliação que levou à continuidade do CLS em Loures?

Isto foi feito só para Loures, os contratos Locais celebrados foram muitos, mas este foi o que adquiriu mais maturidade, foi o que teve mais consistência na sua implementação. Nesta análise, apenas 17% dos inquiridos, esta amostra, tinha ouvido falar do CLS. 55% não sabia o que era, mas à pergunta acha importante haver um CLS que associa a todos para a segurança? 65% respondiam que sim. Ou seja, o que isto quer dizer, é que as pessoas têm uma enorme expectativa por ter instrumentos diferentes daqueles que são os tradicionais. Porque esse estudo tinha várias perguntas, sobre se já tinha sido assaltado, era a vitimação, depois tinha várias perguntas se gostava de ver mais polícias na rua, bom claro que sim, toda a gente diz a isso, esse devia ser 80% e se me perguntar a mim eu também digo que sim. Mas, relativamente a estes novos instrumentos, mesmo não sabendo o que é, acham que é importante para reduzir a criminalidade. Esta foi a avaliação do ponto de vista da perceção. A PSP também fez a sua avaliação, eu não consegui encontrar dados, mas tenho de memória que houve uma redução de 10% da criminalidade geral naqueles

dois anos nas 3 freguesias. E depois houve, não tão menos importante, uma redução da conflituosidade, porque as comunidades passaram a participar em eventos conjuntos, foi assim que apareceram aqueles grafites desenhados em prédios e que hoje são até motivo de visita de turistas. Participavam nas festas de Natal das próprias comunidades, portanto reduziu a conflituosidade entre as várias comunidades ali do bairro. Agora se me perguntar assim: essa é a avaliação que deve ser feita? Não, devia ter sido feita uma avaliação mais profunda, não só do ponto de vista da população, mas do ponto de vista da criminalidade, e também da própria Câmara. Não chega, tínhamos de ter aqui dados mais científicos.

20ª Questão: e atendendo a esses resultados positivos, considera que, em determinadas fases, em determinadas decisões, medidas que foram concebidas, deveria haver ali uma certa imperatividade ou existir um determinado enquadramento normativo ao nível dos CLS? Obviamente que foi celebrado o CLS, é um contrato como disse, mas imaginemos que a Câmara incumpria uma obrigação de criar um equipamento público ou de o melhorar, não deveria existir um normativo que a obrigasse, que esta medida se tornasse imperativa?

Este é o problema dos CLS, é uma das conclusões da minha tese. O facto de estes instrumentos, dos contratos locais não terem uma disposição normativa vai fragilizá-los sempre. O facto de a lei de segurança interna, a última, não ter previsto nada sobre isto, e só ter previsto uma orientação genérica para a segurança, o facto de não haver uma doutrina que seja a referencia, uma formação para as forças de segurança, normas operacionais, vai fragilizar sempre estes CLS. Porque vão corresponder a círculos políticos, quando saímos, o contrato local morreu, essa é que é a verdade. Portanto em 2011, o Governo caiu, a Câmara depois também foi mudando. O CLS não pode viver de círculos políticos, e daí que não haja nenhum instrumento a obrigar quem quer que seja a dar continuidade ao CLS. O Governo que veio a seguir, tinha outras preocupações.

21ª Questão: mas quem fala de poder central fala também ao nível autárquico?

Ao nível autárquico a mesma coisa. Chegou outro poder à Câmara Municipal, que do ponto de vista ideológico achava que a segurança não é uma responsabilidade da Câmara mas do Estado, e não deu apoio nenhum e o CLS foi desaparecendo na sua matriz de segurança e quase que se voltou para uma divisão do apoio social que não é o foco. Este é um dos problemas dos CLS, não terem uma matriz normativa, não terem um enquadramento operacional, não terem uma referência legislativa.

22ª Questão: relativamente aos concelhos municipais de segurança, que papel é que lhes está reservado? ou de que forma é que os concelhos poderiam contribuir para uma melhor implementação dos CLS, dado que é um órgão consultivo do Sr. presidente da Câmara onde obviamente se inclui as questões de segurança?

Os concelhos municipais têm uma dimensão muito consultiva, muito pouco operacional, não quer dizer que eles não possam ser importantes nos CLS, mas tinha de ser com outra matriz normativa e até de alguma responsabilidade. Nós não trabalhamos em Loures, estava no nosso radar integrar o concelho consultivo, mas acabamos por ter uma necessidade mais operativa e acabámos por nos focar mais naquilo que podia dar expressão prática ao CLS. Mas, no modelo ideal, num modelo mais normalizado, mais consistente, mais densificado, os concelhos municipais devem integrar os CLS.

23ª Questão: estão numa posição privilegiada para ter um diagnóstico local de segurança e depois temos também outro ponto importante, que se refere à sua legitimação. Depois de ser efetuado o diagnóstico e de se conceber as medidas, se elas fossem discutidas ao nível do concelho municipal de segurança não teriam outra legitimidade?

Nós devemos sempre integrar nestes instrumentos, aqueles que são os representantes das populações, portanto a legitimidade e reconhecimento está por parte das pessoas. Esta avaliação feita pela Universidade Católica, tem uma questão de quem é que acha que deve coordenar os CLS, e a resposta maioritária foi a Câmara. Ou seja, um cidadão olha muito para a sua câmara municipal como seu representante. Claro que é o cidadão a quem nos perguntámos. Atenção que a

segurança é uma função soberana, mas aquela pergunta ao cidadão comum, é a Câmara Municipal que deve coordenar. Portanto, à sua pergunta, sim, os Concelhos Municipais estão previstos na própria lei devem integrar o CLS, sem dúvida, e os Presidentes de Junta de Freguesia. Mas também lhe digo, alguns presidentes, pela mesma razão ideológica não se mostraram muito disponíveis para trabalhar nestes modelos, porque acham que isso compete ao Estado.

24ª Questão: os governadores civis eram ou não uma mais valia para a implementação das políticas públicas, no caso em concreto através dos CLS?

Eu diria que são determinantes, que foram determinantes e por alguma razão eles eram chamados, porque os governadores civis desde o seu histórico, sempre foram representantes do Estado nas regiões ou nos distritos. Não havendo regionalização em Portugal, ou a divisão distrital ainda continua a prevalecer e os governadores civis que hoje não tinham essa função como tinham no passado, e ainda bem, porque é uma democracia, mas têm mesmo noutros regimes democráticos, exemplo de França, um papel determinante de articulação entre o Estado e as comunidades locais. Portanto eu diria que, fundamentais aos CLS eram os Governadores Civis, e a prova era que os CLS morreram todos quando os Governadores Civis não foram nomeados. E está à vista até para o combate aos incêndios, a falta que os Governadores Civis fazem.

APÊNDICE VII

Entrevista Dr. Pedro Barreto

Entrevista ao Dr. Pedro Barreto

Entrevistado: Pedro Barreto

Local: MAI

Data: 27 de outubro de 2017 (10h00)

Cargo/Posto/Função: Assessor do MAI para diversas áreas, onde se inclui os CLS, desde 2005

Idade: 43

Habilitações Literárias: Doutorando em Sociologia

1.ª Questão: atendendo à sociedade em que vivemos e à dimensão dos fatores de risco e o tipo de resposta, considera a segurança pública um problema complexo?

Considero com certeza, também tenho-me dedicado quer a nível profissional quer a nível académico a estudar essas matérias e é obviamente um problema complexo, porque nele influem muitos fatores que se entre cruzam. Portanto as questões das políticas públicas de segurança são muito mais que as políticas de segurança pública. Englobam um conjunto de fatores sociais que influenciam as condições de segurança e as formas como as pessoas percecionam a segurança, portanto é obviamente uma questão complexa cuja resolução passa pela ação articulada de varias áreas.

2.ª Questão: presumo da sua resposta então que a resposta à insegurança pública deve ser alargada obviamente a outros domínios que não o setor da segurança e envolve vários atores? Queria ainda sobre esta questão perguntar-lhe se considera que o Estado continua ou não a ser o ator principal na satisfação das necessidades de segurança da comunidade?

O Estado tem obviamente um conjunto de funções que lhe estão reservadas, nomeadamente na manutenção da segurança pública num conjunto de matérias que

são da competência reservada do Estado central, mas temos assistido ao longo dos tempos, e não só em Portugal, aliás, começámos noutros países antes de nós, a haver gradualmente uma certa colaboração entre o poder local e o poder central nas questões também da segurança. Envolvendo muitas vezes outros organismos. Os CLS são um excelente exemplo disso, mas por exemplo as polícias municipais são obviamente outro exemplo, ou um conjunto de preocupações com a segurança até mesmo a nível infraestrutural que as Câmaras municipais têm vindo a ter cada vez mais e portanto, não obstante, o Estado ter um papel central e determinante na criação e manutenção de condições de segurança, é natural que, devido a complexidade que falamos antes, que vários atores sejam chamados à resolução das questões. Se identificamos como uma situação complexa não podemos ter uma solução simples.

3.ª Questão: ao nível dessa resposta qual é o referencial que considera mais adequado: um referencial mais repressivo baseado em modelos normativos, do reforço da autoridade do próprio Estado ou num referencial mais ao nível da prevenção? Ou a conjugação dos dois?

A resposta mais comum é provavelmente a conjugação dos dois. A minha função no Ministério da Administração Interna, em termos profissionais, tem-se centrado quase sempre nas questões da prevenção porque acho que são uma face da moeda que é fundamental. Ou seja, são um conjunto de situações que têm de ser resolvidas ou antecipadas antes de provocarem situações de insegurança, com isto não quer dizer que a repressão não seja fundamental, porque a própria repressão pode ser preventiva. Portanto, como em quase tudo na vida, estes dois lados da moeda têm de estar conjugados. Mesmo os CLS, tem uma componente muito preventiva porque focam-se no fundo na antecipação de um conjunto de situações, mas algumas das zonas envolvidas nos atuais contratos, têm obviamente ações repressivas, de controlo quer de armas, quer de droga. Portanto, há um conjunto de ações repressivas que têm de funcionar em conjunto com as preventivas. A dificuldade não é tanto para mim, é muito mais para as forças de segurança, porque por exemplo estar num bairro uma equipa da Escola Segura, se no dia seguinte estiverem a fazer uma operação especial de polícia, a fazer uma vistoria às armas, no próximo dia que a Escola Segura vier há alguma tenção, mas faz parte das funções.

4.^a Questão Nesse sentido considera os CLS uma boa resposta?

Sim. Eu acho que são uma boa resposta, não são a resposta ideal para todas as situações. Os CLS não abrangem todas as situações consideradas mais sensíveis que temos no nosso país. Abrangem um conjunto de locais que têm algumas zonas Urbanas Sensíveis que têm alguma conflituosidade e insegurança, mas que por outro lado também tem um conjunto de recursos e um clima que permite implementar os CLS. Nem todos os locais estão preparados para este tipo de ferramenta ou pelo menos demorariam mais tempo a implementar.

5.^a Questão: considera as políticas públicas implementadas, as que utilizam como instrumento os CLS, uma verdadeira política pública de segurança?

Sim. Acho que sim, neste caso uma da característica dos contratos de nova geração é terem a participação de vários departamentos governamentais, para além da Administração Interna temos a justiça, a saúde, o trabalho e segurança social, temos a educação, temos as autarquias, a cidadania e igualdade. Portanto, é um leque suficientemente abrangente de áreas e a ideia é uma política pública que englobe medidas de política pública de cada uma destas áreas. É no fundo, uma política pública transversal. Conta para além disso, que eu acho que é também um fator importante nas políticas públicas com a participação dos atores ou das pessoas a quem se dirigem as políticas públicas. Portanto é um processo também muito participado, não sei se é a definição comum de política pública, mas eu acho que a política pública tem também de passar pelo papel preponderante dos destinatários dessa política pública na sua construção.

6.^a Questão: presumo então que a governação e coordenação entre todos esses departamentos são muito importantes na implementação dos CLS?

Claro, torna o processo muito mais difícil e mais complexo. Os contratos de primeira geração eram celebrados entre os governos civis e entre as autarquias e tinha um conjunto muito mais reduzido de atores que intervinham no processo, havia também a homologação do Ministério da Administração Interna nesses contratos. Os

presentes têm três estruturas, três órgãos diferentes, tem uma comissão interna e interministerial que conta com os representantes de todos os departamentos governamentais que mencionei antes, que no fundo faz a coordenação política do processo. Depois tem comissão coordenadora ao nível concelhio, que faz no fundo a coordenação local e a definição de um conjunto de medidas que ocorrem no local e depois tem os núcleos operacionais que conta com a participação dos serviços descentralizados, organismos que a nível local, sejam eles ONG's ou IPSS, que desenvolvem lá trabalho. Portanto, há depois uma articulação que é um processo que liga estes três níveis de controlo, de gestão, mas também de implementação e, portanto, estão muito interligados. Porque os representantes da comissão interministerial estão presentes nas comissões coordenadoras.

7.ª Questão: então considera que o segundo modelo implementado por esta nova geração, é um fator facilitador da tal governação, da tal coordenação entre os vários atores? Desde a sua concessão, ao nível da elaboração do diagnóstico do CLS, quer ao nível depois da conceção do plano de medidas de intervenção, da sua implementação e depois da monitorização e avaliação?

Sim. Os CLS tal como os humanos beneficiam do efeito Darwin, portanto, à medida que vamos evoluindo no tempo à partida nem tudo melhora, mas aprendemos com as coisas que correram menos bem no passado e tenta-se no futuro evitar-se alguns dos erros ou algumas das lacunas que foram sendo identificadas. Uma das novidades da nova geração dos CLS é a participação de vários atores e de um leque mais abrangente de áreas governamentais, a outra é a introdução de diferentes órgãos de gestão que são responsáveis pelo processo, a outra componente que eu acho essencial tem a ver com o processo que estava a referir, que se refere à elaboração de diagnósticos rigorosos de cada uma das situações.

8.ª Questão: quais são os atores que participam neste diagnóstico, não é só o poder central?

Numa fase inicial, o diagnóstico é elaborado a partir de uma matriz previamente feita, é elaborado com os indicadores no âmbito da Administração Interna, da justiça, da saúde da educação, etc. Numa primeira fase colaboram todos em todas as áreas governamentais. Portanto tem um capítulo dedicado a segurança,

tem o registo da ocorrência que são registadas no local de abrangência e ou nas imediações, tem o número de pessoas que la vivem, a caracterização sociodemográfica, tem quantos miúdos é que estão na escola, tem um conjunto de indicadores que constam no diagnóstico. Portanto numa primeira fase, estes indicadores são fornecidos pela comissão interministerial. Os dados da segurança, por exemplo são fornecidos pela PSP ou pela GNR, dependendo da competência territorial, temos também dados do SEF que são mais pertinentes nuns contratos do que noutros e, portanto, cada uma das áreas dá o seu contributo.

9.^a Questão: há também aí um contributo das autarquias?

É, portanto, um primeiro retrato, uma espécie de fotografia que é feita a partir destes dados iminentemente quantitativos, são dados estatísticos na sua generalidade e, portanto, depois de estar concluído este primeiro esboço, um primeiro “*draft*”, é remetido à autarquia com quem celebramos o contrato em que eles analisam a informação que la consta, fazem as correções que entendem pertinentes e aditam também as que considerarem relevantes. Aliás, há uma parte mesmo na fase inicial que já conta com o contributo das autarquias nomeadamente das questões urbanísticas e da população porque eles têm um conhecimento muito mais profundo dos territórios e têm dado, por exemplo no caso de municípios que têm empresas municipais e sendo bairros sociais eles têm um conhecimento muito profundo deste tipo de territórios. No caso do Porto por exemplo, a empresa é a *Domus* e tem sobre os bairros, o bairro do Cerco, Pasteleira, Pinheiro Torres, têm dados muito importantes para o diagnóstico. Depois desta primeira fotografia como estava a dizer, é remetido para as câmaras municipais que analisam e aditam o que entendem como relevante. Posteriormente, o diagnóstico é dado a conhecer aos parceiros que operam o terreno, e eles próprios contribuem com alguns elementos para o diagnóstico. Após esta primeira fase, o diagnóstico permite-nos chegar a um conjunto de vulnerabilidades e recursos. A partir daí fazemos um plano de intervenção, tradicionalmente nos contratos de MAI Bairro, têm seis eixos de intervenção. A prevenção da delinquência juvenil, a reabilitação urbana uma componente muito relacionada com as câmaras, a redução de vulnerabilidades sociais, reintegração social, a promoção da cidadania e o aumento do sentimento de segurança das populações, portanto, as medidas à partida encaixam em cada um

destes planos. Depois vamos ver o localmente, que atores que entidades é que podem contribuir para cada uma dessas medidas.

10.ª Questão: quem concebe essas medidas? O poder central?

Não. O poder central sistematiza, o poder central convida as entidades públicas e privadas a sugerirem medidas e depois em função do que já existe e do que é desejável que exista faz uma coordenação do processo. Há finalmente depois uma parte muito importante, que é parte da avaliação que é também uma forma essencial para perceber se estamos a ir num caminho certo ou não. Não sei se já lhe tinha referido ou não, portanto, nós estamos a trabalhar com o Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior que faz parte da comissão interministerial dos contratos para vermos quais são os centros de investigação que podem colaborar no processo de avaliação.

11.ª Questão: as universidades são envolvidas também na fase de diagnóstico?

Nos fizemos uma apresentação, à maior parte dos centros de investigação Portugueses que se dedicam a estas áreas, onde estiveram presentes 19 centros de investigação de tantas Universidades, 13 dos 19 que estiveram presentes remeteram os seus pareceres ou contributos. Alguns contributos são direccionados para o diagnóstico e outros para a questão da avaliação. Portanto, nós neste momento já estamos a incorporar nos diagnósticos os contributos que nos foram remetidos pelas Universidades.

12.ª Questão: quais são os principais fatores políticos que presidem a implementação dos CLS? As razões que levam à sua implementação, são os dados estatísticos? Lembro-me por exemplo do caso de Loures, em 2008, apesar da medida já não estar prevista ao nível do programa do governo, o que despoletou a sua implementação foi o desentendimento entre duas comunidades? Na altura houve, obviamente, a intervenção da PSP para repor a legalidade, mas, entretanto, entenderam por bem implementar o CLS.

Em relação a esse episódio, os CLS eram uma das medidas que nós estávamos a trabalhar aqui e a Quinta da Fonte surgiu como um cenário, não sei se ideal, mas propício para a sua implementação e, portanto, na altura, como em tudo na vida, há sempre um fator que desencadeia algo independentemente das questões estarem a ser pensadas, aqui no fundo criou as condições para a implementação dos CLS. Loures será possivelmente o melhor exemplo dos contratos de primeira geração. No presente, no modelo, a metodologia foi a seguinte. O Ministério da Administração Interna convidou as forças de segurança, GNR e a PSP a identificarem os locais que nas suas áreas de abrangência seriam mais passíveis, ou cuja implementação dos CLS fosse mais interessante. Foi identificado um conjunto relativamente vasto de bairros e de zonas e perante este conjunto de bairros, o Ministério da Administração Interna falou com as autarquias e municípios onde estes bairros estão sediados, e portanto, o conjunto era mais vasto do que temos no fim. Porque há um processo de negociação entre o Ministério da Administração Interna e os municípios para se definirem quais é que seriam os bairros que numa primeira fase, em que não obstante os outros poderem ser abrangidos depois, eram mais indicados.

13.^a Questão: relativamente à implementação dos CLS, considera que deveria existir alguma imperatividade ou outro tipo de enquadramento ao nível dos contratos que obrigasse as várias instituições a implementar as medidas a que se comprometem, portanto, não estando dependente de ciclos políticos, de ideologias?

Francamente, não. Eu sou um acérrimo defensor dos CLS, mas julgo que a obrigatoriedade neste caso não iria resolver a maior parte das questões. Sobretudo, porque não é uma medida que se possa implementar e garantir administrativamente o seu funcionamento, ou seja, é preciso haver um empenho, e esse empenho não pode ser forçado. Há um conjunto de medidas que se enquadram nos CLS que podem ser normativamente impostas, mas este processo envolvendo tantos atores, tendo tantas nuances, não devera ter um carácter obrigatório. Acho que é voluntário e eu acho que a forma de se perceber as vantagens dele, é que os concelhos que não tenham, que têm situações similares ao que têm, perceberem que nos concelhos vizinhos ou limítrofes, as coisas estão a resultar. Portanto, o próprio sucesso dos CLS, são um

êxito sempre a médio e longo prazo, e essa é sempre uma das questões políticas mais difíceis, o que quer dizer que os CLS não são uma varinha mágica. Portanto tentam resolver um conjunto de questões só têm efeito a médio e longo prazo. Muitas vezes o tempo político não coincide. Respondendo à questão, eu acho que não devem ser obrigatórios. Há um conjunto de medidas que julgo que podem ser obrigatórias. Mas são diferentes de Concelho para Concelho, portanto, acho que nesta matéria não deveria ser obrigatório a implementação dos CLS. Por outro lado, para garantir a continuidade destas questões, porque um dos grandes problemas é depois a gestão das expectativas de quem está no terreno quando deixa de haver contratos as pessoas ficam obviamente insatisfeitas e depois quando vem a próxima geração seja terceira, quarta ou quinta, as pessoas estão incrédulas quanto ao bom funcionamento. Portanto, o que se poderia prever, julgo eu, é a existência de uma estrutura não diretamente ligada ao gabinete ministerial ou ao governo, mas aos serviços tutelados pelo governo que possam garantir o acompanhamento desta medida, e isso pudesse talvez promover uma maior continuidade das medidas.

14.ª Questão: nesse âmbito qual seria o papel que estaria reservado aos concelhos municipais de segurança?

Os concelhos municipais de segurança têm um papel fundamental na criação de condições para a continuidade dos CLS. É de referir que os atores que estão presentes nos CLS têm assento no CMS. Depois os concelhos municipais de segurança podem servir como um barómetro para uma avaliação contínua dos próprios CLS, ou seja, em sede de concelho municipal de segurança pode ser discutido o papel de cada um dos intervenientes, no fundo, os CLS estruturam parte da ação das entidades que estão representadas no conselho municipal de segurança, estruturam a sua ação e permitem uma planificação a longo prazo que é algo que muitas vezes não acontece nos concelhos municipais de segurança.

15.ª Questão: dado que acompanhou desde o início a implementação dos CLS, considera a figura do governador civil uma mais-valia para a sua implementação?

Os governadores civis tinham quanto a mim uma dupla função. Eram representantes do governo central junto dos cidadãos e eram representantes dos

cidadãos junto do governo central. Tinham ali um papel, não sei se de charneira, mas um papel de mediador que era importante. Para além do mais, como é óbvio, tinham uma proximidade maior as populações, às instituições, ao próprio poder autárquico. Eu acho que desempenhavam um papel importante, não sei se será insubstituível, desempenhavam um papel importante, acho que era possível fazer-se contratos CLS com sucesso sem governadores civis, mas com esse nome ou com outro, tem que haver sempre uma estrutura a nível intermédio que permita fazer a ponte entre o local e o governo central.

APÊNDICE VIII

Entrevista Dra. Sónia Paixão

Entrevista à Dra. Sónia Paixão

Entrevistado: Sónia Paixão

Local: Correio eletrónico

Data: 19 de outubro de 2017 (14h30)

Cargo/Posto/Função: Vereadora Executiva na CM de Loures (2009-2013), responsável pelas áreas da Ação Social, Habitação, Recursos Humanos e Contrato Local de Segurança de Loures. De 2013 até à presente data, Vereadora não Executiva na CM de Loures e Diretora do Departamento da Atividade Física e Desporto na CM de Lisboa

Idade: 40

Habilitações Literárias: Licenciatura em Direito

1ª Questão: atendendo à dimensão dos fatores de risco e ao tipo de resposta, considera a segurança pública um problema complexo das sociedades contemporâneas?

Sem dúvida. A segurança pública sempre se revestiu de um elevado grau de complexidade e, para as tutelas políticas, de uma responsabilidade só comparável a muito poucas outras áreas. Atualmente, neste mundo global, real e virtual, em que vivemos, reconheço o aumento dos fatores de risco e consequentemente a necessidade incessante de encontrar respostas adequadas aos novos desafios.

2ª Questão: qual dos referenciais considera mais adequado na resposta à segurança pública: o da prevenção ou da repressão?

É sempre desejável que a prevenção possa garantir a segurança de pessoas e bens mas temos que estar preparados para responder de forma rigorosa e eficaz aos problemas e fenómenos que, não raras vezes, aparecem de forma imprevisível. Se há áreas em que a aposta deve ser claramente na prevenção e sensibilização das populações, em muitas outras a repressão é a única resposta possível.

3ª Questão: considera que a resposta à insegurança pública passa pela intervenção de vários atores? Entende que o Estado, através do governo, continua a ser o ator principal?

A resposta à insegurança pública pode e deve passar por vários atores e agentes sociais mas o Estado, através do Governo central e das Autarquias locais, deve continuar a ser o ator principal. Não defendo a centralização do poder mas na área da segurança o Estado tem que assumir o comando.

4ª Questão: considera que a resposta à insegurança deve ser alargada a outros domínios que não o setor da segurança?

Sem dúvida. Há fenómenos de insegurança que podem ser prevenidos e/ou combatidos em organizações de diferentes naturezas e através dos agentes da sociedade civil.

5ª Questão: considera as políticas públicas de segurança (PPS) implementadas através dos contratos locais de segurança (CLS) uma boa resposta? Elas são verdadeiras PPS?

Sim, na sua génese os Contratos Locais de Segurança são verdadeiras políticas públicas de segurança na medida em que se propõem aumentar a segurança dos cidadãos e diminuir os índices de criminalidade. A sua aplicação a diversas problemáticas e implementação em territórios muito diferentes exige, no entanto, uma forte coordenação da entidade promotora para que o trabalho de todos os parceiros envolvidos seja devidamente orientado para os objetivos comuns.

6ª Questão: considerando o conceito de BOGDANOR de Governação Integrada (GOVINT) como uma estratégia política que «procura coordenar o desenvolvimento e a implementação de políticas, transversalmente a departamentos e agências, especialmente para abordar problemas sociais complexos, de forma integrada (...) É uma estratégia que procura juntar não só os departamentos governamentais, (...), trabalhando transversalmente tendo em vista um objetivo comum». Entende que a GOVINT é importante nos CLS?

Absolutamente. Aliás, defendo em todas as áreas do conhecimento, de desenvolvimento de projeto e de atividade a constituição de equipas multidisciplinares formadas por técnicos de diferentes formações, departamentos e organizações. Também sempre defendi a fixação de parcerias entre diferentes organizações, que, sempre que foi possível, concretizei nas diversas funções públicas que assumi ao longo do meu percurso profissional e político. Respondendo directamente à sua pergunta: os CLS não fazem sentido se não forem assumidos como políticas de segurança integradas e alargadas a todos os parceiros da sociedade civil.

7ª Questão: quais os fatores que presidem ao agendamento das PPS?

No caso concreto do CLS de Loures, foi um incidente entre comunidades, em julho de 2008 que levou à sua criação.

8ª Questão: existe GOVINT aquando da análise do surgimento do problema de segurança e dos fatores que presidem ao seu agendamento?

No caso de Loures, o que tivemos foi um incidente pontual que gerou um problema de segurança e, conseqüentemente, aos factores que presidiram ao seu agendamento.

9ª Questão: quais os atores que participam na elaboração do diagnóstico local de segurança (DLS) e do plano de intervenção (PI)?

A Polícia de Segurança Pública, a Câmara Municipal de Loures e os parceiros que desenvolvem atividade no terreno.

10ª Questão: existe GOVINT aquando da elaboração do DLS e do PI?

Do meu ponto de vista, deveria haver mais envolvimento e governação integrada.

11ª Questão: considera as estruturas criadas através dos CLS adequadas à GOVINT?

No caso específico de Loures, quando, em setembro de 2008, assinámos o CLS em três freguesias do concelho, abrangendo cerca de 50 mil habitantes, as estruturas criadas eram perfeitamente adequadas à GOVINT mas neste momento carecem de fortes reajustamentos.

12ª Questão: existe GOVINT na implementação do PI?

Durante os primeiros anos houve, assegurada pela participação de inúmeras entidades, associações e 68 parceiros da sociedade civil, mas na atual realidade não existe.

13ª Questão: existe monitorização e avaliação dos CLS?

Nos anos em que fui responsável pelo CLS de Loures, monitorizávamos e tínhamos meios rigorosos de avaliação de cada acção desenvolvida. Actualmente, não detenho informação que me permita responder.

14ª Questão: existe GOVINT aquando da análise dos efeitos, objetivos e metas alcançadas, bem como dos fatores que levam à continuidade ou descontinuidade do CLS?

Actualmente, não detenho informação que me permita responder.

15ª Questão: considera a imperatividade das decisões e ações nos CLS importante?

Claro que sim.

16ª Questão: que papel está reservado aos Conselhos Municipais de Segurança na implementação das PPS, através dos CLS?

Um papel de participação activa na definição de uma estratégia comum.

17ª Questão: a existência dos ex-governadores civis era uma mais-valia na implementação das PPS, através dos CLS?

Sem dúvida. Os Governadores Civis eram um interlocutor privilegiado da Administração Central nos territórios de implantação dos CLS.